Diário OFICIAL Executivo

Ano CXII

Edição Digital nº 11943 | 139 páginas
Curitiba, Terça-feira, 15 de Julho de 2025

Sumário

Poder Executivo

Poder Executivo 03
Casa Civil 12
Procuradoria Geral do Estado 13
Controladoria Geral do Estado 14

Secretarias de Estado

Secretaria da Administração e da Previdência..... 14
Secretaria da Agricultura e do Abastecimento 20
Secretaria das Cidades 21
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior 23
Secretaria do Desenvolvimento Social e Família 28
Secretaria do Desenvolvimento Sustentável 30
Secretaria da Educação 35
Secretaria do Esporte 59
Secretaria da Fazenda 59
Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços 63
Secretaria de Infraestrutura e Logística 64
Secretaria da Justiça e Cidadania 64
Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa 65
Secretaria do Planejamento 75
Secretaria da Saúde..... 76
Secretaria da Segurança Pública..... 89
Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda 105
Receita Estadual do Paraná.....110

Administração Indireta - Entidades e Órgãos

Autarquias 113
Em Tempo 115

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Poder Executivo Estadual

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Governo do Estado

Governador
Carlos Massa Ratinho Junior

Vice-Governador
Darci Piana

Casa Civil
João Carlos Ortega — Chefe da Casa Civil
Maiquel Guilherme Zimann — Diretor-Geral

Procuradoria Geral do Estado
Luciano Borges dos Santos — Procurador-Geral
Lucia Helena Cachoeira — Diretora-Geral

Controladoria Geral do Estado
Izabel Cristina Marques — Diretora-Geral

Chefia de Gabinete do Governador
Darlan Scalco — Chefe de Gabinete

Casa Militar
Tenente Coronel Marcos Antonio Tordoro — Chefe

Coordenadoria Estadual da Defesa Civil
Coronel Fernando Raimundo Schunig — Coordenador

Secretarias de Estado

Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
Luiz Goularte Alves — Secretário
Maria Carmen Carneiro de Melo Albanske — Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
Marcio Fernando Nunes — Secretário
Camila Luiza Cunha Bernardo Aragão — Diretora-Geral

Secretaria de Estado das Cidades
Luiz Augusto Silva — Secretário
Felipe Augusto Amadori Flessak — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Aldo Nelson Bona — Secretário
Jamil Abdanur Junior — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Comunicação
Cleber de Oliveira Mata — Secretário
Eduardo Pugnali Marcos — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Cultura
Luciana Casagrande Pereira Ferreira — Secretária
Elietti de Souza Vilela — Diretora-Geral

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família
Rogério Helias Carboni — Secretário
Luiza Marilda Pacheco Castagno Simonelli — Diretora-Geral

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável
Rafael Valdomiro Greca de Macedo — Secretário
Rodrigo Araújo Rodrigues — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Educação
Roni Miranda Vieira — Secretário
João Luiz Giona Junior — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Esporte
Hélio Renato Wirbiski — Secretário
Ilson Augusto Rhoden — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Fazenda
Norberto Anacleto Ortigara — Secretário
Luiz Paulo Budal Pedroso — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Marco Aurelio Ribeiro — Secretário
Daniel de Carvalho Gutierrez — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística
Sandro Alex Cruz de Oliveira — Secretário
José Brustolin Neto — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Inovação e Inteligência Artificial
Alex Canziani Silveira — Secretário
Marcos Vitorio Stamm — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania
Valdemar Bernardo Jorge — Secretário
Louise da Costa e Silva Garnica — Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
Leandre Dal Ponte — Secretária
Diego Buligon — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Planejamento
Ulisses de Jesus Maia Kotsifas — Secretário
Domingos Trevizan Filho — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Saúde
Carlos Alberto Gebrim Preto — Secretário
Cesar Augusto Neves Luiz — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Segurança Pública
Hudson Leôncio Teixeira — Secretário
Adilson Luiz Lucas Prusse — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
Paulo Rogerio do Carmo — Secretário
Willian Porfirio Ribeiro — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Turismo
Leonaldo Paranhos da Silva — Secretário
Jefferson Abade — Diretor-Geral

Imprensa Oficial

Departamento de Imprensa Oficial do Estado (DIOE)

Praça Nossa Senhora de Salete, S/N
80530-909 | Centro Cívico | Curitiba | Paraná
Informações 41 3200-5002

Poder Executivo

DECRETO Nº 10.591

Cumprimento de decisão judicial para tornar sem efeito o Decreto nº 4.776, de 5 de fevereiro de 2024 e o Decreto nº 7.337, de 17 de setembro de 2024.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto pelo inciso V do art. 87 da Constituição Estadual e o contido na Lei nº 18.005, de 27 de março de 2014, que instituiu o Plano de Carreiras do Quadro Próprio do IAPAR, e em cumprimento à decisão judicial contida nos Autos nº 0007313-46.2023.8.16.0014, do 1º Juizado Especial da Fazenda Pública de Londrina, consubstanciada no protocolado nº 21.452.742-1,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito o Decreto nº 4.776, de 5 de fevereiro de 2024, que retifica o art. 2º do Decreto nº 11.919, de 5 de agosto de 2022.

Art. 2º Torna sem efeito o Decreto nº 7.337, de 17 de setembro de 2024, que retifica o art. 1º do Decreto nº 11.919, de 5 de agosto de 2022.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 15 de julho de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

MAIQUEL GUILHERME ZIMANN
Chefe da Casa Civil em exercício

LUIZ GOULARTE ALVES
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

94815/2025

DECRETO Nº 10.592

Nomeia em virtude de habilitação em concurso público para os cargos de Agente Profissional, do Quadro Próprio do Poder Executivo.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e sob proposta da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP, contida no protocolo nº 24.226.260-3,

DECRETA:

Art. 1° Nomeia em virtude de habilitação em concurso público, de acordo com o inciso II do art. 24, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, e a Lei nº 13.666, de 5 de julho 2002, os candidatos relacionados no Anexo Único do presente Decreto, para exercerem os cargos de Agente Profissional, nas suas respectivas funções, do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE.

Art. 2° Os candidatos nomeados terão lotação na Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, nos termos do art. 12 da Lei nº 13.666, de 2002.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 15 de julho de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

MAIQUEL GUILHERME ZIMANN
Chefe da Casa Civil em exercício

LUIZ GOULARTE ALVES
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 10.592/2025

MUNICÍPIO: CAMPO MOURÃO

FUNÇÃO	NOME	RG	INSC.	CLASS.	CONC.
ENGENHEIRO AGRONOMO	TIAGO MORELLO MORALES	10xxx259x	10704652	3	AC

MUNICÍPIO: CASCAVEL

FUNÇÃO	NOME	RG	INSC.	CLASS.	CONC.
ENGENHEIRO AGRONOMO	TACIANA RITA KUREK BITENCOURT	8xxx792x	20038490	4	AC

MUNICÍPIO: CORNÉLIO PROCÓPIO

FUNÇÃO	NOME	RG	INSC.	CLASS.	CONC.
ENGENHEIRO AGRONOMO	JONATHAN FOGACA ALBUQUERQUE DA SILVA	12xxx935x	40472859	3	AC

MUNICÍPIO: CURITIBA

FUNÇÃO	NOME	RG	INSC.	CLASS.	CONC.
ARQUITETO	GUSTAVO BATISTA MACHADO	9xxx251x	50045780	25	AC
ARQUITETO	PAOLLA KAROLINNE LOUBET SANTOS	1xxx21x	50089648	26	AC
ARQUITETO	LISSANDRA TAISA BALDISSERA	9xxx727x	51599623	27	AC

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ARQUITETO	MARINA CAIOLA DANTAS	13xxx919x	50771252	28	AC
ARQUITETO	MARIA ISABEL GUSMAO DE LUCENA	14xxx778x	50116394	29	AC
ENGENHEIRO AGRONOMO	MURILO DAROIT	1xxx305x	51584278	50	AC
ENGENHEIRO AGRONOMO	SABRINA FALCO LIN	9xxx133x	50819557	52	AC
ENGENHEIRO AGRONOMO	GABRIEL PEREIRA PACHECO DOS SANTOS	13xxx804x	51606000	53	AC
ENGENHEIRO AGRONOMO	JOCELI APARECIDA DEKI BASSETTI	5xxx730x	51791060	54	AC
ENGENHEIRO AGRONOMO	RAPHAEL REINOR LOPES	12xxx816x	51469177	55	AC
ENGENHEIRO CIVIL	JEOVANI ALMEIDA	8xxx776x	51047850	119	AC
ENGENHEIRO CIVIL	ALLAN D ARNOULD DALCOL COSTA	10xxx769x	51441329	120	AC
ENGENHEIRO CIVIL	ANDRE RICARDO VENANCIO MINEO	10xxx455x	50852252	121	AC
ENGENHEIRO CIVIL	DANIEL PEREIRA SCHWAB	12xxx361x	50105279	122	AC
ENGENHEIRO CIVIL	ERICA DAMASCENO DE ALMEIDA	9xxx126x	51593420	123	AC
ENGENHEIRO CIVIL	JULIANA PISA GRUDZIEN IUBEL	8xxx802x	51359150	124	AC
ENGENHEIRO CIVIL	CRISTIANNE MARIA DO CANTO DEFERT DISSENHA	7xxx958x	50023892	125	AC
ENGENHEIRO CIVIL	EVELYN MIRELI CRUZ	10xxx052x	51021460	126	AC
ENGENHEIRO FLORESTAL	YAN GABRIEL TORRES DOMBEK	9xxx354x	50515175	62	AC
ENGENHEIRO FLORESTAL	PAULO VITOR SIMOES DIAS DE SARAIVA	34xxx880x	50767735	63	AC
ENGENHEIRO FLORESTAL	ELIDIO SERGIO CIONECKI BUDZIACKI	9xxx594x	51478320	64	AC
ENGENHEIRO FLORESTAL	JOSE AURELIO ALMEIDA CAIUT	18xxx301x	51447440	65	AC
ENGENHEIRO QUIMICO	ITHIARA DALPONTE DALLABONA	8xxx639x	50165760	31	AC
ENGENHEIRO QUIMICO	EMERSON JUNIOR XAVIER FILHO	10xxx853x	51135554	33	AC
ENGENHEIRO QUIMICO	PAOLA KNESOWITSCH	12xxx009x	51529170	34	AC
ENGENHEIRO QUIMICO	LAISA CRISTINA KROLIKOVSKI DA SILVA	9xxx120x	51112260	35	AC
GEOGRAFO	LUCAS JERSZURKI	10xxx998x	50788902	26	AC
SOCIOLOGO	GABRIELLA ANE DRESCH	9xxx718x	51532472	9	AC
SOCIOLOGO	PATRICK TIMMER	8xxx373x	50839078	11	AC
SOCIOLOGO	DHYEISA LUMENA ROSSI	10xxx555x	50846104	12	AC

MUNICÍPIO: FRANCISCO BELTRÃO

FUNÇÃO	NOME	RG	INSC.	CLASS.	CONC.
ENGENHEIRO CIVIL	JESSICA LUZZATTO	10xxx123x	70127400	11	AC

MUNICÍPIO: GUARAPUAVA

FUNÇÃO	NOME	RG	INSC.	CLASS.	CONC.
ENGENHEIRO AGRONOMO	NIQUELY DOS SANTOS SILVA	26xxx754x	81093886	7	AC
ENGENHEIRO CIVIL	ANNA CAROLINA SILVESTRI BLASZKOWSKI	7xxx306x	80838420	13	AC
GEOLOGO	ANDERSON VINICIUS MENDES DA FONSECA	10xxx191x	80543543	5	AC

MUNICÍPIO: JACAREZINHO

FUNÇÃO	NOME	RG	INSC.	CLASS.	CONC.
ENGENHEIRO AGRONOMO	JOSIANE PEREIRA	44xxx638x	111506048	5	AC
ENGENHEIRO AGRONOMO	REGIANE CRISTINA RAMOS	9xxx920x	110995010	6	AC
ENGENHEIRO CIVIL	FELIPE SCALA FRANCICA	12xxx995x	110024350	10	AC
ENGENHEIRO CIVIL	GABRIEL CORREIA DA SILVA	13xxx987x	110158046	11	AC

MUNICÍPIO: MARINGÁ

FUNÇÃO	NOME	RG	INSC.	CLASS.	CONC.
ENGENHEIRO CIVIL	GUILHERME MANHAES	10xxx864x	131471406	11	AC

MUNICÍPIO: PARANAVAÍ

FUNÇÃO	NOME	RG	INSC.	CLASS.	CONC.
ENGENHEIRO AGRONOMO	ANDERSON GONCALVES PINTO	7xxx417x	151726080	4	AC
ENGENHEIRO CIVIL	PAULO RODRIGO BEZERRA CARVALHO	48xxx079x	150857211	8	AC

MUNICÍPIO: TOLEDO

FUNÇÃO	NOME	RG	INSC.	CLASS.	CONC.
ENGENHEIRO AGRONOMO	MAYARA SANTOS SCUZZIATTO	10xxx311x	191719548	7	AC

94816/2025

DECRETO Nº 10.593

Retifica o art. 1º do Decreto nº 10.569, de 11 de julho de 2025.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Retifica o art. 1º do Decreto nº 10.569, de 11 de julho de 2025, a fim de constar que a exoneração de JULIANA CRUZ LIMA, RG nº 12.XXX.502-X, é a pedido, a partir de 16 junho de 2025.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 15 de julho de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

MAIQUEL GUILHERME ZIMANN
Chefe da Casa Civil em exercício

94819/2025

DECRETO Nº 10.594

Retifica o Decreto nº 10.567, de 11 de julho de 2025.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Retifica o Decreto nº 10.567, de 11 de julho de 2025, onde se lê: "OROMAR RODRIGUES DA SILVA, RG nº 5.XXX.254-X, para exercer em comissão o cargo de Assessor – Símbolo CCE-14, do Departamento de Trânsito do Paraná, no Município de Altônia" leia-se: "OROMAR RODRIGUES DA SILVA, RG nº 5.XXX.254-X, para exercer em comissão o cargo de Assessor – Símbolo CCE-14, do Departamento de Trânsito do Paraná".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 15 de julho de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

MAIQUEL GUILHERME ZIMANN
Chefe da Casa Civil em exercício

94823/2025

DECRETO Nº 10.595

Retifica o Decreto nº 10.137, de 30 de maio de 2025.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Retifica o Decreto nº 10.137, de 30 de maio de 2025, na parte onde se lê: "VIRGÍNIA MARIA GOERLL HENRIQUES, RG nº 5.XXX.150-X, Chefe de Seção de Regional de Saúde – Símbolo FCE-13, ficando exonerada SILVIA APARECIDA MENDES FARIA, RG nº 4.XXX.390-X", leia-se: "VIRGÍNIA MARIA GOERLL HENRIQUES, RG nº 5.XXX.150-X, Chefe de Seção de Regional de Saúde – Símbolo CCE-13, ficando exonerada SILVIA APARECIDA MENDES FARIA, RG nº 4.XXX.390-X, da função comissionada executiva de Chefe de Seção de Regional de Saúde – Símbolo FCE-13".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 15 de julho de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

MAIQUEL GUILHERME ZIMANN
Chefe da Casa Civil em exercício

94825/2025

DECRETO Nº 10.596

Retifica o Decreto nº 10.137, de 30 de maio de 2025.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Retifica o art.1º do Decreto nº 10.137, de 30 de maio de 2025, onde se lê: "DANIELLE GONÇALVES DIAS, RG nº 10.XXX.035-X", leia-se: "DANIELLI GONÇALVES DIAS, RG nº 10.XXX.035-X".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 15 de julho de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

MAIQUEL GUILHERME ZIMANN
Chefe da Casa Civil em exercício

94826/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DECRETO Nº 10.597

Nomeação de INGRID LHYZ DA COSTA, para exercer cargo em comissão da Secretaria de Estado da Educação.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, INGRID LHYZ DA COSTA, RG nº 88.XXX.069-X, para exercer em comissão o cargo de Assessor – Símbolo CCE-11, da Secretaria de Estado da Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 15 de julho de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

MAIQUEL GUILHERME ZIMANN
Chefe da Casa Civil em exercício

94827/2025

DECRETO Nº 10.598

Designação de MARCELO JOSE GARCIA DE SOUZA, para exercer função comissionada executiva, da Secretaria de Estado da Segurança Púbica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.306.332-9,

DECRETA:

Art. 1º Designa, de acordo com o art. 73 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, MARCELO JOSE GARCIA DE SOUZA, RG nº 2.XXX.695-X, para exercer a função comissionada executiva de Assessor – Símbolo FCE-14, da Secretaria de Estado da Segurança Pública, ficando exonerado MARCOS SOARES, RG nº 6.XXX.901-X.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 15 de julho de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

MAIQUEL GUILHERME ZIMANN
Chefe da Casa Civil em exercício

HUDSON LEÔNCIO TEIXEIRA
Secretário de Estado da Segurança Pública

94831/2025

DECRETO Nº 10.599

Nomeação de THORSTEIN FERRAZ, para cargo em comissão da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo n° 24.317.565-8,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, THORSTEIN FERRAZ, RG nº 7.XXX.545-X, para exercer em comissão o cargo de Diretor – Símbolo CCE-DD, da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 15 de julho de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

MAIQUEL GUILHERME ZIMANN
Chefe da Casa Civil em exercício

VALDEMAR BERNARDO JORGE
Secretário de Estado da Justiça e Cidadania

94835/2025

DECRETO Nº 10.600

Nomeação de THAÍS KARINE DESPLANCHES, para exercer cargo em comissão da Procuradoria-Geral do Estado.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.227.667-1,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, THAÍS KARINE DESPLANCHES, RG n° 098.XXX.XXX-28, para exercer em comissão o cargo de Assessor – Símbolo CCE-13, da Procuradoria-Geral do Estado, ficando exonerada, a partir de 3 de julho de 2025, MILENE DE OLIVEIRA AGOSTINHO, RG n° 13.XXX.268-X.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 15 de julho de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

MAIQUEL GUILHERME ZIMANN
Chefe da Casa Civil em exercício

LUCIANO BORGES DOS SANTOS
Procurador-Geral do Estado

94836/2025

DECRETO Nº 10.601

Nomeia para integrar o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua do Estado do Paraná, representantes da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V do art. 87 da Constituição Estadual, tendo em vista o contido no protocolo nº 24.230.947-2,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, para integrar o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua do Estado do Paraná - CIAMPRua/PR, os seguintes representantes da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania:

NAHOMI HELENA DE SANTANA, OAB/PR nº 107.712, como membro Titular e IURI VICTOR ROMERO MACHADO, OAB/PR nº 64.224, como membro Suplente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 15 de julho de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

MAIQUEL GUILHERME ZIMANN
Chefe da Casa Civil em exercício

VALDEMAR BERNARDO JORGE
Secretário de Estado da Justiça e Cidadania

94837/2025

DECRETO Nº 10.602

Exonerações e nomeações para cargo em comissão, do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.283.966-8,

DECRETA:

Art. 1º Exonera de cargo em comissão e funções de Desenvolvimento Rural, do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná, a partir de 2 de julho de 2025:

CARLOS AUGUSTO PETERSEN PARCHEN, RG nº XXX.738-X, Assessor – Símbolo CCE-5;

SOLANGE MARIA DA ROSA COELHO, RG nº 3.XXX.274-X, Gerente Estadual – Símbolo FDR-1;

RENATO VIANA GONÇALVES, RG nº 12.XXX.124-X, Gerente Estadual – Símbolo FDR-1.

Art. 2º Nomeia de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 para exercerem cargos em comissão, do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná, a partir de 2 de julho de 2025:

CARLOS AUGUSTO PETERSEN PARCHEN, RG nº XXX.738-X, Chefe de Gabinete – Símbolo CCE-3;

SOLANGE MARIA DA ROSA COELHO, RG nº 3.XXX.274-X, Assessor – Símbolo CCE-5;

RENATO VIANA GONÇALVES, RG nº 12.XXX.124-X, Assessor – Símbolo CCE-7;

GIULIANA GERAY ARTIGAS, RG nº 12.XXX.099-X, Assessor – Símbolo CCE-7;

LUIZ CARLOS BUTIERRI, RG nº 10.XXX.524-X, Assessor – Símbolo CCE-12;

LILIAN SORAIA CAMPOS LOOS, RG nº 3.XXX.744-X, Assessor – Símbolo CCE-12;

WAGNER RIBEIRO, RG nº 7.XXX.462-X, Assessor – Símbolo CCE-12;

GERSON LUIZ DA ROCHA, RG nº 3.XXX.466-X, Assessor – Símbolo CCE-12;

GUILHERME ANTUNES DEFERT DA ROSA, RG nº 13.XXX.119-X, Assessor – Símbolo CCE-12.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 15 de julho de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

MAIQUEL GUILHERME ZIMANN
Chefe da Casa Civil em exercício

MARCIO NUNES
Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

94839/2025

DECRETO Nº 10.603

Nomeia representantes para compor o Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere os incisos V e VI do art. 87 da constituição Estadual, em consonância com a Lei nº 19.847, de 29 de abril de 2019, e o contido no protocolo 24.290.381-1,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o §2º do art. 9º da Lei nº 19.847 de 22 de 19 de abril de 2019, para integrarem o Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda – CETER, para o período de 16 de agosto de 2025 a 16 de agosto de 2029, os seguintes representantes:

I – Representantes do Poder Público:

a) SUELEN GLINSKI ROSA, RG nº 8.XXX.583-X, como titular, representante da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR;

b) LIZA MARIE FORTES, RG nº 8.XXX.838-X como suplente, representante da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR;

c) REGINA PERPETUA CRUZ, RG nº 2.XXX.534-X/SC, como titular, representante da Superintendência Regional do Trabalho no Paraná – SRT;

d) RICARDO ALEXANDRE HONÓRIO ALVES, RG nº 5.XXX.844-X, como suplente representante da Superintendência Regional do Trabalho no Paraná – SRT;

e) DANIELA ANDREIA SCHLOGEL, RG nº 8.XXX.579-X, como titular, representante da Secretaria de Estado de Planejamento – SEPL;

f) ELAINE CRISTINA MOREIRA SOMENSI RG nº 8.XXX.983-X, como suplente, representante da Secretaria de Estado de Planejamento – SEPL;

g) SANDRA MARIM, RG nº 4.XXX.252-X, como titular, representante da Secretaria de Estado da Educação – SEED;

h) BRUNA NALEPA, RG nº 9.XXX.624-X, como suplente, representante da Secretaria de Estado da Educação – SEED;

i) WALMIR DOS SANTOS, RG nº 6.XXX.224-X, como titular, representante da Secretaria de Estado da Saúde – SESA;

j) ELIZEU DE OLIVEIRA FREITAS, RG nº 1.XXX.766-X, como suplente, representante da Secretaria de Estado da Saúde – SESA;

k) FERNANDO ROCHA BERESTINO RG nº 8.XXX.997-X, como titular, representante da Agência de Fomento do Paraná;

l) LUCIANO MARTINS DE OLIVEIRA, RG nº 6.XXX.577-X, como suplente, representante da Agência de Fomento do Paraná.

II – Representante dos Trabalhadores:

a) JOSÉ DE FÁTIMA SANTOS, RG nº 1.XXX.968-X, como titular, representante da Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

b) MARCELO DE SANTOS, RG nº 5.XXX.310-X, como suplente, representante da Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB;

c) CLAUDINEI DE CARLI RG 3.XXX.991-X, como titular, representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB;

d) ADRIANO COELHO DE OLIVEIRA, RG n° 5.XXX.399-X, como suplente, representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhador do Brasil as – CTB;

e) MARCIO MAURI KIELLER GONÇALVES, RG n° 4.XXX.640-X, como titular, representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT;

f) ERNANE GARCIA FERREIRA, RG nº 6.XXX.066-X, como suplente, representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT;

g) DENILSON PESTANA DA COSTA, RG nº 4.XXX.272-X, como titular, representante da Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST;

h) ADRIANO CARLESSO, RG nº 6.XXX.066-X, como suplente, representante da Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST;

i) PAULO ROBERTO DOS SANTOS PISSININI JUNIOR, RG nº 6.XXX.928-X, como titular, representante da Força Sindical;

j) MACIEL CUSTÓDIO DE MELO RG nº 9.XXX.159-X, como suplente representante da Força Sindical;

k) PAULO SÉRGIO DOS SANTOS, RG nº 3.XXX.370-X, como titular, representante da União Geral dos Trabalhadores – UGT;

l) ROGÉRIO KORMANN JUNIOR, RG nº 5.XXX.890-X, como suplente, representante da União Geral dos Trabalhadores – UGT.

III – Representante dos Empregadores:

a) ARAUNE CORDEIRO DE ABREU DUARTE DA SILVA, RG nº 8.XXX.400-X, como titular, representante da Federação da Agricultura do Estado do Paraná – FAEP;

b) ELEUTÉRIO CZORNEI, RG nº 224.XXX8-X, como suplente, representante da Federação da Agricultura do Estado do Paraná – FAEP;

c) JOSÉ EDUARDO DE SOUZA PEIXOTO, RG nº 4.XXX.209-X, como titular, representante da Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP;

d) NARJARA CHAYENNE CARMEL ANDRIET, RG nº 8.XXX.201-X, como suplente, representante da Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP;

e) MANOEL JORGE DOS SANTOS NETO, RG nº 4.XXX.749-X, como titular, representante da Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná – FETRANSPAR;

f) ROBERTO HARTH TEIXEIRA DE FREITAS, RG nº 3.XXX.199-X, como suplente, representante da Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná – FETRANSPAR;

g) LUIZ ROBERTO ROMANO, RG nº 1.XXX.490-X/SP, como titular, representante da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná – FACIAP;

h) SÉRGIO ANTONIO MARCUCCI RG nº 2.XXX.498X/SP como suplente, representante da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná – FACIAP;

i) JOÃO FRANCISCO ZAFANELI CUBAS, RG nº 5.XXX.058-X, como titular, representante da Federação do Comércio do Estado do Paraná – FECOMERCIO;

j) CASSIANO DALLEDONE ZANCAN, RG nº 6.XXX.874-X, como suplente, representante da Federação do Comércio do Estado do Paraná – FECOMERCIO;

k) FELIPE BUSNARDO GULIN, RG nº 5.XXX.312-X, como titular, representante Federação de Transporte de Passageiros do Estado do Paraná e Santa Catarina – FEPASC;

l) RODRIGO ISAAK PEREIRA, RG nº 13.XXX.950-X, como suplente, representante Federação de Transporte de Passageiros do Estado do Paraná e Santa Catarina – FEPASC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revoga:

I - o Decreto nº 993, de 21 de março de 2023;

II - o Decreto nº 1.713, de 4 de maio de 2023;

III - o Decreto nº 6.518, de 4 de julho de 2024;

IV - o Decreto nº 9.053, de 21 de fevereiro de 2025;

V - o Decreto nº 8.794, de 28 de janeiro de 2025;

VI - o Decreto nº 5.046, de 1º de março de 2024;

VII - o Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2025;

VIII - o Decreto nº 10.082, de 28 de maio de 2025.

Curitiba, em 15 de julho de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

MAIQUEL GUILHERME ZIMANN
Chefe da Casa Civil em exercício

PAULO ROGÉRIO DO CARMO
Secretário do Trabalho, Qualificação e Renda

94841/2025

DECRETO Nº 10.604

Nomeação de conselheiros das organizações da sociedade civil para comporem o Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Estado do Paraná, para a gestão 2025-2028.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V do art. 87 da Constituição Estadual, e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.290.568-7,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia para integrar o Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Estado do Paraná - CERMA/PR, os seguintes representantes da Sociedade Civil, para a gestão 2025- 2028, conforme a seguir:

I – Ação Social Irmandade Sem Fronteiras:

Titular: ROCKMILLYS BASANTE PALOMO, RNM nº F19XXX-X;

Suplente: AIEDA MUHIEDDINE, RG nº 8.XXX.893-X.

II – Cáritas Arquidiocesana de Londrina:

Titular: TAIS ROBERTA GAIO PATON, RG nº 8.XXX.400-X;

Suplente: FABRICIA LAIS PIGAIANI, RG nº 11.XXX.810-X.

III – Instituto Brasileiro de Apoio Étnico Raciais – IBASER:

Titular: MARIO IGOR SHIMURA, RG nº 7.XXX.071-X;

Suplente: SERGIO EDUARDO MENEZES SILVA, RG nº 13.XXX.852-X.

IV – Associação Embaixada Solidária:

Titular: PIERRE-ERICK BRUNY, CPF nº 701.XXX.XXX-X3;

Suplente: EDNANUNES DA SILVA, RG nº 7.XXX.871-X.

V – Cáritas Diocesana de Palmas:

Titular: ROSANE APARECIDA DA SILVA PEREIRA, RG nº 9.XXX.503-X;

Suplente: IVANILDO COPETTI, RG nº 8.XXX.674-X.

VI – Associação para a Solidariedade dos Haitianos – ASHBRA:

Titular: LAURETTE BERNADIN LOUIS, CPF nº 011.XXX.XXX-X2;

Suplente: BIBINSON CELISSANT, CPF nº 012.XXX.XXX-X0.

VII – Associação Feminny:

Titular: CHRISTIANE PEREIRA DA SILVA, CPF nº 029.XXX.XXX-X4;

Suplente: LEONARDO SILVA FERRO, RG nº 12.XXX.921-X.

VIII – Ação Social Batista Paranaense – ASBP:

Titular: SILVANA CONSTANSKI SANTOS MONTEIRO, RG nº 8.XXX.158-X;

Suplente: SÔNIA REGINA CARDOSO, RG nº 5.XXX.746-X.

IX – Associação Scalabrini a Serviço dos Migrantes – ASSM:

Titular: PE. SALES CONCEIÇÃO DE MELO NOGUEIRA, RG nº 82.XXX-X;

Suplente: VÂNIA MEIRA MACHADO, RG nº 1.XXX.741-X.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, em 15 de julho de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

MAIQUEL GUILHERME ZIMANN
Chefe da Casa Civil em exercício

VALDEMAR BERNARDO JORGE
Secretário de Estado da Justiça e Cidadania

94842/2025

DECRETO Nº 10.605

Designação de SERGIO AUGUSTO GUARIENTI, para exercer função comissionada executiva, da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.306.941-6,

DECRETA:

Art. 1º Designa, de acordo com o art. 73 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, SERGIO AUGUSTO GUARIENTI, RG nº 7.XXX.228-X, para exercer a função comissionada executiva de Assessor – Símbolo FCE-14, da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, ficando exonerado, em consequência, da Função de Desenvolvimento Rural de Coordenador Estadual de Programas e Projetos – Símbolo FDR-2, do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 15 de julho de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

MAIQUEL GUILHERME ZIMANN
Chefe da Casa Civil em exercício

MARCIO NUNES
Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

94843/2025

DECRETO Nº 10.606

Altera a denominação de cargo em comissão e função comissionada executiva da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolado nº 24.308.061-4,

DECRETA:

Art. 1º Altera a denominação do cargo em comissão, ocupada por PRISCIANE DE OLIVEIRA, RG. nº 10.XXX.638-X, nomeada pelo Decreto nº 9.413, de 2 de abril de 2025, de Assessor – Símbolo CCE-4 para Chefe de Coordenação - Símbolo CCE-4, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família, a partir de 1º de agosto de 2025.

Art. 2º Altera a denominação da função comissionada executiva, ocupada por JULIANA MULLER SABBAG, RG nº 7.XXX.597-X, nomeada pelo Decreto nº 9.348, de 26 de março de 2025, de Chefe de Coordenação - Símbolo FCE-4 para Assessor - Símbolo FCE-4, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família, a partir de 1º de agosto de 2025.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 15 de julho de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

MAIQUEL GUILHERME ZIMANN
Chefe da Casa Civil em exercício

ROGÉRIO CARBONI
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

94844/2025

DECRETO Nº 10.607

Transforma cargos comissionados executivos no âmbito do Poder Executivo Estadual.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 78 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, e o contido no protocolo nº 24.309.641-3,

DECRETA:

Art. 1º Transforma, sem aumento de despesa, nos termos do art. 78 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, os cargos comissionados executivos integrantes da estrutura organizacional do Poder Executivo Estadual, conforme segue:

- 1 (um) cargo de Assessor, símbolo CCE-9, da Secretaria de Estado da Segurança Pública; - 1 (um) cargo de Assessor, símbolo CCE-13, da Secretaria de Estado da Segurança Pública.	em	- 1 (um) cargo de Assessor, símbolo CCE-6, para a Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Parágrafo único. O saldo remanescente da transformação fica sob controle da Casa Civil, nos termos do Parágrafo único do art. 78 da Lei nº 21.851, de 2023, para operação de eventuais alterações futuras.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 15 de julho de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

MAIQUEL GUILHERME ZIMANN
Chefe da Casa Civil em exercício

94846/2025

DECRETO Nº 10.608

Exonerações e nomeações de cargos em comissão da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.309.641-3,

DECRETA:

Art. 1º Exonera os seguintes ocupantes de cargo em comissão e função comissionada executiva da Secretaria de Estado da Segurança Pública:

RAFAELA MANSUR DIOTALEVI, RG nº 6.XXX.908-X, Assessor - Símbolo FCE-13;

SERGIO KAMINSKI, RG nº 4.XXX.526-X, Assessor - Símbolo CCE-13;

CRISTIANO ANTONIO ROSA, RG nº 4.XXX.673-X, Assessor - Símbolo CCE-9.

Art. 2º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, e designa, de acordo com o art. 73 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, para exercer cargo em comissão e função comissionada executiva, da Secretaria de Estado da Segurança Pública:

CRISTIANO ANTONIO ROSA, RG nº 4.XXX.673-X, Assessor - Símbolo CCE-6;

SERGIO KAMINSKI, RG nº 4.XXX.526-X, Assessor - Símbolo FCE-13.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 15 de julho de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

MAIQUEL GUILHERME ZIMANN
Chefe da Casa Civil em exercício

HUDSON LEÔNCIO TEIXEIRA
Secretário de Estado da Segurança Pública

94848/2025

DECRETO Nº 10.609

Cumprimento de decisão judicial para retificação de progressão por antiguidade de servidora do Quadro Próprio do Poder Executivo.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, em cumprimento à decisão judicial proferida nos Autos nº 0010985-77.2022.8.16.0182, da Secretaria Especializada em Movimentações Processuais dos Juizados Especiais da Fazenda Pública de Curitiba – 4º Juizado, consubstanciada no protocolo nº 24.268.692-6,

DECRETA:

Art. 1º Retifica o Anexo Único do Decreto nº 8.438, de 27 de agosto de 2021, na parte que concedeu progressão em uma referência salarial pelo critério de Antiguidade, à servidora ocupante do cargo de Agente de Execução, do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, para constar o que segue:

ÓRGÃO	NOME	RG	CARGO	LF	DE		PARA		A partir de
					CL	REF	CL	REF	
CCTG	DENISE MARIA LESSI JUVENAL	635.XXX.XXX-04	AGENTE DE EXECUÇÃO	1	I	08	I	09	**27/08/2020**

Art. 2º Determina o processo de implantação e registro dos institutos de desenvolvimento funcional à Unidade de Recursos Humanos da servidora, nos sistemas administrados pela Divisão de Gestão de Folha de Pagamento – SEAP/DRH/DGF.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 15 de julho de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

MAIQUEL GUILHERME ZIMANN
Chefe da Casa Civil em exercício

LUIZ GOULARTE ALVES
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

94850/2025

DECRETO Nº 10.610

Cumprimento de decisão judicial para retificação de progressão por antiguidade de servidora do Quadro Próprio do Poder Executivo.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, em cumprimento à decisão judicial proferida nos Autos nº 0005913-85.2024.8.16.0038, do Juizado Especial da Fazenda Pública de Fazenda Rio Grande, consubstanciada no protocolo nº 24.130.689-5,

DECRETA:

Art. 1º Retifica o Anexo Único do Decreto nº 8.438, de 27 de agosto de 2021, na parte que concedeu progressão em uma referência salarial pelo critério de Antiguidade à servidora ocupante do cargo de Agente de Execução do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, para constar o que segue:

ÓRGÃO	NOME	RG	CARGO	LF	DE		PARA		A partir de
					CL	REF	CL	REF	
SEJU	IOMAR RODRIGUES DA SILVA	029.XXX.XXX-79	AGENTE DE EXECUÇÃO	1	III	03	III	04	04/05/2020

Art. 2º Determina o processo de implantação e registro dos institutos de desenvolvimento funcional à Unidade de Recursos Humanos do servidor, nos sistemas administrados pela Divisão de Gestão de Folha de Pagamento – SEAP/DRH/DGF.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 15 de julho de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

MAIQUEL GUILHERME ZIMANN
Chefe da Casa Civil em exercício

LUIZ GOULARTE ALVES
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

94852/2025

DECRETO Nº 10.611

Movimentação de Oficiais Superiores da Polícia Militar do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.277.983-5,

DECRETA:

Art. 1º Dispensa, por interesse do serviço, a contar de 9 de agosto de 2025, o Cel. QOEM PM GIL ALESSANDRO ZWIR, CPF nº XXX.299.059-XX, da função de Corregedor-Geral da PMPR, Curitiba, PR.

Art. 2º Classifica, por interesse do serviço, a contar de 9 de agosto de 2025, o Cel. QOEM PM MARCO ANTÔNIO DA SILVA, CPF nº XXX.731.399-XX, na função de Corregedor-Geral da PMPR, Curitiba, PR, devendo, cumulativamente, exercer a função de Diretor interino de Educação Corporativa da PMPR, Curitiba, PR, que já exerce.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 15 de julho de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

MAIQUEL GUILHERME ZIMANN
Chefe da Casa Civil em exercício

HUDSON LEÔNCIO TEIXEIRA
Secretário de Estado da Segurança Pública

94854/2025

DECRETO Nº 10.612

Nomeação de MURILLO DO NASCIMENTO ROTONDO, para exercer cargo em comissão da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.319.081-9,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174 de 16 de novembro de 1970, MURILLO DO NASCIMENTO ROTONDO, RG nº 10.XXX.796-X, para exercer em comissão o cargo de Assessor Técnico de Núcleo Administrativo Setorial – Símbolo CCE-9, da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, ficando exonerado, a pedido, a partir de 27 de junho de 2025, GERSON MARTINS DA SILVA, RG nº 3.XXX.496-X.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 15 de julho de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

MAIQUEL GUILHERME ZIMANN
Chefe da Casa Civil em exercício

94856/2025

Despachos do Governador

DESPACHO DO GOVERNADOR

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

24.238.661-2/25

1.De acordo com os elementos constantes no **PROTOCOLADO nº 24.238.661-2**, e considerando a ausência de qualquer ilegalidade no caderno administrativo, **CONHEÇO**, nos termos do art. 37, §1º, da Lei Estadual nº 16.544/2010, do recurso apresentado por **LUCIANO PEREIRA**, CPF nº XXX.497.999-XX , por atender aos pressupostos de admissibilidade, e no mérito, **NEGO-LHE PROVIMENTO**, mantendo incólume a decisão vergastada por seus próprios fundamentos, pois ocorreu dentro da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade administrativa, *destacando ainda:* i.que os argumentos apresentados na peça recursal já foram enfrentados pelo Comandante-Geral da Polícia Militar e motivadamente afastados na decisão de recurso em sede de reconsideração de ato; ii. que não foram colacionadas novas provas ou fatos que possibilitem a mudança de entendimento, e o conjunto probatório produzido nos autos comprova a prática da conduta contrária aos ditames normativos, não sendo a simples alegação de injustiça fundamento idôneo para o provimento recursal; iii. que a instância administrativo-disciplinar transcorreu sem qualquer mácula, com incensurável respeito aos princípios administrativos constitucionais, legais e normativos vigentes, oportunizando ao Recorrente o exercício do contraditório e a ampla defesa; iv. a importância social das atividades exercidas pelos policias militares, que devem prezar pelo decoro público e pela ética em razão da fé pública neles depositada e que são inerentes ao exercício dessa atividade, e, em razão desse múnus público, devem ser responsabilizados pelos desvios cometidos em seu exercício. 2. Por fim, destaca-se que, nos termos do art. 67, §1º, da Lei Estadual nº 20.656/21, a motivação pode consistir em declaração de concordância com fundamentos de decisões, que, neste caso, serão partes integrantes do ato. 3. **PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à PMPR para conhecimento e providências, **certificando o trânsito em julgado administrativo, nos termos do art. 2º, XXII, pelo esgotamento dos recursos disponíveis**. Em 15.07.25.

24.254.323-8/25

1. De acordo com os elementos constantes no **PROTOCOLADO nº 24.254.323-8**, e considerando a ausência de qualquer ilegalidade no caderno administrativo, **CONHEÇO**, nos termos do art. 37, §1º, da Lei Estadual nº 16.544/2010, dos recursos apresentados por **JOÃO GABRIEL GABARDO**, CPF XXX.306.999-XX, **JEFFERSON MACHINESKI**, CPF XXX.241.359-XX, **DYEGO VENTURIM DOS SANTOS**, CPF XXX.954.309-XX, por atenderem aos pressupostos de admissibilidade, e no mérito, **NEGO-LHES PROVIMENTO**, mantendo incólume a decisão vergastada por seus próprios fundamentos, pois ocorreu dentro da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade administrativa, *destacando ainda:* i. que os argumentos apresentados na peça recursal já foram enfrentados pelo Comandante-Geral da Polícia Militar e motivadamente afastados na decisão de recurso em sede de reconsideração de ato; ii. que não foram colacionadas novas provas ou fatos que possibilitem a mudança de entendimento, e o conjunto probatório produzido nos autos comprova a prática da conduta contrária aos ditames normativos, não sendo a simples alegação de injustiça fundamento idôneo para o provimento recursal; iii. que a instância administrativo-disciplinar transcorreu sem qualquer mácula, com incensurável respeito aos princípios administrativos constitucionais, legais e normativos vigentes, oportunizando ao Recorrente o exercício do contraditório e a ampla defesa; iv. a importância social das atividades exercidas pelos policias militares, que devem prezar pelo decoro público e pela ética em razão da fé pública neles depositada e que são inerentes ao exercício dessa atividade, e, em razão desse múnus público, devem ser responsabilizados pelos desvios cometidos em seu exercício. 2. Por fim, destaca-se que, nos termos do art. 67, §1º, da Lei Estadual nº 20.656/21, a motivação pode consistir em declaração de concordância com fundamentos de decisões, que, neste caso, serão partes integrantes do ato. 3. **PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à PMPR para conhecimento e providências, **certificando o trânsito em julgado administrativo, nos termos do art. 2º, XXII, pelo esgotamento dos recursos disponíveis**. Em 15.07.25.

20.563.156-9/23

1. De acordo com os elementos constantes no **PROTOCOLADO nº 20.563.156-9**, **CONHEÇO**, nos termos do art. 162, inc. IX, da Lei Estadual nº 15.608/2007, do recurso apresentado pela empresa **PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

EMPRESARIAL LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 05.340.639/0001-30, por atender aos pressupostos de admissibilidade, e, no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, mantendo incólume a decisão vergastada por seus próprios fundamentos, pois ocorreu dentro da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade administrativa, destacando ainda que: I - não foram colacionadas novas provas ou fatos que possibilitem a mudança de entendimento, e o conjunto probatório produzido no PAAR comprovaram a prática da conduta contrária aos ditames legais e normativos, não sendo a simples alegação de injustiça fundamento idôneo para o provimento recursal; II - a instância administrativo-disciplinar transcorreu sem qualquer mácula, com incensurável respeito aos princípios administrativos constitucionais, legais e normativos vigentes, oportunizando ao Recorrente o exercício do contraditório e a ampla defesa; 2. Destaca-se, que nos termos do art. 67, §1º, da Lei Estadual nº 20.656/2021, a motivação pode consistir em declaração de concordância fundamentos de decisões, que, neste caso, serão partes integrantes do ato. 3. **PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à origem para conhecimento e providências, **certificando o trânsito em julgado administrativo**, nos termos do art. 2º, XXII, pelo esgotamento dos recursos previstos na Lei Estadual nº. 15.608/2007. Em 15.07.25. (Enc. Proc. à SESP).

24.262.485-8/25

1. De acordo com os elementos constantes no **PROTOCOLADO nº 24.262.485-8**, e considerando a ausência de qualquer ilegalidade no caderno administrativo, **CONHEÇO**, nos termos do art. 37, §1º, da Lei Estadual nº 16.544/2010, do recurso apresentado por **ALISON SERGIO CARDOSO**, CPF nº XXX.507.749-XX , por atender aos pressupostos de admissibilidade, e no mérito, **NEGO-LHE PROVIMENTO**, mantendo incólume a decisão vergastada por seus próprios fundamentos, pois ocorreu dentro da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade administrativa, *destacando ainda:* i. que os argumentos apresentados na peça recursal já foram enfrentados pelo Comandante-Geral da Polícia Militar e motivadamente afastados na decisão de recurso em sede de reconsideração de ato; ii. que não foram colacionadas novas provas ou fatos que possibilitem a mudança de entendimento, e o conjunto probatório produzido nos autos comprova a prática da conduta contrária aos ditames normativos, não sendo a simples alegação de injustiça fundamento idôneo para o provimento recursal; iii. que a instância administrativo-disciplinar transcorreu sem qualquer mácula, com incensurável respeito aos princípios administrativos constitucionais, legais e normativos vigentes, oportunizando ao Recorrente o exercício do contraditório e a ampla defesa; iv. a importância social das atividades exercidas pelos policias militares, que devem prezar pelo decoro público e pela ética em razão da fé pública neles depositada e que são inerentes ao exercício dessa atividade, e, em razão desse múnus público, devem ser responsabilizados pelos desvios cometidos em seu exercício. 2. Por fim, destaca-se que, nos termos do art. 67, §1º, da Lei Estadual nº 20.656/21, a motivação pode consistir em declaração de concordância com fundamentos de decisões, que, neste caso, serão partes integrantes do ato. 3. **PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à PMPR para conhecimento e providências, **certificando o trânsito em julgado administrativo, nos termos do art. 2º, XXII, pelo esgotamento dos recursos disponíveis**. Em 15.07.25.

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA

24.288.909-6/25

1.Diante da solicitação apresentada no **PROTOCOLADO Nº 24.288.909-6**, **AUTORIZO,** nos termos do art. 15, VI, da Lei Estadual nº 13.666/2002 c/c art. 2º, §1º e art. 5º, ambos do Decreto nº 3.828/2008. 2.**PUBLIQUE-SE** e restitua-se à origem para demais providências. EM 15/07/2025. (Enc. Proc. à SEAP).

94912/2025

Despachos do Chefe da Casa Civil

DESPACHO DO CHEFE DA CASA CIVIL

SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA

24.296.675-9/25

1. De acordo com elementos constantes no **PROTOCOLADO nº 24.296.675-9, EXCEPCIONALIZO** a regra administrativa previstas no art. 1º, III, da Resolução Conjunta nº 01/2024 CC/SEAP/SEFA, visando atender às necessidades da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI). 2. A autorização supra avalizou a questão do mérito administrativo (conveniência e oportunidade) com base nas peças informativas encartadas no protocolado. A análise das questões financeiras e orçamentárias, assim como demais elementos técnicos é de competência do Titular do Órgão/Entidade solicitante. 3. **PUBLIQUE-SE**. Em 15.07.25. (Enc. Proc. à SEMIPI).

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

24.215.082-1/25

1.De acordo com elementos constantes no **PROTOCOLADO nº 24.215.082-1, EXCEPCIONALIZO** as regras administrativas previstas no art. 1º, III, da Resolução Conjunta nº 01/2024 CC/SEAP/SEFA, visando atender as necessidades do Instituto Água e Terra – IAT, especificamente retratada no caderno administrativo.2.**A autorização supra fica condicionada aos limites de acréscimo de despesa com outras despesas correntes, nos termos do Decreto nº 5919/2024 e Resolução Conjunta CC/SEFA nº 01/2024**. A análise das questões financeiras e orçamentárias, assim como demais elementos técnicos é de competência do Titular do Órgão/Entidade solicitante.3.**PUBLIQUE-SE**
EM 15/07/2025 (Enc. Prot. à SEDEST).

94916/2025

Casa Civil

RESOLUÇÃO nº 1292

Designa MARIANNA BAPTISTA DE ARRUDA CAMARGO para exercer suas atividades junto à Secretaria de Estado da Cultura – SEEC.

O CHEFE DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no protocolado nº 24.316.435-4,

RESOLVE:

Art. 1º Designa, nos termos do Decreto nº 1.057, de 28 de março de 2023, a servidora MARIANNA BAPTISTA DE ARRUDA CAMARGO, RG nº 4.XXX.388-X, nomeada pelo Decreto nº 10.527, de 9 de julho de 2025, na Secretaria de Estado do Esporte – SEES, para exercer, a partir do dia 9 de julho de 2025, suas atividades junto à Secretaria de Estado da Cultura – SEEC.

Art. 2º Eventuais despesas da servidora designada com diárias e passagens ficarão a cargo do órgão de destino.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de julho de 2025.

MAIQUEL GUILHERME ZIMANN
Chefe da Casa Civil em exercício

95004/2025

RESOLUÇÃO nº 1293

Designa servidores para exercerem suas atividades junto aos órgãos que especifica.

O CHEFE DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designa, nos termos do Parágrafo único do art. 5º do Decreto nº 78, de 6 de janeiro de 2023, os servidores abaixo relacionados, da Casa Civil, para exercerem suas atividades junto à Superintendência Geral de Articulação Regional – SAR:

I - CLAUDINEI CALORI DE SOUZA, RG nº 4.XXX.846-X, nomeado na Casa Civil pelo Decreto nº 10.405, de 24 de junho de 2025 – SAR-Campo Mourão;

II - AGUINALDO RODRIGUES, RG nº 4.XXX.679-X, nomeado na Casa Civil pelo Decreto 10.494, de 2 de julho de 2025 – SAR-Jacarezinho;

III - AGUINALDO DA SILVA, RG nº 9.XXX.673-X, nomeado na Casa Civil pelo Decreto nº 10.565, de 11 de julho de 2025 – SAR-Londrina;

IV - MARYANNE LOPES MARTINS, RG nº 10.XXX.453-X, nomeada na Casa Civil pelo Decreto nº 10.495, de 2 de julho de 2025 – SAR-Londrina.

Art. 2º Designa, nos termos do Decreto nº 1.057, de 28 de março de 2023, o servidor ADOILSON COSTA, RG nº 1.XXX.333-X, nomeado na Casa Civil pelo Decreto nº 10.511, de 4 de julho de 2025, para desempenhar suas funções junto à Paraná Esporte – PRESP - ER 5-Maringá.

Art. 3º Eventuais despesas dos servidores designados com diárias e passagens ficarão a cargo dos Órgãos de destino.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de julho de 2025.

MAIQUEL GUILHERME ZIMANN
Chefe da Casa Civil em exercício

95005/2025

PORTARIA nº 138

Lota KAIO HENRIQUE DE MORAIS para desempenhar suas funções junto à Subchefia da Casa Civil – SBCC.

O DIRETOR-GERAL DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições legais e regulamentares e,

Considerando o dever da Administração Pública em conferir transparência às funções desempenhadas pelos servidores,

RESOLVE:

Art. 1º Lota o servidor KAIO HENRIQUE DE MORAIS, RG nº 14.XXX.582-X, para desempenhar suas funções junto à Subchefia da Casa Civil – SBCC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de julho de 2025.

MAIQUEL GUILHERME ZIMANN
Diretor-Geral da Casa Civil

95003/2025

DETRAN

Extrato das portarias emitidas pelo Departamento de Trânsito do Paraná
O Diretor-Presidente em exercício do Departamento de Trânsito, no uso de suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7811, de 29/12/83, resolve:

SUSPENDER – A Função Comissionada de Confiança destinada a atribuição de Supervisor, concedida à servidora abaixo relacionada.

SERVIDOR	CPF	PORTARIA	A PARTIR DE	UNIDADE	REVOGA	FCC
MARILUZ TROMBETTA AMADIU	***.080.509-**	580/25	07/07/2025	006ª GUARAPUAVA	1.603/24	2

CONCEDER – À servidora abaixo relacionada, a Função Comissionada de Confiança destinada aos servidores que exercem atribuições de Supervisor.

SERVIDOR	CPF	PORTARIA	A PARTIR DE	UNIDADE	FCC
LEIVA TEREZINHA BRASIL DA LUZ	***.696.699-**	581/25	07/07/2025	006ª GUARAPUAVA	2

Curitiba, 09 de julho de 2025

Lucas Dorini Sabbato
Diretor-Presidente em exercício

93113/2025

Diário OFICIAL Paraná

PORTARIA Nº 569/2025-DAFI

Súmula: Designar Agente de Contratação para atuar como Leiloeiro Administrativo, bem como Equipe de Apoio, visando a coordenação e atendimento do procedimento de leilão n.º 01/2025.

O DIRETOR PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO PARANÁ, DETRAN/PR, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento aos artigos 7º, 8º e 31 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e artigos 3º, 4º e 5º do Decreto Estadual 10.086 de 17 de janeiro de 2022 e demais diplomas legais aplicados à espécie:

RESOLVE:

Art. 1º Designar Luciano Humberto Prestes – RG n.º 6.1XX.XX6-8, estatutário, Agente de Contratação do Departamento de Trânsito do Paraná para atuar como Leiloeiro Administrativo.
Art. 2º Designar Alexandro Sebastião Carneiro de Melo – RG n.º 5.3XX.XX5-0, Ana Silvia Amorim Drewello – RG nº 5.9XX.XX2-6, Franciele Elaine Ferreira – RG n.º 8.0XX.XX6-0, Francisco Miranda Zaro – RG nº 12.7XX.XX4-3 e Rafael Henrique Peguim de Souza –RG nº 11.0XX.XX9-0 para atuarem como Equipe de Apoio ao Leiloeiro.
Art. 3º Delegar ao servidor designado e à equipe de apoio as atribuições e competências estabelecidas na legislação já mencionada no preâmbulo desta Portaria.
Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Datado e assinado eletronicamente

Lucas Dorini Sabbato
Diretor de Administração e Finanças do DETRAN/PR

93621/2025

Procuradoria Geral do Estado

Resolução Nº 177/2025-PGE

Designa Procurador do Estado para substituir em razão das férias regulamentares do titular, Procurador-Chefe da Procuradoria Regional.

O **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições previstas no § 1º do artigo 1º da Lei Complementar nº 161, de 03 de outubro de 2013, com base no art. 70, parágrafo único da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970,

RESOLVE

Art. 1º Designar o Procurador do Estado **Jair Roberto da Silva**, RG 12.XXX.272-X, para, sem prejuízo de suas atribuições, responder pela função de Procurador-Chefe da Procuradoria Regional de Pato Branco, durante 10 (dez) dias, no período de 06/08/2025 a 15/08/2025, em razão das férias regulamentares do exercício de 2025, do titular, Procurador do Estado **Diogo Carvalho Cavalcante Pessoa de Vasconcelos**.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.

Curitiba, datada e assinada digitalmente.

Luciano Borges dos Santos.
Procurador-Geral do Estado

93162/2025

Resolução Nº 178 /2025-PGE

Designa Procurador do Estado para substituir em razão de férias regulamentares do titular, Procurador-Chefe da Procuradoria Regional.

O **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições previstas no § 1º do artigo 1º da Lei Complementar nº 161, de 03 de outubro de 2013, com base no art. 70, parágrafo único da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970,

RESOLVE

Art. 1º Designar o Procurador do Estado **Guilherme Fernandes Pupo**, RG 10.XXX.348-7, para, sem prejuízo de suas atribuições, responder pela função de Procurador-Chefe da Procuradoria Regional de União da Vitória, durante 12 (doze) dias, no período de 07/07/2025 a 18/07/2025, em razão das férias regulamentares do exercício de 2024, do titular, Procurador do Estado Heldo Gugelmin Cunha.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.

Curitiba, datada e assinada digitalmente.

Luciano Borges dos Santos
Procurador-Geral do Estado

93164/2025

Resolução Nº 179 /2025-PGE

Designa Procuradora do Estado para substituir durante saldo de férias do titular, Procurador-Chefe da Procuradoria Regional de Paranaguá.

O **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições previstas no § 1º do artigo 1º da Lei Complementar nº 161, de 03 de outubro de 2013, com base no art. 70, parágrafo único da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970,

RESOLVE

Art. 1º Designar a Procuradora do Estado **Camila Nunes Esperidião**, RG.: 12.XXX.081-X, para, sem prejuízo de suas atribuições, responder pela função de Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional de Paranaguá, durante 10 (dez) dias, no período de 07/07/2025 a 16/07/2025, referente ao saldo de férias do exercício de 2023, do titular, Procurador do Estado Gustavo Henrique Ramos Fadda.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.

Curitiba, datada e assinada digitalmente.

Luciano Borges dos Santos
Procurador-Geral do Estado

93166/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Controladoria Geral do Estado

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
RESOLUÇÃO CGE Nº 80/2025

Designa servidora para exercer a função de Chefe de Núcleo de Integridade e Compliance Setorial na Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa – SEMIPI.

A **CONTROLADORA-GERAL DO ESTADO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º da Lei Estadual nº 21.352, de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora TANIA VANDRELI CORDEIRO MARIANO, matrícula n.º 785464, para exercer a função de Chefe de Núcleo de Integridade e Compliance Setorial junto à Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa – SEMIPI, a partir de 09 de julho de 2025.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o art. 7° da Resolução CGE n.º 07, de 2023.

Curitiba, 09 de julho de 2025.

IZABEL CRISTINA MARQUES
Controladora-Geral do Estado, em substituição

93250/2025

Secretaria da Administração e da Previdência

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/CGE N.º 826/2025

Concede promoção a servidora do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE.

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência** e a **Controladora-Geral do Estado**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 90 da Constituição Estadual, considerando a Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e art. 7° do Regulamento da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, aprovado pelo Decreto n.º 3.888, de 21 de janeiro de 2020, considerando o contido na Lei n.º 13.666/2002, de 05 de julho de 2002, que instituiu o Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, considerando o Despacho do Governador, de 4 de abril de 2025 (protocolo n.º 23.342.639-3), e o disposto no Protocolo n.º 24.208.643-0,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder à servidora estável e ativa do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, regido pela Lei Estadual n.º 13.666, de 05 de julho de 2002, 1 (uma) classe salarial a título de **PROMOÇÃO POR AQUISIÇÃO DA ESTABILIDADE**, na forma do inciso I, §1º do Art. 9ºA da Lei Estadual n.º 13.666/02, conforme o Anexo I desta Resolução.

Art. 2º Determinar o processo de implantação e registro dos institutos de desenvolvimento funcional no sistema RH-Paraná/Meta4 à Unidade de Recursos Humanos da servidora.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de julho de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Izabel Cristina Marques
Controladora-Geral do Estado, em substituição

ANEXO I

PROMOÇÃO POR AQUISIÇÃO DE ESTABILIDADE

NOME	RG	LF	ÓRGÃO	CARGO	DE	PARA
					CL	CL
LARISSA CLEMENTINA MACHADO	8.XXX.995-X	1	CGE	Agente Profissional	I	II

93437/2025

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/PGE N.º 820/2025

Concede promoção aos servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE.

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência** e o **Procurador Geral do Estado**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 90 da Constituição Estadual, considerando a Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e art. 7° do Regulamento da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, aprovado pelo Decreto n.º 3.888, de 21 de janeiro de 2020, considerando o contido na Lei n.º 13.666/2002, de 05 de julho de 2002, que instituiu o Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, considerando o Despacho do Governador, de 4 de abril de 2025 (protocolo n.º 23.342.639-3), e o disposto no Protocolo n.º 24.188.573-9,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder aos servidores estáveis e ativos do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, regido pela Lei Estadual n.º 13.666, de 05 de julho de 2002, 1 (uma) classe salarial a título de **PROMOÇÃO POR CAPACITAÇÃO**, na forma do inciso II, §1º do Art. 9ºA da Lei Estadual n.º 13.666/02, conforme o Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Determinar o processo de implantação e registro dos institutos de desenvolvimento funcional no sistema RH-Paraná/Meta4 às Unidades de Recursos Humanos dos servidores.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de julho de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Luciano Borges dos Santos
Procurador-Geral do Estado

ANEXO ÚNICO

PROMOÇÃO POR CAPACITAÇÃO

NOME	RG	LF	ÓRGÃO	CARGO	DE	PARA
					CL	CL
CAROLINA MICHALSZYSZYN	7.XXX.990-X	1	PGE	AGE	II	III
DEYSE CALEGARI	15.XXX.425-X	1	PGE	AGE	II	III

93729/2025

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SEAB/ADAPAR N.º 822/2025

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência**, **o Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento** e o **Diretor-Presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR**, no uso das atribuições legais conferidas pela no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 90 da Constituição Estadual e pela Lei Estadual n.º 21.352 de 01 de janeiro de 2023, e considerando a necessidade de declarar estabilidade dos servidores pertencentes ao Quadro Próprio da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - QPDA, conforme disposto no protocolo n.º 24.221.066-2,

RESOLVEM:

Art. 1° Declarar a estabilidade no serviço público estadual, aos servidores pertencentes ao Quadro Próprio da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – QPDA, que tiveram o estágio probatório realizado no período de 27/06/2022 a 28/06/2025, conforme determinado nos artigos 9º ao 12, da Lei n.º 21112, de 30 de junho de 2022, conforme segue:

Nome	RG	Cargo	Função	Período Estágio Probatório
Aline Ticiani Pereira Paschoal	9.XXX.441-X	FDA	Médico Veterinário	27/06/22 a 27/06/25
Giovana Rodrigues Gomes	1.XXX.396-X	FDA	Médico Veterinário	27/06/22 a 27/06/25
Lais Regina Padilha Godinho	9.XXX.410-X	AFDA	Técnico Agrícola/Agropecuário	27/06/22 a 27/06/25
Gabriela Maria Benedetti Vasques	10.XXX.780-X	FDA	Médico Veterinário	28/06/22 a 28/06/25

*Cargo: AFDA -Assistente de fiscal da Defesa agropecuária; FDA - Fiscal da Defesa agropecuária

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de julho de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Marcio Fernando Nunes
Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento

Otamir Cesar Martins
Diretor-Presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná

93533/2025

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SEAB/IDR N.º 804/2025

Resolução retificadora de concessão de progressão por Avaliação de Desempenho aos servidores do Quadro Próprio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER – QPIDR.

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência**, o **Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento** e o **Diretor-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER**, no uso de suas atribuições legais, considerando o artigo 13-A da Lei Complementar n.º 231, de 17 de dezembro de 2020, o Despacho do Governador de 04 de abril de 2025 (Protocolo n.º 23.342.639-3) o contido na Lei n.º 21.108, de 30 de junho de 2022, que instituiu o Quadro Próprio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER e o disposto no Protocolo n.º 23.803.737-9,

RESOLVEM:

Art. 1º Retificar o Anexo Único da **Resolução Conjunta SEAP/SEAB/IDR nº 670/2025**, publicada no Diário Oficial n.º 11904 de 19 de maio 2025, que concedeu progressão por Avaliação de Desempenho, aos servidores do Quadro Próprio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER - QPIDR, regido pela Lei Estadual n.º 21.108 de 30 de junho de 2022 , aos servidores a seguir:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

N.	NOME	RG	ID	LF	CARGO	DE		PARA	
						CL	REF.	CL	REF.
1	IVETE EFIGENIA DA SILVA EVANGELISTA	3.XXX.716-X	178187	1	PROFISSIONAL ADMINISTRATIVO	PA1	13	PA1	14
2	JEFFERSON PASCOINI	9.XXX.524-X	565309	2	PROFISSIONAL AUXILIAR	PO1	7	PO1	8

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 02 de julho de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Marcio Fernando Nunes
Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

Diniz Dias Doliveira
Diretor-Presidente Substituto do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR -EMATER

93082/2025

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SEAB/IDR N.º 807/2025

Concede Progressão por Avaliação de Desempenho do Quadro Próprio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER - QPIDR.

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência**, o **Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento** e o **Diretor-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER**, no uso de suas atribuições legais, considerando o artigo 13-A da Lei Complementar n.º 231, de 17 de dezembro de 2020, o Despacho do Governador de 04 de abril de 2025 (Protocolo n.º 23.342.639-3) o contido na Lei nº 21.108, de 30 de junho de 2022, que instituiu o Quadro Próprio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER e o disposto no Protocolo n.º 24.132.833-3,

RESOLVEM:

Art. 1° Conceder Progressão por Avaliação de Desempenho, na forma dos art.° 13 e 14, da Lei n.º 21.108/2022, aos servidores relacionados no Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Determinar o processo de implantação e registro dos institutos de desenvolvimento funcional no sistema RH-Paraná/Meta4 à Unidade de Recursos Humanos dos servidores.

Art. 3º Esta Resolução Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de julho de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Marcio Fernando Nunes
Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

Diniz Dias Doliveira
Diretor-Presidente Substituto do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER

ANEXO ÚNICO

N.	NOME	RG	ID	LF	CARGO	DE		PARA	
						CL	REF.	CL	REF.
1	MYLLER VINICIUS RAMOS ANDRADE	10.XXX.535-X	615015	1	PROFISSIONAL ESPECIALISTA	PE1	5	PE1	6

93713/2025

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SEEC N.º 817/2025

Retifica a estabilidade dos servidores que cumpriram o prazo legal vigente e obtiveram aprovação na Avaliação Especial de Desempenho de Estágio Probatório – AEDEP.

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência** e a **Secretária do Estado da Cultura**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90 da Constituição do Estado do Paraná, e pelo art. 4º da Lei Estadual n.º 21.352, de 01 de janeiro de 2023, e o contido no protocolo n.º 23.985.611-0,

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o Anexo único da Resolução Conjunta SEAP/SEEC n.º 747/2025, publicada no DIOE n.º 11922 de 12/06/2025 para que conste da seguinte forma:

Onde se lê:

Nome	CPF	RG	Função	Decreto de Nomeação	Diário Oficial	Data de Admissão	Processo de Avaliação	Estabilidade a partir de
Paola Carolina Polo	056.XXX.XXX-00	9.XXX.746-X	Bibliotecário	11182 de 24/05/2022	11182 de 24/05/2025	20/06/2022	20.511.435-1	20/06/2025

Leia-se:

Nome	CPF	RG	Função	Decreto de Nomeação	Diário Oficial	Data de Admissão	Processo de Avaliação	Estabilidade a partir de
Paola Carolina Polo	056.XXX.XXX-00	9.XXX.746-X	Bibliotecário	11182 de 24/05/2022	11182 de 24/05/2022	20/06/2022	20.511.435-1	20/06/2025

Curitiba, 08 de julho de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Luciana Casagrande Pereira Ferreira
Secretária de Estado da Cultura

93489/2025

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SEEC N.º 823/2025

Concede promoção aos servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE.

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência** e a **Secretária de Estado da Cultura**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 90 da Constituição Estadual, considerando a Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e art. 7° do Regulamento da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, aprovado pelo Decreto n.º 3.888, de 21 de janeiro de 2020, considerando o contido na Lei n.º 13.666/2002, de 05 de julho de 2002, que instituiu o Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, considerando o Despacho do Governador, de 4 de abril de 2025 (protocolo n.º 23.342.639-3), e o disposto no Protocolo n.º 24.235.212-2,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder aos servidores estáveis e ativos do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, regido pela Lei Estadual n.º 13.666, de 05 de julho de 2002, 1 (uma) classe salarial a título de **PROMOÇÃO POR AQUISIÇÃO DA ESTABILIDADE**, na forma do inciso I, §1º do Art. 9ºA da Lei Estadual n.º 13.666/02, conforme o Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Determinar o processo de implantação e registro dos institutos de desenvolvimento funcional no sistema RH-Paraná/Meta4 às Unidades de Recursos Humanos dos servidores.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de julho de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Luciana Casagrande Pereira Ferreira
Secretária de Estado da Cultura

ANEXO ÚNICO

PROMOÇÃO POR AQUISIÇÃO DE ESTABILIDADE

NOME	RG	LF	ÓRGÃO	CARGO	DE	PARA
					CL	CL
ANA LUCIA TULIO JUKI	4.XXX.434-X	1	SEEC	AP	I	II
PAOLA CAROLINA POLO	9.XXX.746-X	1	SEEC	AP	I	II
PHABLO RODRIGUES BOZZA	12.XXX.868-X	1	SEEC	AP	I	II
ROSENILDA GOULART DA LUZ	4.XXX.151-X	1	SEEC	AP	I	II

93781/2025

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SEIC/JUCEPAR N.º 821/2025

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência**, o **Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Serviços** e o **Presidente da Junta Comercial do Paraná - JUCEPAR**, , no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Estadual n.º 19848 de 03 de maio de 2019, publicada no DIOE, Edição 10439 de vinte de maio de 2019 e também considerando o contido na Portaria JCP n.º 128/2020 com publicação no DIOE n.º 10.832 em 15 de dezembro de 2020, também a Portaria JCP n.º 177 de 12 de dezembro de 2023, com publicação no DIOE-Edição n.º 11561 de 13 de dezembro de 2023 e Resolução SEIC n.º 15 de 03 de setembro de 2024, publicada no DIOE-Edição n.º 11738 de 04 de setembro de 2024,

RESOLVEM:

Art. 1° Declarar a estabilidade a quatro (4) servidores ocupantes do cargo de Agente de Execução e três (3) Agente Profissional do Quadro Próprio do Poder Executivo, relacionados no Anexo único à presente Resolução, que obtiveram conceito suficiente na avaliação do desempenho do estágio probatório, realizado pela comissão para tal finalidade no âmbito da Junta Comercial do Estado do Paraná

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação de acordo com o anexo único abaixo.

Curitiba, 09 de julho de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Marco Aurelio Ribeiro
Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Serviços

Marcos Sebastião Rigoni de Mello
Presidente da Junta Comercial do Paraná

ANEXO ÚNICO
DECLARAÇÃO DE ESTABILIDADE

NOME	RG	QUADRO	CARGO	ADMISSÃO EM	ESTABILIDADE A PARTIR DE
FABIO MICHELON SIMER	9.XXX.216-X/PR	QPPE	Agente de Execução	20/06/2022	21/06/2025
LARA PASTORELLO PANACHUK	1.XXX.995/MS	QPPE	Agente de Execução	20/06/2022	21/06/2025
LUIZ IWAMURA	3.XXX.743-X/PR	QPPE	Agente de Execução	28/06/2022	29/06/2025
MARIA GORETTI WUNSCH	3.XXX.042-X/PR	QPPE	Agente de Execução	29/06/2022	30/06/2025
DEOLINDO DE CAMPOS RODRIGUES	3.XXX.439-X/PR	QPPE	Agente Profissional	27/06/2022	28/06/2025
MARIA ONYSZKIEWICZ DA CUNHA	4.XXX.703-X/PR	QPPE	Agente Profissional	22/06/2022	23/06/2025
MARINILDA APARECIDA DOS SANTOS	5.XXX.040-X/PR	QPPE	Agente Profissional	28/06/2022	29/06/2025

93521/2025

RESOLUÇÃO SEAP N.º 9563/2025

Concede promoção aos servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE.

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 90 da Constituição Estadual, considerando a Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e art. 7° do Regulamento da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, aprovado pelo Decreto n.º 3.888, de 21 de janeiro de 2020, considerando o contido na Lei n.º 13.666/2002, de 05 de julho de 2002, que instituiu o Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, considerando o Despacho do Governador, de 4 de abril de 2025 (protocolo n.º 23.342.639-3), e o disposto no Protocolo n.º 24.212.999-7,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores estáveis e ativos do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, regido pela Lei Estadual n.º 13.666, de 05 de julho de 2002, 1 (uma) classe salarial a título de **PROMOÇÃO POR AQUISIÇÃO DA ESTABILIDADE**, na forma do inciso I, §1º do Art. 9ºA da Lei Estadual n.º 13.666/02, conforme o Anexo I desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de julho de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

ANEXO I

PROMOÇÃO POR AQUISIÇÃO DE ESTABILIDADE

NOME	RG	LF	ÓRGÃO	CARGO	DE	PARA
					CL	CL
ANTONIO VALENTIN GRANDO JUNIOR	8.xxx.557-x	01	SEAP	AGP	I	II
EMILIA DOMINGOS BUENO DA SILVA	10.xxx.243-x	01	SEAP	AGP	I	II
GISELE MARIA FERREIRA	3.xxx.453-x	01	SEAP	AGP	I	II
JULIANA AUGUSTYNCZYK	7.xxx.113-x	01	SEAP	AGE	I	II
RAFAEL SANTOS DE SOUZA	12.xxx.186-x	01	SEAP	AGP	I	II
SHIRLEY CRISTINA KOZLOWSKI SIMONSEN	5.xxx.341-x	01	SEAP	AGP	I	II
VITOR ELIAS DA SILVA NETO	7.xxx.337-x	01	SEAP	AGP	I	II

93548/2025

Resolução SEAP nº. 9703

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2000,

R E S O L V E:

Transferir para a Reforma, por implemento de idade, o Policial Militar, de acordo com o artigo 154, parágrafo 2º, artigo 163, incisos I e II, artigo 169 e artigo 170, alínea "A", da Lei nº 1943/54.

NOME	QUADRO	CARGO	RG	UF	IDADE	DT. NASC.	DATA REFORMA
ANTONIO JOSE DA SILVEIRA	PM	1º Sargento	1.XXX.533-X	PR	72	23/12/1952	23/12/2020

Curitiba, 10 de julho de 2025

LUIZÃO GOULART
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

93353/2025

Resolução SEAP nº 9657/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições legais e considerando o disposto na Lei Estadual nº 21.352, de 1° de janeiro de 2023 e pelo Decreto nº 9327 de 24 de março de 2025,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar o servidor Marcelo Garcia Pereira, RG nº 6.XXX.841-X, para responder como Chefe do Núcleo Administrativo Setorial da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística – SEIL/NAS no período de 30/07/2025 a 08/08/2025, em virtude das férias do titular da função, o servidor Fernando Henrique de Farias Vaz Pinto, RG n°10.XXX.943-X.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de julho de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

93498/2025

Resolução SEAP nº 9688/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições legais e considerando o disposto na Lei Estadual nº 21.352, de 1° de janeiro de 2023 e pelo Decreto n° 9327 de 24 de março de 2025,

RESOLVE:

Art. 1° Designar a servidora Sabrina Padoani de Oliveira Dias, RG N° 10.XXX.963-X, para responder como Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial da Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP/NRHS, no período de 07/07/2025 a 26/07/2025, em virtude das férias do titular da função, o servidor Luis Gustavo Oribka, RG N° 9.XXX.457-X.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data acima.

Curitiba, 09 de julho de 2025

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

93497/2025

RESOLUÇÃO SEAP nº 9.475/2025

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência – SEAP**, no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei Estadual n.º 19.848, de 03 de maio de 2019, os Decretos n.º 3.764, de 25 de outubro de 2004, e n.º 3.888, de 21 de janeiro de 2020, bem como o contido no Protocolo n.º 21.197.909-7 e no Edital de Processo de Seleção Interno n.º 01/2024 – SEAP:

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro nomeado, comporem **a "Comissão de Avaliação para o Processo de Seleção Interno",** com a finalidade de analisar os documentos, processos e instrumentos de avaliação pedagógicos, referentes ao segundo edital de resultado do Processo de Seleção Interno, destinado à habilitação de servidores estatutários do Poder Executivo Estadual para atuação e prestação de serviços nos programas de capacitação da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, por meio da Escola de Gestão do Paraná, conforme disposto no Edital de Processo de Seleção Interno n.º 01/2024 – SEAP:

SERVIDOR	RG	ÓRGÃO
Ronald Márcio de Lima	4.486.117-8	Seap/EGP
Andréa Cristina Ferreira Pinto	6.992.408-5	Seap/EGP
Everson Ferreira de Andrade	6.724.820-1	Seap/EGP
Mariana Sant'ana Miceli	14.750.334-2	Seap/EGP

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de junho de 2025.

(Assinado eletronicamente)
Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

93495/2025

RESOLUÇÃO SEAP n. 9.705/2025

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Autorização Governamental exarada à folha 114 do Protocolo n. 19.307.856-7, e considerando o art. 5°, inciso LV, e o art. 37, ambos da Constituição Federal, e a Lei Estadual n. 20.656, de 03 de agosto de 2021;

RESOLVE:

Art. 1°. Instaurar o Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade (PAAR) em desfavor da empresa **C2VENDAS LTDA** (anteriormente denominada SUPEREXPEDIENTES E ARTES LTDA), CNPJ n.º 11.355.566/0001-52, para apuração de possíveis irregularidades praticadas no bojo do **Pregão Eletrônico n. 1386/2021**, cujo objeto era o registro de preços para a futura e eventual aquisição de materiais de apoio para atividades educativas, em razão de não ter entregue as amostras referentes ao Lote 03, acarretando a não manutenção da proposta.

Art. 2°. Fundamentar a presente instauração no Art. 152, inciso I c/c Art. 154, inciso II, todos da Lei Estadual n. 15.608/2007.

Art. 3°. Encaminhar à Comissão Permanente de Processo Administrativo para as devidas providências e o respectivo processamento legal.

Art. 4°. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de julho de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

93550/2025

RESOLUÇÃO SEAP n. 9.706/2025

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Autorização Governamental exarada à folha 205 do Protocolo n. 20.653.624-1, e considerando o art. 5°, inciso LV, e o art. 37, ambos da Constituição Federal, e a Lei Estadual n. 20.656, de 03 de agosto de 2021;

RESOLVE:

Art. 1°. Instaurar o Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade (PAAR) em desfavor da empresa **MARIA DO CARMO PIASETZKI - DISTRIBUIDORA E PRESTADORA DE SERVICOS**, CNPJ n.º 13.190.691/0001-85, para apuração de possíveis irregularidades praticadas no bojo do **Pregão Eletrônico n. 77/2023**, cujo objeto era o Registro de preços para a futura e eventual aquisição de carne suína, em razão de não apresentar o descritivo da proposta e os documentos de habilitação relativos aos lotes 03 e 06, acarretando a não manutenção da proposta.

Art. 2°. Fundamentar a presente instauração no artigo 150, II e III, artigo 152, I e III e artigo 154, II, todos da Lei Estadual n.º 15.608/2007.

Art. 3°. Encaminhar à Comissão Permanente de Processo Administrativo para as devidas providências e o respectivo processamento legal.

Art. 4°. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de julho de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência
93558/2025

RESOLUÇÃO SEAP nº 9.707/2025

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Autorização Governamental exarada à folha 205 do Protocolo n. 20.653.624-1, e considerando o art. 5°, inciso LV, e o art. 37, ambos da Constituição Federal, e a Lei Estadual n. 20.656, de 03 de agosto de 2021;

RESOLVE:

Art. 1°. Instaurar o Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade (PAAR) em desfavor da empresa **JMF COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA**, CNPJ n.º 36.953.179/0001-49, para apuração de possíveis irregularidades praticadas no bojo do **Pregão Eletrônico n. 77/2023**, cujo objeto era o Registro de preços para a futura e eventual aquisição de carne suína, em razão de não apresentar o descritivo da proposta e os documentos de habilitação relativos aos lotes 06 e 07, acarretando a não manutenção da proposta.

Art. 2°. Fundamentar a presente instauração no artigo 150, II e III, artigo 152, I e III e artigo 154, II, todos da Lei Estadual n.º 15.608/2007.

Art. 3°. Encaminhar à Comissão Permanente de Processo Administrativo para as devidas providências e o respectivo processamento legal.

Art. 4°. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de julho de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência
93569/2025

Gabinete do Secretário

DESPACHO Nº: 1124/2025
Protocolo nº: 23.564.744-3
Interessado: Município de Rio Azul
Assunto: Doação de Veículo automotor à Município do Paraná
Data: 14/07/2025

1. O presente expediente trata da solicitação formal do Município de Rio Azul, que pleiteia doação de veículo, atualmente vinculado à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP.

2. O bem possui as seguintes características:

Placa	Modelo	Ano	Renavam	Patrimônio
AVZ5399	VW/KOMBI	2012/2013	488394082	100001336924

3. Considerando:

a) Parecer nº 316/2025 – DETO (mov.35), do Departamento de Gestão do Transporte Oficial – SEAP/DETO/DDV, atestando a inexistência de impedimentos técnicos quanto à doação do(s) veículo(s) indicado(s);

b) Declaração de Inservibilidade/Desnecessidade de veículo (mov.31);

4. Assim, **RECONHEÇO** a situação de dispensa de licitação, nos termos do art. 76 da Lei 14.133/2021, do art. 610 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, bem como **AUTORIZO**, com fundamento nos arts. 1º, 2º e 3º do Decreto n° 4.336/2009 e no art. 1º da Lei Estadual nº 20.790/2021, a doação respectivo veículo.

Restitua-se ao Departamento de Gestão do Transporte Oficial – DETO/SEAP demais gestões que o caso requer.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência
93801/2025

PARANAPREVIDÊNCIA

PARANAPREVIDÊNCIA

Resumo dos atos de concessão de benefícios previdenciários - **Os Diretores Presidente e de Previdência da PARANAPREVIDÊNCIA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela lei Nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, **CONCEDEM** os benefícios previdenciários abaixo relacionados:

Ato n.142815/25, Pensão por morte, Protocolo 23.425.779-0. Segurado: LEANDRO SARMENTO SANTOS, CPF 09546421987 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiários: ROSANE MARLEI ARNDT, Convivente, Cota 50%, Valor R$ 6675.61; ABNER GUILHERME CHAVES ARNDT, Menor Sob Guarda, Cota 50%, Valor R$ 6675.61. Total do Benefício R$ 13351.22

Curitiba, 14 de julho de 2025

93711/2025

Secretaria da Agricultura e do Abastecimento

ADAPAR

PORTARIA Nº **265,** DE 10 DE JULHO DE 2025.

Designa servidor para responder pelas atividades do Escritório Regional de União da Vitória, no período de férias do titular.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13, inciso XIII, do anexo a que se refere o Decreto nº 5.702 de 03 de Maio de 2024, em conformidade com o art. 48 da Lei Est. nº 22.207 de 04 de Dezembro de 2024, resolve:

Art.1º Designar o servidor **IVANIR ANTONIO MARCON,** RG nº 1.XXX.132-X SSP/PR, para responder pelas atividades relativas ao Escritório Regional de União da Vitória, no período de 28/07/2025 a 08/08/2025, em substituição ao servidor **LUIZ GONZAGA CECHINEL JUNIOR**, RG n° 14.XXX.702-X, SSP/PR, por motivo de férias do titular.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

OTAMIR CESAR MARTINS
Diretor Presidente

PORTARIA Nº **268**, DE 11 DE JULHO DE 2025.

*Decisão Processo de Sindicância. P*rotocolo nº 23.781.352-9.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere Decreto nº 5.702, de 3 de maio de 2024, e, Portaria Adapar nº 201, de 29 de maio de 2025, desta Presidência, publicada no Diário Oficial do Poder Executivo nº 11.912, de 29 de maio 2025, destinada a apurar as irregularidades

apontadas no protocolo supra.

DECIDE:

I - Acolher a recomendação do Diretor Administrativo-Financeiro para, acatando as razões constantes do relatório final da Comissão de Sindicância, determinar o arquivamento do processo sindicante por ausência de culpa do servidor envolvido na irregularidade objeto da apuração, nos termos art. 125, inc. IV, alínea 'a', da Lei Estadual nº 20.656, de 3 de agosto de 2021.

II - Encaminhar, nos termos do art. 1º, do Decreto Estadual nº 1.195, de 2 de maio de 2011, C/C os termos da Lei Estadual nº 17.745, de 30 de outubro de 2013, cópia desta Decisão à Controladoria Geral do Estado – CGE.

Publique-se.
OTAMIR CESAR MARTINS
Diretor Presidente

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ - ADAPAR

EXTRATO DE CONVÊNIOS – TERMO DE COOPERAÇÃO 022/2025
PARTES: Agência de Defesa Agropecuária do Paraná -ADAPAR e Prefeitura Municipal de NOVA AURORA - PR.
OBJETO: Disposição funcional de servidor municipal para prestar serviços junto a ADAPAR.
OTAMIR CESAR MARTINS
Diretor Presidente

93390/2025

PORTARIA Nº **266,** DE 10 DE JULHO DE 2025.

Designa servidora para substituição da Chefe de Divisão do Programa de Controle da Raiva, EEB e Bem-Estar Animal, no período de férias da titular.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13, inciso XIII, do anexo a que se refere o Decreto nº 5.702 de 03 de maio de 2024, e em conformidade com a Lei Est. n° 6.174/70 e Lei nº 22.207 de 04 de dezembro de 2024, resolve:

Art.1º Designar a servidora **PATRICIA MUZOLON,** RG nº 6.XXX.782-X SSP/PR, para responder pelas atividades relativas ao Programa de Controle da Raiva, EEB e Bem-Estar Animal, no período de 06/08/2025 a 15/08/2025, em substituição a servidora **ELZIRA JORGE PIERRE,** RG n° 2.XXX.575-X SSP/PR, por motivo de férias da titular.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.
OTAMIR CESAR MARTINS
Diretor Presidente

PORTARIA Nº **267,** DE 10 DE JULHO DE 2025.

Remover por permuta os servidores Rayanne Thainá Chapuís Maia e Fernando Gurski.

O **DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ,** no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13, inciso XIII, do anexo a que se refere o Decreto nº 5.702 de 03 de maio de 2024, Art. 69 do Lei nº 6174/70 e considerando o contido no protocolado nº 24.183.753-0.

Considerando que a remoção por permuta de lotação entre servidores se processa a pedido dos interessados, observando o interesse da administração;

Considerando que os servidores interessados na permuta de lotação possuem a mesma formação profissional; e

Considerando que a Chefe Regional de Curitiba não se opõe ao pleito, posição referenciada pelo Diretor de Defesa Agropecuária em exercício;

RESOLVE:

Art.1º- Remover por permuta os servidores **RAYANNE THAINA CHAPUIS MAIA -** RG 1.XXX.128 SSP/RO, ocupante do cargo de Assistente de Fiscalização da Defesa Agropecuária, função Técnico Agrícola/Agropecuário, lotada na EL de Cerro Azul para a EL de Colombo, e **FERNANDO GURSKI,** RG 12.XXX.005-X SSP/PR, ocupante do cargo de Assistente de Fiscalização da Defesa Agropecuária, função Técnico Agrícola/Agropecuário, lotado na EL de Colombro para a EL de Cerro Azul.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos funcionais a partir de 11/08/2025.

Publique-se.
OTAMIR CESAR MARTINS
Diretor Presidente

PORTARIA Nº **269,** DE 11 DE JULHO DE 2025.

Designa Comissão de Sindicância. Protocolo nº23.061.174-2

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere os artigos 99, da Lei Estadual nº 20.656, de 03 de agosto de 2021, art. 3, do Decreto Estadual nº 5.792, de 30 de agosto de 2012 e art. 13, inciso XIII, do anexo a que se refere o Decreto Estadual nº 5.702, de 03 de maio de 2024,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Comissão Sindicância com a finalidade de apurar os fatos e regularidade dos procedimentos de fiscalizações, descritos no protocolado supra que ocorreram no âmbito da ADAPAR – Escritório Local de Foz do Iguaçú.

Art. 2º Designar os servidores **ANA CAROLINE PAGGI** – RG nº 07.0XX.236XXX SESP/SC e **JOSIENO MENDES PEREIRA**, RG nº 1X.4XX.8XX-0 SESP/PR, para sob a Presidência da primeira nomeada, comporem a Comissão de Sindicância que promoverá os atos necessários à presente apuração.

Art. 3º A presente Sindicância deverá ser iniciada no prazo de 03 (três) dias, contados da designação dos membros da comissão, e concluído em 15 (quinze) dias, a fluir de sua publicação no DOEPR, consoante o disposto no art. 117 da Lei nº 20.656/21.

Parágrafo Único: Devem ser priorizados o uso de meios audiovisuais para reuniões, oitivas, aos atos presenciais, e, aqueles que demandem em deslocamentos, serão admitidos estritamente essenciais e justificados.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Publique-se.
OTAMIR CESAR MARTINS
Diretor Presidente

93374/2025

DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 01/2025

Protocolo: 23.186.742-2

1.O procedimento teve seu regular andamento em conformidade com os ditames legais e regulamentares, respeitando os princípios fundamentais que norteiam o processo administrativo, dentre eles a ampla defesa e contraditório, exigidos pelo art. 5º, inc. LV, da Constituição da República. 2. De acordo com as informações constantes no protocolado n° 23.186.742-2, acolho a proposição contida no Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo, e a informação nº 264/2025 – AT/SUP, as quais acolho como razões de decidir, aplicando a empresa **JAB COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DEPRODUTOS LTDA,** CNPJ nº 15.496.101/0001-72, a penalidade de Suspensão Temporária de Participação em Licitação e Impedimento de Contratar com a Administração, pelo prazo de seis meses, nos termos do art. 196, inc. VI e § 3º da Lei nº 14.133/2021.Publique-se e encaminhe-se a para ciência da empresa e interessados, bem como demais providências cabíveis, inclusive registro da penalidade no GMS.

Adalberto Luiz Valiati
Diretor Administrativo-Financeiro

93371/2025

Secretaria das Cidades

RESOLUÇÃO CONJUNTA
N° 023/2025/SECID-ADAPAR

O SECRETÁRIO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Decreto nº 9.322/2025, bem como a Resolução nº 028/2025, art. 1º, inciso I, em conjunto com a AGENCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ, na forma do que dispõe o inciso V e VI do artigo 4°, da Lei Complementar n° 21.352/2023;

Considerando que o artigo 35 da Lei Complementar n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, incisos XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, atribui à Secretaria de Estado das Cidades a competência para:

(I) Planejar, coordenar a execução e a fiscalização de projetos, obras e serviços de engenharia de edificações de interesse estadual;

(II) Realizar as atividades de suporte às ações estaduais afetas às obras e serviços de engenharia de edificações de interesse estadual;

(III) Realizar e prestar apoio na elaboração de estudos de viabilidade e termos de referência, bem como de licitação e contratação de projetos, obras e serviços de engenharia, além da fiscalização, do monitoramento e do recebimento de projetos, obras e serviços de engenharia da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Estado do Paraná;

Considerando o contido no Protocolo n° 22.185.390-3

RESOLVEM

Art. 1º. Estabelecer, de maneira conjunta, diretrizes para atuação coordenada do Diretor-Presidente da Agencia de Defesa Agropecuária do Paraná, doravante

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

denominada DEMANDANTE, e da Secretaria de Estado das Cidades - SECID, doravante denominada DEMANDADA, no planejamento, contratação, execução, gestão e fiscalização do Serviço de Engenharia concernente à:

I - A contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia para Reparos na Agência SEAB/ADAPAR, localizado na Rua Souza Naves, 77, Centro,no município de Dois Vizinhos – PR.

Parágrafo único. A presente Resolução Conjunta não se aplica quando for adotado o Regime de Execução Orçamentária Descentralizada (REOD), de que trata o Decreto Estadual nº 11.180, de 23 de maio de 2022.

Art. 2º. O planejamento, contratação, execução, gestão e fiscalização de projetos, obras e serviços de engenharia de que trata a presente resolução compreende as seguintes etapas:

I – Elaboração do Estudo Técnico Preliminar pela DEMANDANTE, para o que poderá solicitar participação técnica da DEMANDADA;
II – Indicação dos recursos orçamentários pela DEMANDANTE, com base no orçamento estimativo preliminar do Estudo Técnico Preliminar;
III – Definição do objeto da contratação, pela DEMANDANTE, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso, para o que poderá solicitar participação técnica da SECID;
IV – Elaboração, pela DEMANDADA, do mapa de preços e demais documentos da fase interna da licitação que não estejam atribuídos à DEMANDANTE por esta resolução ou pela legislação em vigor.
V – Nova indicação, quando necessário, dos recursos orçamentários pela DEMANDANTE, com base no orçamento estimativo definitivo no termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo;
VI – Designação do agente ou comissão de contratação pela DEMANDADA;
VII – Elaboração do edital da licitação pela DEMANDADA;
VIII – Autorização da licitação pela DEMANDADA;
IX – Realização dos atos licitatórios ou dos atos do processo de contratação direta pela DEMANDADA;
X – Homologação da licitação e adjudicação pela DEMANDADA;
XI – Celebração do contrato pela DEMANDADA;
XII – Fiscalização da execução do CONTRATO por fiscal designado pela DEMANDADA.
XIII – Gestão do CONTRATO por gestor designado pela DEMANDADA.

§ 1º. Observados os procedimentos do Sistema de Gestão de Materiais (GMS) e do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC), a DEMANDADA efetuará a descentralização do contrato e seus aditivos ao DEMANDANTE, que ficará responsável pelo empenho, liquidação e pagamento da despesa.

§ 2º. A DEMANDADA enviará à DEMANDANTE os documentos necessários ao empenho, liquidação e pagamento, tais como contratos, termos aditivos, notas fiscais, medições e termos de recebimento.

§ 3º. Além das etapas previstas neste artigo, os processos de contratação observarão todas as etapas e formalidades previstas no Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, na Lei Federal n° 4.320 de 17 de março de 1.964 e nos Decretos e Instruções Normativas da Secretaria de Estado da Fazenda que regulam a execução da despesa pública.

§ 4º. No intuito de evitar problemas de comunicação e transtornos na execução, a
DEMANDADA encaminhará eventuais solicitações em relação ao andamento e condução da obra ou serviço ao responsável designado pela DEMANDADA, evitando a intervenção direta junto à contratada, ao fiscal ou ao gestor do contrato.

Art. 3º. O apoio técnico da DEMANDADA à DEMANDANTE na elaboração do Estudo Técnico Preliminar, na definição do objeto da contratação e na instrução de eventuais aditivos será prestado através do seu corpo técnico e incluirá a coordenação da equipe encarregada, quando necessário para cumprir o que determinam os artigos 444 e 451, § 3º, do Decreto Estadual n° 10.086 de 17 de janeiro de 2022.

Parágrafo Único. A aprovação dos Estudos Técnicos Preliminares e Termos de Referência será feita conjuntamente pela DEMANDANTE e pela DEMANDADA.

Art. 4º. Caberá:

I - À DEMANDADA a emissão e o pagamento da (s) Anotação (ões) de Responsabilidade Técnica e Registro (s) de Responsabilidade Técnica relativas aos procedimentos técnicos realizados.

II – À DEMANDANTE a publicação dos atos previstos em Lei no Diário Oficial da União e em jornal diário de grande circulação, arcando com os respectivos custos.

Art. 5º. Os pedidos de eventuais alterações contratuais serão instruídos tecnicamente pela DEMANDADA com observância das determinações do Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022 e submetidos à DEMANDANTE para as providências orçamentárias e financeiras, quando for o caso.

Art. 6º. A DEMANDANTE poderá solicitar a DEMANDADA relatórios periódicos ou especiais sobre o processo de contratação e a execução dos serviços.

Art. 7º. A DEMANDANTE indicará à DEMANDADA um membro de seu quadro funcional para compor a COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, em eventual apuração de responsabilidade da CONTRATADA.

Art. 8º. Não haverá transferência de recursos orçamentários ou financeiros entre a DEMANDANTE e a DEMANDADA.

Art. 9º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos até o termo final do prazo de garantia dos serviços realizados, inclusive a prevista no art. 618 do Código Civil.

PUBLIQUE-SE, ANOTE-SE, CUMPRA-SE

Felipe Flessak
Secretário de Estado das Cidades, em exercício

Otamir Cesar Martins
Diretor-Presidente
Agencia de Defesa Agropecuária do Paraná

93329/2025

RESOLUÇÃO CONJUNTA
N° 024/2025/SECID-ADAPAR

O SECRETÁRIO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Decreto nº 9.322/2025, bem como a Resolução nº 028/2025, art. 1º, inciso I, em conjunto com a AGENCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ, na forma do que dispõe o inciso V e VI do artigo 4°, da Lei Complementar n° 21.352/2023;

Considerando que o artigo 35 da Lei Complementar n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, incisos XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, atribui à Secretaria de Estado das Cidades a competência para:

(I) Planejar, coordenar a execução e a fiscalização de projetos, obras e serviços de engenharia de edificações de interesse estadual;

(II) Realizar as atividades de suporte às ações estaduais afetas às obras e serviços de engenharia de edificações de interesse estadual;

(III) Realizar e prestar apoio na elaboração de estudos de viabilidade e termos de referência, bem como de licitação e contratação de projetos, obras e serviços de engenharia, além da fiscalização, do monitoramento e do recebimento de projetos, obras e serviços de engenharia da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Estado do Paraná;

Considerando o contido no Protocolo n° 19.137.306-5

RESOLVEM

Art. 1º. Estabelecer, de maneira conjunta, diretrizes para atuação coordenada do Diretor-Presidente da Agencia de Defesa Agropecuária do Paraná, doravante denominada DEMANDANTE, e da Secretaria de Estado das Cidades - SECID, doravante denominada DEMANDADA, no planejamento, contratação, execução, gestão e fiscalização do Serviço de Engenharia concernente à:

I - A contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia para Reparos no Escritório local da ADAPAR, localizado na Avenida Itio Kondo, nº 735, Centro, no município de Nova Londrina – PR

Parágrafo único. A presente Resolução Conjunta não se aplica quando for adotado o Regime de Execução Orçamentária Descentralizada (REOD), de que trata o Decreto Estadual nº 11.180, de 23 de maio de 2022.

Art. 2º. O planejamento, contratação, execução, gestão e fiscalização de projetos, obras e serviços de engenharia de que trata a presente resolução compreende as seguintes etapas:

I – Elaboração do Estudo Técnico Preliminar pela DEMANDANTE, para o que poderá solicitar participação técnica da DEMANDADA;
II – Indicação dos recursos orçamentários pela DEMANDANTE, com base no orçamento estimativo preliminar do Estudo Técnico Preliminar;
III – Definição do objeto da contratação, pela DEMANDANTE, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso, para o que poderá solicitar participação técnica da SECID;
IV – Elaboração, pela DEMANDADA, do mapa de preços e demais documentos da fase interna da licitação que não estejam atribuídos à DEMANDANTE por esta resolução ou pela legislação em vigor.
V – Nova indicação, quando necessário, dos recursos orçamentários pela DEMANDANTE, com base no orçamento estimativo definitivo no termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo;
VI – Designação do agente ou comissão de contratação pela DEMANDADA;
VII – Elaboração do edital da licitação pela DEMANDADA;
VIII – Autorização da licitação pela DEMANDADA;
IX – Realização dos atos licitatórios ou dos atos do processo de contratação direta pela DEMANDADA;
X – Homologação da licitação e adjudicação pela DEMANDADA;
XI – Celebração do contrato pela DEMANDADA;
XII – Fiscalização da execução do CONTRATO por fiscal designado pela DEMANDADA.
XIII – Gestão do CONTRATO por gestor designado pela DEMANDADA.

§ 1º. Observados os procedimentos do Sistema de Gestão de Materiais (GMS) e do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC), a DEMANDADA efetuará a descentralização do contrato e seus aditivos ao DEMANDANTE, que ficará responsável pelo empenho, liquidação e pagamento da despesa.

§ 2º. A DEMANDADA enviará à DEMANDANTE os documentos necessários ao empenho, liquidação e pagamento, tais como contratos, termos aditivos, notas fiscais, medições e termos de recebimento.

§ 3º. Além das etapas previstas neste artigo, os processos de contratação observarão todas as etapas e formalidades previstas no Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, na Lei Federal n° 4.320 de 17 de março de 1.964 e nos Decretos e Instruções Normativas da Secretaria de Estado da Fazenda que regulam a execução da despesa pública.

§ 4º. No intuito de evitar problemas de comunicação e transtornos na execução, a
DEMANDADA encaminhará eventuais solicitações em relação ao andamento e condução da obra ou serviço ao responsável designado pela DEMANDADA, evitando a intervenção direta junto à contratada, ao fiscal ou ao gestor do contrato.

Art. 3º. O apoio técnico da DEMANDADA à DEMANDANTE na elaboração do Estudo Técnico Preliminar, na definição do objeto da contratação e na instrução de eventuais aditivos será prestado através do seu corpo técnico e incluirá a coordenação da equipe encarregada, quando necessário para cumprir o que determinam os artigos 444 e 451, § 3º, do Decreto Estadual n° 10.086 de 17 de janeiro de 2022.

Parágrafo Único. A aprovação dos Estudos Técnicos Preliminares e Termos de Referência será feita conjuntamente pela DEMANDANTE e pela DEMANDADA.

Art. 4º. Caberá:

I - À DEMANDADA a emissão e o pagamento da (s) Anotação (ões) de Responsabilidade Técnica e Registro (s) de Responsabilidade Técnica relativas aos procedimentos técnicos realizados.

II – À DEMANDANTE a publicação dos atos previstos em Lei no Diário Oficial da União e em jornal diário de grande circulação, arcando com os respectivos custos.

Art. 5º. Os pedidos de eventuais alterações contratuais serão instruídos tecnicamente pela DEMANDADA com observância das determinações do Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022 e submetidos à DEMANDANTE para as providências orçamentárias e financeiras, quando for o caso.

Art. 6º. A DEMANDANTE poderá solicitar a DEMANDADA relatórios periódicos ou especiais sobre o processo de contratação e a execução dos serviços.

Art. 7º. A DEMANDANTE indicará à DEMANDADA um membro de seu quadro funcional para compor a COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, em eventual apuração de responsabilidade da CONTRATADA.

Art. 8º. Não haverá transferência de recursos orçamentários ou financeiros entre a DEMANDANTE e a DEMANDADA.

Art. 9º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos até o termo final do prazo de garantia dos serviços realizados, inclusive a prevista no art. 618 do Código Civil.

PUBLIQUE-SE, ANOTE-SE, CUMPRA-SE

Felipe Flessak
Secretário de Estado das Cidades, em exercício

Otamir Cesar Martins
Diretor-Presidente
Agencia de Defesa Agropecuária do Paraná

93355/2025

RESOLUÇÃO Nº 076/2025-SECID

Súmula: Prorroga o prazo da Resolução nº 048/2024/SECID, referente à Instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidades

O SECRETÁRIO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 4°, da Lei Estadual nº 21.352, de 1° de janeiro de 2023, neste ato representado pelo Diretor-Geral da Secretaria de Estado das Cidades, conforme Resolução n° 028/2025- SECID; Considerando o disposto na Lei Estadual nº 20.656/2021 de 3 de agosto de 2021; Considerando o disposto na Resolução nº 050/2024 – SECID, que designou servidores para compor Comissão Processante para Apuração de Responsabilidades – PAAR, e de acordo com o protocolo n° 21.465.531-4;

RESOLVE,

Art. 1º Prorrogar o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Processante para Apuração de Responsabilidades referente ao CA 644/2023, por mais 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, ANOTE-SE, CUMPRA-SE

Felipe Flessak
Diretor Geral da Secretaria de Estado das Cidades

93322/2025

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

UEL

PORTARIA N. 1677 – 11/07/2025

A Reitora da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o consubstanciado no Processo nº 20.013.162-2, em especial o Relatório Final da Comissão Sindicante (fls. 83-88) e o Parecer Jurídico nº 339/2025 (fls. 90-98a), bem como a Análise e Conclusão constante às fls. 99-100,

R E S O L V E:

I – **Arquivar** o Processo de Sindicância Administrativa nº 20.013.162-2, com a finalidade de pôr fim a este, nos moldes do Relatório Final da Comissão Sindicante (fls. 83-88) e o Parecer Jurídico nº 339/2025 (fls. 90-98a), bem como a Análise e Conclusão constante às fls. 99-100.

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua **publicação no Diário Oficial**.

Profa. Dra. Marta Regina Gimenez Favaro
Reitora

93762/2025

PORTARIA GEFIS Nº 1817/2025

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1047/2025 Pregão Eletrônico nº406/2024

Contratada: Pontamed Farmaceutica Ltda

Objeto: Fornecimento Parcelado de Medicamentos Diversos e Medicamentos Manipulados (Triancinolona, Abiraterona, Lidocaína, Bevacizumabe, Entre Outros), Para Atender O Hospital Universitario de Londrina.

GESTOR:

Servidor Karine Maria Boll
Matricula 1101128
E-mail karineboll@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal Técnico
Servidor Luiz Kaminami
Matricula 1207056
E-mail kaminami@uel.br

Tipo Contrato Fiscal Técnico
Servidor Maria Ines Pozzobon
Matricula 1329111
E-mail mpossebon@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,11 Julho 2025

Iara Aparecida de Oliveira Secco

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 1818/2025

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1048/2025 Pregão Eletrônico nº406/2024

Contratada: Astrazeneca do Brasil Ltda

Objeto: Fornecimento Parcelado de Medicamentos Diversos e Medicamentos Manipulados (Triancinolona, Abiraterona, Lidocaína, Bevacizumabe, Entre Outros), Para Atender O Hospital Universitario de Londrina.

GESTOR:

Servidor Karine Maria Boll
Matricula 1101128
E-mail karineboll@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal Técnico
Servidor Luiz Kaminami
Matricula 1207056
E-mail kaminami@uel.br

Tipo Contrato Fiscal Técnico
Servidor Maria Ines Pozzobon
Matricula 1329111
E-mail mpossebon@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,11 Julho 2025

Iara Aparecida de Oliveira Secco

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 1819/2025

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1049/2025 Pregão Eletrônico nº406/2024

Contratada: Merco Soluções Em Saúde S/A

Objeto: Fornecimento Parcelado de Medicamentos Diversos e Medicamentos Manipulados (Triancinolona, Abiraterona, Lidocaína, Bevacizumabe, Entre Outros), Para Atender O Hospital Universitario de Londrina.

GESTOR:

Servidor Karine Maria Boll
Matricula 1101128
E-mail karineboll@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal Técnico
Servidor Luiz Kaminami
Matricula 1207056
E-mail kaminami@uel.br

Tipo Contrato Fiscal Técnico
Servidor Maria Ines Pozzobon
Matricula 1329111
E-mail mpossebon@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,11 Julho 2025

Iara Aparecida de Oliveira Secco

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

93256/2025

PORTARIA GEFIS Nº 1823/2025

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1020/2025 Chamamento Público nº2/2023

Contratada: Clelia Cristina Pavan Pupim

Objeto: Chamamento Público Para Credenciamento de Farmacêuticos e Farmacêutico-Bioquímicos Para O Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina

GESTOR:

Servidor Maria Ines Pozzobon
Matricula 1329111
E-mail mpossebon@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal de Contrato
Servidor Danielle Venturini
Matricula 0407067
E-mail daniventurini@uel.br

Tipo Contrato Fiscal de Contrato
Servidor Karine Maria Boll
Matricula 1102163
E-mail karineboll@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,14 Julho 2025

Iara Aparecida de Oliveira Secco

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

93676/2025

PORTARIA GEFIS Nº 1820/2025

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1019/2025 Chamamento Público nº2/2023

Contratada: Bruna Anzai Nishimura

Objeto: Chamamento Público Para Credenciamento de Farmacêuticos e Farmacêutico-Bioquímicos Para O Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina

GESTOR:

Servidor Maria Ines Pozzobon
Matricula 1329111
E-mail mpossebon@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal de Contrato
Servidor Egberto Munhoz
Matricula 0513931
E-mail egbertomunhoz@uel.br
Em substituição a Egberto Munhoz

Tipo Contrato Fiscal de Contrato
Servidor Danielle Venturini
Matricula 0407067
E-mail daniventurini@uel.br

Tipo Contrato Fiscal de Contrato
Servidor Karine Maria Boll
Matricula 1102163
E-mail karineboll@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato,

revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,14 Julho 2025

Iara Aparecida de Oliveira Secco

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 1821/2025

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. lll e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1021/2025 Chamamento Público nº2/2023

Contratada: Jeniffer Matheus da Silva

Objeto: Chamamento Público Para Credenciamento de Farmacêuticos e Farmacêutico-Bioquímicos Para O Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina

GESTOR:

Servidor Maria Ines Pozzobon
Matricula 1329111
E-mail mpossebon@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal de Contrato
Servidor Egberto Munhoz
Matricula 0513931
E-mail egbertomunhoz@uel.br
Em substituição a Egberto Munhoz

Tipo Contrato Fiscal de Contrato
Servidor Danielle Venturini

Matricula 0407067
E-mail daniventurini@uel.br

Tipo Contrato Fiscal de Contrato
Servidor Karine Maria Boll
Matricula 1102163
E-mail karineboll@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,14 Julho 2025

Iara Aparecida de Oliveira Secco

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 1822/2025

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. lll e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1022/2025 Chamamento Público nº2/2023

Contratada: Mônica Gomes Espindola

Objeto: Chamamento Público Para Credenciamento de Farmacêuticos e Farmacêutico-Bioquímicos Para O Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina

GESTOR:

Servidor Maria Ines Pozzobon
Matricula 1329111
E-mail mpossebon@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal de Contrato
Servidor Egberto Munhoz
Matricula 0513931
E-mail egbertomunhoz@uel.br
Em substituição a Egberto Munhoz

Tipo Contrato Fiscal de Contrato
Servidor Danielle Venturini
Matricula 0407067
E-mail daniventurini@uel.br

Tipo Contrato Fiscal de Contrato
Servidor Karine Maria Boll
Matricula 1102163
E-mail karineboll@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,14 Julho 2025

Iara Aparecida de Oliveira Secco

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

93554/2025

UEM

PORTARIA N.º 592/2025-PRH

O Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários da Universidade Estadual de Maringá, no uso de suas atribuições legais,
Considerando a Lei Estadual n.º 11.713/1997;
Considerando o disposto nos parágrafos 1.º e 2.º do art. 11 da Resolução n.º 199/2009-CAD;
Considerando o Ofício n.º 182 e 183/2025-TDE;
Considerando o Ofício n.º 33/2025-SINTEEMAR;
Considerando o Ofício n.º 17/2025-AFUEM,

RESOLVE:

Art. 1.º Nomear a Comissão Coordenadora da Avaliação do Estágio Probatório dos três cargos da Carreira Técnica Universitária: Agente Universitário Profissional, Agente Universitário de Execução e Agente Universitário de Apoio.
Art. 2.º Designar para compor a referida Comissão os seguintes servidores:
Titulares
- Deize Colombo Contiero (Presidente) – Representante da PRH
- Edenilson Vagner Tieni– Representante da DRH/TDE
- Eloisa Hundsdorfer – Representante do SINTEEMAR
- Elizabete dos Santos – Representante da AFUEM

Suplentes
- Giseli Barbosa Volpato– Representante da PRH
- Marcos Paulo Alberto Pereira – Representante DRH/TDE
- Sônia Regina Luciano– Representante do SINTEEMAR
- Maria Virginia Cantagallo Schwerz – Representante da AFUEM

Art. 3.º Esta portaria gera efeito para o período de 26/05/2025 a 25/05/2027, revogadas as disposições em contrário.

Maringá, 14 de julho de 2025.
José Maria de Oliveira Marques
Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários

93530/2025

R E S O L U Ç Ã O N.º 018/2025-COU

CERTIDÃO **Certifico que a presente resolução foi afixada em local de costume, nesta Reitoria e no site http://www.scs.uem.br, no dia 14/07/2025.** **Cleverson Ruzzene Gomes,** **Secretário.**		**Homologa o resultado final do Concurso Público para o cargo de Professor de Ensino Superior da Carreira do Magistério do Ensino Superior do Estado do Paraná, especificamente para as áreas de conhecimento (subáreas ou matérias) (31) Educação Musical - Percussão; Práticas Coletivas em Música; Educação Musical Especial; (36) Parasitologia; (46) Cirurgia Vascular; e (69) Gestão Ambiental e Processos Químicos Sustentáveis.**

Considerando o conteúdo do **e-Protocolo n.º 23.599.023-7**;
considerando o disposto no Parecer n.º 012/2025-ADM;
considerando o disposto no art. 28 do Estatuto da Universidade Estadual de Maringá,

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO APROVOU E EU, VICE-REITORA, NO USO DE MINHAS ATRIBUIÇÕES ESTATUTÁRIAS E REGIMENTAIS, SANCIONO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Art. 1º Homologar o resultado final do Concurso Público para o cargo de Professor de Ensino Superior da Carreira do Magistério do Ensino Superior do Estado do Paraná, regido pelo Edital n.º 252/2024-PRH, especificamente para as áreas de conhecimento (subáreas ou matérias) (31) Educação Musical - Percussão; Práticas Coletivas em Música; Educação Musical Especial; (36) Parasitologia; (46) Cirurgia Vascular; e (69) Gestão Ambiental e Processos Químicos Sustentáveis.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

publicação, revogadas as disposições em contrário.
Dê-se ciência.
Cumpra-se.
Maringá, 07 de julho de 2025.

Prof.ª Dr.ª Gisele Mendes de Carvalho,
Vice-Reitora.

ADVERTÊNCIA:
O prazo recursal termina em 21/07/2025. (Art. 95 - § 1º do Regimento Geral da UEM)

93576/2025

UNESPAR

PORTARIA N.º 924/2025 - REITORIA/UNESPAR

Declara a extinção e determina o arquivamento de Processo Administrativo Disciplinar em razão do falecimento do indiciado.

A Reitora da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, no uso de suas atribuições estatutárias, legais e regimentais;
considerando a certidão de óbito, de fls. 124, junto ao PD **23.5020.940-3**, apresentado pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, nomeada por meio da Portaria nº 1559/2024 - REITORIA/UNESPAR;

CONSIDERANDO o falecimento do servidor indiciado no curso do Processo Administrativo Disciplinar instaurado por meio da Portaria nº 1559/2024 – REITORIA/UNESPAR, constante no e-Protocolo nº **20.928.447-2**;

considerando o Despacho nº 065/2025-PROJUR/UNESPAR, de fls. 125/126, junto ao Protocolado PD **23.5020.940-3**;

R E S O L V E:

Art. 1º Declarar extinto, com o consequente arquivamento, nos termos da legislação vigente, em especial pelo contido na alínea "a" do inciso IV do artigo 125 da Lei nº 20.656/2021, do Processo Administrativo Disciplinar instaurado por meio da Portaria nº 1559/2024 - REITORIA/UNESPAR, em razão da perda de objeto decorrente do falecimento do indiciado.

Parágrafo único. Dê-se ciência ao Agente de *Compliance* e ao Agente de Auditoria e Controladoria, bem como encaminhe-se ao Diretor do *Campus* de Curitiba I, para as demais providências necessárias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3º Publique-se no Diário Oficial e no *site* oficial da UNESPAR.
Paranavaí, 11 de julho de 2025.

Salete Paulina Machado Sirino
Reitora da UNESPAR

93106/2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR

A Reitora da Unespar, no uso de suas atribuições legais, torna pública a seguinte PORTARIA**:**

Portaria n.º 927 de 14 de junho de 2025.

Art. 1º Anular o ato da Portaria n.° 153/2024 – REITORIA/UNESPAR, que designa o docente Gilberto Silva dos Santos, como representante do Colegiado de Matemática no CCEB (Centro de Ciências Exatas e Biológicas) do *Campus* de União da Vitória.

Art. 2º Este ato designatório não produz efeitos financeiros.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Salete Paulina Machado Sirino
Reitora da Unespar

93837/2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR

A Reitora da Unespar, no uso de suas atribuições legais, torna pública as seguintes PORTARIAS**:**

Portaria n.º 917 de 10 de junho de 2025.

Art. 1º Designar Aline Katerin Pinheiro, CPF XXX.326.629-XX, e Naura Nathalie Sousa Pavelski, CPF XXX.263.389-XX, respectivamente, como **Gestora** e **Fiscal** do Contrato 4714/2025, firmado entre a Empresa Alavisual Multiserviços LTDA e o *Campus* de Apucarana.

Art. 2º Este ato designatório não produz efeitos financeiros.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Portaria n.º 918 de 10 de junho de 2025.

Art. 1º Designar Amanda Outi, CPF XXX.390.619-XX, e Paulo Cesar Almeida de Oliveira, CPF XXX.975.709-XX, respectivamente, como **Gestora** e **Fiscal** do Contrato 4813/2025, firmado entre a Empresa Brasil Serviços LTDA e o *Campus* de Paranaguá.

Art. 2º Este ato designatório não produz efeitos financeiros.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Portaria n.º 919 de 10 de junho de 2025.

Art. 1º Designar os seguintes membros para comporem a Comissão Especial responsável pela condução do Processo de Recredenciamento da Universidade Estadual do Paraná:

NOME	N.° CPF	CARGO	FUNÇÃO
Sydnei Roberto Kempa	XXX.791.869.XX	Docente	Presidente
Antônio Marcos Dorigão	XXX.032.029.XX	Docente	Membro
Rosimeiri Darc Cardoso	XXX.288.999.XX	Docente	Membro
Thaís Gaspar Mendes da Silva	XXX.439.018.XX	Docente	Membro
Aurea Andrade Viana de Andrade	XXX.498.839.XX	Docente	Membro

Art. 2º Este ato designatório não produz efeitos financeiros.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Portaria n.º 922 de 11 de junho de 2025.

Art. 1º Autorizar o afastamento para o exterior da docente **Anna Flávia Magnoni Vieira,** portadora do RG 1.XXX.349-X, do *Campus* de Apucarana, no período de 19 (dezenove) a 27 (vinte e sete) de julho de 2025 (dois mil e vinte e cinco), para participar do evento "38ª *Reunión Latinoamericana de Matematica Educativa* (RELME 38)", que acontecerá na cidade de Bogotá/Colômbia.

Art. 2º O presente pedido de afastamento para o exterior deverá obedecer ao disposto na Resolução n.º 006/2015 – REITORIA/UNESPAR.

Art. 3º Este ato designatório não produz efeitos financeiros.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Portaria n.º 923 de 11 de junho de 2025.

Art. 1º Designar os seguintes membros para comporem o Grupo de Trabalho de Pós-Graduação (*Stricto Sensu*) Mestrado em Serviço Social, Políticas Públicas e Trabalho no *Campus* Apucarana:

NOME	N.° CPF	FUNÇÃO
Latif Antonia Cassab	XXX.635.288.XX	Coordenadora
Antonio Pereira da Silva	XXX.667.729.XX	Membro
Kamila Cristina da Silva Teixeira	XXX.274.197.XX	Membro
Karima Omar Hamdan	XXX.196.699.XX	Membro
Keila Pinna Valensuela	XXX.245.298.XX	Membro
Kelen Aparecida da Silva Bernardo	XXX.345.109.XX	Membro

Luciane Francielli Zorzetti Maroneze	XXX.168.279.XX	Membro
Marília Gonçalves Dal Bello	XXX.807.428.XX	Membro
Mirele Hashimoto Siqueira	XXX.521.069.XX	Membro
Priscila Sezemzem Saes	XXX.040.269.XX	Membro
Samantha Frohlich	XXX.723.009.XX	Membro
Teone Maria Rios de Souza Rodrigues Assunção	XXX.880.319.XX	Membro
Valdir Anhucci	XXX.564.678.XX	Membro
Viviani Yoshinaga Carlos	XXX.985.648.XX	Membro

Art. 2º Este ato designatório não produz efeitos financeiros.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Salete Paulina Machado Sirino
Reitora da Unespar

93546/2025

RESOLUÇÃO Nº 083/2025 – CAD/UNESPAR

A PRESIDENTE DO CONSELHO DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA UNESPAR, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, e

considerando o inciso III do art. 9º do Regimento Geral e o Estatuto da Universidade Estadual do Paraná;

considerando a solicitação autuada no protocolado nº 23.824.835-3;

considerando o Parecer nº 020/2025 - Progesp;

considerando a deliberação contida na Ata da 12ª Sessão (11ª Extraordinária) do Conselho de Planejamento, Administração e Finanças da Unespar, realizada no dia 1º de julho de 2025,

RESOLVE:

Art. 1° Aprovar a disposição funcional, em regime parcial, do docente Fernando Henrique Lermen, lotado no Colegiado de Engenharia da Produção, do *Campus* de Paranaguá, para a Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná.

Parágrafo único. A disposição funcional não deverá gerar ônus para a Universidade Estadual do Paraná, ficando o docente responsável pelo cumprimento de 8 (oito) horas de atividades de ensino em sala de aula desta instituição.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Publique-se no *site* da Unespar.

Paranavaí, em 1º de julho de 2025.

RESOLUÇÃO Nº 084/2025 – CAD/UNESPAR

A PRESIDENTE DO CONSELHO DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA UNESPAR, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, e

considerando o inciso III do art. 9º do Regimento Geral e o Estatuto da Universidade Estadual do Paraná;

considerando a Resolução nº 018/2025 - SETI, alterada pela Resolução nº 093/2025 - SETI;

considerando a solicitação autuada no protocolado nº 23.679.093-2;

considerando o Parecer nº 013/2025 - Progesp;

considerando a deliberação contida na Ata da 12ª Sessão (11ª Extraordinária) do Conselho de Planejamento, Administração e Finanças da Unespar, realizada no dia 1º de julho de 2025,

RESOLVE:

Art. 1° Aprovar a remoção do Agente Universitário Daniel Godoy Albrecth, lotado na Reitoria

desta Universidade, para a Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Publique-se no *site* da Unespar.

Paranavaí, em 1º de julho de 2025.

RESOLUÇÃO Nº 085/2025 – CAD/UNESPAR

A PRESIDENTE DO CONSELHO DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA UNESPAR, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, e

considerando o inciso III do art. 9º do Regimento Geral e o Estatuto da Universidade Estadual do Paraná;

considerando a solicitação autuada no protocolado nº 20.210.979-9;

considerando o Parecer nº 017/2025 - Progesp;

considerando a Resolução nº 026/2025 - CAD/UNESPAR;

considerando a deliberação contida na Ata da 12ª Sessão (11ª Extraordinária) do Conselho de Planejamento, Administração e Finanças da Unespar, realizada no dia 1º de julho de 2025,

RESOLVE:

Art. 1° Aprovar a remoção do docente André Ricardo Bechlin, do Colegiado de Ciências Econômicas, do *Campus* de Campo Mourão da Unespar, para a Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Parágrafo único. A vaga pertencente ao docente removido deve retornar ao Colegiado de Ciências Econômicas do *Campus* de Campo Mourão, como preceitua a Resolução nº 026/2025 - CAD/UNESPAR.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Publique-se no *site* da Unespar.

Paranavaí, em 1º de julho de 2025.

Salete Paulina Machado Sirino

Reitora da Unespar

93773/2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR/REITORIA
A Reitora da UNESPAR, no uso de suas atribuições legais, torna público as seguintes PORTARIAS:
Portaria nº 926/2025 de 14/07/2025. Art. 1º Conceder Ascensão de Nível aos professores abaixo relacionados, no cargo de Professor de Ensino Superior, lotados nos ***Campi* da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR.**
- *Campus* de Apucarana

Protocolo	Nome	CPF	De	Para
24.049.715-8	ELAINE PATRICIA ARANTES	XXX.927.499-XX	Adjunto C	Adjunto D
24.042.476-2	EVELISE SLEWINSKI	XXX.695.289-XX	Assistente B	Assistente C
24.043.442-3	GLAUCIUS ANDRE FRANCA	XXX.746.559-XX	Adjunto A	Adjunto B

- Campus de Curitiba I

Protocolo	Nome	CPF	De	Para
23.640.849-3	POLIANA FABIULA CARDOZO	XXX.923.078-XX	Associado B	Associado C

- *Campus* de Curitiba II

Protocolo	Nome	CPF	De	Para
23.834.041-1	SHEILA MARIA OGASAVARA BEGGIATO	XXX.238.959-XX	Adjunto A	Adjunto B
24.062.368-4	EDUARDO TULIO BAGGIO	XXX.926.649-XX	Associado A	Associado B

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

23.861.824-0	ANDRÉIA VEBER	XXX.356.009-XX	Adjunto B	Adjunto C

- *Campus* de Campo Mourão

Protocolo	Nome	CPF	De	Para
23.608.656-9	CLAUDILAINE CALDAS DE OLIVEIRA	XXX.345.599-XX	Adjunto C	Adjunto D

- *Campus* de Paranavaí

Protocolo	Nome	CPF	De	Para
24.139.031-4	DORCELY ISABEL BELLANDA GARCIA	XXX.446.759-XX	Associado A	Associado B
24.150.826-9	PAULO ALFREDO FEITOZA BOHM	XXX.007.409-XX	Associado A	Associado B

Salete Paulina Machado Sirino – **Reitora**

93417/2025

UNICENTRO

O PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO, no uso de suas atribuições legais, torna público as seguintes PORTARIAS expedidas no mês de julho de 2025:

250-PROGESP, de 15-7-2025: Declara a contagem de tempo de serviço, para fins de aposentadoria e disponibilidade, da servidora Caroline Monteiro, RG nº 9.XXX.525-X, ao INSS, de 14-12-2009 a 4-3-2013; ao INSS, de 14-8-2023 a 3-10-2023. Totalizando 3 anos e 130 dias.

251-PROGESP, de 15-7-2025: Declara a contagem de tempo de serviço, para todos os efeitos legais, da servidora Caroline Monteiro, RG nº 9.XXX.525-X, a UNICENTRO, de 5-3-2013 a 31-1-2015; a UNICENTRO, de 4-2-2015 a 31-1-2017; a UNICENTRO, de 27-4-2017 a 26-4-2019; a UNICENTRO, de 2-5-2019 a 30-4-2021; a UNICENTRO, de 5-7-2021 a 14-4-2023; a UNICENTRO, de 4-10-2023 a 6-2-2025. Totalizando 11 anos e 6 dias, a partir de 9-7-2025.

Gabinete do Pró-Reitor de Gestão de Pessoas da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO.

Robson Paulo Ribeiro Ferras
Pró-Reitor.

93687/2025

UNIOESTE

GABINETE DA REITORIA

PORTARIA Nº 3077/2025-GRE, DE 11 DE JULHO DE 2025.

O Reitor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, no uso das atribuições estatutárias e regimentais,

considerando o processo nº 24.234.734-0; Ato Executivo n° 085/2025-GRE, e Ato Executivo n° 086/2025-GRE; e o Art. 8º, da Resolução nº 235/2016-CEPE, 24/11/2016; e as indicação do Centros e das respectivas Direções Gerais dos campi, RESOLVE:

Art. 1º Designar a Comissão Organizadora do 3º Processo Seletivo Simplificado – PSS3-2025 para contratação de Professor da área de Libras, por Tempo Determinado na UNIOESTE, conforme anexo desta Portaria.

Art. 2º A Coordenadoria Geral de Concursos e Processos Seletivos – COGEPS, auxiliada pela Coordenação Local de Campus, cabe coordenar todas as fases do Processo Seletivo, com o apoio da Direção Geral de Campus, no tocante à respectiva infraestrutura, e da Direção de Centro quanto às questões operacionais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE, CASCAVEL – PARANÁ.

Publique-se.
ALEXANDRE ALMEIDA WEBBER
Reitor

93243/2025

PORTARIA Nº 3064/2025-GRE, DE 11 DE JULHO DE 2025.

Conceder progressão de nível a Professora ALESSANDRA CRYSTIAN ENGLES DOS REIS, RG nº 5.XXX.103-X, RT-40, lotada no Centro de Ciências Biológicas e da Saúde do Campus de Cascavel, da classe de Professor Adjunto – nível B para nível C, por avaliação de desempenho.

PORTARIA Nº 3067/2025-GRE, DE 11 DE JULHO DE 2025.

Autorizar o afastamento, para o exterior, da Professora MÔNICA LADY FIORESE, RG nº 12.XXX.740-X, lotada no Centro de Engenharias e Ciências Exatas do Campus de Toledo, para participar de eventos: "Visita ao Instituto Politécnico de Bragança" em Portugal, "71st International Congress of Meat Science and Technology (ICoMST)" e "Visita ao IRTA – Institute of Agrifood Research and Techonology" em Barcelona na Espanha, no período de 27 de julho a 10 de agosto de 2025.

Art. 2º O afastamento se dará com recursos próprios da professora, com apoio financeiro do CNPQ e da Unioeste.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeito a partir de 27 de julho de 2025.

93077/2025

DECISÃO FINAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO - PAR, instaurado pela Portaria n° 012/2025-DGC, para apurar possíveis irregularidades na conduta de fornecedor, conforme documentos contidos no eProtocolo 23.593.657-7.

O Diretor-Geral da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE Campus Cascavel, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** o resultado do Processo Administrativo de Responsabilização - PAR: **ACATO** parcialmente o Relatório Final da Comissão de PAR e decido pelo arquivamento do processo, em face do encerramento do Contrato de prestação de serviços.

GEYSLER ROGIS FLOR BERTOLINI
Diretor-Geral – Unioeste Campus Cascavel

93648/2025

Secretaria do Desenvolvimento Social e Família

DESPACHO SECRETARIAL nº 239/2025 – SEDEF
Referente ao protocolado nº 23.970.327-5

I. Considerando a publicação da Lei Estadual nº 22.160, de 30 de outubro de 2024, que institui o Programa de Atenção às Pessoas em Situação de Uso Prejudicial de Álcool e Outras Drogas no Estado do Paraná;

II. Considerando o Estudo Técnico Preliminar (mov. 09), conclui pela necessidade de contratação de serviço de acolhimento residencial, extra-hospitalar, de caráter transitório, com adesão e permanência exclusivamente voluntárias de pessoas com problemas associados ao uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas;

III. Considerando a Informação nº 580/2025 – PGE/PRC da Procuradoria Consultiva de Aquisições e Serviços (mov. 54);

VI. Considerando o Despacho nº 017/2025 da Assessoria Técnica – AT/GS (mov. 64);

V. AUTORIZO, com fulcro no inciso VI, artigo 4º da Lei Estadual nº 21.352/2023 e no art. 79 da Lei nº 14.133/2021, no art. 228 e seguintes do Decreto Estadual nº 10.086/2022, e de acordo com o art. 13, V, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, aplicável supletivamente por força do art. 261 do mesmo Decreto, **a abertura do credenciamento público** visando o credenciamento de instituições e/ou entidades privadas, sem fins lucrativos, casas de acolhimento ou outros prestadores que realizem serviços de acolhimento residencial, de caráter transitório, com adesão e permanência exclusivamente voluntárias de pessoas em situação de uso prejudicial de álcool e outras drogas, com valor global máximo estimado de R$ 9.965.376,00 (nove milhões, novecentos e sessenta e cinco mil, trezentos e setenta e seis reais) para o período de 12 meses.

VI. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

Curitiba, *data de assinatura digital*.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

93505/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 253/2025 - SEDEF
Referente ao protocolado nº 23.908.410-9

I. AUTORIZO, com fulcro no inciso VI, Artigo 4º da Lei Estadual nº 21.352/2023, e considerando o Despacho da Diretoria de Edificações Públicas da Secretaria das Cidades (mov. 36) e o Despacho nº 194/2025 – NTA (Mov. 51), que solicita autorização de despesa aos procedimentos de **aditivo** de reajuste ao contrato nº 2942/2024-GMS, que tem por objeto a execução da conclusão da obra de construção do **Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS de Anahy** e considerando o Termo de Execução Descentralizada nº 012/2023 (Mov. 47-50), que viabiliza a contratação de obras e serviços de engenharia, bem como as Informações Orçamentárias e Financeiras (mov. 40-42)**, a realização da despesa** no valor de **R$ 12.154,69 (doze mil, cento e cinquenta e quatro reais e sessenta e nove centavos),** desde que cumpridas as formalidades legais**.**

II. PUBLIQUE-SE, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

II. À SEDEF/NFS para providências.

Curitiba, 11 de julho de 2025.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

93235/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 254/2025 - SEDEF
Referente ao protocolado nº 23.660.889-1

I. AUTORIZO, com fulcro no inciso VI, Artigo 4º da Lei Estadual nº 21.352/2023, e considerando o Despacho da Diretoria de Edificações Públicas da Secretaria das Cidades (mov. 22) e o Despacho nº 195/2025 – NTA (Mov. 39), que solicita autorização de despesa aos procedimentos de **aditivo** de reajuste ao contrato nº 3027/2023-GMS, que tem por objeto a construção do **Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS de Reserva** e considerando o Termo de Execução Descentralizada nº 012/2023 (Mov.

35-38), que viabiliza a contratação de obras e serviços de engenharia, bem como as Informações Orçamentárias e Financeiras (mov. 27-29)**, a realização da despesa** no valor de **R$ 34.641,62 (Trinta e quatro mil, seiscentos e quarenta e um reais e sessenta e dois centavos),** desde que cumpridas as formalidades legais**.**

II. PUBLIQUE-SE, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

III. À SEDEF/NFS para providências.

Curitiba, 11 de julho de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

93241/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 255/2025 – SEDEF

Referente ao protocolado nº 24.056.440-8.

I. AUTORIZO, com fulcro no inciso VI, artigo 4º da Lei Estadual nº 21.352/2023, no Decreto nº 11.462/2023 e na Lei nº 14.133/2021, e com base no **Pregão Eletrônico nº 90006/2025 – BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO DO COMANDO DO EXERCITO – 72º BCAAT 160183 (mov. 11),** e considerando a solicitação da SEDEF para adesão à Ata de Registro de Preço **nº 00049/2025 (mov. 10),** na Concordância da empresa (Mov. 31), na liberação e autorização para adesão à Ata de Registro de Preço pelo Órgão Gerenciador (Mov. 30), na pesquisa de preços e no Mapa de Vantajosidade (Mov. 16-21), na lista de verificação (mov. 48) e na Informação Técnica nº 260/2025-SEDEF/AT (mov. 51), que atestaram a regularidade formal do procedimento com o cumprimento dos critérios necessários, **a contratação por meio de Adesão à ata SRP da empresa EXPANSAO E-COMMERCE LTDA, CNPJ nº 29.122.044/0001-76**, para aquisição de 02 (dois) unidades de bebedouro água, tipo industrial, para atender a demanda da demanda da a Secretaria do Desenvolvimento e Família, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, e considerando a disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 44-46), **a realização da despesa no valor de R$ 4.890,00 (quatro mil e oitocentos e noventa reais)**.

II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do NAS/SEDEF, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do Contrato, as habilitações fiscais e trabalhistas bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS/SICAF, CADIN e CEIS), devem estar dentro do prazo de validade e sem pendências e atender as ressalvas indicadas pela Assessoria Técnica.

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

Curitiba, 11 de julho de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

93228/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 256/2025 – SEDEF

Referente ao protocolado nº 24.255.951-7

I. AUTORIZO com base no inciso VI, Artigo 4º da Lei nº 21.352/2023, com fundamento no Memorando nº 48/2025 do Núcleo Regional de Umuarama (Mov. 02), na Nota Fiscal nº 740 (Mov. 03), na Informação Técnica nº 208/2025 da Divisão de Proteção Social Especial – DPSE/CPAS/SEDEF (Mov. 12), na Informação nº 585/2024 PRC/PGE (Mov. 10), bem como na Informação nº 262/2025 da Assessoria Técnica – SEDEF/AT (Mov. 27), que atestaram a regularidade formal do procedimento com o cumprimento dos critérios necessários ao pagamento, reconheço o dever de pagar, em favor da **POUSADA LUZ E VIDA LTDA – ME,** inscrita no CNPJ nº 17.833.652/0001-00**, a título indenizatório** e, considerando a disponibilidade orçamentária e financeira constante na Informação nº 506/2025/NFS/SEDEF (Mov. 15), QDD (Mov. 16) e Declaração de Adequação de Despesa nº 506/2025/NFS/SEDEF (Mov. 17), a **realização da despesa** no valor de **R$ 5.856,63 (cinco mil e oitocentos e cinquenta e seis reais e sessenta e três centavos)**, referente a continuidade da prestação do serviço similar de acolhimento institucional a M.K, após o fim do período de vigência do Contrato nº 048/2022, relativo ao período de 01/06/2025 a 30/06/2025.

II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do NAS/SEDEF, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, o NAS/SEDEF deverá atestar que o recibo não terá cobrança de juros e multas e verificar, na ocasião do pagamento, e se as habilitações fiscais e trabalhistas, bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), estão dentro de seu prazo de validade e sem pendências.

III. NÃO AUTORIZO o pagamento de multas e juros, devendo ser pagos, se for o caso, pelo servidor que os gerou.

IV. DETERMINO o envio do Protocolo nº *24.255.951-7* à Corregedoria para apuração de possíveis irregularidades.

V. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

Curitiba, 11 de julho de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

93230/2025

RESOLUÇÃO *AD REFERENDUM* 015/2025 | CEAS/PR

A **MESA DIRETORA DO CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições regimentais;

CONSIDERANDO a Convocação para a XIV Conferência Nacional de Assistência Social pelo Conselho Nacional de Assistência Social conforme Resolução CNAS/MDS nº 173, de 14 de novembro de 2024;

CONSIDERANDO a Deliberação CEAS/PR nº 008/2025 que aprova a utilização do custeio das despesas da XV Conferência Estadual da Assistência Social;

CONSIDERANDO a Resolução Conjunta CEAS/PR E SEDEF/PR nº 001/2025, que versa sobre a Convocação da XV Conferência Estadual de Assistência Social do Paraná e;

CONSIDERANDO a Deliberação nº 017/2025 que aprova o Regulamento da 15ª Conferência Estadual de Assistência Social,

RESOLVE

Art. 1º Aprova a Nota Orientativa – Custeio do Processo Conferencial 2025, contida no Anexo I.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Curitiba, 10 de julho de 2025.

PUBLIQUE-SE

Renata Mareziuzek dos Santos — **Presidente do CEAS/PR**

Rogéria Aparecida Ortelhado — **Vice-Presidente do CEAS/PR**

ANEXO I

NOTA ORIENTATIVA

CUSTEIO DO PROCESSO CONFERENCIAL 2025

As conferências de assistência social desempenham um papel fundamental enquanto instrumento de participação popular, vigilância socioassistencial e gestão compartilhada, destacando-se como um espaço de diálogo democrático que une a sociedade civil e o poder público na definição de diretrizes e estratégias para a política de assistência social.

Neste sentido, as conferências estão intrinsecamente alinhadas com os princípios consagrados na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que preveem a efetivação da política de assistência social por meio da corresponsabilidade dos entes federados, incluindo o cofinanciamento de ações que visam a concretização dos direitos socioassistenciais da população.

Deste modo, conforme normatização trazida pelo Regulamento da 15ª Conferência Estadual de Assistência Social (Deliberação 017/2025), além de considerar as diferentes fontes de recursos que devem ser utilizadas, garantindo o princípio da cooperação entre os entes federados, reunimos nesta nota as orientações e conceitos importantes que ajudarão os participantes do processo conferencial de 2025 compreender o formato de custeio se dará.

I. DEFINIÇÃO DE PARTICIPANTES CUSTEADOS

1. Delegados Estaduais:

São os representantes eleitos nas conferências municipais, na qualidade de titular e na ausência sendo substituído pelo suplente,, com direito a voz e voto durante a Conferência Estadual de Assistência Sociall. Esses delegados integram os segmentos:

- Usuários e representantes de usuários do SUAS;
- Trabalhadores do SUAS;
- Entidades e organizações da sociedade civil; e
- Gestores e representantes governamentais.

Sua participação é **deliberativa** e **obrigatória** para validação democrática das proposições. A distribuição de vagas por município encontra-se no Anexo VI da Deliberação CEAS/PR 017/2025 - Regulamento da 15ª Conferência Estadual de Assistência Social.

2. Secretárias Executivas:

São servidoras públicas ou técnicas designadas pelos municípios para atuarem como responsáveis pelo suporte técnico-administrativo ao conselho municipal de assistência social da política pública local. Sua participação na conferência estadual é **estratégica** para:

- Acompanhar as deliberações e decisões técnicas;
- Apoiar as delegações municipais;
- Articular a execução das decisões pactuadas na conferência estadual no território municipal.

Estão previstas 36 vagas para secretárias executivas, distribuídas entre os municípios de Médio Porte, Grande Porte I, Grande Porte II e Metrópole (vide anexo VI - Deliberação CEAS/PR 017/2025). A escolha desses portes se justifica pelo fato de serem municípios com maior número de delegados para a etapa estadual.

As Secretárias Executivas são convidadas do conselho e possuem direito à voz. Para diferenciá-las dos demais convidados, sua inscrição deve ser feita enquanto Secretária Executiva.

3. Convidados:

São autoridades, parceiros institucionais e referências técnicas, indicadas pelo CEAS/PR e pela SEDEF/PR

A participação dos convidados é estratégica. Exercem funções de acompanhamento, execução, controle social e fiscalização normativa dos serviços, programas, projetos, e benefícios socioassistenciais. Também integram esse grupo autoridades e representantes de órgãos e conselhos diretamente envolvidos com a garantia de direitos e o fortalecimento da rede pública de proteção social.

São exemplos de convidados:

- Representantes do Ministério Público e Defensoria Pública;
- Conselhos Estaduais de Direitos (Idoso, Criança e Adolescente, Pessoa com Deficiência, Igualdade Racial, Direitos Humanos etc.);
- Universidades, centros de pesquisa, organismos da sociedade civil e parceiros estratégicos da rede SUAS.

A indicação dos convidados é feita mediante anuência da Comissão

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Organizadora da Conferência, instância deliberada pelo Conselho Estadual de Assistência Social (vide Deliberação CEAS/PR 102/2024).

4. Observadores:

São participantes credenciados que acompanham os trabalhos da conferência com direito a voz, podendo ser:

- Acompanhante dos delegados, secretárias executivas e convidados com deficiência, terão preferência no preenchimento das vagas de observadores.
- Técnicos da gestão pública;
- Integrantes de entidades ou movimentos sociais não delegados;
- Acadêmicos, estudantes ou demais interessados;

Sua função é estratégica, contribuindo para a transparência e controle social.

4.1. Acompanhantes:

São pessoas que acompanham participantes com deficiência, com restrições de mobilidade ou outras condições de vulnerabilidade que justifiquem a necessidade de apoio individualizado, nos termos do regulamento.

Sua participação está atrelada à comprovação antecipada do participante que necessita de apoio.

Sua função é garantir o direito de participação da Pessoa com Deficiência em condições de igualdade, conforme preconiza a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015).

II. CUSTEIO FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FEAS)

1. Etapa Estadual - Hospedagem (com café da manhã e jantar): três diárias por pessoa em quartos duplos. Checkin a partir das 14h do dia 06/10/2025 e checkout até às 12h do dia 09/10/2025. Não será ofertado jantar no dia 09/10/2025.

A listagem contendo os hotéis para hospedagem serão divulgados em até 10 dias anteriores ao evento.

A hospedagem será custeada para: Delegados Estaduais, Secretárias Executivas dos portes definidos no Regulamento a XV Conferência de Assistência Social, Convidados e Observadores/Acompanhantes.

2. Etapa Estadual - Almoço e Coffee Break: Nos dias de realização do evento (07 à 09/10/2025);

3. Etapa Estadual - Traslado: realizado com ônibus, nos dias 07 à 09/10/2025, para os participantes que estiverem hospedados em hotéis distantes do local principal de realização da conferência.

Não terão direito à hospedagem, nem ao traslado os participantes de quaisquer categorias que residirem nos municípios de: Céu Azul, Diamante do Oeste, Foz do Iguaçu, Itaipulândia, Matelândia, Medianeira, Missal, Ramilândia, Santa Terezinha do Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu e Vera Cruz do Oeste.

4. Etapa Nacional - Passagens Aéreas: Passagens de ida e volta para Brasília/DF, para os delegados estaduais eleitos e, quando necessário, seus acompanhantes, partindo do aeroporto mais próximo da residência do delegado eleito, dentre os seguintes aeroportos:

- Aeroporto Afonso Pena - Curitiba - CWB;
- Aeroporto Governador José Richa - Londrina - LDB;
- Aeroporto Silvio Name Júnior - Maringá - MGF;
- Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu/Cataratas - Foz do Iguaçu - IGU;

III. DEMAIS CUSTEIOS

a) Etapa Estadual - Traslado: dos participantes até o local indicado em Foz do Iguaçu (incluindo eventuais gastos durante a viagem), bem como o trecho de volta;

Nos casos de delegados estaduais, secretárias executivas e acompanhantes, o traslado deverá ser garantido com recursos do **Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).**

No caso dos demais convidados e observadores, o translado até o local indicado em Foz do Iguaçu ficará às expensas do próprio participante.

b) Etapa Nacional - Translado: do delegado estadual e acompanhante até o aeroporto indicado para embarque (incluindo eventuais gastos durante a viagem), o traslado deverá ser garantido com recursos do **Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).**

c) Etapa Nacional - Hospedagem, alimentação e translado em Brasília/DF (DELEGADOS GOVERNAMENTAIS): dos delegados estaduais e acompanhantes durante a 14ª Conferência Nacional de Assistência Social, a hospedagem, alimentação e translado dos delegados governamentais em Brasília/DF deverá ser garantida com recursos do **Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).**

d) Etapa Nacional - Hospedagem, alimentação e translado em Brasília/DF (DELEGADOS DA SOCIEDADE CIVIL): dos delegados estaduais e acompanhantes durante a 14ª Conferência Nacional de Assistência Social, a hospedagem, alimentação e translado dos delegados da sociedade civil em Brasília/DF deverá ser garantida com recursos do **Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)** (vide FAQ Conferência - Disponível em: <https://www.blogcnas.com/faq-conferencia>)

IV. ORIENTAÇÕES FINAIS

Sobre a utilização dos recursos da Política de Assistência Social, orientamos a leitura da Nota Técnica 017/2025 do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - Secretaria Nacional de Assistência Social - Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social Disponível em: <https://7f9ee646-2885-415a-bfa4-9e608360171d.usrfiles.com/ugd/7f9ee6_27c1b56cf7384a4581853a5fbf2871eb.pdf>

Curitiba, 10 de julho de 2025

Thamíris Guerra

Secretária Executiva do Conselho Estadual de Assistência Social

93715/2025

Secretaria do Desenvolvimento Sustentável

IAT

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 380, DE 14 DE JULHO DE 2025

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 02 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

- Considerando o conteúdo do protocolo nº 24.139.166-3,

RESOLVE

Art. 1º. Designar a servidora Rossana Baldanzi, RG nº 1.xxx.797-x, para exercer a função de Diretoria de Licenciamento e Outorga – DILIO, no período de 10 de julho à 03 de agosto de 2025, por motivo de férias da titular Ivonete Coelho da Silva Chaves, RG nº 1.xxx.794-x.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 10 de julho de 2025.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

93459/2025

EDITAL TC Nº 056/2025

O **Instituto Água e Terra – IAT** cumprindo o estabelecido no *Artigo 147, do Decreto nº 6.514/2008 e Portaria 064/2015-IAP*, torna público relação das pessoas físicas e/ou jurídicas que celebraram ***Termo de Compromisso de Restauração de Dano Ambiental,*** relativo ao Auto de Infração Ambiental que gerou o processo administrativo, conforme abaixo especificado:

RAZÃO	Município Autuação	AIA	SID
Anesia Ribeiro Padilha	Salto do Lontra	164032	20.712.064-2
Bento Dorival Milani	Campina Grande do Sul	139642	16.913.697-1
Cleber Telvani Sander	Guarapuava	145035	18.819.483-4
Cleber Telvani Sander	Guarapuava	145034	18.819.535-0
Cleber Telvani Sander	Guarapuava	145033	18.852.334-0
Dirceu Dal Vesco	Francisco Beltrão	145538	19.023.245-0
Francisco Gonçalves Belo	Guaraniaçu	133199	19.522.642-3
Leo Francisco Mattiollo	Coronel Vivida	129456	17.796.475-1
Leo Francisco Mattiollo	Coronel Vivida	129457	17.796.506-5
Leo Francisco Mattiollo	Coronel Vivida	129458	17.796.514-6
Luis Traccienski	Marechal C. Rondon	153103	22.568.002-7
Marconi Ferreira de Barros	Pirai do Sul	154812	23.325.292-1
Nelso da Costa	Verê	168132	22.429.739-4
Paulo Fiorese	Pinhal de São Bento	259117	22.210.046-1
Paulo Fiorese	Pinhal de São Bento	259118	22.210.069-0
Prefeitura Municipal de Tamarana	Tamarana	154454	23.098.100-0
Ramon Canhoni Dematte	Palmeira	147685	19.995.726-0
Ramon Canhoni Dematte	Palmeira	147683	19.995.627-2
Thaila Monique Cordeiro Costa Graneiro Ramos	Borrazópolis	165785	22.838.975-7
Vanderlei Gormann	Planalto	200609	22.089.083-0

Curitiba, 14 de julho de 2.025.

93804/2025

EDITAL TC Nº 057/2025 - Conversão

O **Instituto Água e Terra - IAT**, cumprindo o estabelecido no Artigo 10, do Decreto Estadual 2570/2019 e IN 002/2020-IAT, torna público relação das pessoas físicas e/ou jurídicas que celebraram Termo de Compromisso com o IAT relativo ao ***Programa de Conversão de Multa Simples em Serviços de Preservação, Melhoria e Recuperação da Qualidade o Meio Ambiente***, na modalidade ***Conversão Indireta***, relativo ao Auto de Infração Ambiental que gerou o processo administrativo, conforme abaixo especificado*:*

AIA 125993/2019-SID 16.031.535-0/Rafael de Souza - CPF/CNPJ: 048.627.259-10 - Aplicação: Programa Pró-Fauna – Projeto: SID 16.746.572-2;

AIA 145538/2022-SID 19.023.245-0/Dirceu Dal Vesco - CPF/CNPJ: 717.533.979-87 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.352-2;

AIA 163067/2024-SID 22.412.132-6/Prefeitura Municipal de Kaloré -

CPF/CNPJ: 75.771.238/0001-10 - Aplicação: Programa Rio Vivo – Projeto: SID 16.746.805-5;

AIA 130188/2021-SID 18.383.208-5/Prefeitura Municipal de Kaloré - CPF/CNPJ: 75.771.238/0001-10 - Aplicação: Programa Rio Vivo – Projeto: SID 16.746.805-5;

AIA 130187/2021-SID 18.383.136-4/Prefeitura Municipal de Kaloré - CPF/CNPJ: 75.771.238/0001-10 - Aplicação: Programa Rio Vivo – Projeto: SID 16.746.805-5;

AIA 150739/2024-SID 21.749.049-9/Flavia Adriane dos Santos - CPF/CNPJ: 027.269.849-08 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.362-0;

AIA 168319/2024-SID 23.070.672-7/Marcos Leandro Scarpellini - CPF/CNPJ: 765.638.559-20 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6;

AIA 153103/2024-SID 22.568.002-7/Luis Tracienski - CPF/CNPJ: 616.029.069-04 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.362-0;

AIA 147685/2023-SID 19.995.726-0/Ramon Canhoni Dematte - CPF/CNPJ: 165.099.949-68 - Aplicação: Programa Proteção do solo – Projeto: SID 16.989.345-4;

AIA 147683/2023-SID 19.995.627-2/Ramon Canhoni Dematte - CPF/CNPJ: 165.099.949-68 - Aplicação: Programa Saneamento – Projeto: SID 16.746.326-6;

AIA 141468/2021-SID 18.120.807-4/Antoninho Godinho dos Santos - CPF/CNPJ: 628.031.909-15 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.362-0;

AIA 168304/2024-SID 22.701.795-3/Auto Posto Mariana Ltda - CPF/CNPJ: 12.569.723/0001-95 - Aplicação: Programa Saneamento – Projeto: SID 16.746.326-6;

AIA 168132/2024-SID 22.429.739-4/Nelso da Costa - CPF/CNPJ: 943.930.449-91 - Aplicação: Programa Rio Vivo – Projeto: SID 16.746.805-5;

AIA 200609/2024-SID 22.089.083-0/Vanderlei Gormann - CPF/CNPJ: 026.595.999-39 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6;

AIA 154812/2025-SID 23.325.292-1/Marconi Ferreira de Barros - CPF/CNPJ: 587.925.389-91 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2;

AIA 154630/2024-SID 23.249.998-2/F. Andreias e Cia Ltda - CPF/CNPJ: 76.476.050/0001-01 - Aplicação: Programa Sinais da Natureza – Projeto: SID 16.747.060-2;

AIA 148977/2023-SID 20.529.671-9/Juliano Ferreira - CPF/CNPJ: 069.703.699-51 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.352-2;

AIA 168976/2023-SID 20.529.671-9/Juliano Ferreira - CPF/CNPJ: 069.703.699-51 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.352-2;

AIA 168088/2024-SID 21.904.667-7/Prefeitura Municipal de Piraquara - CPF/CNPJ: 76.105.675/0001-67 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.372-7;

AIA 259117/2024-SID 22.210.046-1/Paulo Fiorese - CPF/CNPJ: 219.392.849-53 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6;

Curitiba, 14 de julho de 2.025

93809/2025

EDITAL TC Nº 058/2025 - Conversão

O **Instituto Água e Terra - IAT**, cumprindo o estabelecido no Artigo 10, do Decreto Estadual 2570/2019 e IN 002/2020-IAT, torna público relação das pessoas físicas e/ou jurídicas que celebraram Termo de Compromisso com o IAT relativo ao ***Programa de Conversão de Multa Simples em Serviços de Preservação, Melhoria e Recuperação da Qualidade o Meio Ambiente***, na modalidade ***Conversão Indireta***, relativo ao Auto de Infração Ambiental que gerou o processo administrativo, conforme abaixo especificado:

AIA 259118/2024-SID 22.210.069-0/Paulo Fiorese - CPF/CNPJ: 219.392.849-53 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6;

AIA 144610/2022-SID 18.570.919-1/Clarindo Jose Storti - CPF/CNPJ: 225.722.280-68 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6;

AIA 163563/2023-SID 21.199.574-2/Ribeiro, Schmidt e Carriel Carvão ativo - CPF/CNPJ: 07.993.463/0001-40 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6;

AIA 135783/2019-SID 15.898.548-9/Sebastião Pereira Prudente - CPF/CNPJ: 448.849.829-91 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6;

AIA 165378/2024-SID 23.329.945-2/Valdemar Alves Ribeiro - CPF/CNPJ: 330.402.819-68 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.366-2;

AIA 154718/2024-SID 23.258.008-9/João Flausino Dias - CPF/CNPJ: 197.274.368-62 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.352-2;

AIA 133199/2022-SID 19.522.642-3/Francisco Gonçalves Belo - CPF/CNPJ: 782.541.249-49 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.366-2;

AIA 165785/2024-SID 22.838.975-7/Thaila Monique Cordeiro Costa Graneiro Ramos - CPF/CNPJ: 088.385.239-08 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6;

AIA 165784/2024-SID 22.838.894-7/Thaila Monique Cordeiro Costa Graneiro Ramos - CPF/CNPJ: 088.385.239-08 - Aplicação: Programa Saneamento – Projeto: SID 16.744.176-9;

AIA 154454/2024-SID 23.098.100-0/Prefeitura Municipal de Tamarana - CPF/CNPJ: 01.613.167/0001-90 - Aplicação: Programa Parques Urbanos – Projeto: SID 16.986.413-6;

AIA 169511/2024-SID 22.837.009-6/Tauri Reciclagem Ltda - CPF/CNPJ: 40.130.865/0001-97 - Aplicação: Programa Rio Vivo – Projeto: SID 16.746.805-5;

AIA 169512/2024-SID 22.837.019-3/Tauri Reciclagem Ltda - CPF/CNPJ: 40.130.865/0001-97 - Aplicação: Programa Rio Vivo – Projeto: SID 16.746.805-5;

AIA 145035/2022-SID 18.819.483-4/Cleber Telvani Sander - CPF/CNPJ: 942.327.929-53 - Aplicação: Programa Pró-Fauna – Projeto: SID 16.746.519-6;

AIA 145034/2022-SID 18.819.535-0/Cleber Telvani Sander - CPF/CNPJ: 942.327.929-53 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.352-2;

AIA 145033/2022-SID 18.852.334-0/Cleber Telvani Sander - CPF/CNPJ: 942.327.929-53 - Aplicação: Programa Pró-Fauna – Projeto: SID 16.746.519-6;

AIA 161014/2023-SID 20.485.899-3/Bruna Tolardo Moris Rodrigues - CPF/CNPJ: 074.161.049-39 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6;

AIA 167717/2024-SID 23.003.928-3/Adecir Zucarelli Ribeiro - CPF/CNPJ: 806.203.109-87 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2;

AIA 136274/2019-SID 16.067.152-1/Evaldo Jose Almeida Kramer - CPF/CNPJ: 672.617.609-00 - Aplicação: Programa Saneamento – Projeto: SID 16.746.326-6;

AIA 168901/2024-SID 22.976.784-4/Evo Energia Ltda - CPF/CNPJ: 13.863.488/0001-22 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.372-7;

AIA 153866/2024-SID 22.926.024-3/Tatiana Rosana de Castro - CPF/CNPJ: 051.835.579-93 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.366-2;

Curitiba, 14 de julho de 2.025

93812/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à FABRICIO APARECIDO DA SILVA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 350547 com validade até 11/07/2033, para Comércio e Serviço - Transportadora de cargas em geral e de resíduos a ser implantada na Avenida Curitiba, 446 no município de Almirante Tamandaré/PR.

93279/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PALMEIRA RECICLAGEM LTDA., a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 350904 com validade até 11/07/2030, para Comércio e Serviço - Transportadora de cargas em geral e de resíduos a ser implantada na BR 277, KM- 184, S/N no município de Palmeira/PR.

93192/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à L MOREIRA DA COSTA ADMINISTRADORA DE BENS LTDA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 350799 com validade até 11/07/2031, para Comércio e Serviço - Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes a ser implantada na Rodovia dos Minérios, 5843 no município de Almirante Tamandaré/PR.

93288/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ERIK MARCELO DAS NEVES BIZE TERRAPLAN, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 350989 com validade até 11/07/2031, para Comércio e Serviço - Transportadora de cargas em geral e de resíduos a ser implantada na Rua Etore Buzato, 740 no município de Almirante Tamandaré/PR.

93296/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ACP - AGENCIAMENTO DE CARGAS DO PARANA LTDA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 350612 com validade até 11/07/2031, para Comércio e Serviço - Transportadora de cargas em geral e de resíduos a ser implantada na Rua João Andriguetto, 200 no município de São José dos Pinhais/PR.

93282/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ITAPOA MINERACOES LTDA - EPP, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 350190 com validade até 11/07/2031, para Industrial - Industrias diversas a ser implantada na Gleba Anhumaí, SN no município de Alto Paraná/PR.

93178/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LBX S/A, a Licença de Instalação - LI nº 350912 com validade até 11/07/2030, para Imobiliário - Edificações a ser implantada na Rua Quintino Bocaiúva, 1427 no município de Maringá/PR.

93193/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à KOHLER SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, a Licença de Instalação - LI nº 350973 com validade até 11/07/2027, para Gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes - Unidade de gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes a ser implantada na LINHA SANTO ANTÔNIO, 000 no município de Toledo/PR.

93209/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à AJR INTERMEDIACOES LTDA, a Licença de Instalação - LI nº 350922 com validade até 10/07/2027, para Industrial - Industrias diversas a ser implantada na Rua Chororó do Pantanal, S/N no município de Arapongas/PR.

93196/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MULTILOG BRASIL S.A., a Licença de Instalação de Ampliação - LI-A nº 350609 com validade até 11/03/2027, para Comércio e Serviço - Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes a ser implantada na Rua João Zarpelon, 800 no município de São José dos Pinhais/PR.

93281/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à RIBEIRO, SCHMIDT & CARRIEL CARVÃO ATIVADO LTDA, a Licença de Instalação de Ampliação - LI-A nº 350951 com validade até 11/07/2026, para Industrial - Ind. química a ser implantada na Rua Miguel Padilha, 96 no município de Guarapuava/PR.

93201/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à GLOBAL SISTEMAS AMBIENTAIS LTDA, a Licença de Instalação de Ampliação - LI-A nº 350573 com validade até 11/07/2027, para Gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes - Unidade de gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes a ser implantada na Estrada Balsa Nova a Guajuvira km 4, s/n no município de Balsa Nova/PR.

93180/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à INCEPA REVESTIMENTOS CERAMICOS LTDA., a Licença de Instalação de Ampliação - LI-A nº 350782 com validade até 11/07/2027, para Industrial - Beneficiamento de minerais não metálicos a ser implantada na BR-476 KM 147, S/N no município de São Mateus do Sul/PR.

93184/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARANÁ, a Licença de Operação - LO nº 350883 com validade até 11/07/2035, para Comércio e Serviço - Lavadores em geral instalada na RUA JOSÉ DE ANCHIETA, 1641 no município de Alto Paraná/PR.

93191/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA, a Licença de Operação - LO nº 350468 com validade até 11/07/2031, para Comércio e Serviço - Armazenadoras de Produtos Agrotóxicos, seus componentes e afins instalada na RODOVIA BR 163 LINHA SÃO DOMINGOS, S/N no município de Santo Antônio do Sudoeste/PR.

93179/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à GELMAKI INDÚSTRIA DE MÁQUINAS EIRELI - EPP, a Licença de Operação - LO nº 350618 com validade até 11/07/2029, para Industrial - Ind. metalúrgica instalada na AV. PARANÁ, 624 no município de Mandirituba/PR.

93284/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à INDUSTRIA DE ALIMENTOS PICCININI LTDA, a Licença de Operação - LO nº 350739 com validade até 11/07/2031, para Industrial - Beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas instalada na Rodovia PR-T 163, s/n no município de Santo Antônio do Sudoeste/PR.

93183/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à BRUNO AUGUSTO VENANCIO DE ALMEIDA - METAIS, a Licença de Operação - LO nº 350920 com validade até 11/07/2030, para Industrial - Ind. metalúrgica instalada na Avenida Carlos Correa Borges, 2892 no município de Maringá/PR.

93195/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COAMIG AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA, a Licença de Operação - LO nº 350970 com validade até 11/07/2029, para Industrial - Alimentos instalada na Rua Judite Bastos de Oliveira, 435 no município de Guarapuava/PR.

93208/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PEDRO FORTIS, a Licença de Operação de Ampliação - LO-A nº 263756 com validade até 15/02/2028, para Industrial - Beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas instalada na Rodovia PR-180 (Quarto Centenário a Goioerê), Km 49, S/N no município de Goioerê/PR.

93198/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL CONSOLATA, a Licença de Operação de Ampliação - LO-A nº 281508 com validade até 30/09/2027, para Comércio e Serviço - Armazenadoras de Produtos Agrotóxicos, seus componentes e afins instalada na 19-C-1-A, GLEBA 12-1º PARTE, COLONIA GOIOERE, S/N no município de Goioerê/PR.

93177/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à BEMAIS EMPREENDIMENTOS FLORESTAIS LTDA, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 350940 com validade até 11/07/2028, para Substituição de Espécies Exóticas - Substituição de Espécies Exóticas em Áreas de Preservação Permanente a ser implantada na Banhado Vermelho, s/n no município de Turvo/PR.

93199/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à VALDOMIRO FABRICIO DE OLIVEIRA, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 350917 com validade até 10/07/2027, para Agropecuária - Suinocultura a ser implantada na LINHA VERGUIRA, 0 no município de Santa Helena/PR.

93194/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à RICARDO FERREIRA FREDERICO, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 350925 com validade até 11/07/2027, para Agropecuária - Avicultura a ser implantada na Sitio Nossa Senhora Aparecida - LOTES N.ºS: 317-A-12 E 317-A-11-B, SN no município de São João do Caiuá/PR.

93197/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PARANAGRAO LTDA, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 350983 com validade até 11/07/2035, para Comércio e Serviço - Armazenadoras de Produtos Agrotóxicos, seus componentes e afins a ser implantada na Rodovia PR 831, 1760 no município de Paula Freitas/PR.

93211/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MARA DE MACEDO BORTOLON, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 350984 com validade até 11/07/2027, para Agropecuária - Bovinocultura de leite a ser implantada na Rodovia Agenor Bortolon Km 16, sn no município de Cruzeiro do Oeste/PR.

93212/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à KLABIN S.A., a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 350985 com validade até 11/07/2028, para Substituição de Espécies Exóticas - Substituição de Espécies Exóticas em Áreas de Preservação Permanente a ser implantada na UAI - SANTANA BL VALOES - Área Rural, sn no município de Rio Branco do Sul/PR.

93213/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ROQUE SIGNOR, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 350996 com validade até 11/07/2027, para Agropecuária - Avicultura a ser implantada na LINHA SÃO SEBASTIÃO, S/N no município de Coronel Vivida/PR.

93214/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COOPERATIVA AGRÁRIA AGROINDUSTRIAL, a Licença Prévia - LP nº 350954 com validade até 11/07/2026, para Comércio e Serviço - Pátio/Estacionamento de Caminhões a ser implantada na Avenida Paraná, S/N no município de Guarapuava/PR.

93203/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à KOERICH LAVA RAPIDO LTDA, a Licença Prévia - LP nº 350851 com validade até 11/07/2027, para Comércio e Serviço - Lavadores em geral a ser implantada na Rod Pr 218 Rod Heitor Alencar Furtado, 00 no município de Paranavaí/PR.

93189/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SILVETE MARCONDES & CIA LTDA, a Licença Prévia - LP nº 350955 com validade até 11/07/2026, para Comércio e Serviço - Transportadora de cargas em geral e de resíduos a ser implantada na Rua Alcindo de Matos, 249 no município de Guarapuava/PR.

93204/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CODEINK CODIFICACOES INDUSTRIAIS LTDA., a Licença Prévia - LP nº 350553 com validade até 11/07/2027, para Industrial - Ind. química a ser implantada na Rua Alberto Bedin, 1713 no município de Colombo/PR.

93280/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à INNOVA THERAPY COMERCIO E MONTAGEM DE COLCHOES LTDA, a Licença Prévia - LP nº 350807 com validade até 11/07/2027, para Industrial - Ind. têxtil, de vestuário, calçados e artefatos de tecidos a ser implantada na Rua Rio Paranapanema, 1034 no município de Pinhais/PR.

93289/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à TRIAD SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA, a Licença Prévia - LP nº 350714 com validade até 11/07/2027, para Comércio e Serviço - Atividades de limpeza a ser implantada na Rua Francisco Camargo, 658 no município de Cianorte/PR.

93182/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICIPIO DE CAMBIRA, a Licença Prévia - LP nº 351008 com validade até 12/07/2029, para Comércio e Serviço - Serviço de saúde a ser implantada na José Martins Amorim, s/n no município de Cambira/PR.

93298/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à AGROINDUSTRIAL ELACY LTDA EPP, a Licença Prévia de Ampliação - LP-A nº 350945 com validade até 06/06/2026, para Industrial - Alimentos a ser implantada na LINHA IGUA NORTE, S/N no município de Cruz Machado/PR.

93200/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LUCAS GUSTAVO SANCHES SIROTTI, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 350960-R1 com validade até 11/07/2029, para Agropecuária - Aquicultura a ser implantada na LR 24-U-1, 01-R, 24 E 25 GL. 13, COL. GOIOERÊ, S/N no município de Rancho Alegre do Oeste/PR.

93206/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SANDRA MARA SCHLAFNER SANDER, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 350840-R1 com validade até 10/11/2025, para Agropecuária - Bovinocultura de corte instalada na Acesso BR 277, 26 km do trevo aeroporto, entrada a esquerda, s/n no município de Guarapuava/PR.

93188/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à F H COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 293406-R4 com validade até 10/04/2027, para Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores instalada na AV ASCANIO M. DE CARVALHO, 1.197 no município de Ubiratã/PR.

93207/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à TS TRIPAS S/A, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 350789-R1 com validade até 11/07/2031, para Industrial - Alimentos instalada na Rua João Goulart, 94 no município de Pinhais/PR.

93299/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SUPERMIX CONCRETO S/A, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 350993-R4 com validade até 11/07/2029, para Industrial - Industrias diversas instalada na Rua Judith Schluga, 67 no município de Colombo/PR.

93297/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à BELLS INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS E METAIS LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 350909-R2 com validade até 11/07/2029, para Industrial - Ind. de produtos de matéria plástica instalada na Rua AntÃ'nio Gentil, 606 no município de Colombo/PR.

93295/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à AM INDUSTRIA E ALIMENTOS LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 350862-R3 com validade até 11/07/2029, para Industrial - Alimentos instalada na Rua João Andriguetto, 180 no município de São José dos Pinhais/PR.

93294/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ADVAL TECH DO BRASIL INDUSTRIA DE AUTOPECAS LTDA., a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 350858-R5 com validade até 11/07/2029, para Industrial - Ind. metalúrgica instalada na Avenida Rocha Pombo, 2561 no município de São José dos Pinhais/PR.

93293/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à M.BORGES COMERCIO DE HORTIFRUTI EIRELI, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 350831-R1 com validade até 11/07/2031, para Industrial - Beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas instalada na RUA AFONSO GOOD, 306 no município de Contenda/PR.

93292/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CLS COMÉRCIO DE PAPÉIS E APARAS LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 350818-R1 com validade até 11/07/2029, para Gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes - Unidade de gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes instalada na Avenida das Nações, 3010 no município de Araucária/PR.

93291/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à GVM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA - EPP, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 350812-R3 com validade até 11/07/2029, para Comércio e Serviço - Transportadora de cargas em geral e de resíduos instalada na Rua General Raul da Cunha Bello, 81 no município de Curitiba/PR.

93290/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ROZIMAR APARECIDO DE OLIVEIRA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 350956-R1 com validade até 11/07/2029, para Agropecuária - Aquicultura instalada na Lote de Terras nº 296-Z-6 - Gleba nº 07, Colônia Goio-Erê, s/n no município de Farol/PR.

93205/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à POLIMIX CONCRETO LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 350773-R2 com validade até 11/07/2029, para Industrial - Beneficiamento de minerais não metálicos instalada na Estrada Principal da Tacaniça dos Costa, S/N no município de Rio Branco do Sul/PR.

93287/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à GEMU IND DE PRODUTOS PLASTICOS E METALURGICOS LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 350722-R5 com validade até 11/07/2029, para Industrial - Ind. metalúrgica instalada na Rua Marechal Hermes, 1141 no município de São José dos Pinhais/PR.

93286/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à DEHAINI & CIA LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 350622-R1 com validade até 11/07/2027, para Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores instalada na Rodovia BR 476, 5556 no município de Araucária/PR.

93285/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PERFICOLOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERRAGENS EIRELI - EPP, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 350614-R3 com validade até 11/07/2029, para Industrial - Ind. metalúrgica instalada na Alameda Bom Pastor, 2622 no município de São José dos Pinhais/PR.

93283/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à TRANSPORTADORA CASTOLDI LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 350953-R1 com validade até 11/07/2029, para Comércio e Serviço - Transportadora de cargas em geral e de resíduos instalada na Rua Alzino Carazzai, 2357 no município de Guarapuava/PR.

93202/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LUIZ MIGUEL SIMICH, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 350999-R2 com validade até 11/07/2031, para Agropecuária - Suinocultura instalada na LOTE RURAL, 79-A no município de Maripá/PR.

93215/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à GLOBAL SISTEMAS AMBIENTAIS LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 347831-R3 com validade até 11/07/2027, para Gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes - Unidade de gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes instalada na Estrada Balsa Nova a Guajuvira km 4, s/n no município de Balsa Nova/PR.

93176/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à GENESIO DAL CANTON, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 350691-R2 com validade até 11/07/2031, para Agropecuária - Suinocultura instalada na FLUVIOPOLIS, S/N no município de São Mateus do Sul/PR.

93181/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à REDE GUAPO DE POSTOS DE COMBUSTIVEL LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 350867-R2 com validade até 10/07/2029, para Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores instalada na Rua Quinze de Novembro, 6879 no município de Guarapuava/PR.

93190/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PEDREIRA PÉROLA LTDA - EPP, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 350824-R3 com validade até 10/07/2027, para Industrial - Industrias diversas instalada na RODOVIA PR 170, KM 7,5, sn no município de Guarapuava/PR.

93185/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à GUARAPUAVA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 350837-R2 com validade até 10/07/2029, para Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores instalada na Rua Capitão Rocha, 2770 no município de Guarapuava/PR.

93186/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CENTRAL SUL COMERCIO DE COMPENSADOS LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 350838-R2 com validade até 10/07/2029, para Industrial - Ind. da madeira instalada na Rua Dario Borges de Lis, 10 no município de Guarapuava/PR.

93187/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ERNST MAKUS, a Renovação da Licença por Adesão e Compromisso - RLAC nº 350978 com validade até 11/07/2030, para Agropecuária - Suinocultura instalada na Brasiliana, s/n no município de Tupãssi/PR.

93210/2025

Portaria n° 11500/2025/OD-GOUT. Prot. 21.661.939-0. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) IRMAOS CANTERI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - CPF/CNPJ 81.672.305/0001-41. Córrego Barrocas. Tibagi. Coordenadas UTM 7.209.544,00 N 540.419,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Diluição de efluente sanitário. Vazão máxima outorgada 0.12 m³/h 16:40 horas/dia 30 dias/mês. Município Imbituva.

93254/2025

Portaria n° 10049/2025/REV-GOUT. Prot. 24.314.867-7. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) COCAMAR MAQUINAS AGRICOLAS LTDA - CPF/CNPJ 02.213.491/0010-75. Tibagi. Coordenadas UTM 7.429.465,53 N 474.311,58 E. Validade 35 anos. Finalidade Sanitário (consumo humano + limpeza), Combate a incêndio, Limpeza. Vazão máxima outorgada 4.00 m³/h 04:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Cambé. Esta portaria revoga a portaria n° 1461/2022.

93629/2025

Portaria n° 11504/2025/OD-GOUT. Prot. 23.225.806-3. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) LATICINIOS CAMPINA ALTA LTDA - CPF/CNPJ 01.227.770/0001-34. Córrego Sem denominação na base. Ivaí. Coordenadas UTM 7.288.016,00 N 433.934,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Diluição de efluente industrial. Vazão máxima outorgada 2.85 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Manoel Ribas. Esta portaria revoga a portaria n° 13626/2024/OP-GOUT.

93246/2025

Portaria n° 11505/2025/OP-GOUT. Prot. 22.209.669-3. Aproveitamento hidrelétrico com barragem/soleira. Outorgado(s) ENGENHO VELHO GERADORA DE ENERGIA SPE LTDA - CPF/CNPJ 49.947.348/0001-80. Rio Iratim. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.104.327,00 N 414.959,00 E. Validade 3 anos. Finalidade Aproveitamento de potencial hidráulico. Município Coronel Domingos Soares.

93255/2025

Portaria n° 10048/2025/REV-GOUT. Prot. 24.310.200-6. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) Monica de Lourdes Patricio - CPF/CNPJ 004.190.349-86. Piquiri. Coordenadas UTM 7.302.239,00 N 353.780,00 E. Validade 35 anos. Finalidade Sanitário (consumo humano + limpeza), Abastecimento de pulverizadores, Lavagem de veículos, Limpeza. Vazão máxima outorgada 4.00 m³/h 09:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Luiziana. Esta portaria revoga a portaria n° 10035/2022/OP-GOUT.

93266/2025

Portaria n° 11498/2025/OD-GOUT. Prot. 21.439.148-1. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) IZAIR FUZAO - CPF/CNPJ 241.389.329-68. Rio Iguaçuzinho. Piquiri. Coordenadas UTM 7.269.975,95 N 261.021,19 E. Validade 09/12/2028. Finalidade Diluição de efluente agropecuário. Vazão máxima outorgada 11.38 m³/h 12:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Cafelândia.

93247/2025

INVEST PARANÁ

INVEST PARANÁ

PORTARIA Nº 012/2025

Súmula: Concessão de Função Gratificada de Assessor da Diretoria de Administração e Finanças da Invest Paraná.

O Diretor Presidente e o Diretor de Administração e Finanças da Invest Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe é conferida pela Lei Estadual nº 17.016, de 16 de dezembro de 2011 e Estatuto da entidade, pelo presente, e

Considerando o Plano de Cargos, Salários e Benefícios,
Considerando o Regimento Interno,
Considerando a Ata da 212ª Direx da Invest Paraná,

RESOLVE

Art. 1º Designar ALCEU ALBINO VON DER OSTEN NETO, Consultor Técnico de Gestão (Admin / RH / Financeiro), CPF nº 050.244.319-79, do Quadro de Pessoal da Invest Paraná, para o exercício da função gratificada de Assessor da Diretoria de Administração e Finanças.

Art. 2º Esta designação tem caráter transitório, podendo ser revogada a qualquer tempo, de forma discricionária e unilateral pelo empregador, nos termos da normatização aplicável.

Art. 3º Esta designação entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de julho de 2025.

Curitiba, 14 de julho de 2025.

José Eduardo Bekin
Diretor Presidente

Paulo Alexsandro Morva Martins
Diretor de Administração e Finanças

93598/2025



Secretaria da Educação

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 5032 - 14/07/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 6790
Nome do Estabelecimento: FRANCISCO ZARDO, C E PROF-EF M PROFIS
Nome do Curso: NEM EPT IF TEC ADMINISTR-ET GN

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
THAÍS CIPOLA SANTIAGO	15094320-5PR	109	069006790D001	1	29/01/2025	2024

CURITIBA, 14 de Julho de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): JEANE HIANKE
Nº Ato do(a) Secretário(a): Res. nº nº 02543
Nome do(a) Diretor(a): MARLON APARECIDO DESPLANCHES
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº nº 01225

93674/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 5028 - 14/07/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 1380
Nome do Município: LONDRINA
Código do Estabelecimento: 13745
Nome do Estabelecimento: CENTRO EDUC PROFIS MATER TER ADMIRABILIS
Nome do Curso: AUX DE ENFERMAGEM

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
WANDER LUÍS VIEIRA PORFIRIO JÚNIOR	99306343PR	160	138013745C001	1	11/07/2025	2025

LONDRINA, 14 de Julho de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): CILENE TEIXEIRA GUIMARÃES
Nº Ato do(a) Secretário(a): Ato: Nº 02/2019 Ato:01/03/2019
Nome do(a) Diretor(a): LÉA RITA PESTANA FERREIRA MELLO IVANO
Nº Ato do(a) Diretor(a): 01/2023 Data Ato :24/07/2023

93519/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 5030 - 14/07/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 2010
Nome do Município: PONTA GROSSA
Código do Estabelecimento: 18712
Nome do Estabelecimento: JOAO R V B DU VERNAY,CE PROF-EF M PROFIS
Nome do Curso: NEM EPT IF TEC ALIMENTOS-ET PA

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
AGNES CHRISTINE RODRIGUES CARDOSO	163224607PR	264	201018712D001	14	10/07/2025	2024
ALAN GABRIEL TEODORO	154566120PR	265	201018712D001	14	10/07/2025	2024
ALLANA DE ALMEIDA BORGES	142733412PR	266	201018712D001	15	10/07/2025	2024
AMANDA NELYSSA VAZ CARVALHO	158482118PR	267	201018712D001	15	10/07/2025	2024
ANA JÚLIA SANTOS FERREIRA	159693244PR	268	201018712D001	15	10/07/2025	2024
ANNE CAROLINE MACHADO	150949998PR	269	201018712D001	15	10/07/2025	2024
ANTHONI MICAEL GAVET DE MATTOS	152051840PR	270	201018712D001	15	10/07/2025	2024
ARIADENYS APARECIDA RODRIGUES FERNANDES	151003761PR	271	201018712D001	16	10/07/2025	2024
BRENDA CRISTINA DOS SANTOS	160804378PR	272	201018712D001	16	10/07/2025	2024
BRUNA LEMOS PINHEIRO	160845562PR	273	201018712D001	16	10/07/2025	2024
BRUNO HENRIQUE FLORIANO	157803026PR	274	201018712D001	16	10/07/2025	2024
CAROLINE DO ROCIO KRZESINSKI	153669228PR	275	201018712D001	16	10/07/2025	2024
DARIANE TELEGINSKI DE ANDRADE	138939731PR	276	201018712D001	17	10/07/2025	2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

EMANUELLE FERNANDA SLOBODZAN ROSA	157815644PR	277	201018712D001	17	10/07/2025	2024
ERICK HENRIQUE VUITIKA	141206621PR	278	201018712D001	17	10/07/2025	2024
ERIKA CRUZ DUARTE	147316666PR	279	201018712D001	17	10/07/2025	2024
FERNANDA EDUARDA BELLUSCI PADILHA	158424967PR	280	201018712D001	17	10/07/2025	2024
FERNANDA LUIZA STEFANIAK	151723390PR	281	201018712D001	18	10/07/2025	2024
FLÁVIA MARTINS	150363985PR	282	201018712D001	18	10/07/2025	2024
GABRIELA DE JESUS BATISTEL	139824792PR	283	201018712D001	18	10/07/2025	2024
GIULIA LEMES RIBEIRO VASCO	159988503PR	284	201018712D001	18	10/07/2025	2024
GRAZIELI NOVAK DE MORAES	1503022536PR	285	201018712D001	18	10/07/2025	2024
GUILHERME RODRIGUES DA SILVA	155823933PR	286	201018712D001	19	10/07/2025	2024
ISABELA BATISTA CORDEIRO AZEVEDO	156492604PR	287	201018712D001	19	10/07/2025	2024
ISADORA APARECIDA DO PORTO MARINHO DO PRADO	155298960PR	288	201018712D001	19	10/07/2025	2024
JEFF LOPES DE PAULA	146112021PR	289	201018712D001	19	10/07/2025	2024
JHENIFER VITÓRIA FERREIRA DA LUZ	150894352PR	290	201018712D001	19	10/07/2025	2024
JOÃO ARTHUR KLAS GOMES	149622632PR	291	201018712D001	20	10/07/2025	2024
JULIA DE PAULA ROCHA	148120579PR	292	201018712D001	20	10/07/2025	2024
JULIANE APARECIDA DE ORNELLES	151004890PR	293	201018712D001	20	10/07/2025	2024
JULIA VICTORIA OLIVEIRA	665297695SP	294	201018712D001	20	10/07/2025	2024
KAMILY APARECIDA DOS SANTOS	152104677PR	295	201018712D001	20	10/07/2025	2024
KAYKE ALVES DE OLIVEIRA	149051309PR	296	201018712D001	21	10/07/2025	2024
LEONARDO PENTEADO BARBOSA	152678460PR	297	201018712D001	21	10/07/2025	2024
LETICIA RIBEIRO DA CUNHA	149040277PR	298	201018712D001	21	10/07/2025	2024
LORENA DE ALMEIDA BUENO	161096741	299	201018712D001	21	10/07/2025	2024
LUANA CAMARGO DA SILVA	157789856PR	300	201018712D001	21	10/07/2025	2024
LUCAS DE PAULA RODRIGUES	150029732PR	301	201018712D001	22	10/07/2025	2024
LUIS PAULO ZANDER FILHO	152892888PR	302	201018712D001	22	10/07/2025	2024
MARIA EDUARDA DA ROSA	159952975PR	303	201018712D001	22	10/07/2025	2024
MARIA EDUARDA FRIEDRICH WOICIECHOVSKI	163712237PR	304	201018712D001	22	10/07/2025	2024
MARIA GABRIELE MARINS DA SILVA	153978301PR	305	201018712D001	22	10/07/2025	2024
MARIANA MENDES DOS SANTOS	162716239PR	306	201018712D001	23	10/07/2025	2024
MATHEUS TUREK CORREIA	151157963PR	307	201018712D001	23	10/07/2025	2024
PEDRO HENRIQUE CUNHA PEREIRA	157672991PR	308	201018712D001	23	10/07/2025	2024
RAISSA PAULINO	160352590PR	309	201018712D001	23	10/07/2025	2024
SABRINA ALVES JANECZKO	153126046PR	310	201018712D001	23	10/07/2025	2024
STEFFANI GABRIELY CONRADO SANTOS	162251899PR	311	201018712D001	24	10/07/2025	2024
TIAGO LOPES WINHUCK	150987083PR	312	201018712D001	24	10/07/2025	2024
VITÓRIA FRIGO NOVOTNI	146516521PR	313	201018712D001	24	10/07/2025	2024
WAGNER JOSE BARTH	131196024PR	314	201018712D001	24	10/07/2025	2024
WESLEY RAFAEL TEIXEIRA NEVES	160326700PR	315	201018712D001	24	10/07/2025	2024
YASMIN GOMES DE OLIVEIRA	151724817PR	316	201018712D001	25	10/07/2025	2024
YOHAN MARINS DOS SANTOS	126762089PR	317	201018712D001	25	10/07/2025	2024

PONTA GROSSA, 14 de Julho de 2025.

Nome do(a) Secretário(a): MATEUS TOMAZ SZCZEREPA
Nº Ato do(a) Secretário(a): Port. nº nº 00363
Nome do(a) Diretor(a): TACIANE SZYMCZAK INACIO
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº nº 02283

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 5047 - 14/07/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 1530
Nome do Município: MARINGA
Código do Estabelecimento: 14718
Nome do Estabelecimento: INST ED E MARINGA-EF M N PROFIS
Nome do Curso: TEC EM ADMINISTRACAO-INT ET GN

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ADRIELLY CAROLINA AMARAL CASSIMIRO	149798790PR	448	153014718D001	1	25/06/2025	2024
ALEXANDRE PINI DE OLIVEIRA	14568416-1PR	477	153014718D001	7	26/06/2025	2024
ANA CAROLINA CUPERTINO CHITOLINA	146297455PR	478	153014718D001	7	26/06/2025	2024
ANA CLAUDIA SANTINONI DELMUTTI	154323228PR	479	153014718D001	7	26/06/2025	2024
ANA CRISTINA GOMES VILAS BÔAS	583177736SP	480	153014718D001	7	26/06/2025	2024
ANA JULIA GATTO	143530477PR	481	153014718D001	8	26/06/2025	2024
ARTHUR CAMARGO ANTONIOLI	159397866PR	482	153014718D001	8	26/06/2025	2024
ARTHUR RODRIGUES ROVIDA GONÇALVES	151349455PR	449	153014718D001	1	25/06/2025	2024
CARLOS EDUARDO DE SOUZA TOURINHO	145018331PR	450	153014718D001	1	25/06/2025	2024
DIOGO DE SOUZA SANTOS	14784 3054PR	451	153014718D001	2	25/06/2025	2024
EDUARDO HENRIQUE DE SOUZA GONÇALVES DOS SANTOS	146654215PR	483	153014718D001	8	26/06/2025	2024
ELOAH MOREIRA SILVA	143279804PR	484	153014718D001	8	26/06/2025	2024
EMILLY CÂNDIDO DE SOUZA SILVA	143506525PR	452	153014718D001	2	25/06/2025	2024
FELIPE BRUNELO ZANUTO	158060914PR	485	153014718D001	8	26/06/2025	2024
GABRIEL TAVARES	153376158PR	486	153014718D001	9	26/06/2025	2024
GIOVANNA GABRIELA PEREIRA COSTA DA VEIGA	15.039.319-1PR	453	153014718D001	2	25/06/2025	2024
GUSTAVO HENRIQUE APARECIDO PINTO	148748403PR	487	153014718D001	9	26/06/2025	2024
HELOÍSE VITÓRIA DONADONI PEREIRA	158105047PR	454	153014718D001	2	25/06/2025	2024
HENRY FERRAZ PEREIRA	145369436PR	488	153014718D001	9	26/06/2025	2024
ISABELA PINZAN SCARANELLO	156634484PR	455	153014718D001	2	25/06/2025	2024
ISABELA VITÓRIA DA SILVA BUENO	148983852PR	456	153014718D001	3	25/06/2025	2024
ISABELLA HORVATH DE SOUZA MARCIANO	148603332PR	457	153014718D001	3	25/06/2025	2024
JOÃO VICTOR GONÇALVES SOARES	148734372PR	489	153014718D001	9	26/06/2025	2024
JOSUE DE OLIVEIRA CIPRIANO	53367296XES	458	153014718D001	3	25/06/2025	2024
JULIA STEPHANNYE FIGUEIREDO ROSA	156711373PR	490	153014718D001	9	27/06/2025	2024
JULIA THOMAZINI ROSSI ESPINHOSA	153309116PR	491	153014718D001	10	27/06/2025	2024
KAIKY MAGALHÃES DE SOUZA	158184648PR	492	153014718D001	10	27/06/2025	2024
KARINE SANTOS ARMELIN	165429303PR	493	153014718D001	10	27/06/2025	2024
KETELLYN LIMA KRUPNISKI	144198018PR	459	153014718D001	3	25/06/2025	2024
LAVYNIA MARAN ESSENCIO	156819557SP	494	153014718D001	10	27/06/2025	2024
LETÍCIA VITÓRIA VIEIRA DA SILVA	143693023PR	460	153014718D001	3	25/06/2025	2024
LUCAS CARVALHO SUPERTI	143469344PR	495	153014718D001	10	27/06/2025	2024
LUIS REINALDO RODRIGUEZ LUCICH	G100876M	496	153014718D001	11	27/06/2025	2024
LUKAS GABRIEL PERIN DA SILVA	155932872PR	461	153014718D001	4	26/06/2025	2024
MANUELA BEATRIZ PEREIRA DA SILVA	16.331.330-8PR	462	153014718D001	4	26/06/2025	2024
MARIA EDUARDA CASSIMIRO INOCENCIO SILVA	528023780SP	463	153014718D001	4	26/06/2025	2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

MARIA EDUARDA FAUSTIN	154831169PR	497	153014718D001	11	27/06/2025	2024
MARIA EDUARDA GONÇALVES BRITO	149606440PR	498	153014718D001	11	27/06/2025	2024
MARIA EDUARDA MARQUES MORAES	156311812PR	464	153014718D001	4	26/06/2025	2024
MARIA LUIZA DA SILVA NOGUEIRA PALMA	159052397PR	499	153014718D001	11	27/06/2025	2024
MARIA LUIZA DE JESUS GONÇALVES	153682836PR	500	153014718D001	11	27/06/2025	2024
MATHEUS SILVA OLIVEIRA	536646910SP	465	153014718D001	4	26/06/2025	2024
NICOLY STEFANY FELIPE	141807170PR	466	153014718D001	5	26/06/2025	2024
PAULO CESAR CANIATO BAQUETTE	135391743PR	467	153014718D001	5	26/06/2025	2024
RAISSA CRISTINA VITAL FERNANDES	145191190PR	468	153014718D001	5	26/06/2025	2024
RAYANE PINHEIRO RODRIGUES	15.176.830-0PR	469	153014718D001	5	26/06/2025	2024
RHAYSLAN ARAUJO MENEGHETTI	158054388PR	470	153014718D001	5	26/06/2025	2024
SAMIRA VITÓRIA CARNEIRO MOREIRA	605270120SP	471	153014718D001	6	26/06/2025	2024
SARA DE ALMEIDA OLIVEIRA	158646331PR	472	153014718D001	6	26/06/2025	2024
THIAGO HENRIQUE DOS SANTOS E SILVA	162266420PR	474	153014718D001	6	26/06/2025	2024
THIAGO SOARES DE ARAUJO	145031222PR	473	153014718D001	6	26/06/2025	2024
TIAGO VIEIRA DA SILVA	154223800PR	475	153014718D001	6	26/06/2025	2024
VITÓRIA ZAUPA DE PADUA	129788372PR	476	153014718D001	7	26/06/2025	2024

MARINGA, 14 de Julho de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): VANDA LUCIA DA CRUZ SILVA
Nº Ato do(a) Secretário(a): Res. nº nº 01759
Nome do(a) Diretor(a): SANDRA MARIA MOREIRA ADAMUCCI
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº nº 00667

93855/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 5034 - 14/07/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 24894
Nome do Estabelecimento: UNINTER, CIEBJA - EM P
Nome do Curso: TEC EM ADMINISTRACAO-SUB ET GN

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ARIANE NARDELLI RIBEIRO DE MATTOS	13.211.371-8PR	269	069024894D003	28	10/07/2025	2025
EMERSON JOSÉ DE SOUZA	6644999SC	273	069024894D003	29	10/07/2025	2025
IOLANDA CANDIDO AUGUSTO	41.890.843-6SP	277	069024894D003	30	10/07/2025	2025

CURITIBA, 14 de Julho de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): MARIA TEREZA XAVIER CORDEIRO
Nº Ato do(a) Secretário(a): Ato: 03/2013 Data Ato: 23/04/2013
Nome do(a) Diretor(a): BENHUR ETELBERTO GAIO
Nº Ato do(a) Diretor(a): 01/2011 Data Ato : 02/08/2011

93678/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 5033 - 14/07/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 24894
Nome do Estabelecimento: UNINTER, CIEBJA - EM P
Nome do Curso: TEC EM AGRONEGOCIO-SUB ET RN

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
WAGNER DE RESENDE OSSUCCI	6.509.508-4PR	256	069024894D003	26	09/07/2025	2025

CURITIBA, 14 de Julho de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): MARIA TEREZA XAVIER CORDEIRO
Nº Ato do(a) Secretário(a): Ato: 03/2013 Data Ato: 23/04/2013
Nome do(a) Diretor(a): BENHUR ETELBERTO GAIO

Nº Ato do(a) Diretor(a): 01/2011 Data Ato : 02/08/2011

93675/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 5035 - 14/07/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 24894
Nome do Estabelecimento: UNINTER, CIEBJA - EM P
Nome do Curso: TEC EM AUTOMACAO IND-SUB ET CP

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
VINICIUS ALBERTI GUZZONI	12.388.535-0PR	255	069024894D003	25	09/07/2025	2025

CURITIBA, 14 de Julho de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): MARIA TEREZA XAVIER CORDEIRO
Nº Ato do(a) Secretário(a): Ato: 03/2013 Data Ato: 23/04/2013
Nome do(a) Diretor(a): BENHUR ETELBERTO GAIO
Nº Ato do(a) Diretor(a): 01/2011 Data Ato : 02/08/2011

93680/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 5036 - 14/07/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 24894
Nome do Estabelecimento: UNINTER, CIEBJA - EM P
Nome do Curso: TEC EM DES DE SIST-SUB ET IC

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
MARCOS ELOI DE SOUZA LIMA	8.067.739-1PR	282	069024894D003	31	10/07/2025	2025
NATAN SPEGIORIN SUREK	12744397-1PR	286	069024894D003	32	10/07/2025	2025
ROBERSON COSTA MOREIRA	10.324.302-5PR	288	069024894D003	32	10/07/2025	2025

CURITIBA, 14 de Julho de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): MARIA TEREZA XAVIER CORDEIRO
Nº Ato do(a) Secretário(a): Ato: 03/2013 Data Ato: 23/04/2013
Nome do(a) Diretor(a): BENHUR ETELBERTO GAIO
Nº Ato do(a) Diretor(a): 01/2011 Data Ato : 02/08/2011

93684/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 5046 - 14/07/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 24894
Nome do Estabelecimento: UNINTER, CIEBJA - EM P
Nome do Curso: TEC EM ELETRONICA-SUBS ET CPI

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ISAC PEREIRA DA SILVA	5.076.839-2PR	278	069024894D003	30	10/07/2025	2025
RAFAEL RESENDE STIVAL	2.400.526DF	258	069024894D003	26	09/07/2025	2025

CURITIBA, 14 de Julho de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): MARIA TEREZA XAVIER CORDEIRO
Nº Ato do(a) Secretário(a): Ato: 03/2013 Data Ato: 23/04/2013
Nome do(a) Diretor(a): BENHUR ETELBERTO GAIO
Nº Ato do(a) Diretor(a): 01/2011 Data Ato : 02/08/2011

93731/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 5031 - 14/07/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 24894
Nome do Estabelecimento: UNINTER, CIEBJA - EM P
Nome do Curso: TEC EM ELETROTECNICA-S ET CPI

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ALBERTO CARLOS GARDENGUE	4824787-3PR	268	069024894D003	28	10/07/2025	2025
DAVI JOSÉ MACHADO	12.440.711-7PR	272	069024894D003	29	10/07/2025	2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

EDILMAR PAULA DE MATOS	10.096.218-7PR	257	069024894D003	26	09/07/2025	2025
GABRIEL SANTOS DA SILVA	14.745.360-4PR	267	069024894D003	28	09/07/2025	2025
IVANILDO PAVIANI JÚNIOR	8.207.948-3PR	280	069024894D003	30	10/07/2025	2025
VITOR LUIZ HERMANN VILLA	14.243.322-2PR	279	069024894D003	30	10/07/2025	2025

CURITIBA, 14 de Julho de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): MARIA TEREZA XAVIER CORDEIRO
Nº Ato do(a) Secretário(a): Ato: 03/2013 Data Ato: 23/04/2013
Nome do(a) Diretor(a): BENHUR ETELBERTO GAIO
Nº Ato do(a) Diretor(a): 01/2011 Data Ato : 02/08/2011

93671/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 5027 - 14/07/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 140
Nome do Município: APUCARANA
Código do Estabelecimento: 66
Nome do Estabelecimento: ALVO, C - EM PROFIS
Nome do Curso: TEC EM ENFERMAGEM-SUBS ET AS

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ANA CAROLINA STADLER	10705191-0PR	67	014000066D001	2	10/07/2025	2024

APUCARANA, 14 de Julho de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): JONATAN SOUZA DE LIMA
Nº Ato do(a) Secretário(a): 01/2025 Data 09/05/2025
Nome do(a) Diretor(a): TIAGO FERREIRA DIAS RECHE GELLAMO
Nº Ato do(a) Diretor(a): Nº 02/2014 DATA: 10/03/2014

93433/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 5037 - 14/07/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 24894
Nome do Estabelecimento: UNINTER, CIEBJA - EM P
Nome do Curso: TEC EM CONTABILIDADE-SUB ET GN

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
GUILHERME AZZOLIN	14.133.621-5PR	250	069024894D003	24	09/07/2025	2025

CURITIBA, 14 de Julho de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): MARIA TEREZA XAVIER CORDEIRO
Nº Ato do(a) Secretário(a): Ato: 03/2013 Data Ato: 23/04/2013
Nome do(a) Diretor(a): BENHUR ETELBERTO GAIO
Nº Ato do(a) Diretor(a): 01/2011 Data Ato : 02/08/2011

93686/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 5038 - 14/07/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 24894
Nome do Estabelecimento: UNINTER, CIEBJA - EM P
Nome do Curso: TEC EM FINANCAS-SUB ET GN

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
FERNANDO LUIZ MARQUES LEONOR	14500792-5PR	276	069024894D003	30	10/07/2025	2025
JULIA CHRISTINE FERREIRA LOPES	15.141.969-0PR	284	069024894D003	31	10/07/2025	2025

CURITIBA, 14 de Julho de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): MARIA TEREZA XAVIER CORDEIRO
Nº Ato do(a) Secretário(a): Ato: 03/2013 Data Ato: 23/04/2013
Nome do(a) Diretor(a): BENHUR ETELBERTO GAIO
Nº Ato do(a) Diretor(a): 01/2011 Data Ato : 02/08/2011

93690/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 5041 - 14/07/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA

Código do Estabelecimento: 24894
Nome do Estabelecimento: UNINTER, CIEBJA - EM P
Nome do Curso: TEC EM INFORMATICA-SUBS ET IC

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
FELIPE HENRIQUE CHAGAS DE OLIVEIRA	12.997.514-8PR	275	069024894D003	29	10/07/2025	2025

CURITIBA, 14 de Julho de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): MARIA TEREZA XAVIER CORDEIRO
Nº Ato do(a) Secretário(a): Ato: 03/2013 Data Ato: 23/04/2013
Nome do(a) Diretor(a): BENHUR ETELBERTO GAIO
Nº Ato do(a) Diretor(a): 01/2011 Data Ato : 02/08/2011

93700/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 5029 - 14/07/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 2010
Nome do Município: PONTA GROSSA
Código do Estabelecimento: 18716
Nome do Estabelecimento: MENELEU A TORRES, C E PROF-EF M PROFIS
Nome do Curso: TEC EM LOGISTICA-SUBS ET GN

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ALESSANDRA DOS SANTOS SOLAREVISKI	7.389.919-2PR	172	201018716D001	1	10/07/2025	2020

PONTA GROSSA, 14 de Julho de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): DEBORA DAL COL GOMES DE ANDRADE
Nº Ato do(a) Secretário(a): Res. nº nº 02529
Nome do(a) Diretor(a): TELMA APARECIDA MESSIAS STRACK
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº nº 00130

93661/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 5040 - 14/07/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 24894
Nome do Estabelecimento: UNINTER, CIEBJA - EM P
Nome do Curso: TEC EM LOGISTICA-SUB ET GN

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
CLEBERSON JOSE MARQUETTE	56191895PR	270	069024894D003	28	10/07/2025	2025
CRISTIAN GUSTAVO CAVALERI	13.668.343-8PR	271	069024894D003	29	10/07/2025	2025
LEONARDO DE CASTRO	14.071.761-4PR	254	069024894D003	25	09/07/2025	2025

CURITIBA, 14 de Julho de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): MARIA TEREZA XAVIER CORDEIRO
Nº Ato do(a) Secretário(a): Ato: 03/2013 Data Ato: 23/04/2013
Nome do(a) Diretor(a): BENHUR ETELBERTO GAIO
Nº Ato do(a) Diretor(a): 01/2011 Data Ato : 02/08/2011

93699/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 5043 - 14/07/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 24894
Nome do Estabelecimento: UNINTER, CIEBJA - EM P
Nome do Curso: TEC EM MEIO AMBI-SUBS ET AS

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
CLEVERSON SCHULTZ DE SANT'ANNA	13.120.096-0PR	260	069024894D003	26	09/07/2025	2025
ELIZABETE MARQUEZE	6903248-6PR	261	069024894D003	27	09/07/2025	2025
FELIPE ANDREWS GONÇALVES PEREIRA DE ANDRADE	10.098.771-6PR	249	069024894D003	24	09/07/2025	2025
GILIARDI APARECIDO DAMACENO	7.238.963-8PR	274	069024894D003	29	10/07/2025	2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

JOÃO CARLOS MENDES DOS SANTOS	9.380.252-7PR	281	069024894D003	31	10/07/2025	2025
LUCIANI THAÍS SCHIOCHET	12.725.525-3PR	285	069024894D003	31	10/07/2025	2025

CURITIBA, 14 de Julho de 2025.

Nome do(a) Secretário(a): MARIA TEREZA XAVIER CORDEIRO

Nº Ato do(a) Secretário(a): Ato: 03/2013 Data Ato: 23/04/2013

Nome do(a) Diretor(a): BENHUR ETELBERTO GAIO

Nº Ato do(a) Diretor(a): 01/2011 Data Ato : 02/08/2011

93716/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 5042 - 14/07/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 24894
Nome do Estabelecimento: UNINTER, CIEBJA - EM P
Nome do Curso: TEC EM SECRETARIADO-SUBS ET GN

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
DEIDIANE SILVA DE DEUS	16.540.295-2PR	248	069024894D003	24	09/07/2025	2025

CURITIBA, 14 de Julho de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): MARIA TEREZA XAVIER CORDEIRO
Nº Ato do(a) Secretário(a): Ato: 03/2013 Data Ato: 23/04/2013
Nome do(a) Diretor(a): BENHUR ETELBERTO GAIO
Nº Ato do(a) Diretor(a): 01/2011 Data Ato : 02/08/2011

93705/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 5044 - 14/07/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 24894
Nome do Estabelecimento: UNINTER, CIEBJA - EM P
Nome do Curso: TEC EM SECRETARIA ESC-DIST ET

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
KATIA CIOPEK	10.492.593-6PR	253	069024894D003	25	09/07/2025	2025
MARISA CONSTANTINO DA SILVA ANJOS	43.983.387-5SP	283	069024894D003	31	10/07/2025	2025

CURITIBA, 14 de Julho de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): MARIA TEREZA XAVIER CORDEIRO
Nº Ato do(a) Secretário(a): Ato: 03/2013 Data Ato: 23/04/2013
Nome do(a) Diretor(a): BENHUR ETELBERTO GAIO
Nº Ato do(a) Diretor(a): 01/2011 Data Ato : 02/08/2011

93721/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 5039 - 14/07/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 24894
Nome do Estabelecimento: UNINTER, CIEBJA - EM P
Nome do Curso: TEC EM GUIA D TURISMO-S ET THL

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ANA LUIZA DA SILVA CARDOSO	10238873-9PR	259	069024894D003	26	09/07/2025	2025
DIRCEU CARDOSO	8752874-0PR	262	069024894D003	27	09/07/2025	2025
IZABEL GONZALES DE AQUINO	969.749-7PR	251	069024894D003	25	09/07/2025	2025
JAYME RODINI FILHO	4.211.586-0PR	252	069024894D003	25	09/07/2025	2025
LUCAS KURPIEL	13.208.963-9PR	263	069024894D003	27	09/07/2025	2025
MÁRCIA CAROLINE PEREIRA GONÇALVES	10.123.193-3PR	264	069024894D003	27	09/07/2025	2025
NICOLE BILEK BIORA	13.389.361-0PR	287	069024894D003	32	10/07/2025	2025
RUTE PEREIRA DE OLIVEIRA	15.976.796-5PR	266	069024894D003	28	09/07/2025	2025

CURITIBA, 14 de Julho de 2025.

Nome do(a) Secretário(a): MARIA TEREZA XAVIER CORDEIRO
Nº Ato do(a) Secretário(a): Ato: 03/2013 Data Ato: 23/04/2013
Nome do(a) Diretor(a): BENHUR ETELBERTO GAIO
Nº Ato do(a) Diretor(a): 01/2011 Data Ato : 02/08/2011

93697/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 5026 - 14/07/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 24376
Nome do Estabelecimento: CENTRO EDUC PROFIS DEMOCRATA
Nome do Curso: TEC EM TRANSACOES IMOB-S ET GN

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ANDERSON DE OLIVEIRA MACHADO	69853501PR	184	069024376D007	37	08/07/2025	2025
ANTONIO MARCO MAXIMO	52738903PR	183	069024376D007	37	08/07/2025	2025
BRENO FRENSCH PACHECO	145424933PR	189	069024376D007	38	09/07/2025	2025
DAYANE STEFANY INACIO DE SOUZA	105264070PR	191	069024376D007	39	09/07/2025	2025
DEBORA FERREIRA SANTOS	127696128PR	169	069024376D007	34	08/07/2025	2016
FABRICIO MARQUES DA SILVA	64504339PR	186	069024376D007	38	09/07/2025	2023
IVANA SOARES MARTINS DA SILVA	144832507PR	187	069024376D007	38	09/07/2025	2025
LEANDRO CESAR RODRIGUES	63783358PR	190	069024376D007	38	09/07/2025	2025
MANOEL RODRIGO AMADO	76433291PR	171	069024376D007	35	08/07/2025	2025
MARCELO GARCIA MANHAS	71986306PR	172	069024376D007	35	08/07/2025	2025
NADIA ELIZABETH BALBOA BARBOSA	95997082PR	173	069024376D007	35	08/07/2025	2025
NATANAEL ALVES GONÇALVES	139773292PR	174	069024376D007	35	08/07/2025	2025
NATHALHIA GONÇALVES GARCIA AMADO	101326675PR	175	069024376D007	35	08/07/2025	2025
OTÁVIO LUIZ MATHUCHENKO	130197264PR	170	069024376D007	34	08/07/2025	2023
PABLO ALBERTO ALVES SANTANA	106849315PR	185	069024376D007	37	09/07/2025	2025
PAULO SCHIKOVSKI	55732500944PR	176	069024376D007	36	08/07/2025	2025
RHUAN CARLOS DE GODOI MOURA	132180954PR	188	069024376D007	38	09/07/2025	2025
RICARDO FELIPE GELINSKI	99617292PR	177	069024376D007	36	08/07/2025	2025
ROSEMERI APARECIDA MARIA	372230246SP	178	069024376D007	36	08/07/2025	2025
SILVIO QUEIROZ JUNIOR	124291097PR	179	069024376D007	36	08/07/2025	2025
SOLYANE GONÇALVES BOAVENTURA	146262856PR	180	069024376D007	36	08/07/2025	2025
TANIA REGINA PRESTES	40747656PR	192	069024376D007	39	09/07/2025	2025
THIAGO FERNANDO LUZ COSTA	99159189PR	181	069024376D007	37	08/07/2025	2025
VICTOR HUGO LAZARINI	132171971PR	182	069024376D007	37	08/07/2025	2025

CURITIBA, 14 de Julho de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): HOMERO QUADROS FILHO
Nº Ato do(a) Secretário(a): Nº Ato: 006/2013 Data Ato: 07/11/2013
Nome do(a) Diretor(a): KAROLYNE ROSÁRIO GOLAZ
Nº Ato do(a) Diretor(a): Nº Ato: 05/2014 Data Ato: 12/02/2014

93427/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 5045 - 14/07/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 24894
Nome do Estabelecimento: UNINTER, CIEBJA - EM P
Nome do Curso: TEC EM TRANSACOES IMOB-S ET GN

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
MATEUS JAREMTCHUK	12959126-9PR	265	069024894D003	27	09/07/2025	2025

CURITIBA, 14 de Julho de 2025.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Nome do(a) Secretário(a): MARIA TEREZA XAVIER CORDEIRO
Nº Ato do(a) Secretário(a): Ato: 03/2013 Data Ato: 23/04/2013
Nome do(a) Diretor(a): BENHUR ETELBERTO GAIO
Nº Ato do(a) Diretor(a): 01/2011 Data Ato : 02/08/2011

93726/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

PORTARIA N.º 449/2025 – DG/SEED

Súmula: Designa gestor e fiscais do contrato celebrado com a empresa SOE Operações Escolares S.A.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando o disposto na Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, no Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e o contido no protocolado n.º 23.114.993-7,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores relacionados no Anexo desta Portaria para atuarem como gestor e fiscais do Contrato n.º 62/2025, celebrado com a empresa SOE Operações Escolares S.A., CNPJ n.º 26.083.507/0001-40, decorrente do Edital de Chamamento Público para Credenciamento n.º 17/2024 GMS, de contratação de empresas especializadas na prestação de serviços contínuos de gestão educacional e implementação de ações e estratégias que contribuam para melhorar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos das instituições de ensino.

Art. 2.º Ao gestor e aos fiscais caberão as atribuições dispostas nos arts. 10 e 11 do Decreto n.º 10.086, de 2022, respectivamente, podendo ser acrescidas outras atribuições mediante verificação da compatibilidade com o objeto da contratação e ciência prévia dos designados.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria DG/SEED n.º 47, de 5 de fevereiro de 2025.

Curitiba, 11 de julho de 2025.

João Luiz Giona Junior
Diretor-Geral

ANEXO DA PORTARIA N.º 449/2025 – DG/SEED

Função	Nome	RG
Gestor	Adauto Felix Santana	9.XXX.920-X
Fiscal Gerencial	Soraya Francisca Dinkhuysen Oliveira	4.XXX.503-X
Fiscal Gerencial	Suzane Raquel Guerra Santos	9.XXX.157-X
Fiscal Técnico	Silvia Vieira Dias	4.XXX.170-X
Fiscal Técnico	Delton Adriano Gomes	6.XXX.707-X
Fiscal Técnico	Rosilane Celi Karaziaki Merquides	4.XXX.622-X
Fiscal Técnico	Rosimar Baú	4.XXX.420-X
Fiscal Técnico	Laura Patricia Lopes	6.XXX.055-X
Fiscal Técnico	Isabel Cristina Domingues Soares Lopes	3.XXX.430-X
Fiscal Técnico	Jose Carlos Pereira Guimaraes	3.XXX.911-X
Fiscal Administrativo	Aparecida Delorenci Nogueira Sacani	4.XXX.388-X
Fiscal Administrativo	Rosana Elisa Hoffmann Rocha	4.XXX.865-X
Fiscal Administrativo	Leila Aparecida Martin Fernandes	4.XXX.228-X
Fiscal Administrativo	Silmara Dias Pereira	6.XXX.554-X
Fiscal Administrativo	Marcela Linartevis	8.XXX.262-X
Fiscal Administrativo	Marcelo Ezio Rodrigues	8.XXX.866-X
Fiscal Administrativo	Celia Mara Vilela Paes	4.XXX.405-X
Fiscal Administrativo	Rafael Mauricio Hauer	3.XXX.532-X
Fiscal Administrativo	Cleverson Trunkane Miranda	7.XXX.573-X
Fiscal Administrativo	Pamera Francieli Corrêa Pereira	6.XXX.700-X
Fiscal Administrativo	Thiago Cesar Giroto	7.XXX.550-X
Fiscal Administrativo	Marcos Douglas Bourscheid Pereira	7.XXX.816-X
Fiscal Administrativo	Shirlei Bracht Pereira	6.XXX.875-X
Fiscal Administrativo	Bruna Tomin da Silva	9.XXX.698-X
Fiscal Administrativo	Luiz Gustavo Foregatto Louzano	6.XXX.198-X
Fiscal Administrativo	Nivaldete Gabriel Matos	4.XXX.040-X
Fiscal Administrativo	Juliana Oliveira Queiroz	8.XXX.917-X
Fiscal Administrativo	Celia Aparecida Andrioli	3.XXX.785-X
Fiscal Administrativo	Marlena Petry	6.XXX.504-X
Fiscal Administrativo	Graziella Pia de Miranda	6.XXX.413-X
Fiscal Administrativo	Wagner Reatti de Oliveira	5.XXX.178-X
Fiscal Administrativo	Tania Regina Pires Baldao	5.XXX.575-X

Fiscal Administrativo	Enilda Dezorzi Bordin	3.XXX.476-X
Fiscal Administrativo	Ana Maria Rosa Veiga	6.XXX.364-X
Fiscal Administrativo	Elis Cristina de Andrade Firszt	7.XXX.245-X
Fiscal Administrativo	Kennedy Pereira da Silveira	8.XXX.361-X
Fiscal Administrativo	Alexandre Alves Bezerra	8.XXX.292-X
Fiscal Administrativo	Keilla Cristina Arsie Camargo	8.XXX.969-X
Fiscal Administrativo	Otavio Camargo Lobo Neto	7.XXX.241-X
Fiscal Administrativo	Josemi Lima de Almeida	9.XXX.930-X
Fiscal Administrativo	Marcelo Silveira Siqueira	13.XXX.343-X
Fiscal Administrativo	Darcy Claudio Jasper	3.XXX.162-X
Fiscal Administrativo	Everton Henrique Faria	9.XXX.413-X
Fiscal Administrativo	Heloisa Urcino da Silva	8.XXX.826-X

93149/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
PORTARIA N.º 452/2025 – DG/SEED

Súmula: Designa servidores para comporem a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições conferidas pela Lei n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando o disposto na Lei Federal n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991, no Anexo do Decreto n.º 3.888, de 21 de janeiro de 2020, no Decreto n.º 10.763, de 11 abril de 2022, na Resolução GS/SEED n.º 3.855, de 11 de julho de 2025, e o contido no protocolo n.º 24.213.757-4,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores da Secretaria de Estado da Educação mencionados no Anexo desta Portaria para comporem a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de julho de 2025.

João Luiz Giona Junior
Diretor-Geral
ANEXO DA PORTARIA N.º 452/2025 –DG/SEED

INTEGRANTES DA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS – CPAD

FUNÇÃO	NOME	INSTITUIÇÃO	RG
PRESIDENTE	ABIMAEL DOS SANTOS	NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL – NAS/SEED	**05703*
SUPLENTE	TIAGO APARECIDO PAES	NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL – NAS/SEED	**011490*
MEMBRO	TELMA APARECIDA DOS SANTOS LUZIO	DEPARTAMENTO DE NORMATIZAÇÃO SETORIAL – DNE/SEED	**47998*
SUPLENTE	ANNETE ELISE SIEDEL VASCONCELOS	COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR – CDE/SEED	**43447*
MEMBRO	GISELI MARTINS PORCIDES	NÚCLEO FAZENDÁRIO SETORIAL – NFS/SEED	**67094*
SUPLENTE	MARCIA ROSANI DALCOMUNI	NÚCLEO FAZENDÁRIO SETORIAL – NFS/SEED	**46690*
MEMBRO	GLACINEIA SILVA	NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS SETORIAL – NRHS/CSC/SEED	**44763*
SUPLENTE	FRANCIELLE DE ARAUJO OLIVEIRA FERRO	NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS SETORIAL – NRHS/CCD/SEED	**44369*
MEMBRO	RAUL ALFREDO SCHIER	ASSESSORIA TÉCNICA – AT/SEED	**562226*
SUPLENTE	LUANA ALMEIDA COSTA SOUZA GOMES	ASSESSORIA TÉCNICA – AT/SEED	**664066*
MEMBRO	DENISE CRISTINA MANSUR	DEPARTAMENTO DE ARQUIVO PÚBLICO – DEAP/SEAP	**98478*
MEMBRO	ROBERTO DOS SANTOS SILVA FILHO	DEPARTAMENTO DE ARQUIVO PÚBLICO – DEAP/SEAP	**153062*

93513/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

PORTARIA N.º 446/2025 – DG/SEED

Súmula: Designa gestor e fiscal de contrato de consultoria individual.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Estadual n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando o disposto na Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, no Decreto Estadual n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e o contido no protocolado n.º 23.869.688-7,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores a seguir relacionados para atuarem como gestor e fiscal do Contrato n.º 4373/2025 celebrado com Tatiane Lordeiro de Andrade, CPF n.º 073.XXX.549-XX, para a prestação de serviços de Consultoria Individual de atividades relacionadas às salvaguardas ambientais e sociais referentes ao Componente 2 do Programa Educação para o Futuro – BID:

FUNÇÃO	NOME	CPF
Gestor	Luiz Gustavo Sulek Castilho	067.XXX.499-XX
Fiscal	Líbni Raíssi de Assis Nóbrega	412.XXX.968-XX

Art. 2.º Ao gestor e à fiscal caberão as atribuições dispostas nos arts. 10 e 11 do Decreto Estadual n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, respectivamente, podendo ser acrescidas outras atribuições mediante verificação da compatibilidade com o objeto da contratação e ciência prévia dos designados.

Art. 3.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de julho de 2025.

João Luiz Giona Junior
Diretor-Geral

93231/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

PORTARIA N.º 420/2025 – DG/SEED

Súmula: Institui Comissão Especial para levantamento, regularização e destinação de materiais armazenados nos depósitos da Secretaria de Estado da Educação.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando a necessidade de identificar e promover a adequada destinação dos materiais armazenados nos depósitos da Secretaria de Estado da Educação – SEED, bem como o contido no protocolado n.º 24.139.929-0,

RESOLVE:

Art. 1.º Instituir Comissão Especial com a finalidade de realizar o levantamento,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

a regularização dos registros no Sistema de Gestão do Patrimônio Móvel – GPM e a destinação dos materiais armazenados nos depósitos da Secretaria de Estado da Educação, composta pelos seguintes membros, sob a presidência do primeiro nominado.

NOME	RG	REPRESENTAÇÃO
Abimael dos Santos	5.XXX.703-X	Núcleo Administrativo Setorial – NAS/SEED
Paulo Cesar Waltrick	5.XXX.210-X	Diretoria de Tecnologia e Inovação – DTI/SEED
Rosane Mari Gonçalves Arruda	7.XXX.360-X	Diretoria de Planejamento e Gestão Escolar – DPGE/SEED
Wanda Elisamar Pereira	5.XXX.010-X	Diretoria de Educação – DEDUC/SEED

Art. 2.º Compete ao presidente da Comissão Especial adotar as providências necessárias para que os setores do Núcleo Administrativo Setorial – NAS realizem, no prazo de até quinze dias, o levantamento dos materiais atualmente armazenados nos depósitos estabelecidos na Vila Oficinas e no Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IDR, identificando as diretorias demandantes dos itens localizados.

Art. 3.º Concluída a etapa de levantamento dos materiais, compete aos representantes das diretorias adotarem as providências com os gestores dos contratos sob sua demanda, a fim de, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias:
I – realizar o inventário dos materiais sob sua responsabilidade, confrontando os itens com os registros disponíveis no Sistema de Gestão do Patrimônio Móvel – GPM;
II – elaborar o relatório para regularização dos registros no Sistema GPM, se necessário;
III – elaborar plano de destinação, incluindo cronograma, dos materiais sob sua responsabilidade, com vistas ao devido encaminhamento desses itens às instituições de ensino da rede estadual.
Parágrafo único. O relatório e o plano de destinação deverão ser encaminhados ao presidente da Comissão Especial.

Art. 4.º Após realização do inventário pelas diretorias, e se constatada a ausência de materiais, estas deverão:
a) no caso do depósito da Vila Oficinas, efetuar o encaminhamento para instauração de sindicância;
b) no caso do depósito do IDR, formalizar a notificação ao Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – Fundepar para a tomada de providências.

Art. 5.º Concluídas as providências descritas no art. 3.º desta Portaria, compete ao presidente da Comissão Especial:
I – consolidar os planos de destinação, no prazo de quinze dias, para apresentá-los à Diretoria-Geral – DG/SEED;
II – adotar as providências com os demais setores do NAS para regularizar os registros no GPM;
III – monitorar e zelar pela execução dos planos de destinação, até a sua completa execução.

Art. 6.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de julho de 2025.

João Luiz Giona Junior
Diretor-Geral

- Republicada por ter saído com incorreção.

93252/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

PORTARIA N.º 440/2025 – DG/SEED

Súmula: Designa gestor e fiscal de contrato celebrado com a consultora Julia Ortiz Ambros.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições conferidas pela Lei n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando o disposto na Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, no Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e o contido no protocolado n.º 23.704.284-0,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores a seguir relacionados para atuarem como gestor e fiscal do Contrato n.º 4.263/2025, celebrado com a consultora Julia Ortiz Ambros, CPF n.º 747.XXX.280-XX, referente à contratação de serviços de consultoria individual para realização de avaliação intermediária do Programa Educação para o Futuro do Estado do Paraná – BID:

FUNÇÃO	NOME	CPF
Gestor	Luiz Gustavo Sulek Castilho	067.XXX.499-XX
Fiscal	João Carlos de Carvalho	077.XXX.086-XX

Art. 2.º Ao gestor e ao fiscal designados caberão as atribuições dispostas nos arts. 10 e 11 do Decreto n.º 10.086, de 2022, respectivamente, podendo ser ser acrescidas outras atribuições mediante verificação da compatibilidade com o objeto da contratação e ciência prévia do designado.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de julho de 2025.

João Luiz Giona Junior
Diretor-Geral

93080/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

PORTARIA N.º 448/2025 – DG/SEED

Súmula: Designa gestora e fiscal do contrato celebrado com a empresa H.F. Soluções Ltda.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições conferidas pela Lei n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando o disposto na Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, no Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e o contido no protocolado n.º 23.625.521-2,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar as servidoras a seguir relacionadas para atuarem como gestora e fiscal do Contrato n.º 3.930/2025, celebrado com a empresa H.F. Soluções Ltda., CNPJ n.º 17.886.949/0001-33, referente à aquisição de medalhas para premiação de estudantes que participam do programa Olimpíada de Matemática das Escolas Estaduais do Paraná – OMAP, ofertado pela Secretaria de Estado da Educação:

FUNÇÃO	NOME	CPF
Gestora	Angélica Mayara Gonçalves Rodrigues	064.XXX.647-XX
Fiscal	Camila Flávia Fernandes Roberto	003.XXX.249-XX

Art. 2.º À gestora e à fiscal caberão as atribuições dispostas nos arts. 10 e 11 do Decreto n.º 10.086, de 2022, respectivamente, podendo ser acrescidas outras atribuições mediante verificação da compatibilidade com o objeto da contratação e ciência prévia das designadas.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de julho de 2025.

João Luiz Giona Junior
Diretor-Geral

93098/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
PORTARIA N.º 44/2025 – GS/SEED

Súmula: Designa servidor para exercer interinamente a função de Chefe da Assessoria Técnica da Secretaria de Estado da Educação.

O **Secretário de Estado da Educação**, no uso das atribuições conferidas pela Lei n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando o contido no protocolo n.º 24.284.462-9,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar o servidor Paulo Ferreira de Souza, RG n.º 9.XXX.986-X PR, para, sem prejuízo de suas atribuições, exercer interinamente a função de Chefe da Assessoria Técnica da Secretaria de Estado da Educação, no período de 14 a 23 de julho de 2025, em substituição à titular do cargo, Kelsen Christina Zanotti Tonelo, por motivo de fruição de férias.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de julho de 2025.

Roni Miranda Vieira
Secretário de Estado da Educação

Republicada por ter saído com incorreção em relação ao ano de edição.

93149/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

Protocolo n.º 24.180.748-7

DESPACHO SECRETARIAL

Com amparo na Lei Federal n.º 6.999, de 07 de junho de 1982, na Resolução n.º 23.523, de 27 de junho de 2017, do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, que dispõem sobre a requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral; e no Decreto Estadual n.º 8.466, de 1.º de julho de 2013, **autorizo** a prorrogação do afastamento da servidora **Ana Paula José de Oliveira**, RG n.º 7.264.XXX-8, Agente Educacional II, do Quadro de Funcionários da Educação Básica, para continuar prestando serviços na 89.ª Zona Eleitoral de Umuarama, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 10 de

agosto de 2025, com ônus para o órgão de origem, em atendimento à solicitação emitida pelo Ofício n.º 45/2025.

Curitiba, 14 de julho de 2025.

João Luiz Giona Junior
Resolução n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

93607/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

Protocolo n.º 24.234.772-2

DESPACHO SECRETARIAL

Com amparo na Lei Federal n.º 6.999, de 07 de junho de 1982, na Resolução n.º 23.523, de 27 de junho de 2017, do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, que dispõem sobre a requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral; e no Decreto Estadual n.º 8.466, de 1.º de julho de 2013, **autorizo** a prorrogação do afastamento da servidora **Janaina Sluzovski Kovalski**, RG n.º 8.605.XXX-3, Agente Educacional II, do Quadro de Funcionários da Educação Básica, para continuar prestando serviços na 44.ª Zona Eleitoral de Guarapuava, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 13 de agosto de 2025, com ônus para o órgão de origem, em atendimento à solicitação emitida pelo Ofício n.º 36/2025.

Curitiba, 14 de julho de 2025.

João Luiz Giona Junior
Resolução n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

93832/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

Protocolo n.º 24.214.761-8

DESPACHO SECRETARIAL

Com amparo na Lei Federal n.º 6.999, de 07 de junho de 1982, na Resolução n.º 23.523, de 27 de junho de 2017, do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, que dispõem sobre a requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral; e no Decreto Estadual n.º 8.466, de 1.º de julho de 2013, **autorizo** a prorrogação do afastamento da servidora **Lindamara do Belém Diosque**, RG n.º 8.660.XXX-7, Agente Educacional II, do Quadro de Funcionários da Educação Básica, para continuar prestando serviços na 43.ª Zona Eleitoral de Guarapuava, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 30 de setembro de 2025, com ônus para o órgão de origem, em atendimento à solicitação emitida pelo Ofício n.º 71/2025.

Curitiba, 14 de julho de 2025.

João Luiz Giona Junior
Resolução n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

93604/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
RESOLUÇÃO N.º 3.817/2025 – GS/SEED

Súmula: Institui Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Programa Parceiro da Escola e dá outras providências.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das suas atribuições conferidas pela Lei n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, e considerando o disposto na Lei n.º 22.006, de 4 de junho de 2024, no Decreto n.º 7.235, de 3 de setembro de 2024, bem como o contido no protocolado n.º 22.737.990-1,

RESOLVE:

Art. 1.º Instituir Comissão de Acompanhamento e Avaliação com a finalidade de acompanhar a execução e avaliar os resultados alcançados no âmbito do Programa Parceiro da Escola.
Art. 2.º Compete à Comissão de Acompanhamento e Avaliação:
I - acompanhar e avaliar a execução e o desenvolvimento do Programa, por meio das metas estabelecidas em Edital;
II - aferir o alcance dos objetivos e das metas pactuadas, utilizando-se dos indicadores de desempenho do Programa, observando os prazos de execução;
III - identificar e propor boas práticas adotadas nas instituições de ensino participantes do Programa que possam ser replicadas em outras instituições da rede estadual;
IV - elaborar e disponibilizar relatório semestral contendo as conclusões e os pontos de atenção decorrentes da análise prevista no inciso II deste artigo, bem como do monitoramento descrito nos incisos do art. 4.º desta Resolução, conforme a competência de cada órgão ou departamento, no prazo de até 30 (trinta) dias após o encerramento do semestre letivo;
V - reportar eventuais intercorrências à Unidade Técnica de Convênios e Parceiras, vinculada à Diretoria-Geral da SEED;
VI - propor ações corretivas e outras sugestões, bem como recomendações decorrentes do acompanhamento e da avaliação;
VII - analisar e sugerir propostas de alteração ou revisão dos indicadores de desempenho.
Art. 3.º A Comissão de Acompanhamento e Avaliação será composta por um representante titular e um suplente, dos seguintes órgãos:
I - Secretaria de Estado da Educação:
a) Diretoria de Educação – DEDUC;
b) Diretoria de Planejamento Escolar – DPGE;
c) Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI;
d) Núcleo de Recursos Humanos Setorial – NRHS;
e) Núcleo Administrativo Setorial – NAS.
II - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – Fundepar:
a) Departamento de Engenharia e Projetos;
b) Departamento de Materiais e Suprimento Escolar;
c) Departamento de Nutrição e Alimentação.
§ 1.º Os membros da Comissão e seus suplentes serão indicados pelas respectivas chefias imediatas e designados por meio de ato da autoridade competente.
§ 2.º A Comissão de Acompanhamento e Avaliação será presidida por um de seus membros, indicado pelo Secretário de Estado da Educação no ato de sua designação.
Art. 4.º Compete aos órgãos que compõem a Comissão, no âmbito de suas atribuições específicas concernentes às instituições de ensino do Programa Parceiro da Escola:
I - à Diretoria de Educação – DEDUC:
a) acompanhar os dados de aprendizagem, o uso das plataformas educacionais, a frequência e busca ativa das instituições, utilizando os sistemas, dados e indicadores da SEED, os resultados de exames internos e externos e os relatórios trimestrais e anuais emitidos pelos NRE, conforme Resolução SEED n.º 5.804, de 6 de setembro de 2024;
b) acompanhar, avaliar e autorizar, conforme o caso, as propostas de abertura e o funcionamento de atividades extracurriculares, como tutorias e reforço escolar, projetos de pesquisa e extensão, atividades artísticas, esportivas, dentre outras, que estejam em consonância com as diretrizes pedagógicas e objetivos educacionais da Secretaria.
II - à Diretoria de Planejamento e Gestão Escolar – DPGE:
a) acompanhar o comportamento dos dados de matrícula, carga horária e frequência das instituições, utilizando os sistemas e dados da SEED;
b) acompanhar o desenvolvimento das ações da direção escolar, nos termos da Resolução SEED n.º 8.835, 15 de dezembro de 2023, atreladas aos documentos norteadores do Programa Parceiro da Escola;
III - à Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI:
a) monitorar a aquisição de equipamentos de tecnologia, especialmente os listados no instrumento convocatório, e a infraestrutura tecnológica das instituições, utilizando relatórios de visitas produzidos por suas equipes.
IV - ao Núcleo de Recursos Humanos Setorial – NRHS:
a) acompanhar as contratações de professores e funcionários realizadas pelas empresas parceiras frente à demanda das unidades e efetuar o controle de substituições e eventuais aulas vagas por meio dos sistemas e recursos da SEED.
V - ao Núcleo Administrativo Setorial – NAS:
a) monitorar o patrimônio nas instituições, visando ao registro, com todas as informações relevantes relacionadas ao item e ao donatário, regularização e controle, utilizando os sistemas e recursos da SEED.
VI - ao Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – Fundepar:
a) acompanhar a manutenção e conservação das unidades escolares com base nos relatórios de vistoria técnica elaborados por sua equipe e pesquisas de satisfação aplicadas à comunidade escolar;
b) monitorar o fornecimento de materiais, mobiliário e equipamentos, a partir das informações constantes nos relatórios de visita técnica produzidos por sua equipe, bem como nos dados obtidos por meio de pesquisas de satisfação com a comunidade escolar;
c) acompanhar o fornecimento da merenda escolar por meio da análise dos relatórios bimestrais produzidos pelos nutricionistas das empresas parceiras, relatórios próprios da sua equipe técnica e dados do Sistema Merenda Escolar.
Art. 5.º A Comissão realizará, no mínimo, duas reuniões ordinárias por semestre, além de reuniões extraordinárias, presenciais ou por meio de videoconferência, mediante convocação da presidência da Comissão e com presença de, no mínimo, quatro membros, dos quais ao menos um titular.
Art. 6.º A participação na Comissão de Acompanhamento e Avaliação constitui função de relevante interesse público, e será exercida sem prejuízo das atribuições funcionais regulares dos membros, sem percepção de qualquer remuneração adicional, gratificação ou vantagem pecuniária.
Art. 7.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de julho de 2025.

João Luiz Giona Junior
Resolução n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

93141/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
RESOLUÇÃO N.º 3.855/2025 – GS/SEED

Súmula: Institui a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos no âmbito da Secretaria de Estado da Educação.

O **Secretário de Estado da Educação**, no uso das atribuições conferidas pela Lei n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando o disposto na Lei Federal n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991, no Anexo do Decreto n.º 3.888, de 21 de janeiro de 2020, no Decreto n.º 10.763, de 11 abril de 2022, e o contido no protocolo n.º 24.213.757-4,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLVE:

Art. 1.º Instituir a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD no âmbito da Secretaria de Estado da Educação – SEED-PR.
Art. 2.º Compete à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da SEED:
I - estabelecer as diretrizes para a implementação de ações necessárias às atividades de arquivo, tratamento e eliminação de documentação, de acordo com as orientações técnicas do Departamento de Arquivo Público – DEAP/SEAP;
II - elaborar e/ou atualizar os Códigos de Classificação de Documentos e as Tabelas de Temporalidade e Destinação de Documentos relativos às atividades-fim da Secretaria de Estado da Educação e submetê-los à aprovação do Titular do Órgão e do Titular do DEAP/SEAP;
III - coordenar e orientar as atividades das subcomissões setoriais, quando existentes;
IV - elaborar o Edital de Ciência, as Listagens de Eliminação e o Termo de Eliminação de Documentos, bem como realizar ações pertinentes à Destinação Final dos Documentos;
V - orientar, juntamente com o DEAP/SEAP, a aplicação da Tabela de Temporalidade Meio e Fim na massa documental gerada pelo Órgão.
Art. 3.º A Comissão poderá convocar chefias e/ou pessoal técnico/administrativo para participar das discussões, se a natureza dos documentos assim o exigir.
Art. 4.º A designação dos membros da Comissão será realizada por meio de ato próprio da Secretaria de Estado da Educação do Paraná.
Art. 5.º A atuação dos servidores na referida Comissão não será remunerada e não acarretará prejuízo às suas atividades habituais, sendo considerada atividade de relevante interesse público.
Art. 6.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 7.º Fica revogada a Resolução GS/SEED n.º 7.449, de 24 de outubro de 2023.

Curitiba, 11 de julho de 2025.

Roni Miranda Vieira
Secretário de Estado da Educação

93126/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO
Protocolo nº: 22.191.103-2

1. Com fundamento no inciso IV do art. 71 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, c/c a Informação n.º 1292/2024 – PRC/PGE e o Despacho n.º 311/2025 – NAS/SL, ADJUDICO o objeto do Pregão Eletrônico n.º 1214/2024 – GMS/SEED às seguintes empresas vencedoras:
- **KASA KOMPLETA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob n.º 04.932.770/0001-23, no valor de R$ 10.700,00 (dez mil e setecentos reais), referente ao Lote 01;
- **CAFAYATE COMERCIAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob n.º 47.504.653/0001-71, no valor de R$ 18.522,00 (dezoito mil, quinhentos e vinte e dois reais), referente ao Lote 02;
- **MX SOLUTIONS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob n.º 46.680.946/0001-47, nos valores de R$ 263,98 (duzentos e sessenta e três reais e noventa e oito centavos) referente ao Lote 07 e R$ 3.996,00 (três mil, novecentos e noventa e seis reais), referentes ao Lote 10.
HOMOLOGO o certame licitatório pelo valor total de **R$ 33.481,98** (trinta e três mil, quatrocentos e oitenta e um reais e noventa e oito centavos), que tem por objeto a aquisição de equipamentos e acessórios para captura de imagens, destinados ao atendimento da demanda do Núcleo de Comunicação Setorial da Secretaria de Estado da Educação.
2. Com fundamento no art. 1.º, §§ 3.º e 5.º do Decreto Estadual n.º 4.189/2016, **AUTORIZO**, cumpridas as formalidades legais, a realização da despesa supracitada.
.

Curitiba, 10 de julho de 2025
João Luiz Giona Junior
Diretor-Geral/SEED, por Delegação
De Competência Resolução n.º 7.309/2023 GS/SEED

93626/2025

RESOLUÇÃO N.º 3.467/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 02/2014 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1375/12025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.074.375-2,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para o funcionamento da Educação Infantil, do Colégio São Domingos – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua dos Dominicanos, 457, do Município de Faxinal, NRE de Apucarana.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Associação de Educação e Beneficência Santa Catarina de Sena e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1542/2019, de 22/04/2019, com vigência até 09/04/2029.
§ 2º A última renovação da autorização para o funcionamento do ensino, para o atendimento de crianças de 01 (um) a 06 (seis) anos, foi concedida pela Resolução n.º 1996/2021, de 03/05/2021, com vigência até 31/12/2025.
§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de junho de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.479/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 10/2021, 12/2021, 02/2022 e o Parecer Normativo n.º 01/2023 – CP, todos do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 333/2025, da Coordenação de Educação de Jovens e Adultos e o contido no protocolado n.º 23.814.297-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento do Ensino Fundamental – Fase I, presencial, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, da Escola Municipal Professora Izabel Navarro Claro – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua José Fortunato Rosa, 168, do Município de Santo Antônio do Paraíso, NRE de Cornélio Procópio.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1496/2025, de 19/03/2025, com vigência até 31/12/2029.
§ 2º A última renovação da autorização para o funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 207/2018, de 15/01/2018, com vigência até 31/12/2019.
§ 3º A renovação da autorização é concedida, excepcionalmente, até o final do ano de 2026. A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2026.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de junho de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.481/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013 e 12/2021, ambas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1388/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.114.568-9,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar, a partir de 01/01/2025, o endereço do Centro de Educação Infantil Pingo de Gente, do Município de Palotina, NRE de Toledo, da Rua Eurico Gaspar Dutra, 706, para Rua Doutor Osvaldo Silveira, 700, do mesmo Município.

Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pelo Centro de Educação Infantil Pingo de Gente Ltda. ME e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4417/2017, de 05/09/2017, com vigência até 06/09/2027.

Art. 2º Determinar que a presente resolução seja mencionada com o ato regulatório citado no Art. 1º.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de junho de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.482/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 02/2014 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1389/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.114.568-9,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para o funcionamento da Educação Infantil, do Centro de Educação Infantil Pingo de Gente, situado na Rua Doutor Osvaldo Silveira, 700, do Município de Palotina, NRE de Toledo.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Centro de Educação Infantil Pingo de Gente Ltda. ME e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4417/2017, de 05/09/2017, com vigência até 06/09/2027.

§ 2º A última renovação da autorização para o funcionamento do ensino, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 06 (seis) anos, foi concedida pela Resolução n.º 1373/2022, de 29/03/2022, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de junho de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.489/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 9057, de 25 de julho de 2017, as Deliberações n.º 03/2013, 10/2021, 11/2021, 12/2021, 02/2022, o Parecer Normativo n.º 01/2023 – CP e o Parecer n.º 131/2025 – BICAMERAL, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.636.625-3,

RESOLVE:

Art. 1º Credenciar para a oferta da Educação a Distância o Colégio Estadual José Pioli – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Alcides Gomes da Silva, 205, do Município de Itaperuçu, NRE da Área Metropolitana Norte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4476/2016, de 10/10/2016, com vigência até 23/03/2027.

§ 2º O credenciamento é concedido por aditamento até 23/03/2027, a partir de 01/01/2025. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do credenciamento para a oferta da Educação a Distância 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Autorizar o funcionamento do Ensino Fundamental – Fase II, nas modalidades Educação de Jovens e Adultos e a distância, com implantação simultânea e organização curricular modular e semestral, na instituição de ensino mencionada no Art. 1º.

Parágrafo único: A autorização para funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 02 (dois) anos, a partir de 01/01/2025. A direção da instituição de ensino deverá solicitar o reconhecimento 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 3º Autorizar o funcionamento do Ensino Médio, como Experimento Pedagógico, nas modalidades Educação de Jovens e Adultos e a distância, com implantação simultânea e organização curricular modular e semestral, na instituição de ensino mencionada no Art. 1º.

Parágrafo único: A autorização para funcionamento do ensino é concedida, excepcionalmente, a partir de 01/01/2025 até 30/06/2026. A direção da instituição de ensino deverá solicitar o reconhecimento 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 4º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de junho de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.490/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 10/2021, 12/2021, 02/2022, 03/2022, 06/2022, o Parecer Normativo n.º 01/2023 – CP, e o Parecer n.º 132/2025 – BICAMERAL, todos do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 22.539.891-7,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do Ensino Fundamental – Fase II, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, presencial, com implantação simultânea, no Colégio Estadual José Pioli – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Alcides Gomes da Silva, 205, do Município de Itaperuçu, NRE de Área Metropolitana Norte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4476/2016, de 10/10/2016, com vigência até 23/03/2027.

§ 2º A autorização é concedida pelo prazo de 02 (dois) anos, a partir do início do ano letivo de 2025. A direção da instituição de ensino deverá solicitar o reconhecimento do ensino 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Autorizar o funcionamento do Ensino Médio, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, presencial, na forma de Experimento Pedagógico, com implantação simultânea, na instituição de ensino citada no Art. 1º.

Parágrafo único: A autorização é concedida excepcionalmente a partir do início do ano letivo de 2025 até 30/06/2026. A direção da instituição de ensino deverá solicitar o reconhecimento do ensino 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de junho de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.491/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 9057, de 25 de maio de 2017, as Deliberações n.º 03/2013, 10/2021, 11/2021, 12/2021, 02/2022, o Parecer Normativo n.º 01/2023 – CP e o Parecer n.º 130/2025 – BICAMERAL, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.388.714-7,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Ensino Fundamental – Fase II, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, a distância, do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Ayrton Senna da Silva – Ensino Fundamental e Médio, situado na Avenida Emílio Johnson, 1172, do Município de Almirante Tamandaré, NRE da Área Metropolitana Norte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação a Distância pela Resolução n.º 5836/2023, de 23/08/2023, com vigência até 26/12/2032.

§ 2º A Resolução n.º 5838/2023, de 23/08/2023, autorizou o funcionamento do referido ensino, com vigência até 30/06/2025.

§ 3º O reconhecimento é concedido desde 01/07/2023 e por mais 05 (anos) anos, no período de 01/07/2025 a 30/06/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Reconhecer o Ensino Médio, como experimento pedagógico, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, a distância, da instituição citada no Art. 1º.

§ 1º A Resolução n.º 5836/2023, de 23/08/2023, autorizou o funcionamento do referido ensino, com vigência até 30/06/2026.

§ 2º O reconhecimento é concedido excepcionalmente, de 01/07/2023 a 30/06/2026 A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de junho de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.492/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 04/2021, 10/2021, 12/2021, 02/2022, o Parecer Normativo n.º 01/2023 – CP e o Parecer n.º 439/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 23.193.037-0,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Ensino Médio, presencial, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, como Experimento Pedagógico, do Colégio Estadual Bento Munhoz da Rocha Neto – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Rio Araguaia, 306, do Município de Colombo, NRE da Área Metropolitana Norte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2013/2020, de 27/05/2020, com vigência até 31/12/2029.

§ 2º A Resolução n.º 6949/2023, de 27/09/2023, autorizou o funcionamento do referido ensino, com vigência até 30/06/2026.

§ 3º O reconhecimento é concedido excepcionalmente, de 01/07/2023 a 30/06/2026. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de junho de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.494/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 262/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.466.284-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2024 a 31/12/2033, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal José Antoniacomi – Ensino Fundamental, situado na Rua Carlos Manfron, 58, no Município de Almirante Tamandaré, NRE da Área Metropolitana Norte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3214/2020, de 18/08/2020, com vigência até 31/12/2023.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de junho de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.495/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 260/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.641.678-1,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 07 (sete) anos, no período de 01/01/2020 a 31/12/2026, o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Centro Municipal de Educação Infantil Cinderela, situado na Rua Nicarágua, 135, no Município de Colombo, NRE da Área Metropolitana Norte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1872/2018, de 03/05/2018, com vigência até 31/12/2019.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180

(cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de junho de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

93789/2025

RESOLUÇÃO N.º 3.496/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 259/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.814.011-2,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 17/03/2025 a 16/03/2035, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal Marlene do Rocio Licheski dos Santos – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Nilza Gelinski de Faria, 560, no Município de Piraquara, NRE de Área Metropolitana Norte.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1748/2021, de 22/04/2021, com vigência até 16/03/2025.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de junho de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.497/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 272/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.928.480-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2022 a 31/12/2031, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal João Batista Salgueiro – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Avenida São Roque, 650, no Município de Piraquara, NRE da Área Metropolitana Norte.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3036/2019, de 05/08/2019, com vigência até 31/12/2021.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de junho de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.498/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 273/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.928.779-6,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2021 a 31/12/2030, o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Centro Municipal de Educação Infantil Pingo de Gente, situado na Avenida Getúlio Vargas, 325, no Município de Piraquara, NRE da Área Metropolitana Norte.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 913/2019, de 11/03/2019, com vigência até 31/12/2020.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de junho de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.499/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 274/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.937.939-9,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2021 a 31/12/2030, o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Centro Municipal de Educação Infantil Ivone Martha Vilar Defert, situado na Rua Hilda Braun, 504, no Município de Piraquara, NRE da Área Metropolitana Norte.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 871/2019, de 07/03/2019, com vigência até 31/12/2020.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de junho de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.500/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 275/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.942.735-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 02/08/2022 a

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

01/08/2032, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal Emília Capelini Valenga – Ensino Fundamental, situada na Rua Duarte da Costa, 381, no Município de Piraquara, NRE da Área Metropolitana Norte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3251/2020, de 18/08/2020, com vigência até 01/08/2022.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de junho de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.501/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 02/2014 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1394/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 23.427.093-1,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para o funcionamento da Educação Infantil, do Centro de Educação Infantil Conexão Kids, situado na Rua Tiradentes, 25, do Município de Andirá, NRE de Jacarezinho.

§ 1º A instituição de ensino é mantida por Meiriele Alberto Silva - ME e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 833/2022, de 07/03/2022, com vigência até 21/03/2029.

§ 2º A autorização para o funcionamento do ensino, para o atendimento de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos, foi concedida pela Resolução n.º 833/2022, de 07/03/2022, com vigência até 21/03/2025.

§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 22/03/2025 até 21/03/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Ampliar a oferta da Educação Infantil para o atendimento de crianças de 01 (um) a 05 (cinco) anos.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de junho de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.502/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5154, de 23 de julho de 2004 e as Deliberações n.º 03/2013, 04/2021, 12/2021, 03/2022 e 06/2022, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.170.353-3,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a autorização para funcionamento do Curso Técnico em Programação de Jogos Digitais – Eixo Técnico: Informação e Comunicação, integrado ao Ensino Médio, presencial no Colégio Estadual Luiz Setti – Ensino Fundamental, Médio, Profissional e Normal, situado na Rua Almirante Barroso, 499, do Município e NRE de Jacarezinho.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 7577/2022, de 24/11/2022, com vigência até 31/12/2029.

§ 2º O curso foi autorizado a funcionar pela Resolução n.º 886/2023, de 22/02/2023, que continua em vigor nas demais instituições de ensino.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de junho de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.503/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e o Parecer n.º 256/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.843.658-7,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), da Escola Estadual Dr. Rubem Fleury da Rocha – Ensino Fundamental, situada na Rua Francisco Pires Rocha, 574, do Município e NRE de Guarapuava.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 6266/2022, de 10/10/2022, com vigência até 28/06/2029.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 7585/2022, de 24/11/2022, com vigência até 17/06/2024.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 18/06/2024 a 17/06/2029. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação dos atos 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de junho de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.504/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5154, de 23 de julho de 2004 e as Deliberações n.º 03/2013, 04/2021, 12/2021, 03/2022 e 06/2022, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.068.370-9,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar, definitivamente, a partir de 24/12/2023 as atividades escolares relativas Curso Técnico em Agropecuária – Eixo Tecnológico: Recursos Naturais, integrado ao Ensino Médio, presencial com desenvolvimento curricular da Pedagogia da Alternância, na Casa Familiar Rural de União da Vitória, que tem como mantenedora a Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil - ARCAFAR-SUL, do Colégio Estadual São Cristóvão – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Avenida Dona Júlia Amazonas, s/n, do Município e NRE de União da Vitória.

Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da

Educação Básica pela Resolução n.º 4309/2019, de 18/11/2019, com vigência até 13/05/2029.

Art. 2º Revogar a Resolução n.º 4179/2015, de 21/12/2015, que autorizou o funcionamento da oferta na instituição de ensino.

Art. 3º Determinar que a guarda e expedição da documentação escolar fique sob a responsabilidade da própria instituição de ensino.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de junho de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.505/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5154, de 23 de julho de 2004 e as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022 e 06/2022, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.158.281-7,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar, definitivamente, a partir de 01/01/2019 as atividades escolares relativas ao Curso Técnico em Meio Ambiente – Eixo Tecnológico: Ambiente, Saúde e Segurança, subsequente ao Ensino Médio, presencial, no Colégio Estadual São Mateus – Ensino Fundamental, Médio, Profissional e Normal, situado na Rua Dr. Paulo Fortes, 422, do Município de São Mateus do Sul, NRE de União da Vitória.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5034/2017, de 28/09/2017, com vigência até 23/04/2027.

§ 2º Houve cessação temporária pelo Ato Administrativo n.º 130/2019, de 06/12/2019 e Ato Administrativo n.º 40/2022, no período de 01/01/2019 a 31/12/2022.

Art. 2º Revogar a Resolução n.º 5051/2010, de 18/11/2010, que autorizou o funcionamento da oferta na instituição de ensino.

Art. 3º Determinar que a guarda e expedição da documentação escolar fique sob a responsabilidade da própria instituição de ensino.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de junho de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

93795/2025

RESOLUÇÃO N.º 3.507/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, e o Parecer n.º 241/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.397.126-1 e n.º 22.404.465-8,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Estadual do Campo Rui Barbosa – Ensino Fundamental, situada na Linha São Francisco, no Município de Santo Antônio do Sudoeste, NRE de Francisco Beltrão.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5337/2022, de 30/08/2022, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º A renovação do credenciamento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), da instituição mencionada no Art. 1º.

§ 1º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 5337/2022, de 30/08/2022, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de junho de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.508/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e o Parecer n.º 253/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.364.462-7,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), da Escola Estadual do Campo de Esquina Gaúcha – Ensino Fundamental, situada na Avenida dos Pioneiros, 758, do Município de Pérola do Oeste, NRE de Francisco Beltrão.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 8110/2024, de 17/12/2024, com vigência até 31/12/2031.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 4749/2022, de 09/08/2022, com vigência até 31/12/2024.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 04 (quatro) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2028. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de junho de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.509/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e o Parecer n.º 249/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.359.063-2,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), da Escola Estadual do Campo Castelo Branco – Ensino Fundamental, situada na Rua Principal, s/n, do Município de Capanema, NRE de Francisco Beltrão.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1073/2025, de 26/02/2025, com vigência até 31/12/2029.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 5473/2022, de 05/09/2022, com vigência até 31/12/2024.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação dos atos 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de junho de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.510/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e o Parecer n.º 254/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.665.694-4,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), da Escola Estadual do Campo Regente Feijó – Ensino Fundamental, situada na Rua Alfredo Muller, s/n, do Município de Verê, NRE de Francisco Beltrão.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2104/2020, de 03/06/2020, com vigência até 31/12/2026.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 5368/2022, de 31/08/2022, com vigência até 31/12/2024.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de junho de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.511/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 04/2021, 12/2021, 03/2022, 06/2022 e o Parecer n.º 448/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.335.782-2,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Curso Técnico em Administração – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, integrado ao Ensino Médio, com oferta presencial, do Colégio Estadual Padre Cirilo – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Avenida Paraná, 1181, do Município de Capanema, NRE de Francisco Beltrão.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1475/2017, de 06/04/2017, com vigência até 13/07/2027.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do curso foi concedida pela Resolução n.º 3100/2020, de 14/08/2020, com vigência até 31/12/2024.

§ 3º A renovação do reconhecimento é pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de junho de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.512/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 371/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.137.341-1,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 até 31/12/2029, o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Colégio Estadual do Campo Joany Guilherme de Lima – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua B, Quadra 02, Lote 12, no Município de Laranjeiras do Sul, NRE de Laranjeiras do Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5309/2022, de 30/08/2022, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de junho de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.515/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 04/2021, 12/2021, 03/2022, 06/2022 e o Parecer n.º 418/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.210.402-5,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Curso Técnico em Administração – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, integrado ao Ensino Médio, com oferta presencial, do Colégio Estadual Maria da Luz Furquim – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional, situado na Rua Paraná, 90, do Município de Rio Branco do Sul, NRE da Área Metropolitana Norte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4198/2024, de 03/07/2024, com vigência até 25/07/2034.

§ 2º A Resolução n.º 6213/2021, de 16/12/2021, autorizou o funcionamento do referido curso, com vigência até 31/12/2024.

§ 3º O reconhecimento é concedido desde 01/01/2022 e por mais 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino

deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de junho de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.516/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 04/2021, 12/2021, 03/2022, 06/2022 e o Parecer n.º 419/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.282.854-6,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Curso Técnico em Administração – Eixo Tecnológico: Administração, integrado ao Ensino Médio, com oferta presencial, do Colégio Estadual Professor Plínio Alves Monteiro Tourinho – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Floripa Mulhmann, 276, do Município de Colombo, NRE da Área Metropolitana Norte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2069/2022, de 26/04/2022, com vigência até 01/08/2027.

§ 2º A Resolução n.º 6211/2021, de 16/12/2021, autorizou o funcionamento do referido curso, com vigência até 31/12/2024.

§ 3º O reconhecimento é concedido desde 01/01/2022 e por mais 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de junho de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

94002/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ

PORTARIA Nº 018/2025 – CEP

O **DIRETOR-GERAL INTERINO DO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Estadual nº 21.352/2023, Regimento Escolar, Regimento Interno desta Instituição de Ensino e Portaria n° 17/2025 – CEP, pelo presente ato

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **MARCIA VIVIANE BARBETTA MANOSSO**, portadora do RG. 5.872.436-0, como Gestora, e a servidora **VERA MARIA SOARES GOMES**, portadora do RG 3.975.022-8, como Fiscal do Contrato Nº 013/2025-CEP, com a empresa **PADARIA E CONFEITARIA FAVO E MEL LTDA** que tem por objeto a prestação dos serviços contínuos – Coffee Break, para atender a demanda do Colégio Estadual do Paraná.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique-se.

Curitiba, 14 de julho de 2025.

Paulo Cesar Batista
Diretor-Geral Interino do Colégio Estadual do Paraná
Decreto nº 00082/2023 – DOE 06.01.2023
Portaria nº 017/2025 – CEP

93408/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ

PORTARIA Nº 019/2025 – CEP

O **DIRETOR-GERAL INTERINO DO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Estadual nº 21.352/2023, Regimento Escolar, Regimento Interno desta Instituição de Ensino e Portaria n° 017/2025 – CEP, pelo presente ato

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidor **THIAGO FERNANDO BATISTA DA SILVA** portador do RG. 6.951.836-2, como Gestor, **e CLAUDIA AYAKO TAMURA,** portadora do RG 4.398.687-2, como Fiscal do Contrato Nº 010/2025-CEP, com a empresa **H. F. SOLUÇÕES LTDA.**, CNPJ n° 17.886.949/0001-33, que tem por objeto o fornecimento de medalhas para premiação, a fim de atender a demanda do Colégio Estadual do Paraná.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique-se.

Curitiba, 14 de julho de 2025.

Paulo Cesar Batista
Diretor-Geral Interino do Colégio Estadual do Paraná
Decreto nº 00082/2023 – DOE 06.01.2023
Portaria nº 017/2025 – CEP

93409/2025

FUNDEPAR

PORTARIA N.º 0455/2025 – FUNDEPAR

Súmula: *Designação de servidores para atuarem como Gestor e Fiscal do Contrato nº 4969/2025-Fundepar, celebrado com a empresa Coimbra Construtora Ltda.*

A Diretora-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – FUNDEPAR, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 3270, de 24 de agosto de 2023 e, nos termos da Lei n.º 18.418, de 29 de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 8.362, de 16 de dezembro de 2024, e considerando o contido no protocolo nº 24.236.048-6

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores abaixo indicados para em observância à legislação vigente, atuarem como gestores e fiscais do Contrato nº 4969/2025–FUNDEPAR, celebrado com a empresa Coimbra Construtora LTDA, para a execução de serviços de engenharia no Colégio Estadual Marques de Paranaguá, localizado no município de Vera Cruz do Oeste /PR.

I - Gestor Titular: Rosimar Bau – RG 4.XXX.420-4 - CPF XXX.386.529-XX e Suplente: Angélica Samsel Budnak RG 6.XXX.334-7 – CPF XXX.211.269-XX.

II - Fiscal Titular: Gary Alysson Moreira Furtado de Souza – RG 11.XXX.032-5 – CPF XXX.341.399-XX - CREA/PR 196912/D, pertencente ao *Quadro do Fundepar e* suplente: Davi José de Grandi – RG 12.XXX.525-0 – CPF XXX.843.529-XX - CREA/PR 185260/D, pertencente ao *Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE*.

III – Apoio Técnico de Fiscalização: Jonas Marcelo Chapuis – CREA/PR- 64.691/D, indicado pelo Serviço Social Autônomo PARANAEDUCAÇÃO.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.
Anote-se.

(Datado e Assinado Eletronicamente)
Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente FUNDEPAR
Decreto nº 3270/2023

93093/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

PORTARIA N.º 0427/2025 – FUNDEPAR

Súmula: *Designação de servidores para atuarem como Gestor e Fiscal do Contrato nº 4756/2025-Fundepar, celebrado com a empresa JNB Construções e Serviços Ltda.*

A Diretora-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – FUNDEPAR, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 3270, de 24 de agosto de 2023 e, nos termos da Lei n.º 18.418, de 29 de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 8.362, de 16 de dezembro de 2024, e considerando o contido no protocolo nº 23.464.799-7,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores abaixo indicados para em observância à legislação vigente, atuarem como gestores e fiscais do Contrato nº 4756/2025–FUNDEPAR, celebrado com a empresa JNB Construções e Serviços Ltda, para a execução de serviços comuns de engenharia Colégio Estadual Cívico-Militar Dona Moralina Eleutério, localizado no município de Santo Antônio da Platina /PR.

I - Gestor Titular: Ana Maria Molini – RG 3.XXX.912-8 – CPF XXX.553.609-XX e Suplente: Debora Bueno Brochado Dezidero – RG 6.XXX.741-8 – CPF XXX.120.059-XX.

II - Fiscal Titular: Jonas Ribeiro – RG 3.XXX.893-2– CPF XXX.809.429-XX - CREA/PR-19.262/D e Suplente: Fábio Bahl Oliveira – RG 6.XXX.820-9 – CPF XXX.034.649-XX - CREA/PR- 89.429/D, ambos designados pela SECID.

III – Apoio Técnico de Fiscalização: Marco Túlio Batista Prado - CREA/PR- 128.155/D, indicado pelo Serviço Social Autônomo PARANAEDUCAÇÃO.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Anote-se.

(Datado e Assinado Eletronicamente)
Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente FUNDEPAR
Decreto nº 3270/2023–

93261/2025

PORTARIA N.º 0438/2025 – FUNDEPAR

Súmula: *Designação de servidores para atuarem como Gestor e Fiscal do Contrato nº 4804/2025-Fundepar, celebrado com a empresa Engenharia de Avaliações, Perícias e Construções Ltda.*

A Diretora-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – FUNDEPAR, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 3270, de 24 de agosto de 2023 e, nos termos da Lei n.º 18.418, de 29 de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 8.362, de 16 de dezembro de 2024, e considerando o contido no protocolo nº 23.188.553-6,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores abaixo indicados para em observância à legislação vigente, atuarem como gestores e fiscais do Contrato nº 4804/2025–FUNDEPAR, celebrado com a empresa Engenharia de Avaliações, Perícias e Construções Ltda, para a execução de serviços comuns de engenharia no Colégio Estadual Presidente Arthur da Costa e Silva, localizado no município de Terra Roxa /PR.

I - Gestor Titular: José Carlos Pereira Guimarães – RG: 3.XXX.911-0 - CPF: XXX.511.219-XX e Suplente: Robson Moreira Lucas Machado – RG: 8.XXX.646-4 – CPF: XXX.791.701-XX.

II - Fiscal Titular: Thauana Carla Rohde – RG: 9.XXX.913-8 – CPF: XXX.097.369-XX - CREA/PR 165.346/D e suplente: Gary Alysson Moreira Furtado de Souza – RG: 11.XXX.032-5 – CPF: XXX.341.399-XX - CREA/PR 196.912/D, ambos pertencentes ao Quadro do Fundepar.

III – Apoio Técnico de Fiscalização: Daysi de Fátima Toniolo dos Santos – CREA/PR - 73261 /D, indicado pelo Serviço Social Autônomo PARANAEDUCAÇÃO.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Anote-se.

(Datado e Assinado Eletronicamente)
Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente FUNDEPAR
Decreto nº 3270/2023–

93635/2025

PORTARIA N.º 0446/2025 – FUNDEPAR

Súmula: *Designação de servidores para atuarem como Gestor e Fiscal do Contrato nº 4862/2025-Fundepar, celebrado com a empresa Engenharia de Avaliações. Pericias e Construções Ltda.*

A Diretora-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – FUNDEPAR, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 3270, de 24 de agosto de 2023 e, nos termos da Lei n.º 18.418, de 29 de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 8.362, de 16 de dezembro de 2024, e considerando o contido no protocolo nº 22.679.482-4,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores abaixo indicados para em observância à legislação vigente, atuarem como gestores e fiscais do Contrato nº 4862/2025–FUNDEPAR, celebrado com a empresa Engenharia de Avaliações. Pericias e Construções Ltda, para a execução de serviços comuns de engenharia no Colégio Estadual Duque de Caxias, localizado no município de Tuneiras do Oeste /PR.

I - Gestor Titular: Silmara Tolardo Bonfarto Affonco – RG 3.XXX.748-0 - CPF XXX.714.359-XX e Suplente: Edson Aparecido de Oliveira – RG 6.XXX.244-4 – CPF XX.625.889-XX.

II - Fiscal Titular: Lucas Felipe Garippo Peixoto – RG 13.XXX.307-7 – CPF XXX.814.379-XX - CREA/PR-133.375/D, e Suplente: Juliano Tezolin – RG 11.XXX.146-6 – CPF XXX.986.939-XX - CREA/PR 129.165/D, ambos pertencentes ao quadro da SECID.

III – Apoio Técnico de Fiscalização: Luiz Alfredo Splendor - CREA PR-132.656 /D, indicado pelo Serviço Social Autônomo PARANAEDUCAÇÃO.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Anote-se.

(Datado e Assinado Eletronicamente)
Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente FUNDEPAR
Decreto nº 3270/2023–

93610/2025

PORTARIA N.º 0447/2025 – FUNDEPAR

Súmula: *Designação de servidores para atuarem como Gestor e Fiscal do Contrato nº 4863/2025 – FUNDEPAR celebrado com a empresa Incorporadora Gran-Pará Ltda.*

A Diretora-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – FUNDEPAR, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 3270, de 24 de agosto de 2023 e, nos termos da Lei n.º 18.418, de 29 de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 8.362, de 16 de dezembro de 2024, e considerando o contido no protocolo nº 23.616.889-1,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores abaixo indicados para, em observância à legislação vigente, atuarem como gestor e fiscal do Contrato nº 4796/2025 – FUNDEPAR, celebrado com a empresa Incorporadora Gran-Pará Ltda, para a execução de serviços comuns de engenharia no Colégio Estadual Professora Regina Mary Barroso de Mello, localizado no município de Paranaguá /PR.

I - Gestor Titular: Paulo Severino Penteado – RG 9.XXX.108-0 – CPF XXX.233.749- XX e Suplente: Vicente de Paulo de Sousa – RG 8. XXX.781-1 – CPF XXX.828.469- XX.

II - Fiscal Titular: Mayra Alves Donato – RG 13. XXX.324-5 – CPF XXX.201.619- XX - CREA/PR 184.700/D, e Suplente: Karine Pereira dos Santos de Oliveira – RG: 10.xxx.397-4 – CPF XXX.537.629- XX - CREA/PR 187.472/D, ambas pertencentes ao Quadro do Fundepar.
III – Apoio Técnico de Fiscalização: Geovana Beatriz Ojczenasz – CREA PR 184.156/D, indicado pelo Serviço Social Autônomo PARANAEDUCAÇÃO.
Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Anote-se.

(Assinado e Datado Eletronicamente)
Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente FUNDEPAR
Decreto nº 3270/2023–

93632/2025

PORTARIA N.º 0448/2025 – FUNDEPAR

Súmula: *Designação de servidores para atuarem como Gestor e Fiscal do Contrato nº 4864/2025-Fundepar, celebrado com a empresa Varpec Engenharia Ltda.*

A Diretora-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – FUNDEPAR, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 3270, de 24 de agosto de 2023 e, nos termos da Lei n.º 18.418, de 29 de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 8.362, de 16 de dezembro de 2024, e considerando o contido no protocolo nº 23.624.071-1,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores abaixo indicados para em observância à legislação vigente, atuarem como gestores e fiscais do Contrato nº 4864/2025–FUNDEPAR, celebrado com a empresa Varpec Engenharia Ltda, para a execução de serviços comuns de engenharia no Colégio Estadual Professora Isabel Lopes Santos Souza, localizado no município de Curitiba /PR.
I - Gestor Titular: Laura Patrícia Lopes – RG 6.XXX.055-0 – CPF XXX.654.119-XX e Suplente: Jean Duarte Farias – RG 6.XXX.534-7 – CPF XXX.660.879-XX.
II - Fiscal Titular: Ricardo Bariviera – RG 110.XXX.675-5 – CPF XXX.921.700-XX - CREA/RS-235612/D, visto 178355 e Suplente: Luiz Carlos Geremias Junior – RG 13.XXX.745-0 – CPF XXX.843.939-XX - CREA/PR- 95.515//D, ambos indicados pela SECID.
III – Apoio Técnico de Fiscalização: Rubens Margarido Gallucci CREA SP 184907/D Visto PR 163267, pertencente ao quadro do Serviço Social Autônomo PARANAEDUCAÇÃO.
Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Anote-se.

(Datado e Assinado Eletronicamente)
Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente FUNDEPAR
Decreto nº 3270/2023–

93627/2025

PORTARIA N.º 0449/2025 – FUNDEPAR

Súmula: *Designação de servidores para atuarem como Gestor e Fiscal do Contrato nº 4867/2025-Fundepar, celebrado com a empresa Camargo Engenharia e Serviços – Energia Solar Ltda.*

A Diretora-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – FUNDEPAR, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 3270, de 24 de agosto de 2023 e, nos termos da Lei n.º 18.418, de 29 de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 8.362, de 16 de dezembro de 2024, e considerando o contido no protocolo nº 24.067.485-8,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores abaixo indicados para em observância à legislação vigente, atuarem como gestores e fiscais do Contrato nº 4867/2025–FUNDEPAR, celebrado com a empresa Camargo Engenharia e Serviços - Energia Solar Ltda, para a execução de serviços comuns de engenharia no Colégio Estadual Coronel Joaquim Pedro de Oliveira, localizado no município Japira /PR.
I - Gestor Titular: Leila Candido de Bonfim – RG 3.XXX.446-6 – CPF XXX.735.929-XX e Suplente: Rejane Fadell Olivetti – RG 5.XXX.795-4 – CPF XXX.721.329-XX.
II - Fiscal Titular: Jony Mercis da Silva – RG 6.XXX.850-4 – CPF XXX.455.909-XX - CREA/PR-171.925/D, pertencente ao Quadro Próprio do Magistério – QPM e Suplente Rennan Bonafé de Oliveira – RG 12.XXX.529-6 – CPF XXX.508.149-12 - CREA/PR-167.089/D, pertencente ao Quadro do Fundepar;
III – Apoio Técnico de Fiscalização: Paula Kalliany da Silva Ono – CREA/PR- 90 161/D, indicada pelo Serviço Social Autônomo PARANAEDUCAÇÃO.
Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Anote-se.

(Datado e Assinado Eletronicamente)
Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente FUNDEPAR
Decreto nº 3270/2023–

93630/2025

PORTARIA N.º 0450/2025 – FUNDEPAR

Súmula: *Designação de servidores para atuarem como Gestor e Fiscal do Contrato nº 4880/2025-Fundepar, celebrado com a empresa Incorporadora Gran-Pará Ltda.*

A Diretora-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – FUNDEPAR, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 3270, de 24 de agosto de 2023 e, nos termos da Lei n.º 18.418, de 29 de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 8.362, de 16 de dezembro de 2024, e considerando o contido no protocolo nº 23.868.146-4,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores abaixo indicados para em observância à legislação vigente, atuarem como gestores e fiscais do Contrato nº 4880/2025–FUNDEPAR, celebrado com a empresa Incorporadora Gran-Pará Ltda., para a execução de Serviços de Engenharia no Núcleo Regional de Educação de União da Vitória, município de União da Vitória /PR.
I - Gestor Titular: Mario Francisco Dalgallo – RG 6.XXX.559-4 – CPF XXX.366.059-XX e Suplente: Teresa Cristina Chamee Pogogelski – RG 6.XXX.499-1 – CPF XXX.946.369-XX.
II - Fiscal Titular: Jair Ribeiro Junior – RG 9.XXX.652-0 – CPF XX.001.386-XX - CREA/PR-137.305/D pertencente ao Quadro Próprio do Magistério – QPM, e suplente: Davi José de Grandi – RG 12.XXX.525-0 – CPF XXX.843.529-XX - CREA/PR 185.260/D, pertencente ao Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE.
III – Apoio Técnico de Fiscalização: Larissa Maria de Andrade – CREA/PR- 131.403 /D, indicada pelo Serviço Social Autônomo PARANAEDUCAÇÃO.
Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Anote-se.

(Datado e Assinado Eletronicamente)
Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente FUNDEPAR
Decreto nº 3270/2023–

93605/2025

PORTARIA N.º 0451/2025 – FUNDEPAR

Súmula: *Designação de servidores para atuarem como Gestor e Fiscal do Contrato nº 4868/2025-Fundepar, celebrado com a empresa Engenharia de Avaliações Pericias e Construções Ltda.*

A Diretora-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – FUNDEPAR, no uso de suas

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 3270, de 24 de agosto de 2023 e, nos termos da Lei n.º 18.418, de 29 de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 8.362, de 16 de dezembro de 2024, e considerando o contido no protocolo nº 24.092.007-7,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores abaixo indicados para em observância à legislação vigente, atuarem como gestores e fiscais do Contrato nº 4868/2025–FUNDEPAR, celebrado com a Engenharia de Avaliações Pericias e Construções Ltda., para a execução de serviços comuns de engenharia no Colégio Estadual do Campo Tereza Cristina, localizado no município de Colorado /PR.
I - Gestor Titular: Isabel Cristina Domingues Lopes – RG 3.XXX.430-4 – CPF XXX.582.529-XX e Suplente: Simone Cristina Turke – RG 4.XXX.154-4 – CPF XXX.927.429-X.
II - Fiscal Titular: Dante Magalhães – RG 1.XXX.632-0 – CPF XXX.714.389-XX - CREA/PR 11.730 /D, e Suplente: Andressa Yuka Sonoo – RG 9.XXX.415-9 – CPF XXX.761.639-XX – CREA/PR 122.236/D, ambos indicados pela COHAPAR.
III – Apoio Técnico de Fiscalização: Vitor Paulo Menezes Guariente – CREA/PR 178.068/D, indicada pelo Serviço Social Autônomo PARANAEDUCAÇÃO.
Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Anote-se.

(Datado e Assinado Eletronicamente)
Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente FUNDEPAR
Decreto nº 3270/2023–

93624/2025

PORTARIA N.º 0452/2025 – FUNDEPAR

Súmula: *Designação de servidores para atuarem como Gestor e Fiscal do Contrato nº 4789/2025-Fundepar, celebrado com a empresa DFG Empreendimentos e Incorporações Ltda.*

A Diretora-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – FUNDEPAR, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 3270, de 24 de agosto de 2023 e, nos termos da Lei n.º 18.418, de 29 de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 8.362, de 16 de dezembro de 2024, e considerando o contido no protocolo nº 24.161.494-8,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores abaixo indicados para em observância à legislação vigente, atuarem como gestores e fiscais do Contrato nº 4789/2025–FUNDEPAR, celebrado com a empresa DFG Empreendimentos e Incorporações Ltda, para a execução de serviços comuns de engenharia no Colégio Estadual Dulce de Souza Carvalho, localizado no município de Cornélio Procópio /PR.
I - Gestor Titular: Mayra Lida Moraes – RG 7.XXX.624-0 – CPF XXX.122.389-XX e Suplente: Silvien Pirolo Valério – RG 3.XXX.389-2 – CPF XXX.479.709-XX.
II - Fiscal Titular: Jony Mercis da Silva – RG 6.XXX.850-4 – CPF XXX.455.909-XX - CREA/PR 171925/D, pertencente ao Quadro Próprio do Magistério – QPM e Suplente: Marcia Nunes Cordeiro de Souza – RG 10.XXX.231-6 – CPF XXX.386.929-XX - CREA/PR 179.046/D, pertencente ao Quadro dos Funcionários da Educação Básica.
III – Apoio Técnico de Fiscalização: Sabrina de Goes Likes - CREA/PR-178.853/D, indicada pelo Serviço Social Autônomo PARANAEDUCAÇÃO.
Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Anote-se.

(Datado e Assinado Eletronicamente)
Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente FUNDEPAR
Decreto nº 3270/2023–

93638/2025

TORNA-SE SEM EFEITO a publicação da PORTARIA 427/2025 - FUNDEPAR, publicado no DIOE nº 11940 de 10/07/2025, Protocolo: **91347/2025**.

93262/2025



Secretaria do Esporte

SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE

Curitiba, 14 de julho de 2025

Protocolo nº 24.297.725-4

RESOLUÇÃO N° 14/2025

Designação do Encarregado pelo Tratamento dos Dados Pessoais no âmbito da Secretaria de Estado do Esporte.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 5º da Lei Estadual n.º 21.352 de 01º de janeiro de 2023 e pelo Decreto n.º 4.544 de 08 de janeiro de 2024.

CONSIDERANDO a Lei Federal n° 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado.

CONSIDERANDO o Decreto Estadual n° 6.474, de 14 de dezembro de 2020 que regulamenta a aplicação da Lei Federal n° 13.709/208 (LGPD) nas esferas da Administração Pública do Estado do Paraná.

CONSIDERANDO a Resolução n°18 da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), de 16 de julho de 2024, que Aprova o Regulamento sobre a atuação do encarregado pelo tratamento de dados pessoais.

RESOLVE:

Art. 1° Designar a servidora a LARISSA TROMPCZYNSKI MIRÓ, RG 8.XXX.662-X para exercer as atribuições de Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais na Secretaria de Estado do Esporte.

Art. 2º Nos termos do art. 9º do Decreto Estadual 6474/2020 e alterações a ele dadas pelo Decreto n.º 9185/2021, compete ao Encarregado de Dados Pessoais:

I - auxiliar o órgão ou entidade a adaptar seus processos de acordo com a LGPD, incluindo a responsabilidade quanto à orientação e aplicação de boas práticas e governança;

II - trabalhar de forma integrada com o respectivo controlador e operador, considerando a necessidade um monitoramento regular e sistemático das atividades destes;

III - estar facilmente acessível quando necessária a sua interveniência;

IV - receber reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências;

V - receber comunicações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais (ANPD) e adotar providências;

VI - orientar os funcionários e os contratados da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais;

VII - auxiliar o controlador a apresentar Relatório de Impacto de Proteção aos Dados Pessoais, quando solicitado;

VIII - receber comunicações e atender a normas complementares da Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais (ANPD);

IX - informar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais (ANPD) e aos titulares dos dados, eventuais incidentes de privacidade, observadas as Políticas Nacionais de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade, bem como as orientações da CGE;

X - executar outras atribuições definidas em normas complementares.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, ficando revogada a Resolução Conjunta n.º 07 de 27 de março de 2023.

Curitiba, 14 de julho de 2025.

(Assinado Digitalmente)
HELIO RENATO WIRBISKI
Secretário de Estado do Esporte
Decreto n.º 7.723/2024

93410/2025

Secretaria da Fazenda

Portaria Nº 40/2025/DOE/SEFA

O DIRETOR DE ORÇAMENTO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 7º, da Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, conforme o Processo de Alteração Orçamentária nº 2025FC000471/Bloco1/DOE/SEFA,

R E S O L V E:

Art. 1º Ajustar o detalhamento de despesa do Orçamento Fiscal do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, e o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 6.312.089,00 (seis milhões e trezentos e doze mil e oitenta e nove reais), de acordo com os Anexos I e II desta Portaria.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Publique-se.

Anote-se.

Curitiba, em 11 de Julho de 2025.

Marcos Tadeu Cavalcante da Silva
Diretor de Orçamento Estadual

Anexo à Portaria n° 40 Formalização 2025FC000471/Bloco1

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família										2.663.909,00
616600 - Fundo Estadual Para a Infância e Adolescência										2.663.909,00
6166 - Fundo Estadual Para a Infância e Adolescência										2.663.909,00
F.61.66.08.243.29.8418 - Políticas Públicas da Criança e do Adolescente										2.663.909,00
	1	75	761	000150	4.4.50.42	40	Organizações da Sociedade Civil (OSCs) beneficiadas com recurso financeiro por meio de parcerias para execução da política da criança e do adolescente	4100	9999999	2.663.909,00
65 - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento										3.648.180,00
650000 - Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento										3.648.180,00
6502 - Diretoria Geral										3.648.180,00
F.65.02.20.608.22.8257 - Fortalecimento da Agricultura Familiar										3.648.180,00
	1	50	500	000000	3.3.90.39	0	Não definida	4100	9999999	2.703.180,00
	1	50	500	000000	3.3.50.41	16	Cooperativas e Associações da Agricultura Familiar beneficiadas por meio de Termo de Fomento	4104	9999999	945.000,00
								Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social		6.312.089,00
									Total Geral	6.312.089,00

Anexo à Portaria n° 40 Formalização 2025FC000471/Bloco1

ANEXO II - REDUÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família										2.663.909,00
616600 - Fundo Estadual Para a Infância e Adolescência										2.663.909,00
6166 - Fundo Estadual Para a Infância e Adolescência										2.663.909,00
F.61.66.08.243.29.8418 - Políticas Públicas da Criança e do Adolescente										2.663.909,00
	1	75	761	000150	4.4.90.51	58	Construção de Casa de Semiliberdade, em Maringá	4104	4115200	32.854,00
	1	75	761	000150	4.4.90.51	59	Construção de CENSE, em Londrina	4105	4113700	32.854,00
	1	75	761	000150	4.4.90.52	76	Equipamentos adquiridos para auxiliar na agilidade das investigações envolvendo crimes cibernéticos praticados contra crianças e adolescentes	4101	4106902	121.986,00
	1	75	761	000150	4.4.90.51	63	Construção de Conselhos Tutelar, em Campo Mourão	4104	4104303	54.628,00
	1	75	761	000150	4.4.90.51	60	Construção de CENSE, em Pato Branco	4103	4118501	32.854,00
	1	75	761	000150	4.4.90.51	72	Construção de Conselho Tutelar, em Rolândia	4105	4122404	59.395,00
	1	75	761	000150	4.4.90.51	70	Construção de Conselho Tutelar, em Maringá	4104	4115200	102.376,00
	1	75	761	000150	4.4.90.51	69	Construção de Conselho Tutelar, em Jaguariaíva	4106	4112009	102.376,00
	1	75	761	000150	4.4.90.51	65	Construção de Conselho Tutelar, em Campo Largo	4101	4104204	102.376,00
	1	75	761	000150	4.4.90.51	66	Construção de Conselho Tutelar, em Cascavel	4103	4104808	102.376,00
	1	75	761	000150	4.4.90.51	73	Construção de Conselho Tutelar, em São Mateus do Sul	4101	4125605	102.376,00
	1	75	761	000150	4.4.90.51	64	Construção de Conselhos Tutelar, em Cornélio Procópio	4105	4106407	102.376,00
	1	75	761	000150	4.4.90.52	90	Veículos adquiridos para os Núcleos de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes (NUCRIAS)	4100	9999999	132.582,00
	1	75	761	000150	4.4.90.51	89	Reforma e Ampliação de CENSE executada, em São José dos Pinhais	4101	4125506	332.854,00
	1	75	761	000150	4.4.90.51	67	Construção de Conselho Tutelar, em Fazenda Rio Grande	4101	4107652	102.376,00
	1	75	761	000150	4.4.90.51	87	Reforma e Ampliação de CENSE executada, em Foz do Iguaçu	4103	4108304	441.580,00
	1	75	761	000150	4.4.90.51	71	Construção de Conselho Tutelar, em Prudentópolis	4102	4120606	102.376,00
	1	75	761	000150	4.4.90.51	68	Construção de Conselho Tutelar, em Imbituva	4106	4110102	102.376,00
	1	75	761	000150	4.4.90.51	86	Reforma e Ampliação de CENSE executada, em Cascavel	4103	4104808	332.854,00
	1	75	761	000150	4.4.90.51	61	Construção de CENSE - São Francisco, em Piraquara	4101	4119509	32.854,00
	1	75	761	000150	4.4.90.51	88	Reforma e Ampliação de CENSE executada, em Londrina	4105	4113700	32.854,00
	1	75	761	000150	4.4.90.51	74	Construção de Conselho Tutelares, em Guarapuava	4102	4109401	102.376,00
65 - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento										3.648.180,00
650000 - Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento										3.648.180,00
6502 - Diretoria Geral										3.648.180,00
F.65.02.20.608.22.8257 - Fortalecimento da Agricultura Familiar										3.648.180,00
	1	50	500	000000	3.3.40.41	0	Não definida	4100	9999999	3.648.180,00
								Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social		6.312.089,00
									Total Geral	6.312.089,00

93100/2025

PORTARIA Nº 127 DTE/SEFA, de 8 de Julho de 2025

A DIRETORA DO TESOURO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 1° da Resolução SEFA nº 745, de 05 de agosto de 2019,

R E S O L V E:

Art. 1º. Altera as disponibilidades financeiras dos recursos do Tesouro do Estado referentes a execução da despesa do exercício de 2025, da Administração

Direta, Indireta, Fundos Especiais e Empresas Estatais Dependentes, conforme o anexo I desta Portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos aplicados a partir de 08 de Julho de 2025.

Carin Caroline Deda Malhadas
Diretora do Tesouro Estadual

ANEXO I
Estabelece Cota

ANEXO À PORTARIA Nº 127

ÓRGÃO 43 - Secretaria de Estado do Esporte
UNIDADE GESTORA 433000

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
761	17.563,80	17.563,80	2025FF000126
Total		**17.563,80**	

ÓRGÃO 45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
UNIDADE GESTORA 457000

Fonte	1 - Pessoal e Encargos Sociais	Total	N. do Processo
500	2.000.000,00	2.000.000,00	2025FF000126
Total		**2.000.000,00**	

ÓRGÃO 51 - Secretaria de Estado da Cultura
UNIDADE GESTORA 513200

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
501	560.000,00	560.000,00	2025FF000126
Total		**560.000,00**	

ÓRGÃO 61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família
UNIDADE GESTORA 616700

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
500	1.000.000,00	1.000.000,00	2025FF000126
Total		**1.000.000,00**	

ÓRGÃO 65 - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
UNIDADE GESTORA 650000

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
500	400.000,00	400.000,00	2025FF000126
Total		**400.000,00**	

ÓRGÃO 69 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável
UNIDADE GESTORA 693100

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	4 - Investimentos	Total	N. do Processo
754		6.915.980,34	6.915.980,34	2025FF000126
500	1.445.086,65		1.445.086,65	2025FF000126
Total			**8.361.066,99**	

ÓRGÃO 69 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável
UNIDADE GESTORA 696100

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
759	20.000,00	20.000,00	2025FF000126
Total		**20.000,00**	

ÓRGÃO 77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
UNIDADE GESTORA 773000

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
501	500.000,00	500.000,00	2025FF000126
Total		**500.000,00**	

93689/2025

PORTARIA Nº 128 DTE/SEFA, de 9 de Julho de 2025

A DIRETORA DO TESOURO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 1° da Resolução SEFA nº 745, de 05 de agosto de 2019,

R E S O L V E:

Art. 1º. Altera as disponibilidades financeiras dos recursos do Tesouro do Estado referentes a execução da despesa do exercício de 2025, da Administração Direta, Indireta, Fundos Especiais e Empresas Estatais Dependentes, conforme o anexo I desta Portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos aplicados a partir de 09 de Julho de 2025.

Carin Caroline Deda Malhadas
Diretora do Tesouro Estadual

ANEXO I
Estabelece Cota

ANEXO À PORTARIA Nº 128

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ÓRGÃO 13 - Casa Civil UNIDADE GESTORA 130000			
Fonte	**5 - Inversões Financeiras**	**Total**	**N. do Processo**
501	47.223.774,00	47.223.774,00	2025FF000127
500	152.776.226,00	152.776.226,00	2025FF000127
Total		**200.000.000,00**	

ÓRGÃO 59 - Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa UNIDADE GESTORA 596000			
Fonte	**3 - Outras Despesas Correntes**	**Total**	**N. do Processo**
500	50.000,00	50.000,00	2025FF000127
Total		**50.000,00**	

93692/2025

PORTARIA Nº 129 DTE/SEFA, de 10 de Julho de 2025

A DIRETORA DO TESOURO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 1° da Resolução SEFA nº 745, de 05 de agosto de 2019,

R E S O L V E:

Art. 1º. Altera as disponibilidades financeiras dos recursos do Tesouro do Estado referentes a execução da despesa do exercício de 2025, da Administração Direta, Indireta, Fundos Especiais e Empresas Estatais Dependentes, conforme os anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos aplicados a partir de 10 de Julho de 2025.

Carin Caroline Deda Malhadas
Diretora do Tesouro Estadual

ANEXO I
Estabelece Cota

ANEXO À PORTARIA Nº 129

ÓRGÃO 13 - Casa Civil UNIDADE GESTORA 130000			
Fonte	**5 - Inversões Financeiras**	**Total**	**N. do Processo**
500	152.776.226,00	152.776.226,00	2025FF000128
Total		**152.776.226,00**	

ÓRGÃO 27 - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência UNIDADE GESTORA 270000			
Fonte	**3 - Outras Despesas Correntes**	**Total**	**N. do Processo**
799	3.000.000,00	3.000.000,00	2025FF000128
Total		**3.000.000,00**	

ÓRGÃO 41 - Secretaria de Estado da Educação UNIDADE GESTORA 410000			
Fonte	**1 - Pessoal e Encargos Sociais**	**Total**	**N. do Processo**
500	60.000.000,00	60.000.000,00	2025FF000128
Total		**60.000.000,00**	

ÓRGÃO 43 - Secretaria de Estado do Esporte UNIDADE GESTORA 433000			
Fonte	**3 - Outras Despesas Correntes**	**Total**	**N. do Processo**
550	350.000,00	350.000,00	2025FF000128
Total		**350.000,00**	

ÓRGÃO 45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior UNIDADE GESTORA 453100			
Fonte	**3 - Outras Despesas Correntes**	**Total**	**N. do Processo**
500	1.000.000,00	1.000.000,00	2025FF000128
Total		**1.000.000,00**	

ÓRGÃO 65 - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento UNIDADE GESTORA 650000			
Fonte	**3 - Outras Despesas Correntes**	**Total**	**N. do Processo**
500	300.000,00	300.000,00	2025FF000128
Total		**300.000,00**	

ÓRGÃO 77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística UNIDADE GESTORA 773000			
Fonte	**4 - Investimentos**	**Total**	**N. do Processo**
754	2.000.000,00	2.000.000,00	2025FF000128
Total		**2.000.000,00**	

ANEXO II
Cancela Cota

ANEXO À PORTARIA Nº 129

ÓRGÃO 13 - Casa Civil UNIDADE GESTORA 130000			
Fonte	**5 - Inversões Financeiras**	**Total**	**N. do Processo**
500	152.776.226,00	152.776.226,00	2025FF000128
Total		**152.776.226,00**	

93693/2025

Protocolo: 23.993.496-0
Interessada: SEARA ALIMENTOS LTDA
CNPJ: 02.914.460/0047-33
Assunto: Programa Paraná Competitivo. Enquadramento. Implantação. Investimento em município com baixo IPDM, compreendido pelo Programa Rota do Progresso. Transferência de créditos.

DESPACHO Nº 1129/2025-SEFA
(republicado para correção do município)

I. Com base e nos termos do Parecer Técnico AAET/DIF nº 133/2025 e com fundamento nos Decretos nº 7.221/2024 e 7.794/2024, DEFIRO o pedido formulado pela empresa SEARA ALIMENTOS LTDA, com filial inscrita no CNPJ sob o nº 02.914.460/0047-33 e no CAD/ICMS sob o nº 50101875-93, de enquadramento no Programa Paraná Competitivo, nas vertentes de transferência de crédito de ICMS habilitados no Siscred e de diferimento do ICMS nas aquisições internas de bens para compor o ativo permanente, em contrapartida a investimentos no município de Cerro Azul - Paraná, compreendido no Programa Rota do Progresso, conforme e-protocolo nº 23.993.496-0;
II. Cientifique-se a requerente para manifestação da concordância, no prazo de até dez dias, sob pena de arquivamento;
III. Em havendo a concordância, publique-se no DOE;
IV. Encaminhe-se à Receita Estadual do Paraná, para elaborar Regime Especial;
V. Arquive-se pelo prazo legal.
É o despacho.

SEFA/GS, 03 de julho de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

93719/2025

Protocolo: 23.966.780-5
Interessada: Valence Store Ltda.
CNPJ: 23.064.205/0001/36
CAD-ICMS: 90704383-53
Assunto: Programa Paraná Competitivo. Expansão.

DESPACHO Nº 1173/2025-SEFA

Com base e nos termos do Parecer Técnico AAET/DIF nº 134/2025, e com fundamento no artigo 13º do Decreto 7.721/2024, DEFIRO o requerimento da empresa Valence Store Ltda., CNPJ nº 23.064.205/0001-36 e CAD-ICMS nº 90704383-53, conforme eProtocolo 23.966.780-5, de enquadramento no Programa Paraná Competitivo, concedendo tratamento tributário diferenciado de crédito presumido de ICMS em operações de e-commerce, e, diferimento do ICMS devido por ocasião do desembaraço aduaneiro das mercadorias importadas;
Publique-se no DOE;
Encaminhe-se a Receita Estadual do Paraná – REPR para elaboração de regime especial.
Arquive-se pelo prazo legal.
É o despacho.

SEFA/GS, 10 de julho de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

93560/2025

Protocolo: 23.887.892-1
Interessada: PRIMATO COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL
CNPJ: 02.168.202/0001-72
Assunto: Programa Paraná Competitivo. Enquadramento. Transferência de créditos. Siscred " conta investimento". Construção de silos de armazenagem de grãos.

DESPACHO Nº 1175/2025-SEFA

I. De acordo com o Parecer Técnico AAET/DIF nº 138/2025;
II. Deferimos o pedido de enquadramento no Programa Paraná Competitivo formulado pela PRIMATO COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, inscrita no CNPJ sob o nº 02.168.202/0001-72 e no CAD/ICMS sob o nº 90143990-78, através do e-protocolo nº 23.887.892-1 e com fundamento no § 5º do art.12 do Decreto nº 7.221/2024.
II. Publique-se no DOE;
IV. Encaminhe-se à Receita Estadual do Paraná, para elaborar Regime Especial;
V. Arquive-se pelo prazo legal.
É o despacho.

SEFA/GS, 10 de julho de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

93561/2025

PROTOCOLO Nº : 23.075.028-9

INTERESSADO : Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA

ASSUNTO : Concessão - Prorrogação - Teletrabalho – Lizeli Comeli

DESPACHO Nº 1163/2025-SEFA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

Trata-se de protocolo 23.075.028-9, promovido por meio do Memorando nº 003/2025 – DCG (mov. 35), da lavra da servidora Lizeli Comeli, em que solicita autorização para concessão de regime de teletrabalho, em modo híbrido, por um período de 04 (quatro) meses.

Considerando as disposições da Lei Estadual nº 19.776/2018, do Decreto Estadual nº 9.879/2021, da Resolução SEAP nº 13.718/2022 e da Resolução SEFA nº 840/2024.

Considerando as manifestações técnicas acerca do pleito, especialmente no que concerne ao posicionamento exarado no Despacho nº 376/2025 – SEFA/NRHS (mov. 40) e no Despacho nº 133/2025 - SEFA/CIGT (mov. 42).

Autorizo a prorrogação da concessão de teletrabalho em regime híbrido à servidora **Lizeli Comeli**, pelo período de 04 (quatro) meses, nos termos do Plano de Trabalho (mov. 37).

Publique-se o extrato deste Despacho, nos termos do parágrafo único do art. 12 da Resolução SEFA n. 840/2024.

Após, encaminhe-se ao Núcleo de Recursos Humanos Setorial – NRHS/SEFA para conhecimento e providências de estilo.

É o Despacho. Curitiba, *assinado e datado eletronicamente*

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

93664/2025

Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços

JUCEPAR

PORTARIA JCP Nº 168/2025

O Presidente da Junta Comercial do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 23 da Lei Federal nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, art. 25, inciso XVII, do Decreto Federal nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, resolve:

CONCEDER

a partir desta data, o afastamento temporário do exercício da profissão ao leiloeiro MARCUS AURELIO MALINOSKI, matriculado sob o número 666, inscrito no CPF/MF sob nº 752.XXX.XXX-00, tendo em vista o atendimento dos requisitos exigidos no art. 59 e parágrafo único da Instrução Normativa DREI /ME nº 52/2022, conforme protocolo 25/206215-9

Publique-se.

Curitiba, 11 de julho de 2025.

MARCOS SEBASTIÃO RIGONI DE MELLO
Presidente

93084/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria de Infraestrutura e Logística

APPA

PORTARIA Nº 122/2025/APPA
O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social da APPA, aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020, CONSIDERANDO os fatos apresentados no processo protocolado sob nº 24.098.598-5.
RESOLVE:
Art 1º IMPLANTAR na folha de pagamento dos empregados públicos do Quadro Efetivo da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, a progressão funcional de que trata o Art. 56 do Decreto Estadual nº 7447, de 22 de novembro de 1990, e o Plano de Cargos e Salários – PCS, a partir de JUNHO DE 2025:

MATRÍCULA	NOME	DE NÍVEL	PARA NÍVEL
1992	ALEXANDRE PAPOULIAS	309 – B	309 – C
2207	RICARDO QUINHOLI MOSCARDI	500 – A	500 – B

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, em 10 de julho de 2025.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente

93424/2025

Secretaria da Justiça e Cidadania

COMISSÃO ELEITORAL PARA ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE ELEIÇÃO DE CONSELHEIROS REPRESENTANTES DAS ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA – BIÊNIO 2025-2027
DELIBERAÇÃO Nº 008/2025 – COPED/PR

Publicação do resultado da análise da Comissão Eleitoral dos pedidos de habilitação dos segmentos da sociedade civil para a Eleição do Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Paraná – Biênio 2025/2027;

A Comissão Eleitoral instituída pela Deliberação nº 004/2025 do COPED/PR, reunida nos dias 09 e 11 de Julho de 2025, torna público o resultado da análise dos pedidos de habilitação para o processo eleitoral, conforme segue:

1 - CANDIDATOS:

ENTIDADES HABILITADAS - CAPITAL

Quantidade	IDENTIFICAÇÃO
01	Ação Social Irmandade Sem Fronteiras
02	Associação de Desenvolvimento Humano e Fomento Cultural
03	Conselho Regional de Nutrição da 8ª. Região
04	Grupo Dignidade
05	APP Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná
06	Associação Fênix
07	Aliança Nacional LGBTI+
08	Central Única dos Trabalhadores – CUT PR
09	Conselho Regional de Serviço Social – CRESS PR
10	Associação Instituto Projeto Divas
11	Rede de Mulheres Negras Paraná – RMN
12	Conselho Regional de Psicologia do Paraná
13	Associação Usina de Idéias
14	SATED/PR – Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Paraná
15	Cáritas Brasileira Regional Paraná
16	Força Sindical do Paraná
17	União Brasileira de Mulheres – UBM Seção Paraná

ENTIDADES HABILITADAS – REG.METR.CURITIBA /INTERIOR

Quantidade	IDENTIFICAÇÃO
01	Associação de Travestis e Transexuais de Foz do Iguaçu "Casa de Malhú"
02	Centro de Direitos Humanos de Londrina
03	Grupo União pela Vida Umuarama
04	Associação Instituto Projeto Divas
05	Associação Unificar Homo-trans-cidadania de Direitos Humanos

ENTIDADES INABILITADAS

Quantidade	IDENTIFICAÇÃO	MOTIVO
01	Palco Escola – Ações em Valores Humanos	Falta requerimento preenchido e assinado conforme o edital artº 1.6.
02	Instituto Democracia Popular	Apresentar estatuto com os registros estão inconsistente com as datas e ata de posse atual atualizada incorretas.
03	Conselho da Comunidade da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba- Órgão de Execução Penal	Falta a ata de posse Conselho da Comunidade
04	APACN – Apoio à Criança com Câncer	Falta do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.
05	Instituto Nacional em Defesa da Mulher no Mercado de Trabalho - INDMMT	Falta de Estatuto registrado em cartório há mais de dois anos, Ata de Posse da atual diretoria com indicação do representante legal e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ
06	Associação Comunitária Cultural e de Apoio social – Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros - FONATRANS	Falta de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ
07	Ashbra – Associação em Solidariedade aos Haitianos no Brasil	Falta de Ata de Posse da atual diretoria com indicação do representante legal

2 – SOMENTE VOTANTES:

ENTIDADES HABILITADAS

Quantidade	IDENTIFICAÇÃO
01	Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas – ABRAFH
02	Instituto Brasileiro de Diversidade Sexual – IBDSEX
03	Centro Paranaense da Cidadania – Cidadania e Qaulidade de Vida – CEPAC

04	Instituto Nacional de Direitos Humanos da População de Rua – INRua
05	Associação Desportiva e Cultural Paraná Gryphons

Os não Habilitados terão o prazo de até o dia 23/07/2025 para enviarem os documentos faltantes.

PUBLICA-SE Curitiba, 14 de Julho de 2025.

Jane Vasques

Coordenadora da Comissão Eleitoral do COPED/PR

93351/2025

Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

ATO DE AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DESPESAS POR ANTECIPAÇÃO n.º 128/2025-DG/SEMIPI

PROTOCOLO n.º 24.305.353-6
ASSUNTO: Solicitação de antecipação de recursos para o custeio do transporte e alimentação (ajuda de custo) para o dia de deslocamento, dos diversos municípios de origem até a cidade de Foz do Iguaçu, para participação da VI Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial do Estado do Paraná.
Considerando a informação da Diretoria de Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais, o CONSEPIR – Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial do Paraná, deliberou, em reunião ordinária, pela autorização de utilização de recursos do FUNDEPPIR – Fundo Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, para o custeio das despesas relacionadas ao deslocamento rodoviário e ajuda de custo para os delegados eleitos nas Conferências Municipais;
Considerando a planilha de custeio do transporte e ajuda de custo dos Delegados e a informação orçamentária de existência de recursos financeiros;
Considerando que o processo foi instruído com os documentos necessários e suficientes ao pagamento da despesa;
Considerando as competências do Diretor-geral da Secretaria de Estado da Mulher e Igualdade Racial, nos termos do contido no art. 5º da Lei Estadual n.º 21352/2023 e na Resolução n.º 051/2023-SEMI/GAB;
Aprovo a despesa e AUTORIZO, o pagamento antecipado das despesas descritas no protocolo em epígrafe, nos termos descritos abaixo:
Interessados: Delegados eleitos nas Conferências Municipais para participarem da VI Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial do Estado do Paraná, todos elencados na planilha de custeio e no anexo I.
Valor total das despesas: R$ 19.055,10 (dezenove mil e cinquenta e cinco reais e dez centavos).
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao ato, em atendimento ao preceito do art. 72, parágrafo único, da Lei Federal n.º 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Curitiba, 11 de julho de 2025.

DIEGO BULIGON
Diretor-geral da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
(assinatura eletrônica)

93170/2025

ATO DE AUTORIZAÇÃO n.º 129/2025-DG/SEMIPI

PROTOCOLO n.º 24.272.620-0
ASSUNTO: Solicitação de formalização do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 4510/2025.
Considerando a formalização do Contrato Administrativo n.º 4510/2025 junto à empresa SCRIPT ASSESSORIA EVENTOS E PESQUISAS LTDA., tendo por objeto a prestação de serviço de apoio logístico e operacional, com fornecimento de hospedagem, alimentação, *coffee break* e água, locação de espaço físico com equipamentos eletrônicos e outros itens correlatos, visando a realização de Conferências para os Conselhos Estaduais vinculados à Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa durante o ano de 2025;
Considerando o Memorando n.º 072/2025 do Núcleo Administrativo Setorial, o qual solicita autorização para formalizar termo aditivo ao referido contrato, para acréscimo de R$ 121.700,00 (cento e vinte e um mil e setecentos reais), referente ao acréscimo de hospedagem e alimentação para 100 (cem) delegadas na Conferência do Conselho Estadual da Mulher (CEDM);
Considerando que o processo foi instruído com os documentos necessários e suficientes à formalização do termo aditivo;
Considerando a análise jurídica realizada pela Procuradoria Consultiva de Aquisições e Serviços – PRC/PGE, que concluiu inexistir impedimento legal para a celebração do termo aditivo, desde que atendidas as recomendações e providências apontadas, o que restou cumprido por esta Pasta;
Considerando as competências do Diretor-geral da Secretaria de Estado da Mulher e Igualdade Racial, nos termos do contido no art. 5º da Lei Estadual n.º 21.352/2023 e na Resolução n.º 051/2023-SEMI/GAB;
AUTORIZO a formalização do Primeiro Termo Aditivo nos termos descritos abaixo:
Objeto: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 4510/2025, de prestação de serviço de apoio logístico e operacional para as Conferências da Pasta, com o objetivo de realizar acréscimo quantitativo de hospedagem e alimentação para 100 (cem) delegadas na Conferência do Conselho Estadual da Mulher (CEDM).
Contratado: SCRIPT ASSESSORIA EVENTOS E PESQUISAS LTDA., CNPJ 26.XXX.503/0001-XX.
Valor: R$ 121.700,00 (cento e vinte e um mil e setecentos reais).
Dotação orçamentária: 05961.5961.14.422.28.8154 – Fomento ao Protagonismo Feminino e Prevenção às Violências – FEDIM, Natureza de Despesa 3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros, Subelemento 3922 – Exposições, Congressos e Conferências, Fonte 500 – Recursos Não Vinculados de Impostos.

Curitiba, 14 de julho de 2025.

DIEGO BULIGON
Diretor-geral da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
(assinatura eletrônica)

93828/2025

RESOLUÇÃO SEMIPI nº 052/2025

Habilita o município de Pitanga para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 90 da Constituição do Estado,

Considerando o art. 45 da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, que estabelece as competências da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa;

Considerando a Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos municípios do Paraná para investimento em obras das políticas de direitos da mulher e da pessoa idosa; e

Considerando o contido no protocolo nº 24.238.196-3

RESOLVE:

Art. 1.° Habilitar o município de Pitanga para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, tendo como objeto a construção do Espaço de Acolhimento da Mulher.

Art. 2.° O município deverá seguir os procedimentos dispostos no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, inclusive quanto ao prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a publicação desta Resolução para entrega da documentação técnica de engenharia.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI ensejará na revogação desta Resolução.

Art. 3.° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de julho de 2025

Leandre Dal Ponte
Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
assinatura eletrônica

93703/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLUÇÃO SEMIPI nº 053/2025

Habilita o município de Corbélia para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 90 da Constituição do Estado,

Considerando o art. 45 da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, que estabelece as competências da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa;

Considerando a Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos municípios do Paraná para investimento em obras das políticas de direitos da mulher e da pessoa idosa; e

Considerando o contido no protocolo nº 24.163.317-9

RESOLVE:

Art. 1.° Habilitar o município de Corbélia para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, tendo como objeto a reforma e ampliação da Casa da Mulher Paranaense.

Art. 2.° O município deverá seguir os procedimentos dispostos no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, inclusive quanto ao prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a publicação desta Resolução para entrega da documentação técnica de engenharia.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI ensejará na revogação desta Resolução.

Art. 3.° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de julho de 2025

Leandre Dal Ponte
Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
assinatura eletrônica

93709/2025

u

RESOLUÇÃO SEMIPI nº 054/2025

Habilita o município de Cianorte para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 90 da Constituição do Estado,

Considerando o art. 45 da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, que estabelece as competências da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa;

Considerando a Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos municípios do Paraná para investimento em obras das políticas de direitos da mulher e da pessoa idosa; e

Considerando o contido no protocolo nº 24.160.154-4

RESOLVE:

Art. 1.° Habilitar o município de Cianorte para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, tendo como objeto a construção do Complexo Social Cidade da Pessoa Idosa.

Art. 2.° O município deverá seguir os procedimentos dispostos no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, inclusive quanto ao prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a publicação desta Resolução para entrega da documentação técnica de engenharia.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI ensejará na revogação desta Resolução.

Art. 3.° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de julho de 2025

Leandre Dal Ponte
Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
assinatura eletrônica

93714/2025

RESOLUÇÃO SEMIPI nº 055/2025

Habilita o município de Coronel Vivida para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 90 da Constituição do Estado,

Considerando o art. 45 da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, que estabelece as competências da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa;

Considerando a Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos municípios do Paraná para investimento em obras das políticas de direitos da mulher e da pessoa idosa; e

Considerando o contido no protocolo nº 24.189.825-3

RESOLVE:

Art. 1.° Habilitar o município de Coronel Vivida para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar,

prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, tendo como objeto a construção do Complexo Social Cidade da Pessoa Idosa.

Art. 2.° O município deverá seguir os procedimentos dispostos no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, inclusive quanto ao prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a publicação desta Resolução para entrega da documentação técnica de engenharia.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI ensejará na revogação desta Resolução.

Art. 3.° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de julho de 2025

Leandre Dal Ponte
Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
assinatura eletrônica

93718/2025

RESOLUÇÃO SEMIPI nº 056/2025

Habilita o município de Toledo para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 90 da Constituição do Estado,

Considerando o art. 45 da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, que estabelece as competências da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa;

Considerando a Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos municípios do Paraná para investimento em obras das políticas de direitos da mulher e da pessoa idosa; e

Considerando o contido no protocolo nº 24.219.592-2

RESOLVE:

Art. 1.° Habilitar o município de Toledo para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, tendo como objeto a construção do Complexo Social Cidade da Pessoa Idosa.

Art. 2.° O município deverá seguir os procedimentos dispostos no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, inclusive quanto ao prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a publicação desta Resolução para entrega da documentação técnica de engenharia.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI ensejará na revogação desta Resolução.

Art. 3.° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de julho de 2025

Leandre Dal Ponte
Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
assinatura eletrônica

93722/2025

RESOLUÇÃO SEMIPI nº 057/2025

Habilita o município de Pitanga para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 90 da Constituição do Estado,

Considerando o art. 45 da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, que estabelece as competências da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa;

Considerando a Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos municípios do Paraná para investimento em obras das políticas de direitos da mulher e da pessoa idosa; e

Considerando o contido no protocolo nº 24.076.240-4,

RESOLVE:

Art. 1.° Habilitar o município de Cantagalo para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, tendo como objeto a construção do Acolhimento da Pessoa Idosa.

Art. 2.° O município deverá seguir os procedimentos dispostos no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, inclusive quanto ao prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a publicação desta Resolução para entrega da documentação técnica de engenharia.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI ensejará na revogação desta Resolução.

Art. 3.° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de julho de 2025

Leandre Dal Ponte
Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
assinatura eletrônica

93725/2025

RESOLUÇÃO SEMIPI nº 058/2025

Habilita o município de Chopinzinho para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 90 da Constituição do Estado,

Considerando o art. 45 da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, que estabelece as competências da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa;

Considerando a Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos municípios do Paraná para investimento em obras das políticas de direitos da mulher e da pessoa idosa; e

Considerando o contido no protocolo nº 24.146.480-6

RESOLVE:

Art. 1.° Habilitar o município de Chopinzinho para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, tendo como objeto a construção do Acolhimento da Pessoa Idosa.

Art. 2.° O município deverá seguir os procedimentos dispostos no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, inclusive quanto ao prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a publicação desta Resolução para entrega da documentação técnica de engenharia.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI ensejará na revogação desta Resolução.

Art. 3.° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de julho de 2025

Leandre Dal Ponte
Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
assinatura eletrônica

93728/2025

RESOLUÇÃO SEMIPI nº 059/2025

Habilita o município de Pitanga para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 90 da Constituição do Estado,

Considerando o art. 45 da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, que estabelece as competências da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa;

Considerando a Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos municípios do Paraná para investimento em obras das políticas de direitos da mulher e da pessoa idosa; e

Considerando o contido no protocolo nº 24.185.219-9

RESOLVE:

Art. 1° Habilitar o município de Pitanga para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, tendo como objeto a construção do Acolhimento da Pessoa Idosa.

Art. 2° O município deverá seguir os procedimentos dispostos no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, inclusive quanto ao prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a publicação desta Resolução para entrega da documentação técnica de engenharia.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI ensejará na revogação desta Resolução.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de julho de 2025

Leandre Dal Ponte
Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
assinatura eletrônica

93730/2025

RESOLUÇÃO SEMIPI nº 060/2025

Habilita o município de Guaraniaçu para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 90 da Constituição do Estado,

Considerando o art. 45 da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, que estabelece as competências da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa;

Considerando a Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos municípios do Paraná para investimento em obras das políticas de direitos da mulher e da pessoa idosa; e

Considerando o contido no protocolo nº 24.233.183-4;

RESOLVE:

Art. 1.° Habilitar o município de Guaraniaçu para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, tendo como objeto a reforma do Acolhimento da Pessoa Idosa.

Art. 2.° O município deverá seguir os procedimentos dispostos no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, inclusive quanto ao prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a publicação desta Resolução para entrega da documentação técnica de engenharia.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI ensejará na revogação desta Resolução.

Art. 3.° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de julho de 2025

Leandre Dal Ponte
Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
assinatura eletrônica

93734/2025

RESOLUÇÃO SEMIPI nº 061/2025

Habilita o município de São Mateus do Sul para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 90 da Constituição do Estado,

Considerando o art. 45 da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, que estabelece as competências da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa;

Considerando a Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos municípios do Paraná para investimento em obras das políticas de direitos da mulher e da pessoa idosa; e

Considerando o contido no protocolo nº 24.235.780-9

RESOLVE:

Art. 1.° Habilitar o município de São Mateus do Sul para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, tendo como objeto a construção do Acolhimento da Pessoa Idosa.

Art. 2.° O município deverá seguir os procedimentos dispostos no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, inclusive quanto ao prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a publicação desta Resolução para entrega da documentação técnica de engenharia.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI ensejará na revogação desta Resolução.

Art. 3.° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de julho de 2025

Leandre Dal Ponte
Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
assinatura eletrônica

93738/2025

RESOLUÇÃO SEMIPI nº 062/2025

Habilita o município de São João do Ivaí para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 90 da Constituição do Estado,

Considerando o art. 45 da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, que estabelece as competências da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa;

Considerando a Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos municípios do Paraná para investimento em obras das políticas de direitos da mulher e da pessoa idosa; e

Considerando o contido no protocolo nº 24.237.320-0

RESOLVE:

Art. 1.° Habilitar o município de São João do Ivaí para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, tendo como objeto a construção do Acolhimento da Pessoa Idosa.

Art. 2.° O município deverá seguir os procedimentos dispostos no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, inclusive quanto ao prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a publicação desta Resolução para entrega da documentação técnica de engenharia.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI ensejará na revogação desta Resolução.

Art. 3.° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de julho de 2025

Leandre Dal Ponte
Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
assinatura eletrônica

93741/2025

RESOLUÇÃO SEMIPI nº 063/2025

Habilita o município de Mangueirinha para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 90 da Constituição do Estado,

Considerando o art. 45 da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, que estabelece as competências da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa;

Considerando a Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos municípios do Paraná para investimento em obras das políticas de direitos da mulher e da pessoa idosa; e

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Considerando o contido no protocolo nº 24.117.011-0

RESOLVE:

Art. 1.° Habilitar o município de Mangueirinha para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, tendo como objeto a construção do Centro Recreativo da Pessoa Idosa.

Art. 2.° O município deverá seguir os procedimentos dispostos no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, inclusive quanto ao prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a publicação desta Resolução para entrega da documentação técnica de engenharia.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI ensejará na revogação desta Resolução.

Art. 3.° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de julho de 2025

Leandre Dal Ponte
Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
assinatura eletrônica

93746/2025

RESOLUÇÃO SEMIPI nº 064/2025

Habilita o município de Candói para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 90 da Constituição do Estado,

Considerando o art. 45 da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, que estabelece as competências da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa;

Considerando a Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos municípios do Paraná para investimento em obras das políticas de direitos da mulher e da pessoa idosa; e

Considerando o contido no protocolo nº 24.118.254-1

RESOLVE:

Art. 1.° Habilitar o município de Candói para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, tendo como objeto a construção de Centro de Convivência da Pessoa Idosa.

Art. 2.° O município deverá seguir os procedimentos dispostos no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, inclusive quanto ao prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a publicação desta Resolução para entrega da documentação técnica de engenharia.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI ensejará na revogação desta Resolução.

Art. 3.° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de julho de 2025

Leandre Dal Ponte
Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
assinatura eletrônica

93750/2025

RESOLUÇÃO SEMIPI nº 065/2025

Habilita o município de Rio Azul para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 90 da Constituição do Estado,

Considerando o art. 45 da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, que estabelece as competências da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa;

Considerando a Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos municípios do Paraná para investimento em obras das políticas de direitos da mulher e da pessoa idosa; e

Considerando o contido no protocolo nº 24.126.639-7

RESOLVE:

Art. 1.° Habilitar o município de Rio Azul para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, tendo como objeto a reforma e ampliação do Centro da Pessoa Idosa.

Art. 2.° O município deverá seguir os procedimentos dispostos no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, inclusive quanto ao prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a publicação desta Resolução para entrega da documentação técnica de engenharia.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI ensejará na revogação desta Resolução.

Art. 3.° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de julho de 2025
Leandre Dal Ponte
Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
assinatura eletrônica

93753/2025

RESOLUÇÃO SEMIPI nº 066/2025

Habilita o município de Capanema para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 90 da Constituição do Estado,

Considerando o art. 45 da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, que estabelece as competências da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa;

Considerando a Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos municípios do Paraná para investimento em obras das políticas de direitos da mulher e da pessoa idosa; e

Considerando o contido no protocolo nº 24.083.939-3

RESOLVE:

Art. 1.° Habilitar o município de Capanema para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, tendo como objeto a reforma e ampliação do Centro Dia da Pessoa Idosa.

Art. 2.° O município deverá seguir os procedimentos dispostos no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, inclusive quanto ao prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a publicação desta Resolução para entrega da documentação técnica de engenharia.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI ensejará na revogação desta Resolução.

Art. 3.° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de julho de 2025

Leandre Dal Ponte
Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
assinatura eletrônica

93756/2025

RESOLUÇÃO SEMIPI nº 067/2025

Habilita o município de Realeza para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 90 da Constituição do Estado,

Considerando o art. 45 da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, que estabelece as competências da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa;

Considerando a Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos municípios do Paraná para investimento em obras das políticas de direitos da mulher e da pessoa idosa; e

Considerando o contido no protocolo nº 24.164.818-4

RESOLVE:

Art. 1.° Habilitar o município de Realeza para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, tendo como objeto a construção da piscina de hidroginástica e cancha de bocha para a pessoa idosa - Centro de Convivência da Pessoa Idosa.

Art. 2.° O município deverá seguir os procedimentos dispostos no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, inclusive quanto ao prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a publicação desta Resolução para entrega da documentação técnica de engenharia.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI ensejará na revogação desta Resolução.

Art. 3.° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de julho de 2025

Leandre Dal Ponte
Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
assinatura eletrônica

93759/2025

RESOLUÇÃO SEMIPI nº 068/2025

Habilita o município de Rebouças para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 90 da Constituição do Estado,

Considerando o art. 45 da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, que estabelece as competências da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa;

Considerando a Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos municípios do Paraná para investimento em obras das políticas de direitos da mulher e da pessoa idosa; e

Considerando o contido no protocolo nº 24.175.460-0

RESOLVE:

Art. 1.° Habilitar o município de Rebouças para etapa de

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, tendo como objeto a construção do Centro de Convivência da Pessoa Idosa.

Art. 2.° O município deverá seguir os procedimentos dispostos no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, inclusive quanto ao prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a publicação desta Resolução para entrega da documentação técnica de engenharia.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI ensejará na revogação desta Resolução.

Art. 3.° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de julho de 2025

Leandre Dal Ponte
Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
assinatura eletrônica

93765/2025

RESOLUÇÃO SEMIPI nº 069/2025

Habilita o município de Salgado Filho para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 90 da Constituição do Estado,

Considerando o art. 45 da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, que estabelece as competências da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa;

Considerando a Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos municípios do Paraná para investimento em obras das políticas de direitos da mulher e da pessoa idosa; e

Considerando o contido no protocolo nº 24.182.004-1

RESOLVE:

Art. 1.° Habilitar o município de Salgado Filho para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, tendo como objeto a ampliação do Centro Dia da Pessoa Idosa.

Art. 2.° O município deverá seguir os procedimentos dispostos no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, inclusive quanto ao prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a publicação desta Resolução para entrega da documentação técnica de engenharia.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI ensejará na revogação desta Resolução.

Art. 3.° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de julho de 2025

Leandre Dal Ponte
Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
assinatura eletrônica

93769/2025

RESOLUÇÃO SEMIPI nº 070/2025

Habilita o município de Coronel Domingos Soares para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 90 da Constituição do Estado,

Considerando o art. 45 da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, que estabelece as competências da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa;

Considerando a Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos municípios do Paraná para investimento em obras das políticas de direitos da mulher e da pessoa idosa; e

Considerando o contido no protocolo nº 24.187.815-5

RESOLVE:

Art. 1.° Habilitar o município de Coronel Domingos Soares para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, tendo como objeto a construção de Centro de Convivência da Pessoa Idosa.

Art. 2.° O município deverá seguir os procedimentos dispostos no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, inclusive quanto ao prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a publicação desta Resolução para entrega da documentação técnica de engenharia.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI ensejará na revogação desta Resolução.

Art. 3.° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de julho de 2025

Leandre Dal Ponte
Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
assinatura eletrônica

93774/2025

RESOLUÇÃO SEMIPI nº 071/2025

Habilita o município de Nova Tebas para etapa de aprovação

de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 90 da Constituição do Estado,

Considerando o art. 45 da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, que estabelece as competências da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa;

Considerando a Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos municípios do Paraná para investimento em obras das políticas de direitos da mulher e da pessoa idosa; e

Considerando o contido no protocolo nº 23.588.413-5

RESOLVE:

Art. 1.° Habilitar o município de Nova Tebas para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, tendo como objeto a construção de Centro da Pessoa Idosa.

Art. 2.° O município deverá seguir os procedimentos dispostos no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, inclusive quanto ao prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a publicação desta Resolução para entrega da documentação técnica de engenharia.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI ensejará na revogação desta Resolução.

Art. 3.° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de julho de 2025

Leandre Dal Ponte
Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
assinatura eletrônica

93778/2025

RESOLUÇÃO SEMIPI nº 072/2025

Habilita o município de Teixeira Soares para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 90 da Constituição do Estado,

Considerando o art. 45 da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, que estabelece as competências da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa;

Considerando a Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos municípios do Paraná para investimento em obras das políticas de direitos da mulher e da pessoa idosa; e

Considerando o contido no protocolo nº 24.198.010-3

RESOLVE:

Art. 1.° Habilitar o município de Teixeira Soares para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, tendo como objeto a construção de Centro de Convivência da Pessoa Idosa.

Art. 2.° O município deverá seguir os procedimentos dispostos no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, inclusive quanto ao prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a publicação desta Resolução para entrega da documentação técnica de engenharia.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI ensejará na revogação desta Resolução.

Art. 3.° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de julho de 2025

Leandre Dal Ponte
Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
assinatura eletrônica

93792/2025

RESOLUÇÃO SEMIPI nº 073/2025

Habilita o município de Quatiguá para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 90 da Constituição do Estado,

Considerando o art. 45 da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, que estabelece as competências da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa;

Considerando a Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos municípios do Paraná para investimento em obras das políticas de direitos da mulher e da pessoa idosa; e

Considerando o contido no protocolo nº 24.203.632-8

RESOLVE:

Art. 1.° Habilitar o município de Quatiguá para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, tendo como objeto a reforma e ampliação do Centro de Convivência da Pessoa Idosa.

Art. 2.° O município deverá seguir os procedimentos

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

dispostos no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, inclusive quanto ao prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a publicação desta Resolução para entrega da documentação técnica de engenharia.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI ensejará na revogação desta Resolução.

Art. 3.° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de julho de 2025

Leandre Dal Ponte
Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
assinatura eletrônica

93798/2025

RESOLUÇÃO SEMIPI nº 074/2025

Habilita o município de Boa Vista da Aparecida para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 90 da Constituição do Estado,

Considerando o art. 45 da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, que estabelece as competências da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa;

Considerando a Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos municípios do Paraná para investimento em obras das políticas de direitos da mulher e da pessoa idosa; e

Considerando o contido no protocolo nº 24.216.985-9

RESOLVE:

Art. 1.° Habilitar o município de Boa Vista da Aparecida para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, tendo como objeto a ampliação do Centro Intergeracional da Pessoa Idosa.

Art. 2.° O município deverá seguir os procedimentos dispostos no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, inclusive quanto ao prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a publicação desta Resolução para entrega da documentação técnica de engenharia.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI ensejará na revogação desta Resolução.

Art. 3.° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de julho de 2025

Leandre Dal Ponte
Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
assinatura eletrônica

93803/2025

RESOLUÇÃO SEMIPI nº 075/2025

Habilita o município de São Manoel do Paraná para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 90 da Constituição do Estado,

Considerando o art. 45 da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, que estabelece as competências da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa;

Considerando a Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos municípios do Paraná para investimento em obras das políticas de direitos da mulher e da pessoa idosa; e

Considerando o contido no protocolo nº 24.220.383-6

RESOLVE:

Art. 1.° Habilitar o município de São Manoel do Paraná para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, tendo como objeto a construção do Centro de Convivência da Pessoa Idosa.

Art. 2.° O município deverá seguir os procedimentos dispostos no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, inclusive quanto ao prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a publicação desta Resolução para entrega da documentação técnica de engenharia.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI ensejará na revogação desta Resolução.

Art. 3.° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de julho de 2025

Leandre Dal Ponte
Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
assinatura eletrônica

93811/2025

RESOLUÇÃO SEMIPI nº 076/2025

Habilita o município de Saudade do Iguaçu para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 90 da Constituição do Estado,

Considerando o art. 45 da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, que estabelece as competências da Secretaria de

Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa;

Considerando a Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos municípios do Paraná para investimento em obras das políticas de direitos da mulher e da pessoa idosa; e

Considerando o contido no protocolo nº 24.220.837-4

RESOLVE:

Art. 1.° Habilitar o município de Saudade do Iguaçu para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, tendo como objeto a construção do Centro da Pessoa Idosa.

Art. 2.° O município deverá seguir os procedimentos dispostos no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, inclusive quanto ao prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a publicação desta Resolução para entrega da documentação técnica de engenharia.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI ensejará na revogação desta Resolução.

Art. 3.° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de julho de 2025

Leandre Dal Ponte
Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
assinatura eletrônica

93817/2025

RESOLUÇÃO SEMIPI nº 077/2025

Habilita o município de Porto Amazonas para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 90 da Constituição do Estado,

Considerando o art. 45 da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, que estabelece as competências da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa;

Considerando a Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos municípios do Paraná para investimento em obras das políticas de direitos da mulher e da pessoa idosa; e

Considerando o contido no protocolo nº 24.225.065-6

RESOLVE:

Art. 1.° Habilitar o município de Porto Amazonas para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, tendo como objeto a construção do Centro de Convivência da Pessoa Idosa.

Art. 2.° O município deverá seguir os procedimentos dispostos no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, inclusive quanto ao prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a publicação desta Resolução para entrega da documentação técnica de engenharia.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI ensejará na revogação desta Resolução.

Art. 3.° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de julho de 2025

Leandre Dal Ponte
Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
assinatura eletrônica

93820/2025

Secretaria do Planejamento

RESOLUÇÃO N.º 020/2025/SEPL

Dá publicidade à composição do Comitê de Governança dos trabalhos na integração de incentivo das cadeias do biogás e hidrogênio renovável, nos termos da Lei nº 21.454, de 3 de maio de 2023 e do Decreto Estadual nº 4922, de 22 de fevereiro de 2024.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO**, nomeado pelo Decreto Estadual n.º 9.326, de 24 de março de 2025, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, incisos VI e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 8657, de 16 de janeiro de 2018, Regulamento da Secretaria de Estado Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, tendo em vista o contido no protocolo nº 21.317.768-0, e ainda; Considerando os desafios associados à transição energética global, em vista da emergência climática e em busca da sustentabilidade, do desenvolvimento econômico, da economia circular, bem como para o atendimento das metas de redução da emissão dos Gases de Efeito Estufa - GEE, proposto pelo Acordo de Paris; Considerando os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS como uma ação global para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, bem como para garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade;

Considerando a Lei nº 17.133, de 25 de abril de 2012, que Institui a Política sobre Mudança do Clima no Estado do Paraná; Considerando o Decreto nº 8.937, de 4 de outubro de 2021, que dispõe sobre a adesão do Estado do Paraná às campanhas Race to Zero e Race to Resilience, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima;

Considerando a Lei nº 21.454, de 3 de maio de 2023, que dispõe sobre parâmetros de incentivo ao uso de Hidrogênio Renovável no Estado do Paraná; Considerando a Lei nº 21.619, de 5 de setembro de 2023, que dispõe sobre o incentivo à economia circular;

Considerando a Lei n°19.500, de 22 de maio de 2018, que dispõe sobre a Política do Biogás e Biometano no Estado do Paraná, e adota outras providências;

Considerando o Decreto Estadual nº 4922, de 22 de fevereiro de 2024 que institui o Comitê de Governança dos trabalhos na integração de incentivo das cadeias do biogás e hidrogênio renovável,

RESOLVE:

Art. 1º - Dar publicidade à composição dos membros do Comitê de Governança dos trabalhos na integração de incentivo das cadeias do biogás e hidrogênio renovável, cuja relação segue em anexo a esta resolução.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de julho de 2025.

ULISSES DE JESUS MAIA KOTSIFAS
Secretário de Estado do Planejamento / SEPL

ANEXO I - RESOLUÇÃO SEPL nº 020/2025

COMITÊ DE GOVERNANÇA DOS TRABALHOS NA INTEGRAÇÃO

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DE INCENTIVO DAS CADEIAS DO BIOGÁS E HIDROGÊNIO RENOVÁVEL	
COORDENAÇÃO (Art. 5º, Decreto 4922 - 22 de Fevereiro de 2024)	**TITULAR**
REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO – **SEPL** (Art. 4º, Decreto 4922 - 22 de Fevereiro de 2024)	**THIAGO OLINDA PARAGUASSU SANTANA** RG: 9.XXX.382/PE e-mail: thiagoolinda.supen@sepl.pr.gov.br
	SUPLENTE
	HERVAL CANDIDO DE SOUZA FILHO RG:16.XXX.540-2 e-mail: herval.supen@sepl.pr.gov.br
REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – **SEDEST** (Art. 4º, Decreto 4922 - 22 de Fevereiro de 2024)	**TITULAR**
	ISABELA TIOQUETA RG:10.361.XXX-5 e-mail: isabela.tioqueta@sedest.pr.gov.br
	SUPLENTE
	WALQUIRIA LETÍCIA BISCAIA DE ANDRADE RG:11.044.XXX-3 e-mail: walquira.biscaia@sedest.pr.gov.br
REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO	**TITULAR**
	HERLON GOELZER DE ALMEIDA RG:2XX.0XX.500-X e-mail: herlon@idr.pr.gov.br
	SUPLENTE
ABASTECIMENTO – **SEAB** (Art. 4º, Decreto 4922 - 22 de Fevereiro de 2024)	**ROBERTO OLIVEIRA DOS SANTOS** RG: 2.XXX.072-X e-mail: robertto@idr.pr.gov.br
REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - **SEFA** (Art. 4º, Decreto 4922 - 22 de Fevereiro de 2024)	**TITULAR**
	LUANA CARLA FALCÃO REBOUÇAS RG: 200XXX XXX909-X/CE e-mail: luana.carla@sefa.pr.gov.br
	SUPLENTE
	REBECA CARNEIRO DE MENDONÇA SANCHES RG:2.X89289041 e-mail: rebeca.sanches@sefa.pr.gov.br
REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR – **SETI** (Art. 4º, Decreto 4922 - 22 de Fevereiro de 2024)	**TITULAR**
	PAULO AFONSO SCHMIDT RG: 1.XXX.22 3-X e-mail: p.schimidt@seti.pr.gov.br
	SUPLENTE
	IVAN CARLOS VICENTIN RG:4.XXX.125-X e-mail: ivanvicentin@sefa.pr.gov.br
REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO – **SEIC** (Art. 4º, Decreto 4922 - 22 de Fevereiro de 2024)	**TITULAR**
	RODRIGO BECEGATO DE SOUSA DOS SANTOS RG: 9.XXX.61 7-X e-mail: rodrigo.becegato@seic.pr.gov.br
	SUPLENTE
	ANNA PAULA MULLER RG: 8.XXX.301-X e-mail: annamuller@seic.pr.gov.br
REPRESENTANTES DA CASA CIVIL – **CC** (Art. 4º, Decreto 4922 - 22 de Fevereiro de 2024)	**TITULAR**
	LEONARDO SILVEIRA DE SOUZA RG: XX.945.3 01-X e-mail: leonardo.silveira@ccivil.pr.gov.br
	SUPLENTE
	JÚLIA MENARIN SLOMPO RG:x.864.530-X e-mail: juliams@ccivil.pr.gov.br

93591/2025

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI N° 6174,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :

PORTARIA N. 1 DE 18/06/2025

ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
FERNANDO SERGIO DOS SANTOS CALDEIRA				60	20/06/1997	21/06/2002	30/06/2025	28/08/2025
11060668	1	NAXVIII	241848558					

92390/2025

Secretaria da Saúde

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 18.216.322-8 /24.052.087-7

1. **AUTORIZO**, com fulcro no Inciso XV, Art. 4º da Lei Estadual nº 19.848, de 03 de maio de 2019, Art. 8º, Inciso VII, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, parágrafo 3º, Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Resolução 0,PGE nº 203/2020 PGE, de 14 de setembro de 2020, publicado no Diário Oficial nº 10.771 em 16 de setembro 2020, celebrar o Termo de Rescisão ao Protocolo de Cooperação entre Entes Públicos – PCEP nº 0306.2490/2022 – DGS, ora firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná – SESA e a Unidade Básica de Saúde de Uniflor Pedro Estércio – Prefeitura Municipal de Uniflor, inscrito no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES nº 9529292, CNPJ nº 76.279.975/0001-62, localizada à Rua Rosa, nº 383, bairro Centro, município de Uniflor.

2. O presente Termo tem por objeto a rescisão amigável do PCEP nº **0306.2490/2022 DGS**, como faculta o Art. 130, inciso II da Lei Estadual nº 15.608, de 16 de agosto de 2007, dando reciprocamente aos signatários de forma irrevogável e irretratável ampla e geral quitação das obrigações assumidas entre as partes em razão do contrato rescindido, a partir da data de assinatura do distrato.

3. A celebração do Termo de Rescisão ao PCEP se justifica pela mudança de Gestão Estadual ou dupla para Gestão Municipal dos estabelecimentos caracterizados no CNES como Centro de Saúde/Unidade Básica e Postos de Saúde, sendo a Unidade Básica de Saúde 24 Horas São Luiz um deles, conforme Deliberação CIB nº 165/2025 de 28 de abril de 2025;

4. Publique-se e encaminhe-se a Diretoria de Contratualização e Regulação – DCR para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

93840/2025

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 17.998.267-6/24.052.922-0

1. **AUTORIZO**, com fulcro no Inciso XV, Art. 4º da Lei Estadual nº 19.848, de 03 de maio de 2019, Art. 8º, Inciso VII, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, parágrafo 3º, Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Resolução PGE nº 203/2020 PGE, de 14 de setembro de 2020, publicado no Diário Oficial nº 10.771 em 16 de setembro 2020, celebrar o Termo de Rescisão ao Protocolo de Cooperação entre Entes Públicos – PCEP nº 0306.2407/2021 – DGS, ora firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná – SESA e o PS Orlando do Rio/Prefeitura do Município de Bela Vista do Paraíso, inscrito no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES nº 2730499, CNPJ nº 76.245.067/0001-58, localizado à Rua Presidente Castelo Branco, nº 654, Bairro Centro, município de Bela

Vista do Paraíso;

2. O presente Termo tem por objeto a rescisão amigável do PCEP nº 0306.2407/2021 **DGS**, como faculta o Art. 130, inciso II da Lei Estadual nº 15.608, de 16 de agosto de 2007, dando reciprocamente aos signatários de forma irrevogável e irretratável ampla e geral quitação das obrigações assumidas entre as partes em razão do contrato rescindido, a partir da data de assinatura do distrato.

3. A celebração do Termo de Rescisão ao PCEP se justifica pela mudança de Gestão Estadual ou dupla para Gestão Municipal dos estabelecimentos caracterizados no CNES como Centro de Saúde/ Unidade Básica e Postos de Saúde, sendo o PS Orlando do Rio um deles, conforme Deliberação CIB nº 165/2025 de 28 de abril de 2025;

4. Publique-se e encaminhe-se a Diretoria de Contratualização e Regulação – DCR para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

93835/2025

RESOLUÇÃO SESA Nº 1.196/2025

Habilita os municípios a pleitearem adesão aos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde – Qualificação de Atenção Primária à Saúde, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário, na modalidade fundo a fundo, para o exercício de 2025.

***O Secretário de Estado da Saúde**, gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná,*

- considerando o art. 20 da Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, que estabelece que a transferência dos estados para os municípios destinados a financiar ações e serviços públicos de saúde serão realizadas diretamente aos Fundos Municipais de Saúde, de forma regular e automática em conformidade com os critérios de transferência aprovada pelo respectivo Conselho de Saúde;

- considerando a Lei nº 13.331/2001(Código de Saúde), regulamentado pelo Decreto nº 5.711, de 23 de maio de 2002, que dispõe que os recursos alocados no Fundo Estadual de Saúde, cujo art. 49 prevê "Os recursos alocados poderão ser objeto de transferência aos Fundos Municipais de Saúde, independentemente de convênio ou instrumento congênere";

- considerando que no Estado do Paraná foi criado o Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE (Lei nº 152 de 10/12/2012), regulamentado pelo Decreto nº 7.986, de 16 de Abril de 2013, com finalidade de "captar, gerenciar, prover e aplicar os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde", cuja gestão compete ao Secretário de Estado da Saúde devendo autorizar de forma expressa e individualmente a execução de despesas referentes a ações e serviços de saúde com recursos do FUNSAUDE;

- considerando o que dispõe o art. 17 da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990: "À Direção Estadual do Sistema Único de Saúde", em seu Item III – "compete buscar apoio técnico e financeiro aos Municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde";

- considerando a Resolução SESA n° 769/2019, que dispõe sobre o Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário nos Municípios do Estado do Paraná, no Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde, na modalidade fundo a fundo;

- considerando a Resolução SESA nº 387/2023, que Altera a Resolução SESA nº 769, de 06 de dezembro de 2019.

- considerando a Resolução SESA nº 823/2024, que Altera a Resolução SESA nº 769, de 06 de dezembro de 2019.

- considerando a Resolução SESA nº 1505/2024, que altera o anexo I da Resolução SESA nº 769, de 06 de dezembro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a relação de municípios, conforme o Anexo I desta Resolução, para pleitearem a adesão aos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde – Qualificação da Atenção Primária, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário, na modalidade fundo a fundo.

Art. 2º Para receber o Incentivo Financeiro supramencionado, os municípios deverão encaminhar às suas respectivas Regionais de Saúde os documentos elencados no art. 6º da Resolução SESA nº 769/2019, via e-Protocolo Digital.

Art. 3º Após análise e aprovada a documentação enviada pelo Gestor Municipal, a SESA editará Resolução de autorização do repasse do referido incentivo financeiro de investimento para o Transporte Sanitário, do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde, conforme prévia disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Curitiba, 11 de julho de 2025.

Assinado eletronicamente
Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

ANEXO I – RESOLUÇÃO SESA Nº 1.196/2025

MUNICÍPIOS HABILITADOS A PLEITEAREM A ADESÃO AO INCENTIVO FINANCEIRO DE INVESTIMENTO PARA O TRANSPORTE SANITÁRIO.

MUNICÍPIO	OBJETO	VALOR UNIT	QUANT	VALOR TOTAL
PAIÇANDU	VAN TRANSPORTE DE PACIENTES	R$ 220.000,00	**1**	R$ 220.000,00
PAIÇANDU	VEÍCULO 7 LUGARES	R$ 100.000,00	1	R$ 100.000,00

93142/2025

RESOLUÇÃO SESA Nº 1.197/2025

Habilita os municípios a pleitearem adesão ao incentivo financeiro, vinculado aos Programas da Secretária de Estado da Saúde do Paraná – SESA, destinado a prover a infraestrutura adequada aos Estabelecimentos de Saúde Municipais no Estado do Paraná, por meio do financiamento para execução de obras, com o objetivo de melhorias na qualidade do atendimento à saúde da população, por meio de repasse na modalidade fundo a fundo, para o exercício de 2025.

***O Secretário de Estado da Saúde**, gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná,*

- considerando o art. 20 da Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, que estabelece que a transferência dos estados para os municípios destinados a financiar ações e serviços públicos de saúde serão realizadas diretamente aos Fundos Municipais de Saúde, de forma regular e automática em conformidade com os critérios de transferência aprovada pelo respectivo Conselho de Saúde;

- considerando a Lei nº 13.331/2001 (Código de Saúde), regulamentado pelo Decreto nº 5.711, de 23 de maio de 2002, que dispõe sobre os recursos alocados no Fundo Estadual de Saúde, cujo art. 49 prevê que "Os recursos alocados poderão ser objeto de transferência aos Fundos Municipais de Saúde, independentemente de convênio ou instrumento congênere";

- considerando que no Estado do Paraná foi criado o Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE (Lei nº 152 de 10/12/2012), regulamentado pelo Decreto nº 7.986, de 16 de Abril de 2013, com finalidade de "captar, gerenciar, prover e aplicar os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde", cuja gestão compete ao Secretário de Estado da Saúde devendo autorizar de forma expressa e individualmente a execução de despesas referentes a ações e serviços de saúde com recursos do FUNSAUDE;

- considerando o que dispõe o art. 17 da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990: "À Direção Estadual do Sistema Único de Saúde", em seu Item III – "compete buscar apoio técnico e financeiro aos municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde";

- considerando a Resolução SESA n° 388/2023, que dispõe sobre o incentivo financeiro, vinculado aos Programas da Secretária de Estado da Saúde do Paraná – SESA, destinado a prover a infraestrutura adequada aos Estabelecimentos de Saúde Municipais no Estado do Paraná, por meio do financiamento para execução de obras, com o objetivo de melhorias na qualidade do atendimento à saúde da população, por meio de repasse na modalidade fundo a fundo.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a relação de municípios, conforme o Anexo I desta Resolução, para pleitearem a adesão ao incentivo financeiro, vinculado aos Programas da Secretária de Estado da Saúde do Paraná – SESA, destinado a prover a infraestrutura adequada aos Estabelecimentos de Saúde Municipais no Estado do Paraná, por meio do financiamento para execução de obras, com o objetivo de melhorias na qualidade do atendimento à saúde da população, por meio de repasse na modalidade fundo a fundo, para o exercício de 2025.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 2º Para receber o Incentivo Financeiro supramencionado, os municípios deverão encaminhar às suas respectivas Regionais de Saúde os documentos elencados no art. 10º da Resolução 388/2023, via e-Protocolo Digital.

Art. 3º Após análise e aprovada a documentação enviada pelo Gestor Municipal, a SESA editará resolução financeira dos municípios contemplados para o recebimento do recurso, conforme prévia disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Curitiba, 11 de julho de 2025.

Assinado eletronicamente
Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

ANEXO I – RESOLUÇÃO SESA Nº 1.197/2025

MUNICÍPIOS HABILITADOS A PLEITEAREM A ADESÃO AO INCENTIVO FINANCEIRO DESTINADO A PROVER A INFRAESTRUTURA ADEQUADA AOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE MUNICIPAIS NO ESTADO DO PARANÁ, POR MEIO DO FINANCIAMENTO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS.

MUNICÍPIO	OBJETO	VALOR UNITÁRIO	LOCAL
PAIÇANDU	UBS TIPO II	R$ 1.200.000,00	UBS JOÃO PAULO

93145/2025

RESOLUÇÃO SESA Nº 1.198/2025

Habilita os municípios a pleitearem adesão aos recursos financeiros para aquisição de equipamentos e materiais permanentes, para consolidação e expansão da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS no Paraná, na modalidade fundo a fundo, para o exercício de 2025.

***O Secretário de Estado da Saúde**, gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná,*

- considerando o art. 20 da Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, que estabelece que a transferência dos estados para os municípios destinados a financiar ações e serviços públicos de saúde serão realizadas diretamente aos Fundos Municipais de Saúde, de forma regular e automática em conformidade com os critérios de transferência aprovada pelo respectivo Conselho de Saúde;

- considerando a Lei nº 13.331/2001(Código de Saúde), regulamentado pelo Decreto nº 5.711, de 23 de maio de 2002, que dispõe que os recursos alocados no Fundo Estadual de Saúde, cujo art. 49 prevê "Os recursos alocados poderão ser objeto de transferência aos Fundos Municipais de Saúde, independentemente de convênio ou instrumento congênere";

- considerando que no Estado do Paraná foi criado o Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE (Lei nº 152 de 10/12/2012), regulamentado pelo Decreto nº 7.986, de 16 de Abril de 2013, com finalidade de "captar, gerenciar, prover e aplicar os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde", cuja gestão compete ao Secretário de Estado da Saúde devendo autorizar de forma expressa e individualmente a execução de despesas referentes a ações e serviços de saúde com recursos do FUNSAUDE;

- considerando o que dispõe o art. 17 da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990: "À Direção Estadual do Sistema Único de Saúde", em seu Item III – "compete buscar apoio técnico e financeiro aos Municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde";

- considerando a Resolução SESA n° 389/2023, que dispõe sobre transferências de recursos financeiros para a aquisição de equipamentos e materiais permanentes, para consolidação e expansão da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS no Paraná, na modalidade fundo a fundo;

- considerando a Resolução SESA nº 788/2023, que Altera a Resolução SESA nº 389 de 04 de abril de 2023.

- considerando a Resolução SESA nº 633/2024, que altera a Resolução SESA nº 389 de 04 de abril de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a relação de municípios, conforme o Anexo I desta Resolução, para pleitearem a adesão aos recursos financeiros para aquisição de equipamentos e materiais permanentes, para consolidação e expansão da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS no Paraná, na modalidade fundo a fundo.

Art. 2º Para receber o Incentivo Financeiro supramencionado, os municípios deverão encaminhar às suas respectivas Regionais de Saúde os documentos elencados no art. 5º da Resolução SESA nº 389/2023, via e-Protocolo Digital.

Art. 3º Após análise e aprovada a documentação enviada pelo Gestor Municipal, a SESA editará Resolução de autorização do repasse do referido recurso financeiro para aquisição de equipamentos e materiais permanentes, para consolidação e expansão da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS no Paraná, conforme prévia disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Curitiba, 11 de julho de 2025.

Assinado eletronicamente
Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

ANEXO I – RESOLUÇÃO SESA Nº 1.198/2025

MUNICÍPIOS HABILITADOS A PLEITEAREM A ADESÃO AO RECURSO FINANCEIRO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE NO ÂMBITO DO SUS NO PARANÁ.

MUNICÍPIO	OBJETO	VALOR TOTAL	LOCAL
PAIÇANDU	EQUIPAMENTOS/ ENXOVAL UBS	R$ 120.000,00	UBS JOÃO PAULO
PAIÇANDU	EQUIPAMENTOS/ ENXOVAL UBS	R$ 120.000,00	UBS MADRI

93148/2025

RESOLUÇÃO SESA Nº 1189/2025

Dispõe sobre a indicação de servidor para responder, em caráter interino e cumulativo, pela função de Diretor da Diretoria de Contratualização e Regulação, no prédio central em Curitiba.

O Secretário de Estado da Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o art. 8º, inciso IX, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual n.º 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que trata do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e considerando,

- o contido no protocolo nº 24.286.537-5.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar a servidora RAQUEL MAZETTI CASTRO, RG nº 13.291.807-4, ocupante do cargo de Promotor de Saúde Profissional, na função de Enfermeiro, para responder, em caráter interino e cumulativo, pela função de Diretor da Diretoria de Contratualização e Regulação, localizada no prédio central, com sede em Curitiba, desta Secretaria de Estado da Saúde, no período de 11/07/2025, até a nomeação do novo titular.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 11 de julho de 2025.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

93138/2025

RESOLUÇÃO SESA Nº 1194/2025

Designa servidores para exercerem atividade de Gestor e Fiscal do Termo de Execução Descentralizada nº 213/2023, protocolo nº 20.664.739-6, firmado entre o estado do Paraná por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde do Paraná e a Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO.

***O Secretário de Estado da Saúde**, gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, da Lei Estadual nº 21352 de 01 de janeiro de 2023, Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado e,*

- considerando o Decreto Estadual nº 11.180 23 de maio de 2022, que dispõe sobre o novo Regime de Execução Orçamentária Descentralizada (REOD) no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado do Paraná;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo indicados, em observância ao art. 17 do Decreto Estadual nº 11.180/2022, para exercerem atividade de fiscais do TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA – TED, nº 213/2023, protocolo nº 20.664.739-6, celebrado entre a Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde do Paraná e a Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO.

I - Fiscal Titular: Daniel Cecchin, RG nº 13.060.665-2, CPF 068.905.669-98, e-mail: daniel.cecchin@sesa.pr.gov.br .

II - Fiscal Suplente: Patrícia Yumi Corrêa Machado, RG nº 8.063.237-1, CPF 037.105.339-02, e-mail: patricia.machado@sesa.pr.gov.br que atuará na ausência do fiscal titular.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução n° 1409/2023.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

93160/2025

PORTARIA SESA Nº 325/2025

Dispõe sobre concessão de Licença Capacitação, de servidora lotada no Hospital Infantil Dr. Waldemar Monastier, em Campo Largo.

O Diretor-Geral, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5° da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, combinado com o disposto no art. 15 do Anexo 113060_30131 do Decreto Estadual n° 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que aprova o Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e,

– considerando o disposto no Decreto nº 4.634 de 12 de maio de 2020, que regulamenta a Licença Capacitação, instituída pela Lei Complementar Estadual n.º 217 de 22 de outubro de 2019, e;

– conforme o que preceitua a RESOLUÇÃO SEAP nº. 11.094 de maio de 2021, que estabelece normas gerais para a concessão da Licença Capacitação aos servidores civis e militares efetivos do Poder Executivo Estadual, bem como o contido no protocolado nº 24.060.855-3.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, 90 (noventa) dias de Licença Capacitação a servidora ANA CLAUDIA DOS SANTOS VICELLI, RG nº 10.631.591-4/PR, Assistente de Farmácia, lotada no Hospital Infantil Dr Waldemar Monastier, sede em Campo Largo, desta Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 2º A Licença Capacitação terá início em 31 de julho de 2025 referente ao período aquisitivo de 13 de dezembro de 2015 a 12 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.

Dr. César Augusto Neves Luiz
(César Neves)
Diretor-Geral

93313/2025

PORTARIA SESA Nº 326/2025

Dispõe sobre concessão de Licença Capacitação, a pedido da servidora, lotada na Diretoria de Gestão e Sistemas de Saúde, em Curitiba.

O Diretor-Geral, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5° da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, combinado com o disposto no art. 15 do Anexo 113060_30131 do Decreto Estadual n° 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que aprova o Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e,

– considerando o disposto no Decreto nº 4.634 de 12 de maio de 2020, que regulamenta a Licença Capacitação, instituída pela Lei Complementar Estadual n.º 217 de 22 de outubro de 2019, e;

– conforme o que preceitua a RESOLUÇÃO SEAP nº. 11.094 de maio de 2021, que estabelece normas gerais para a concessão da Licença Capacitação aos servidores civis e militares efetivos do Poder Executivo Estadual, bem como o contido no protocolado nº 24.262.855-1.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, 90 (noventa) dias de Licença Capacitação a servidora MONICA RODRIGUES DA CUNHA, RG nº 8.939.859-2/PR, Auxiliar Administrativo, lotada no Departamento de Contratualização e Habitação da Diretoria de Gestão e Sistemas de Saúde, sede em Curitiba, desta Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 2º A Licença Capacitação terá início em 14 de julho de 2025 referente ao período aquisitivo de 4 de julho de 2020 a 3 de julho de 2025.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.

Dr. César Augusto Neves Luiz
(César Neves)
Diretor-Geral

93314/2025

PORTARIA SESA Nº 327/2025

Dispõe sobre concessão de Licença Capacitação, a pedido da servidora, lotada na Diretoria Administrativa, em Curitiba.

O Diretor-Geral, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5° da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, combinado com o disposto no art. 15 do Anexo 113060_30131 do Decreto Estadual n° 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que aprova o Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e,

– considerando o disposto no Decreto nº 4.634 de 12 de maio de 2020, que regulamenta a Licença Capacitação, instituída pela Lei Complementar Estadual n.º 217 de 22 de outubro de 2019, e;

– conforme o que preceitua a RESOLUÇÃO SEAP nº. 11.094 de maio de 2021, que estabelece normas gerais para a concessão da Licença Capacitação aos servidores civis e militares efetivos do Poder Executivo Estadual, bem como o contido no protocolado nº 24.236.325-6.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, 90 (noventa) dias de Licença Capacitação a servidora PAMELA LUBIAN, RG nº 12.860.875-3/PR, Enfermeiro, lotada na Diretoria Administrativa, prédio central com sede em Curitiba, desta Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 2º A Licença Capacitação terá início em 14 de julho de 2025 referente ao período aquisitivo de 30 de junho de 2020 a 29 de junho de 2025.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.

Dr. César Augusto Neves Luiz
(César Neves)
Diretor-Geral

93315/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

PORTARIA FUNEAS Nº 240 – 11 DE JULHO DE 2025

Súmula: Designa agentes públicos para Gestor e Fiscal de Contrato, no âmbito da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná - protocolado 24.285.245-1.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Designar, na forma do Anexo desta Portaria, de acordo com o inciso I do art. 49-A do Decreto Estadual nº 12.093, de 03 de setembro de 2014, agentes públicos da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná para Gestor e Fiscal de Contrato, para realizar o acompanhamento e fiscalização a fiel execução dos contratos de fornecedores e prestadores de serviços celebrados em junho de 2025.

Art. 2º Cabe ao Gestor e o Fiscal de Contrato, exercer todas as funções e atribuições estipuladas na Portaria FUNEAS nº 573 de 21 de dezembro de 2022 e na Portaria FUNEAS nº 398 de 6 de novembro de 2023.

Art. 3º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

Curitiba, 11 de julho de 2025.

(assinado digitalmente)
GERALDO GENTIL BIESEK
Diretor Presidente

(assinado digitalmente)
MARCOS AURÉLIO SOUZA PEREIRA
Diretor Administrativo

ANEXO DA PORTARIA FUNEAS Nº 240/2025

PROCESSO	CONTRATO	PROCEDIMENTO	EMPRESA	GERTOR(A) DO CONTRATO	CPF	FISCAL DO CONTRATO	CPF
23.441.895-5	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°537/2023	PE N° 060/2023	VETORMAX PARA-RAIOS E SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO LTDA - ME	GUILHERME PASETTI	046.027.629-80	PAOLA ANDREA GALARZA BORGES	034.352.589-50
				JUCIMARA DOS SANTOS CARDOSO	720.952.969-15	ENÉIAS JOSÉ DE MIRANDA MENDES	033.364.269.4
				SOLANGE ROTHBARTH BARA	008.671.139-36	ROMMEL FREDERICO SPRENGER CAETANO	044.946.089-47
22.788.189-5	346/2025	PE N° 25/2025	GM PLÁSTICOS INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA	RUOAMA NASCIMENTO CORREA	071.780.319-80	IVÃ ANTÔNIO DE OLIVEIRA	091.576.768-60
				RAFAELA JUNQUEIRA PERES	103.309.429-30	ANA CARLA DOS SANTOS	949.727.969-87
22.788.189-5	345/2025	PE N° 25/2025	PARANÁ DISTRIBUIÇÃO LTDA	RUOAMA NASCIMENTO CORREA	071.780.319-80	IVÃ ANTÔNIO DE OLIVEIRA	091.576.768-60
				RAFAELA JUNQUEIRA PERES	103.309.429-30	ANA CARLA DOS SANTOS	949.727.969-87
23.574.575-5	344/2025	ARP - PE N° 128/2024	Z3 HOSPITALAR LTDA	RUOAMA NASCIMENTO CORREA	071.780.319-80	IVÂ ANTÔNIO DE OLIVEIRA	091.576.768-60
						MARCOS PAULO COLLA	022.822.389-07
						MARIA LÚCIA STROPARO BERALDO	030.191.329-32
						FABIANA COLANACI GALESKI –	959.590.410-87
						LETÍCIA DE AQUINO FRIAS TONET	056.002.749-47
						ANDRESSA DE PAULA COSTA	066.611.699-74
						JULIO CESAR MORENO ALDA	026.938.299-25

						EDILAINE ROBERTO DA SILVA	050.925.949-93
						JESSICA FERNANDA DA SILVA SANTOS	076.622.799-55
						MARIA DO ROCIO MARTINS RIBEIRO	047.593.969-77
						ADRIANA TODYS MEDEIROS GODOI	036.671.029-09
						CELIO ROBERTO BET	022.792.209-03
						FRANCINE IENSEN MEISTER	112.105.849-30
22.169.526-7	347/2025	PE N° 24/2025	ROBERTO GIANNICHI FILHO	ANA PAULA DOS SANTOS SILVA	059.277.379-51	JOÃO CARLOS MINOZZO	510.465.639-04
				RAFAELA KROPZAK SCHMOELLER HAMM	077.694.759-10	JAIRO FERNANDES DE QUEIROZ	664.493.164-20
23.744.913-4	QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 249/2021	PE Nº 050/2021	VISOMES COMERCIAL METROLÓGICA LTDA - EPP	ADELITA SANCHES GARCIA	055.737.289-54	SÉRGIO ALEXANDRE GHIDELLI	610.291.909-25
23.417.048-1	CONTRATO Nº 351/2025	DL EMERGENCIUAL Nº 056/2025	PESENTI & PELAIS LTDA EPP	MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	ELIZABETE WATANABE	030.262.709-03
				GISELE FERREIRA	035.908.829-56	EDILAINE ROBERTO DA SILVA	050.925.949-93
				EMERSON MARCIO RODRIGUES	954.208.869-87	PATRICIA GOMES DE ALBUQUERQUE URATANI	033.230.159-16
				MARY MISHINA OKANO	022.781.419-37	MARISA LIBONI PEREZ PAES	007.104.119-28
23.946.374-6	CONTRATO NO 352/2025	DL EMERGENCIUAL Nº 057/2025	HOSPITAL DE OLHOS FRANCISCO BELTRAO LTDA	ANA PAULA BATTISTI	066.147.629-40	CARLA PATRÍCIA ALVES DE SOUZA	620.634.210-72
				THAINA APARECIDA DA SILVA	041.011.659-98	GRACIELI POSSAMAI ROVARIS	029.613.769-39
23.680.838-6	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 631/2023	PREGÃO ELETRÔNICO N° 141/2023	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DAS NAÇÕES LTDA	AURORA RODRIGUES MARQUES	065.599.149-25	ADRIANA TODYS MEDEIROS GODOI	036.671.029-09
23.907.243-7	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 968/2024	D.L. EMERGENCIAL N° 044/2024	MEDPRO COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	RUOAMA NASCIMENTO CORREA	071.780.319-80	IVÃ ANTÔNIO DE OLIVEIRA	091.576.768-60
				GUILHERME PASSETI	046.027.629-80	ERIELLEN FRANCINI BINI	041.497.499-90
				ANA PAULA BATTISTI	066.147.629-40	MARIA RACHEL PEDRAZZOLI CALIXTO	043.246.709-27
				SILVIA DE CASSIA CABRAL	039.822.399-82	WAGNER ELIAS PAIXÃO	021.238.599-23
				ADELITA SANCHES GARCIA	055.737.289-54	LETÍCIA DE AQUINO FRIAS TONET	056.002.749-47
				MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	MARCELO LUÍS BRAGA	054.630.899-65
				JUCIMARA DOS SANTOS CARDOSO	720.952.969-15	ELENORE ENNS VIDAL	921.730.129-91
23.844.923-5	TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO	IL N° 129/2022	URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A.	ANDRÉA PEREIRA DA MAIA	054.651.109-02	DILL KELLY SILVA	873.711.899-49

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

	N° 632/2022						
23.564.885-7	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 591/2023	PE N° 118/2023	L.V. NETO SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA	FERNANDO JOSÉ GUINÉ	487.347.489-20	ROGÉRIO DE OLIVEIRA RIBAS	008.642.659-13
23.795.110-7	QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 922/2024	DL Nº 041/2024	DALL MACEDO ENGENHARIA LTDA	SILVIA DE CÁSSIA CABRAL	039.822.399-82	RONALDO PEREIRA MONTEIRO	004.660.219-41
22.448.972-2	357/2025	PE N° 031/2025	NUTRINDO ALIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	EVERSON FERNANDES DE OLIVEIRA	337.848.248-62	GRAZIELE SANTOS DA MOTA	101.916.989-38
				HEMERSON SAQUETA BARBOSA	669.047.309-00	ANA LUCIA DE OLIVEIRA ALVES MARCONDES	098.261.169-20
23.822.949-9	205/2025	ARP Nº 386/2023 - DECON	H2W - SOLUÇÕES LTDA - EPP	DANIEL RANIERI BUENO	076.259.929-19	WELLINGTON JÚNIOR DA SILVA	067.435.996-89
				REILLY ALBERTO ARANDA	004.625.209-60	DIEGO HENRIQUE MARTINS FAUST LO	059.251.589-38
23.681.318-5	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 625/2023	PE N° 114/2023	JAQUELINE DIAS COMÉRCIO DE REFEIÇÕES LTDA	VAGNER JOSÉ CORDEIRO	062.798.449-51	ALESSANDRA CARLA S. GOGNO	802.204.959-04
22.168.632-2	370/2025	PE Nº 004/2025	DENTAL BH BRASIL COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTO-MÉDICO-HOSPITALAR LTDA	SIMONE RODRIGUES DE CARVALHO	049.103.939-51	MARCOS PAULO COLLA	022.822.389-07
				GUILHERME PASSETI	046.027.629-80	SUELLEN FILLETTI MARTINS PENHA	048.459.829-51
				JUCIMARA DOS SANTOS CARDOSO	720.952.969-15	ELENORE ENNS VIDAL	921.730.129-91
				ANA CECÍLIA SCHAWRZABACH GONÇALVES	066.376.189-18	MARIANA ARPINI	108.215.539-09
				ALBERTO DE ASSIS DUTRA	015.945.309-71	PRISCILLA PERLAS	116.900.77-26
				MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	ELIZABETE WATANABE	030.262.709-03
						ALINE MARIA TONIN LEONI	045.662.619-05
22.168.632-2	371/2025	PE Nº 004/2025	YNEMED PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	SIMONE RODRIGUES DE CARVALHO	049.103.939-51	MARCOS PAULO COLLA	022.822.389-07
				GUILHERME PASSETI	046.027.629-80	SUELLEN FILLETTI MARTINS PENHA	048.459.829-51
				JUCIMARA DOS SANTOS CARDOSO	720.952.969-15	ELENORE ENNS VIDAL	921.730.129-91
				ANA CECÍLIA SCHAWRZABACH GONÇALVES	066.376.189-18	MARIANA ARPINI	108.215.539-09
				ALBERTO DE ASSIS DUTRA	015.945.309-71	PRISCILLA PERLAS	116.900.77-26
				MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	ELIZABETE WATANABE	030.262.709-03
						ALINE MARIA TONIN LEONI	045.662.619-05
22.168.632-2	372/2025	PE Nº 004/2025	VERDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	SIMONE RODRIGUES DE CARVALHO	049.103.939-51	MARCOS PAULO COLLA	022.822.389-07
				GUILHERME PASSETI	046.027.629-80	SUELLEN FILLETTI MARTINS PENHA	048.459.829-51

				JUCIMARA DOS SANTOS CARDOSO	720.952.969-15	ELENORE ENNS VIDAL	921.730.129-91
				ANA CECÍLIA SCHAWRZABACH GONÇALVES	066.376.189-18	MARIANA ARPINI	108.215.539-09
				ALBERTO DE ASSIS DUTRA	015.945.309-71	PRISCILLA PERLAS	116.900.77-26
				MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	ELIZABETE WATANABE	030.262.709-03
						ALINE MARIA TONIN LEONI	045.662.619-05
22.168.632-2	373/2025	PE Nº 004/2025	R. A. DOS SANTOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - ME.	SIMONE RODRIGUES DE CARVALHO	049.103.939-51	MARCOS PAULO COLLA	022.822.389-07
				GUILHERME PASSETI	046.027.629-80	SUELLEN FILLETTI MARTINS PENHA	048.459.829-51
				JUCIMARA DOS SANTOS CARDOSO	720.952.969-15	ELENORE ENNS VIDAL	921.730.129-91
				ANA CECÍLIA SCHAWRZABACH GONÇALVES	066.376.189-18	MARIANA ARPINI	108.215.539-09
				ALBERTO DE ASSIS DUTRA	015.945.309-71	PRISCILLA PERLAS	116.900.77-26
				MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	ELIZABETE WATANABE	030.262.709-03
						ALINE MARIA TONIN LEONI	045.662.619-05
22.168.632-2	374/2025	PE Nº 004/2025	RGN INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA	SIMONE RODRIGUES DE CARVALHO	049.103.939-51	MARCOS PAULO COLLA	022.822.389-07
				GUILHERME PASSETI	046.027.629-80	SUELLEN FILLETTI MARTINS PENHA	048.459.829-51
				JUCIMARA DOS SANTOS CARDOSO	720.952.969-15	ELENORE ENNS VIDAL	921.730.129-91
				ANA CECÍLIA SCHAWRZABACH GONÇALVES	066.376.189-18	MARIANA ARPINI	108.215.539-09
				ALBERTO DE ASSIS DUTRA	015.945.309-71	PRISCILLA PERLAS	116.900.77-26
				MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	ELIZABETE WATANABE	030.262.709-03
						ALINE MARIA TONIN LEONI	045.662.619-05
21.780.676-3	368/2025	PE Nº 21/2025	AALC PORTAS CORTA FOGO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	SÍLVIA DE CÁSSIA CABRAL	039.822.399-82	RONALDO PEREIRA MONTEIRO	004.660.219-41
				ANDRÉ LUIZ BALLIANA	022.138.889-30	SANDRA ALVES MEIRA DAS NEVES	070.211.049-36
23.535.310-5	366/2025	DL (PEQUENO VALOR) N° 59/2025	INNOVARE LABORATÓRIO LTDA	ANA PAULA BATTISTI	066.147.629-40	NATHIELLI VIEIRA	038.063.649-23
				THAINA APARECIDA DA SILVA	041.011.659-98	CARLA PATRÍCIA ALVES DE SOUZA	620.634.210-72
23.815.311-5	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 727/2024	IL N° 338/2024	MN TECNOLOGIA E TREINAMENTO LTDA	ALLAN D'ARNOULD DALCOL COSTA	093.528.969-04	TAÍSE PRISCILA HENCKEL	024.783.161-10
23.190.871-4	365/2025	PE Nº 13/2025	L'ACQUA LAVANDERIAS LTDA	JOSÉ HENRIQUE NEVES LAMBERT	187.194.598-40	TIAGO PAULA GUEDES	047.593.969-77
22.690.855-2	375/2025	PE Nº 22/2025	IMPORT SERVICE MATERIAL MÉDICO	RUOAMA NASCIMENTO CORRREA	071.780.319-80	MARIA RACHEL PEDRAZZOLI CALIXTO	043.246.709-27

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

			HOSPITALAR LTDA			WAGNER ELIAS PAIXÃO	021.238.599-23
						DYESSICA FRANCISCA DA SILVA	086.023.689-76
						RAFAEL KOLTUN	058.378.099-70
				ROSILAINE MOREAES LACHOSKI	044.083.109-13	GILSON DOS SANTOS	839.627.869-53
						ERIELLEN FRANCINE BINI	041.497.499-90
						LETÍCIA DE AQUINO FRIAS TONET	056.002.749-47
23.503.361-5	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 675/2024	PE Nº 011/2024	JAQUELINE DIAS COMÉRCIO DE REFEIÇÕES LTDA	FERNANDO JOSÉ GUINÉ	487.347.489-20	TIAGO PAULA GUEDES	047.593.969-77
22.082.247-8	SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 623/2023	PE Nº 048/2023	Q CARD CARTÃO - EIRELI	MARUAN YOUSSEF BAKRI	047.081.149-82	JONATHAS FABRICIO DA SILVA FÁVERO	048.999.479-25
				ANA PAULA BATTISTI	066.147.629-40	LUCIANO GIRALDI	928.469.639-91
				ADELITA SANCHES GARCIA	055.737.289-54	WELLINGTON JUNIOR DA SILVA SOUZA	071.116.569-62
				EMERSON MARCIO RODRIGUES	954.208.779-40	JOYCE GONÇALVES	021.322.019.94
				MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	GISELE FERREIRA	035.908.829-56
				FABIO RICARDO DOS SANTOS	462.573.309.04	SILVIA DE CASSIA CABRAL	039.822.399-82
				JUCIMARA DOS SANTOS CARDOSO	720.952.969-15	CARLOS DE FRANÇA SOUZA	030.660.239-31
				MARISTELA ZANELLA	423.999.550-72	IVONETE MARIA MAZON	403.914.859-20
				GUILHERME PASETTI	046.027.629-80	CARLOS HIGOR FIGUEIREDO VIEIRA	060.166.479-50
				VAGNER JOSE CORDEIRO	062.798.449-51	JULIA CRISTO BADE	076.544.549-29
				ANA CARLA RIBEIRO	117.142.499-05	ROGÉRIO DE OLIVEIRA RIBAS	008.642.659-13
				MARIA RAQUEL LEIGUE FERRER	785.848.689-68	EVERY BARBOSA LOBO	022.670.919-17
				HEMERSON SAQUETA BARBOSA	669.047.309-00	BRUNO KOWALSKI PEREIRA	079.216.579-90
				JAIRO FERNANDES DE QUEIROZ	664.493.164-20	ANDRÉ ZACCARON	047.892.689-85
				SOLANGE ROTHBARTH BARA	008.671.139-36	ROMMEL FREDERICO SPRENGE	044.946.089-47
23.685.264-4	QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 651/2022	PE Nº 079/2022	IBG INDUSTRIA BRASILEIRA DE GASES LTDA	FERNANDO JOSÉ GUINÉ	487.347.489-20	GILSON DOS SANTOS	839.627.869-53
				EVERSON FERNANDES DE OLIVEIRA	337.848.248-62	RICARDO MERICO	037.778.529-61
				STEPHANYE SCHNEIDER	049.465.449-09	DYESSICA FRANCISCA DA SILVA	086.023.689-76
23.890.490-0	QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 310/2021	PE Nº 064/2021	ELO MEDICAL COMERCIAL EIRELI	JUCIMARA DOS SANTOS CARDOSO	720.952.969-15	BIANCA DE CÁSSIA ROCHA DOS SANTOS	41.498.289.20

23.687.465-6	QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 327/2021	PE Nº 068/2021	IBG INDÚSTRIA BRASILEIRA DE GASES LTDA	ANA PAULA BATTISTI	066.147.629-40	DILSON JOSÉ DA SILVA	030.786.189-94
23.852.363-0	QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 318/2021	SRP Nº 269/2019	DRA SERVIÇOS GERAIS LTDA	JAIRO FERNANDES DE QUEIROZ	664.493.164-20	WELLINGTON JUNIOR DA SILVA	664.493.164-20
23.557.133-1	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 709/2024	PE Nº 012/2024	DEFENSIVE CONTROLE DE PRAGAS LTDA	RAFAELA KROPZAK SCHMOELLER HAMM	077.694.759-10	ANA PAULA DOS SANTOS SILVA	059.277.379-51
23.685.388-8	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°661/2023	PE Nº 154/2023	ELO MEDICAL COMERCIAL LTDA ME	EVERSON FERNANDES DE OLIVEIRA	337.848.248-62	RICARDO MERICO	037.778.529-61
23.556.837-3	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 758/2024,	PE Nº 011/2024	GENTE SEGURADORA S/A	MARUAN YOUSSEF BAKRI	047.081.149-82	JONATHAS FABRICIO DA SILVA FÁVERO	048.999.479-25
22.941.699-5	376/2025	PE Nº 036/2025	HEXAGON DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA	GUILHERME AUGUSTO MARIANO DE FARIAS	024.705.339-29	LUANA CRISTINA DE SOUZA	054.887.839-03
				MÁRCIA CRISTINA ALTVATER VILAS BOAS	565.244.639-00	LUKAS THADEU DE OLIVEIRA LIMA	090.186.669-55
23.081.922-0	369/2025	PE N° 28/2025	FARMÁCIA HOMEOPÁTICA NATURAL VIA LTDA	CARLA PATRICIA ALVES DE SOUZA	620.634.210-72	MARIA RAQUEL PEDRAZZOLI CALIXTO	043.246.709-27
				THAINA APARECIDA DA SILVA	041.011.659-98	TANIA MARIA PAZIN MARQUES SILVA	876.997.299-0
23.593.026-9	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 672/2023	PE N° 157/2023	RDX SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	FABIO RICARDO DOS SANTOS	462.573.309-04	RODRIGO DE PAULA LEANDRO	071.993.329-39
22.608.506-8	381/2025	PE Nº 015/2025	MUSTANG PLURON QUÍMICA LTDA	LUANA CRISTINA DE SOUZA	054.887.839-03	LÍVIA SILVA CARVALHO	072.456.089-03
				ADELITA SANCHES GARCIA	055.737.289-54	ALCIONE APARECIDA SLUGOVIESKI	050.476.439-05
24.004.217-7	353/2025	ADESÃO - ARP - Nº 14/2025 - PE 90003/2025	VIVA PRODUTOS HOSPITALARES E SIMILARES LTDA	RUOAMA NASCIMENTO CORREA	071.780.319-80	IVÃ ANTÔNIO DE OLIVEIRA	091.576.768- 60
				ROSILAINE MORAES LACHOSK	044.083.109-13	ANA CARLA DOS SANTOS	949.727.969-87
22.484.890-0	379/2025	PE N° 08/2025	SOUZA RIBAS CONTROLE DE PRAGAS LTDA	GUILHERME PASETTI	046.027.629-80	JOSÉ AUGUSTO CHEZANOSKI	037.038.729-50
						SOLANGE CRISTINA MOREIRA VIEIRA	807.627.359-53
22.484.890-0	380/2025	PE N° 08/2025	PROACTIV SANITIZACAO E CONTROLE DE PRAGAS LTDA	GUILHERME PASETTI	046.027.629-80	JOSÉ AUGUSTO CHEZANOSKI	037.038.729-50
						SOLANGE CRISTINA MOREIRA VIEIRA	807.627.359-53
23.778.138-4	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 036/2025	DISPENSA DE LICITAÇÃO DE PEQUENO VALOR Nº 004/2025	AMBSERV TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA	JUCIMARA DOS SANTOS CARDOSO	720.952.969-15	FABIANA CALONACI GALESKI	959.590.419-87

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

23.610.442-7	384/2025	ARP Nº 185/2023 - SESA	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	ANDRÉ LUIS BALLIANA	022.138.889-30	RAFAEL SANTOS RIGOTTI	061.072.549-19
23.864.810-6	SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 344/2021	PE N° 075/2021	SINNC - SOLUÇÕES LTDA	ANA PAULA BATTISTI	066.147.629-40	ADRIANE GUADAGNIN ROCHA LOPES	033.412.279-11
				SÍLVIA DE CÁSSIA CABRAL	039.822.399-82	CAROLINA PEREIRA MARTINS	056.029.789-09
				ADELITA SANCHES GARCIA	055.737.289-54	MIRIAM FERRAZ DA SILVA	037.972.469-35
				OSVALDO HENRIQUE PIGOZZO	003.941.799-94	PATRÍCIA APARECIDA DE ANDRADE SILVA	049.062.279-88
				MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	MARINEZ MATIAS DE OLIVEIRA	723.778.289-49
						SILVANA VERLINGUE	763.471.099-72
				SIMONE RODRIGUES DE CARVALHO	049.103.939-51	MARCOS PAULO COLLA	022.822.389-07
24.016.887-1	QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 468/2024	CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 005/2023	TFA CONSTRUTORA LTDA	HEMERSON SAQUETA BARBOSA	669.047.309-00	RICARDO MERICO	037.778.529-61
23.599.840-8	TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 697/2023	IL N° 292/2023	WORLDMED - EQUIPAMENTOS MÉDICOS EIRELI	SÍLVIA DE CÁSSIA CABRAL	039.822.399-82	RONALDO PEREIRA MONTEIRO	004.660.219-41
				GUILHERME PASSETI	046.027.629-80	CRISTIANE JASKIEVICZ	031.810.209-90
				ANA PAULA BATTISTI	066.147.629-40	CELIO ROBERTO BET	022.792.209-38
				ADELITA SANCHES GARCIA	055.737.289-54	SERGIO ALEXANDRE GHIDELLI	610.291.909-25
				FERNANDO JOSÉ GUINÉ	487.347.489-20	GILSON DOS SANTOS	839.627.869-53
22.894.551-0	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 1533/2022	ARP P.E. 1048/2021	APPA SERVIÇOS TEMPORÁRIOS E EFETIVOS LTDA	MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	AGENOR RODRIGUES	448.083.219-04
						GISELE FERREIRA	035.908.829-56
23.317.306-1	QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 297/2022	PE N° 031/2022	BIOMEGA MEDICINA DIAGNÓSTICA LTDA	ANTONIO DA SILVA FREITAS	307.621.629-53	ALINE MARIA TONIN LEONI	045.662.619-05
						ALINE APARECIDA OLIVEIRA MOREIRA	049.924.959-31
22.918.647-7	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 1429/2022	P. E. 183/2022	BORSATO GOMES E CIA LTDA (ECODET AMBIENTAL)	MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	SILVANA FERRI FECCHIO	550.967.861-53
						ALINE APARECIDA OLIVEIRA MOREIRA	049.924.959-31
23.371.416-0	QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 305/2022	P.E. 016/2022	CLÍNICA MÉDICA DO TRABALHO PROTEGE2 LTDA	MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	EDUARDO FRANCHI DA SILVA SANTOS	072.795.619-18
						SUSYANNE PEREIRA DA SILVA BARRANKIEVICZ	041.164.949-33
22.403.423-7	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 1041/2023	P.E. 089/2023	CMTV TECNOLOGIA LTDA	MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	MARIA CLAUDIA DO CARMO	007.976.439-82
						LUCIANA MOREIRA COGO COSTA	2372955985
23.083.274-9	TERCEIRO TERMO	P.E. 266/2021	DAGMAR BERNARDINO	MAURA APARECIDA	857.847.709-00	GISELE FERREIRA	035.908.829-56

	ADITIVO AO CONTRATO N° 052/2022		MOIZES MATALURGICA MM-ME	SILVEIRA		EDSON ALVES DA SILVA	631.892.599-68
22.719.958-0	SETIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 052/2022	P.E. 211/2021	ELENICE T. PRINCIVAL – LOCADORA DE EQUIPAMENTOS – ME	MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	MARIA CLAUDIA DO CARMO	007.976.439-82
						LUCIANA MOREIRA COGO COSTA	2372955985
23.238.030-6	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 304/2024	P.E. 353/2023	ENILDA DE OLIVEIRA BATISTA	MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	ELIZABETE WATANABE	030.262.709-03
						EDILAINE ROBERTO DA SILVA	050.925.949-93
23.323.035-9	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 563/2024	P.E 341/2023	EQUITY ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	MARIA CLAUDIA DO CARMO	007.976.439-82
						JULIANA VICENTE DE OLIVEIRA FRANCHI	2372955985
23.233.572-6	TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 135/2022	P.E. 227/2021	EUGÊNIO & MARQUES LTDA	MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	ROSELI APARECIDA PRESSER DA SILVA	745.158.619-72
						ELIZABETE WATANABE	030.262.709-03
21.317.038-4	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 117/2022	P.E. 001/2022	EWT BRASIL ELEVADORES LTDA	MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	GISELE FERREIRA	035.908.829-56
						EDSON ALVES DA SILVA	631.892.599-68
22.856.989-5	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 001/2024	P.E. 295/2023	EXTIN EXTINTORES LTDA - EPP	MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	GISELE FERREIRA	035.908.829-56
						EDSON ALVES DA SILVA	631.892.599-68
23.275.361-7	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 214/2024	P.E. 389/2023	FARMACIA DE MANIPULAÇÃO IDEAL FORMULAS LTDA - ME	MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	ALINE MARIA TONIN LEONI	045.662.619-05
						GUSTAVO GRANDIS	062.609.299-00
23.294.023-9	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 213/2024	P.E. 389/2023	FARMÁCIA IRMÃOS NOGUEIRA LTDA	MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	ALINE MARIA TONIN LEONI	045.662.619-05
						GUSTAVO GRANDIS	062.609.299-00
22.795.418-3	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 1591/2023	P.E. 303/2023	FREDERICO DINIZ FARIA ME	MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	EDILAINE ROBERTO DA SILVA	050.925.949-93
						AGNES MIKA HAYASHIDA	036.986.749-12
22.578.944-4	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 1231/2023	P.E. 263/2022	GESTPAR COMÉRCIO DE MÁQUINAS COPIADORAS E IMPRESSORAS LTDA	MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	MARIA CLAUDIA DO CARMO	007.976.439-82
						LUCIANA MOREIRA COGO COSTA	2372955985
22.202.180-4	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 620/2023	P.E. 167/2023	IBG INDÚSTRIA BRASILEIRA DE GASES LTDA	MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	GISELE FERREIRA	035.908.829-56
						EDSON ALVES DA SILVA	631.892.599-68
22.775.052-9	QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 2220-351/2020	P. E. 900/2020	L'ACQUA LAVANDERIAS LTDA	JULIANA VICENTE DE OLIVEIRA FRANCHI	057.167.099-74	SILVANA FERRI FECCHIO	550.967.861-53
						ALINE APARECIDA OLIVEIRA MOREIRA	049.924.959-31
20.476.749-1	349/2024	C.P. 003/2024	MATT - CONSTRUTORA DE OBRAS	MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	GISELE FERREIRA	035.908.829-56
						ANDREI JACOMINI MENESES	080.257.589-74
21.225.424-0	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 1511/2023	DL 173/2023	MEDPRO COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	ELIZABETE WATANABE	030.262.709-03
						ALINE MARIA TONIN LEONI	045.662.619-05
22.490.358-8	SEXTO TERMO ADITIVO AO	P.E. 107/2018	PONTUAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	SILVANA FERRI FECCHIO	550.967.861-53

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

	CONTRATO N° 2220-308/2020		LTDA			ALINE MARIA TONIN LEONI	045.662.619-05
23.322.180-5	TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 236/2022	IL 053/2022	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	ALINE MARIA TONIN LEONI	045.662.619-05
						ELIZABETE WATANABE	030.262.709-03
22.453.199-0	QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 072/2023	P. E. 291/2022	MP CENTRO DE DIAGNÓSTICO AVANÇADO LTDA	MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	ANTONIO DA SILVA FREITAS	307.621.629-53
						ALINE MARIA TONIN LEONI	045.662.619-05
23.269.937-0	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 225/2023	P.E. 298/2022	MRE3 SOLUÇÕES TÉCNICAS LTDA	MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	ELIZABETE WATANABE	030.262.709-03
						EDILAINE ROBERTO DA SILVA	050.925.949-93
22.961.330-8	TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 752/2021	P.E. 240/2021	PESENTI & PELAIS LTDA EPP	MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	ELIZABETE WATANABE	030.262.709-03
						EDILAINE ROBERTO DA SILVA	050.925.949-93
22.332.547-5	QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 849/2022	P.E. 088/2022	PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI	MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	MARIA CLAUDIA DO CARMO	007.976.439-82
						LUCIANA MOREIRA COGO COSTA	2372955985
22.758.833-0	TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 2220-273/2021	P.E. 1304/2021	PROTEC COMÉRCIO E AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA	MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	GISELE FERREIRA	035.908.829-56
						EDSON ALVES DA SILVA	631.892.599-68
22.964.925-6	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 045/2024	P.E. 304/2023	PRIME CONSULTORIA EASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	GISELE FERREIRA	035.908.829-56
						AGENOR RODRIGUES	448.083.219-04
22.082.247-8	SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 623/2023	P.E. 48/2023	Q CARD CARTÃO LTDA	MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	GISELE FERREIRA	035.908.829-56
						AGENOR RODRIGUES	448.083.219-04
22.938.493-7	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 120/2024	P.E. 257/2023	SAMIR CAVALCANTE AUR	MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	SILVANA FERRI FECCHIO	550.967.861-53
						LUISA DE ALBUQUERQUE PHILIPPSEN	076.864.429-18
22.615.840-5	QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 2220-401/2020	P.E. 259/2022	SAMTRONIC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	ELIZABETE WATANABE	030.262.709-03
						ALINE MARIA TONIN LEONI	045.662.619-05
23.193.557-6	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 106/2023	D. L. 026/2023	SAPRA LANDAUER SERVIÇO DE PROTEÇÃO RADIOLOGICA LTDA	MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	EDUARDO FRANCHI DA SILVA SANTOS	072.795.619-18
						ROSELI APARECIDA PRESSER DA SILVA	745.158.619-72
22.857.035-4	QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 23/2022	P.E 260/2021	STERILAB ESTERILIZAÇÃO DE MATERIAL MEDICO EIRELI EPP	MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	AGNES MIKA HAYASHIDA	036.986.749-12
						EDILAINE ROBERTO DA SILVA	050.925.949-93
22.857.035-4	TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 153/2022	IL 11/2022	WORLDMED - EQUIPAMENTOS MÉDICOS EIRELI	MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	ELIZABETE WATANABE	030.262.709-03
						ALINE MARIA TONIN LEONI	045.662.619-05
24.288.507-4	203/2025	CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 003/2024	ABR SERVICE LTDA	ALESSANDRO RODRIGUES PERONDI	040.460.409-98	ADRIANO MALUCELLI	026.457.039-17
				ANA PAULA BATTISTI	066.147.629-40	GILSON DOS SANTOS	839.627.869-53

21.673.560-9	1138/2024	PE Nº 001/2024	CONSTRUTORA SUDOESTE LTDA	ALESSANDRO RODRIGUES PERONDI	040.460.409-98	GILSON DOS SANTOS	839.627.869-53
				ANA PAULA BATTISTI	066.147.629-40	ADRIANO MALUCELLI	026.457.039-17
22.528.711-2	354/2025	PE N° 100/2024	BRIMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA	ANA PAULA BATTISTI	066.147.629-40	TANIA MARIA PAZIN MARQUES SILVA	876.997.299-90
22.528.711-2	355/2025	PE N° 100/2024	ALTERNATIVA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	ANA PAULA BATTISTI	066.147.629-40	TANIA MARIA PAZIN MARQUES SILVA	876.997.299-90
23.081.922-0	369/2025	PE N° 28/2025	FARMÁCIA HOMEOPÁTICA NATURAL VIA LTDA	CARLA PATRICIA ALVES DE SOUZA	620.634.210-72	MARIA RAQUEL PEDRAZZOLI CALIXTO	043.246.709-27
				THAINA APARECIDA DA SILVA	041.011.659-98	TANIA MARIA PAZIN MARQUES SILVA	876.997.299-0
23.873.536-0	319/2025	ATA - PREG-E N° 37/2024	E DA C PEREIRA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	RUOAMA NASCIMENTO CORREA	071.780.319-80	IVÃ ANTÔNIO DE OLIVEIRA	091.576.768-60
23.873.536-0	320/2025	ATA - PREG-E N° 37/2024	ISANETE APARECIDA PACHECO COMERCIO VAREJISTA DE COSMETICOS E PAPELARIA	RUOAMA NASCIMENTO CORREA	071.780.319-80	IVÃ ANTÔNIO DE OLIVEIRA	091.576.768-60
23.873.536-0	321/2025	ATA - PREG-E N° 37/2024	FRANCIELLY TAYNARA SILVA CAMPOS	RUOAMA NASCIMENTO CORREA	071.780.319-80	IVÃ ANTÔNIO DE OLIVEIRA	091.576.768-60

93662/2025

Secretaria da Segurança Pública

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI N° 6174,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :

PORTARIA N. 1167 DE 11/07/2025

ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
MARCELO MENEZES VIEIRA				90	24/06/2014	23/06/2019	14/07/2025	11/10/2025
42514071	53	NAUNICA	242554710					

93242/2025

RESOLUÇÃO N° 382/2025

Designa a Comissão Permanente de Procedimentos Patrimoniais de Inventário, Inservibilidade e/ou Desnecessidade dos Bens Mobiliários da Décima Segunda Companhia Independente de Polícia Militar.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe conferem o art. 90 da Constituição Estadual, o art. 4º da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, em observância ao inciso II, do art. 2º, do Decreto Estadual nº 4.336, de 25 de fevereiro de 2009, ao Parecer Referencial nº 011/23-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 140, de 26 de julho de 2023, e conforme o contido no e-protocolo nº 23.981.299-6.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os militares estaduais abaixo relacionados, para compor a Comissão Permanente de Inventário e de Avaliação de Inservibilidade e/ou Desnecessidade de Bens Móveis da Décima Segunda Companhia Independente de Polícia Militar (12ª CIPM):

Função	Nome	CPF
Presidente	Maj. QOEM PM Flavio Rizzi	XXX.325.899-XX
Presidente	2º Ten. QOEM PM Rafael Sabino Souza de Oliveira	XXX.689.819.-XX
	Asp. PM Estevam Thomaz Fullan Fadel	XXX.160.029-XX
Suplentes	Sub. Ten. QP PM Idenei Borges da Silva	XXX.505.109-XX
	Sub. Ten. QP PM Gerson Guerios	XXX.381.249-XX
	3º Sgt. QP PM Cleverson Ferri	XXX.475.089-XX

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba-Paraná, 11 de julho de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

93237/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

EDITAL Nº 02/2025
EDITAL DO PROCESSO SELETIVO INTERNO PARA CADASTRO RESERVA AO CURSO DE CAPACITAÇÃO DE NEGOCIAÇÃO EM CRISES (CNC)

O DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL DO PARANÁ – DEPPEN/PR por meio da ESCOLA DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PENITENCIÁRIO – ESPEN, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Nota Técnica nº 03/2025 – DOS, torna público as normas gerais do Processo Seletivo Interno para cadastro reserva para futuras vagas em Cursos de Capacitação de Negociação em crises (CNC).

DO OBJETO

1.1 O presente Edital tem por objeto a formação de cadastro reserva de Policiais Penais do Estado do Paraná para participação em Cursos de Capacitação de Negociação em Crises (CNC), tanto aqueles ofertados pela própria ESPEN quanto por outras instituições de ensino, visando o aprimoramento das capacidades de gerenciamento e controle de situações de crise no ambiente prisional, em conformidade com a Lei Complementar nº 245/2022.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
2.1 A seleção será elaborada e conduzida por Comissão Interna de Avaliação, a ser nomeada por Ordem de Serviço assinada pela Diretoria de Ensino.

2.2 Os procedimentos relativos ao presente Edital obedecerão ao cronograma abaixo:

Tabela 1. Cronograma[1]

ETAPA	DESCRIÇÃO ETAPAS	PRAZOS
1	Publicação do Edital	14/07/2025
2	Prazo das inscrições e envio de documentos	14/07 a 25/07/2025
3	Divulgação de horário e locais de realização do Teste de Aptidão Física (T.A.F.)	25/07/2025
4	Teste de Aptidão Física (T.A.F.) e resultado da análise do SARME e Corregedoria-Geral	30/07/2025
5	Prazo para realização das entrevistas	01/08 a 04/08/2025
6	Resultado Provisório	06/08/2025
7	Recursos	07 e 08/08/2025
8	Resultado Final	15/08/2025

3. DAS VAGAS
3.1 As vagas serão destinadas exclusivamente a Policiais Penais do Estado do Paraná, conforme a demanda e a disponibilidade de vagas oferecidas pela ESPEN ou por outras instituições parceiras.

3.2 A formação de cadastro de reserva visa agilizar o processo de indicação de servidores aptos a participar do curso, garantindo a representatividade da Polícia Penal em capacitações futuras.

4. DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO
4.1 Poderão participar do processo seletivo os Policiais Penais que atenderem aos seguintes requisitos:

a) Possuir, no mínimo, 10 (dez) anos de efetivo exercício na atividade policial, incluído o período de estágio probatório e exercício na função de agente penitenciário (extinta);

b) Apresentar declaração de avaliação funcional e de ciência da inscrição do candidato no presente certame emitida pela chefia imediata (modelo disponível na plataforma da ESPEN);

c) Apresentar declaração de interesse para transferência para outra Regional diversa de sua lotação, caso venha a integrar futura equipe de negociação (modelo disponível na plataforma da ESPEN);

d) Apresentar Atestado Médico de Aptidão de Saúde para a prática de atividades de alta intensidade, com data de expedição não superior a 30 (trinta) dias contados da data-limite para o encerramento das inscrições.

e) Possuir, no mínimo, 40 (quarenta) horas-aula de cursos relacionados a uma ou mais das seguintes áreas: Gerenciamento de Crises, Primeiro Interventor em Crise ou Negociação Policial;

f) Não estar cumprindo sanção disciplinar de caráter preventivo ou definitiva, nem possuir condenação administrativa disciplinar transitada em julgado que evidencie conduta incompatível com a ética e a preservação da vida;

g) Não estar afastado por férias, licenças (maternidade, especial, capacitação ou médica com afastamento integral), salvo se tal afastamento for cessado, suspenso ou interrompido antes do prazo final de inscrição e/ou do inicio do curso;

4.2 Serão homologadas apenas as inscrições que atenderem integralmente aos critérios estabelecidos no item 4.1, 7.4 e 7.5, conforme análise da Comissão de Avaliação, ouvidos a Divisão de Operações de Segurança (DOS), Diretoria de Segurança (DIRSP) e da Direção de Ensino.

5. DAS ETAPAS DA SELEÇÃO

5.1 O processo seletivo será constituído pelas seguintes etapas, de caráter classificatório e eliminatório:

a) Análise documental dos itens previstos no Anexo I;

b) Avaliação administrativa e disciplinar, realizada pela Corregedoria-Geral, nos termos do item 7.4;

c) Análise de vigência da cautela de armamento e do porte de arma funcional junto ao Setor de Armas, Munições e Explosivos – SARME, nos termos do item 7.5;

[1] O cronograma poderá sofrer alterações de acordo com a necessidade da Administração Pública.

d) Teste de Aptidão Física (TAF);

e) Avaliação do Instrumento de Avaliação de Títulos e Entrevista;

5.2 O não comparecimento do candidato nas etapas dispostas nas alíneas d) e/ou e) do item 5.1 implicará em sua desclassificação.

5.3 A responsabilidade pelo envio da documentação, custeio de qualquer natureza, e demais providências necessárias à habilitação é exclusivamente do candidato.

6. DA INSCRIÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

6.1 As inscrições serão realizadas no prazo disposto na Tabela 1 – Cronograma, exclusivamente por meio da Plataforma Espen On-line, disponível em: www.neapd.depen.pr.gov.br.

6.2 Após o envio da inscrição, não será permitida a alteração de dados.

6.3 As informações prestadas no ato da inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato. A ESPEN poderá excluir do processo o candidato que preencher incorretamente os dados ou deixar de apresentar qualquer documento exigido no Anexo I.

6.4 A análise das inscrições e documentos será feita pela Comissão Interna de Avaliação, e homologadas nos termos do item 4.2, logo após o encerramento do prazo disposto na Etapa 2 da Tabela 1- Cronograma.

6.5 As decisões relativas ao deferimento ou indeferimento das inscrições, assim como a classificação preliminar dos candidatos, serão divulgadas mediante publicação do Edital de Resultado Provisório no Diário Oficial do Estado – DIOE e no site www.neapd.depen.pr.gov.br, observando-se o prazo estabelecido na Etapa 6 da Tabela 1 – Cronograma, assegurando ampla divulgação e conhecimento público.

7. DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

7.1 A análise dos documentos será conduzida pela Comissão Interna de Avaliação, sendo que os documentos anexados na inscrição serão devidamente pontuados.

7.2 Esta etapa consistirá na conferência da documentação pessoal indicada no Anexo I.

7.3 Encerrado o período de inscrições, a Direção de Ensino, em conjunto com a Comissão de Avaliação, encaminhará à Corregedoria-Geral do DEPPEN a relação dos candidatos inscritos, para fins de análise da existência de registros disciplinares mencionados na alínea "f" do item 4.1 e item 13.3.

7.4 Paralelamente, será encaminhada ao Setor de Armas, Munições e Explosivos – SARME a mesma relação nominal, para fins de verificação da regularidade e vigência da cautela de armamento e do porte funcional de arma de fogo.

7.5 A constatação de qualquer irregularidade na documentação apresentada, nos certificados exigidos ou nas informações emitidas pela Corregedoria-Geral ou pelo SARME, ensejará na desclassificação do candidato.

8. DO TESTE DE APTIDÃO FÍSICA (T.A.F.)

8.1. O Teste de Aptidão Física (T.A.F.), de natureza classificatória e eliminatória, consistirá na realização dos seguintes exercícios físicos: shuttle run, tração na barra fixa ou isometria (ou apoio de braços sobre o solo, para candidatos a partir de 36 anos de idade) e corrida de 12 (doze) minutos.

a) **Shuttle run** (corrida de ir e vir):

- **Objetivo:** avaliação da agilidade neuro-motora e de velocidade.
- **Material:** dois tacos de madeira e um cronômetro e espaço livre de obstáculos.
- **Procedimento:** O candidato (a) coloca-se atrás do local da largada, com o pé o mais próximo possível da linha de saída. Ao comando de voz do avaliador, o candidato inicia o teste com o acionamento concomitante do cronômetro. O candidato, em ação simultânea, corre à máxima velocidade até os tacos colocados após a linha demarcatória, pega um deles e retorna ao ponto de onde partiu, depositando esse taco atrás da linha de partida. Em seguida, sem interromper a corrida, vai buscar o segundo taco, procedendo da mesma forma. O cronômetro é parado quando o candidato deposita o último taco no solo e ultrapassa com, pelo menos, um dos pés a linha final. Ao pegar ou deixar os tacos, o candidato terá que cumprir uma regra básica do teste, ou seja, transpor pelo menos um dos pés as linhas que limitam o espaço demarcado. O taco não deve ser jogado, mas sim, depositado ao solo, não podendo ficar sobre as linhas demarcatórias. As linhas deverão estar equidistantes 9,14 m (nove metros e quatorze centímetros).
- **Número de Tentativas e Pontuação:** o candidato terá duas tentativas para realizar o exercício, sendo considerado válido o seu melhor tempo, conforme as tabelas do Anexo III.

b) **Tração na barra fixa**

- **Objetivo:** medir a força muscular de membros superiores.
- **Procedimento:** partindo da posição inicial (pegada) na barra, posição pronação, braços estendidos, pés fora do solo, flexionar os braços, ultrapassando o queixo da parte superior da barra, e voltar à posição inicial, ficando com os braços completamente estendidos. É proibido o contato das pernas ou do corpo com qualquer objeto ou auxílios. Para a contagem serão válidas as trações corretamente executadas, encerrando-se o exercício assim que o candidato largar a barra. Serão computadas as trações realizadas em que o queixo ultrapasse a altura da barra em ângulo reto e não tenha havido impulso com as pernas, corpo ou qualquer outro auxílio. Não será computada a primeira tração, caso o candidato a realize com o aproveitamento do impulso feito durante o salto para a empunhadura de tomada à barra. O avaliado, para tomar a posição inicial do exercício, poderá sair do solo ou utilizar-se de apoio.
- **Número de tentativas:** 01 (uma) tentativa.
- **Número de repetições e pontuação:** conforme as tabelas do Anexo III.

c) **Isometria na barra fixa**

- **Objetivo:** medir a força muscular de membros superiores.
- **Procedimento:** Partindo da posição inicial (pegada) na barra, posição pronação, braços flexionados, queixo em ângulo reto com o pescoço acima da parte superior da barra e manter-se suspenso, ficando com o queixo acima do nível da barra, pés fora do solo, o maior tempo possível. O cronômetro é acionado no momento que o queixo do avaliado estiver acima do nível da barra e seus pés estiverem suspensos. O cronômetro será desacionado, quando o avaliado deixar o queixo abaixar do nível da barra. Será anotado o tempo que o avaliado conseguiu manter-se acima do nível da barra. Não é permitido apoiar o queixo sobre a barra. O avaliado, para tomar a posição inicial do exercício, poderá sair do solo ou utilizar- se de apoio.
- **Número de tentativas:** 01 (uma) tentativa.
- **Número de repetições e pontuação:** conforme as tabelas do Anexo III.

d) **Apoio de braços sobre o solo**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

- **Objetivo:** medir a força muscular de membros superiores.
- **Procedimento:** Adotar a posição inicial, com os braços estendidos e preferencialmente alinhados com os ombros, mãos espalmadas apoiadas sobre o solo, pernas unidas e estendidas, pontas dos pés tocando o solo. Ao comando do avaliador, quando será acionado o cronômetro, o avaliado iniciará o teste flexionando os cotovelos, levará o tórax à distância de 10 (dez) centímetros do chão, tocando com a parte central do peito em uma base de espuma para caracterizar ao avaliador e ao avaliado a altura correta de execução, e em seguida estenderá novamente os braços completando assim uma execução. Durante o teste não poderá haver contato de outra parte do corpo com o solo, exceto a ponta dos pés e as palmas das mãos. O corpo deverá permanecer ereto durante todo o teste, e se houver qualquer contato de outra parte do corpo com o solo, ou ocorrer elevação ou abaixamento de quadris durante a execução do movimento, aquela repetição não será contada. O avaliado poderá fazer pausas durante a execução no tempo de 1 min. (um minuto) somente com os braços estendidos e com o corpo ereto; se ocorrer pausa para descanso com o corpo tocando o solo, além de palmas das mãos e pontas dos pés, o teste será encerrado. A maior ou menor proximidade entre os cotovelos e o tronco durante a fase de flexão de cotovelos fica a critério do avaliado.
- **Número de tentativas:** 01 (uma) tentativa.
- **Tempo de Execução e pontuação:** conforme as tabelas do Anexo III
- **Procedimento para mulheres:** Poderá optar por realizar o teste usando o mesmo procedimento para homens ou adotar a posição inicial, com os braços estendidos e preferencialmente alinhados com os ombros, mãos espalmadas apoiadas sobre o solo, pernas unidas e estendidas, pontas dos pés e joelhos tocando o solo, posição da coxa formando ângulo aproximado de 120 (cento e vinte) graus em relação ao tronco. Ao comando do avaliador, quando será acionado o cronômetro, a avaliada iniciará o teste flexionando os cotovelos, levará o tórax à distância de 10 (dez) centímetros do chão, tocando com a parte central do peito em uma base de espuma para caracterizar ao avaliador e à avaliada a altura correta de execução e, em seguida, estenderá novamente os braços completando assim uma execução. Durante o teste não poderá haver contato de outra parte do corpo com o solo, exceto a ponta dos pés, joelhos e as palmas das mãos. Os 6 (seis) apoios do corpo sobre o solo devem ocorrer durante toda execução e o ângulo coxa/tronco deve permanecer em aproximadamente 120 (cento e vinte) graus. Se durante o teste
houver qualquer contato de outra parte do corpo com o solo, além de palmas das mãos, joelhos e pontas dos pés, ou o ângulo entre coxa e tronco ficar diferente do recomendado, ou ainda os pés perderem o contato com o solo, aquela repetição não será contada. A avaliada poderá fazer pausas durante a execução somente com os braços estendidos e o corpo na posição inicial do teste; se ocorrer pausa para descanso com o corpo tocando o solo, o teste será encerrado. A maior ou menor proximidade entre os cotovelos e o tronco durante a fase de flexão de cotovelos fica a critério da avaliada.
- **Número de tentativas:** 1 (uma) tentativa.
- **Tempo de Execução e pontuação:** conforme as tabelas do Anexo III.

e) Corrida de 12 (doze) minutos

- **Objetivo:** Verificar a capacidade aeróbica do indivíduo.
- **Procedimento:** o candidato deverá percorrer a maior distância possível em 12 minutos, sendo permitido andar durante o percurso. Não é permitido que o candidato pare durante a execução da prova. Ao final do teste serão computados os metros percorridos pelo avaliado.
- **Número de tentativas:** 01 (uma) tentativa.
- **Tempo de Execução e pontuação:** 12 (doze) minutos, conforme as tabelas do Anexo III.

8.2. Em relação aos exercícios descritos nas alíneas “b”, “c” e “d” do item 9.1., o candidato poderá optar entre o teste de tração ou de isometria na barra fixa, e se o candidato tiver mais de 36 anos, poderá optar entre o teste de tração ou de isometria na barra fixa ou de apoio de braços sobre o solo, porém, após iniciado o teste não poderá mudar de opção.

8.3. O Teste de Aptidão Física (T.A.F.) será realizado de forma simultânea nas Regionais de Curitiba, Londrina e Cascavel na data disposta na Etapa 5 da Tabela 1 – Cronograma.

8.4 As informações relativas aos locais e horários de aplicação do T.A.F. serão formalmente publicadas no Diário Oficial do Estado e disponibilizadas no endereço eletrônico institucional www.neapd.depen.pr.gov.br, na data fixada no Evento 3 da Tabela 1 – Cronograma, para fins de ampla divulgação e ciência dos interessados.

9. DA ANÁLISE DO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE TÍTULOS E ENTREVISTA

9.1 A análise de títulos será realizada com base nos certificados dos cursos exigidos dispostos no Anexo II, apresentados no momento da inscrição.

9.2 A classificação, nesta etapa, será definida pela maior soma de pontos atribuídos.

9.3 A entrevista será realizada pela Comissão de Avaliação, por meio de webconferência, com link de acesso enviado por e-mail ao candidato.

9.4 A classificação, nesta etapa, será definida pela maior soma de pontos atribuídos.

10. DO RECURSO

10.1 O resultado provisório será publicado em Diário Oficial e divulgado no endereço www.neapd.depen.pr.gov.br, para amplo conhecimento, nos ermos do Evento 6 da Tabela 1 – Cronograma.

10.2 O candidato poderá interpor recurso à Comissão Interna de Avaliação, em face do resultado provisório disposto no item anterior, através do endereço eletrônico espen@policiapenal.pr.gov.br, no prazo estabelecido na Etapa 5 da Tabela 1 do Cronograma do presente Edital.

10.3 Os recursos apresentados fora do prazo estipulado serão automaticamente descartados e, consequentemente, não apreciados pela Comissão Interna de Avaliação.

11. DO RESULTADO FINAL

11.1 A nota final do candidato será composta pela soma das pontuações obtidas nas três etapas do certame, a saber: avaliação de títulos, entrevista e Teste de Aptidão Física (T.A.F.), todas de natureza classificatória e eliminatória, nos termos da fórmula abaixo:

NF= (Avaliação de Títulos) + (Entrevista) + (T.A.F.)

11.2 A pontuação máxima possível será de 400 (quatrocentos) pontos, distribuídos da seguinte forma:

Até 60 (sessenta) pontos, referentes à Avaliação de Títulos;

Até 40 (quarenta) pontos, referentes à Entrevista;

Até 300 (trezentos) pontos, referentes ao Teste de Aptidão Física (T.A.F.).

11.3 Será eliminado do certame o candidato que incorrer em qualquer das seguintes hipóteses:

Obtiver pontuação inferior a 30 (trinta) pontos na Avaliação de Títulos;

Obtiver pontuação inferior a 20 (vinte) pontos na Entrevista;

Obtiver pontuação inferior a 150 (cento e cinquenta) pontos no somatório da pontuação da respectiva faixa etária no Teste de Aptidão Física (T.A.F.);

Obtiver pontuação inferior a 50 (cinquenta) pontos em qualquer dos exercícios que compõem o Teste de Aptidão Física (T.A.F.).

11.4 Em caso de empate serão aplicados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

Maior carga horária em cursos exclusivos de Negociação Policial;

Maior carga horária em cursos de Gerenciamento de Crises ou de Primeiro Interventor em Crise;

Maior tempo de exercício no cargo.

11.5 Após análise dos recursos, o resultado será publicado em Diário Oficial e divulgado no endereço www.neapd.depen.pr.gov.br, para amplo conhecimento, nos termos do Evento 8 da Tabela 1 – Cronograma.

12. DO CHAMAMENTO

12.1 O chamamento dos candidatos obedecerá a classificação final, conforme a demanda de cursos, respeitando os critérios de oportunidade e conveniência da Administração Pública e a disponibilidade orçamentária.

12.2. O candidato convocado estará sujeito integralmente às normas previstas no edital do curso de origem, publicado pela instituição responsável pela capacitação.

12.3 O Atestado de Saúde referido na alínea “d” do item 4.1 terá validade de 06 (seis) meses, a contar da data de sua emissão.

Em caso de convocação para o curso, o candidato deverá, quando exigido, apresentar atestado médico conforme o disposto no item 12.2 deste Edital.

12.4 A recusa do chamamento deverá ser formalizada e enviada à Divisão Pedagógica da ESPEN com, no mínimo, 15 (quinze) dias úteis de antecedência da data prevista para o início do curso, através do email espen@policiapenal.pr.gov.br

13. DO DESLIGAMENTO

13.1 Será aplicada a sanção de desligamento do Banco de Cadastro Reserva para futuras vagas em Cursos de Capacitação de Negociação em crises (CNC) da ESPEN, garantido o contraditório e a ampla defesa, àquele que incorrer nas seguintes situações:

Não comparecer ou apresentar atrasos recorrentes nos cursos para os quais for convocado, sem justificativa;

Apresentação de documentos que contenham informações inverídicas na vigência do respectivo processo seletivo;

Descumprimento ou violação, no todo ou em parte, das normas contidas neste Edital;

13.2 O candidato poderá solicitar voluntariamente o desligamento do Banco de Cadastro Reserva para futuras vagas em Cursos de Capacitação de Negociação em crises (CNC) da ESPEN, através de requerimento próprio enviado através do e-mail expresso espen@policiapenal.pr.gov.br.

13.3 O candidato que, durante o período de vigência do presente Edital, estiver em cumprimento de suspensão preventiva (Art. 304 – Lei Estadual 6.174/1970) e/ou pena disciplinar estipulada em decisão administrativa transitada em julgado, será desligado do Banco de Cadastro Reserva para futuras vagas em Cursos de Capacitação de Negociação em crises (CNC) da ESPEN enquanto os efeitos da medida acautelatória e/ou condenação estiverem em vigência.

Após cessada a medida acautelatória e/ou cumprida integralmente a sanção disciplinar, e respeitada a vigência do presente Edital, poderá o candidato requerer à Direção de Ensino via “e-protocolo” sua reintegração ao Banco de Cadastro Reserva para futuras vagas em Cursos de Capacitação de Negociação em crises (CNC) da ESPEN.

A análise do requerimento se dará em até 10 (dez) dias úteis, ouvida a Diretoria de Segurança da Polícia Penal (DIRSP), Divisão de Operações de Segurança (DOS) e Direção de Ensino.

14. VIGÊNCIA DO EDITAL

14.1 A validade do presente Edital, bem como do cadastro efetivado pelos candidatos aprovados, será de 1 (um) ano, a partir da data de publicação do resultado, podendo ser prorrogada automaticamente por igual período;

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

15.2 Os casos omissos serão dirimidos pela Direção de Ensino, em conjunto com a Divisão de Operações de Segurança (DOS) e Diretoria de Segurança do DEPPEN (DIRSP).

15.3 Eventuais dúvidas sobre este processo poderão ser encaminhadas para o email espen@policiapenal.pr.gov.br.

15.4 Todos os Editais originados neste processo serão publicados em Diário Oficial do Estado e ficarão disponíveis no endereço eletrônico www.neapd.depen.pr.gov.br, durante o período de vigência.

15.5 O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de julho de 2025.

Josiane Scremin
Diretoria de Ensino

ANEXO I

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Documentação para inscrição

Documentos Inscrição	
ITEM	**OBSERVAÇÃO**
Dossiê Funcional atualizado (últimos 30 dias)	Documentos digitalizados em arquivo único no formato PDF
Cópia do RG, frente e verso, constando o CPF, ou incluir cópia do CPF	
Cópia da Identidade Funcional, frente e verso	
Certificados de Conhecimento específico (deve conter a grade do curso)	
Declaração (Chefia Imediata) de avaliação funcional e ciência da inscrição do candidato no presente certame	
Declaração de interesse em ser transferido para outra regional diversa de sua lotação atual	
Atestado Médico de Aptidão de Saúde para a prática de atividades de alta intensidade, com data de expedição não superior a 30 (trinta) dias contados da data-limite para o encerramento das inscrições	

Anexo II

Critérios de Pontuação – Avaliação de Titulação e Entrevista

Critério	Especificação	Valor Máximo de Pontos
Carga Horária em Cursos de Negociação Policial (exclusivos de Negociação Policial)	De 40 a 60 horas – 20 pontos	30
	Acima de 60 horas – 30 pontos	
Carga Horária em Cursos de Gerenciamento de Crises ou Primeiro Interventor em Crise	De 40 a 80 horas – 5 pontos	15
	De 81 a 100 horas – 10 pontos	
	Acima de 100 horas – 15 pontos	
Tempo de serviço	2 pontos a cada 03 anos	15
Entrevista	Comportamento em Eventos Reais de Crise	15
	Possuir excelente capacidade de comunicação verbal	10
	Apresentar perfil emocionalmente equilibrado, com alto controle sob pressão	7,5
	Possuir Habilidades de escuta ativa, empatia e raciocínio lógico	7,5

Anexo III

INDICES DO TESTE DE APTIDÃO FÍSICA (T.A.F.)

Apêndice 01 – Índices Femininos

TESTES					PONTOS POR FAIXAS ETÁRIAS								
Shuttle Run (segundos)	**Tração na Barra Fixa (repetições)**	**Apoio de Braços sobre o solo (repetições)**	**Isometria na Barra Fixa (segundos)**	**Corrida 12 min (metros)**	**Até 20**	**21 a 25**	**26 a 30**	**31 a 35**	**36 a 40**	**41 a 44**	**45 a 48**	**49 a 51**	**≥ 52**
Até 15,4		9	Até 1,0	1.300				1	3	5	7	10	20
Até 15,2		11	1,1 a 1,9	1.350			1	3	5	7	10	20	30
Até 15,0		13	2,0 a 2,9	1.400			3	5	7	9	20	30	40
Até 14,8		15	3,0 a 3,9	1.450			5	7	9	15	30	40	45
Até 14,6		17	4,0 a 4,9	1.500		1	7	9	10	20	40	45	**50**
Até 14,4		19	5,0 a 5,9	1.550		3	9	10	15	30	45	**50**	55
Até 14,2		20	6,0 a 6,9	1.600		5	10	15	20	40	**50**	55	60
Até 14,0		21	7,0 a 7,9	1.650	1	7	15	20	30	45	55	60	65

Até 13,8	1	22	8,0 a 8,9	1.700	3	9	20	25	40	**50**	60	65	70
Até 13,6		23	9,0 a 9,9	1.750	5	10	25	30	45	55	65	70	75
Até 13,4	2	24	10,0 a 10,9	1.800	7	15	30	40	**50**	60	70	75	80
Até 13,2		25	11,0 a 11,9	1.850	9	20	35	45	55	65	75	80	85
Até 13,0	3	26	12,0 a 12,9	1.900	10	25	40	**50**	60	70	80	85	90
Até 12,8		27	13,0 a 13,9	1.950	15	30	45	55	65	75	85	90	95
Até 12,6		28	14,0 a 14,9	2.000	20	35	**50**	60	70	80	90	95	100
Até 12,4	4	29	15,0 a 15,9	2.050	25	40	55	65	75	85	95	100	
Até 12,2		30	16,0 a 16,9	2.100	30	45	60	70	80	90	100		
Até 12,0		31	17,0 a 17,9	2.150	35	**50**	65	75	85	95			
Até 11,8	5	32	18,0 a 18,9	2.200	40	55	70	80	90	100			
Até 11,6		33	19,0 a 19,9	2.250	45	60	75	85	95				
Até 11,4	6	34	20,0 a 20,9	2.300	**50**	65	80	90	100				
Até 11,2			21,0 a 21,9	2.350	55	70	85	95					
Até 11,0	7		22,0 a 22,9	2.400	60	75	90	100					
Até 10,8			23,0 a 23,9	2.450	65	80	95						
Até 10,6	8		24,0 a 24,9	2.500	70	85	100						
Até 10,4			25,0 a 25,9	2.550	75	90							
Até 10,2	9		26,0 a 26,9	2.600	80	95							
Até 10,1			27,0 a 27,9	2.650	85	100							
Até 10,0	10		28,0 a 29,9	2.700	90								
Até 9,9			30,0 a 30,9	2.750	95								
Até 9,8	11		≥ 31,00	2.800	100								

Critério para Aptidão / Inaptidão no THE

- Em cada um dos testes, o avaliado será classificado como APTA ou INAPTA;
  Será considerado INAPTA:
- A avaliada que não atingir o índice mínimo de 150 pontos de acordo com a sua faixa etária;
- A avaliada que não atingir o índice mínimo de 50 pontos de aproveitamento em qualquer um dos testes.

Anexo III

INDICES DO TESTE DE APTIDÃO FÍSICA (T.A.F.)

Apêndice 02 – Índices Masculinos

TESTES					**PONTOS POR FAIXAS ETÁRIAS**								
Shuttle Run (segundos)	**Tração na Barra Fixa (repetições)**	**Apoio de Braços sobre o solo (repetições)**	**Isometria na Barra Fixa (segundos)**	**Corrida 12 min (metros)**	**Até 20**	**21 a 25**	**26 a 30**	**31 a 35**	**36 a 40**	**41 a 44**	**45 a 48**	**49 a 51**	**≥ 52**
Até	14,4		10	Até 1,0						1	3	7	10
Até	14,3		12	1,1 a 1,9						2	5	8	15
Até	14,2		13	2,0 a 2,9					1	3	7	10	20
Até	14,1		14	3,0 a 3,9					2	4	8	15	25
Até	14		15	4,0 a 4,9				1	3	5	9	20	30
Até	13,8		16	5,0 a 6,9				2	4	6	10	25	35
Até	13,6		17	7,0 a 8,9			1	3	5	7	15	30	40
Até	13,4		18	9,0 a 9,9			2	4	6	8	20	35	45
Até	13,3		19	10,0 a 10,9		1	3	5	7	9	25	40	**50**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Até	13,2		20	11,0 a 11,9		2	4	6	8	10	30	45	55
Até	13,1		21	12,0 a 12,9		3	5	7	9	15	35	**50**	60
Até	13	1	22	13,0 a 13,9		4	6	8	10	20	40	55	65
Até	12,8		23	14,0 a 14,9	1	5	7	9	15	25	45	60	70
Até	12,6	2	24	15,0 a 15,9	2	6	8	10	20	30	**50**	65	75
Até	12,4		25	16,0 a 16,9	3	7	9	15	25	35	55	70	80
Até	12,2	3	26	17,0 a 17,9	4	8	10	20	30	40	60	75	85
Até	12		27	18,0 a 18,,9	5	9	15	25	35	45	65	80	90
Até	11,9	4	28	19,0 a 19,9	6	10	20	30	40	**50**	70	85	95
Até	11,8		29	20,0 a 20,9	7	15	25	35	45	55	75	90	100
Até	11,7	5	30	21,0 a 21,9	8	20	30	40	**50**	60	80	95	
Até	11,6		31	22,0 a 22,9	9	25	35	45	55	65	85	100	
Até	11,5	6	32	23,0 a 24,9	10	30	40	**50**	60	70	90		
Até	11,4		33	25,0 a 26,9	15	35	45	55	65	75	95		
Até	11,3	7	34	27,0 a 28,9	20	40	**50**	60	70	80	100		
Até	11,2		35	29,0 a 30,9	25	45	55	65	75	85			
Até	11,1	8	36	31,0 a 32,9	30	**50**	60	70	80	90			
Até	11		37	33,0 a 34,9	35	55	65	75	85	95			
Até	10,9	9	38	35,0 a 36,9	40	60	70	80	90	100			
Até	10,8		39	37,0 a 38,9	45	65	75	85	95				
Até	10,7	10	40	39,0 a 40,9	**50**	70	80	90	100				
Até	10,6			41,0 a 42,9	55	75	85	95					

Critério para Aptidão / Inaptidão no THE

- Em cada um dos testes, o avaliado será classificado como APTO ou INAPTO;
  Será considerado INAPTO:
- O avaliado que não atingir o índice mínimo de 150 pontos de acordo com a sua faixa etária;
- O avaliado que não atingir o índice mínimo de 50 pontos de aproveitamento em qualquer um dos testes.

93852/2025

RESOLUÇÃO N° 384/2025

Designa a Comissão Permanente de Procedimentos Patrimoniais de Inventário, Inservibilidade e/ou Desnecessidade dos Bens Mobiliários do 1º Batalhão de Polícia Militar.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe conferem o art. 90 da Constituição Estadual, o art. 4º da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, em observância ao inciso II, do art. 2º, do Decreto Estadual nº 4.336, de 25 de fevereiro de 2009, ao Parecer Referencial nº 011/23-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 140, de 26 de julho de 2023, e conforme o contido no e- protocolo nº 24.282.022-3;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os militares estaduais abaixo relacionados, para compor a Comissão Permanente de Inventário e de Avaliação de Inservibilidade e/ou Desnecessidade de Bens Móveis do 1º Batalhão de Polícia Militar:

Função	Nome	CPF
Presidente	Cap. QOEM PM Jaine Chaves Luz de Moura	XXX.991.909-XX
Presidente	2º Sgt. QP PM José Luis dos Passos	XXX.630.459-XX
	3º Sgt. QP PM Marcos Luciano do Espírito Santo	XXX.814.359-XX
Suplentes	1º Sgt. QP PM Marcos Henrique Batista Guimarães	XXX.489.249-XX
	3º Sgt. QP PM Fábio Márcio Mazur	XXX.877.389-XX
	3º Sgt. QP PM Ronaldo Adriano Ferreira	XXX.407.549-XX

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Resolução nº 216/2025-SESP.

Curitiba-Paraná, 11 de julho de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

93257/2025

RESOLUÇÃO N° 381/2025

Instaura Processo de Responsabilização em face da empresa HORT FOODS LTDA., inscrita no CNPJ nº 34.365.540/0001-90 e nomeia Comissão Processante.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º, incisos II e VII da Lei Estadual 21.352, de 1° de janeiro de 2023, pelo Decreto Estadual nº 8.301, de 13 de dezembro de 2024, e pelo Decreto Estadual nº 12, de 1° de janeiro de 2023 e conforme protocolo n.º 23.943.942-0.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar, nos termos do art. 201 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, Processo de Responsabilização – PR/SESP, em face da empresa HORT FOODS LTDA., inscrita no CNPJ nº 34.365.540/0001-90, com sede no Município de Paiçandu/PR, adjudicatária por meio da Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão Eletrônico nº 69/2023, cujo objeto é a aquisição de hortifrutigranjeiros destinados ao atendimento da demanda da 3ª Companhia Independente da Polícia Militar (3ª CIPM), no Município de Loanda/PR, decorrente da recusa da empresa em firmar o contrato administrativo, conduta que caracteriza possível infração contratual, nos termos da legislação vigente, sujeitando-a à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, podendo ainda ser cumulada com multa, nos moldes do art. 156, incisos II e III, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 2º Designar, para compor a Comissão Processante, os agentes públicos Ten. QOEM PM Felipe Augusto Ribas, inscrito no CPF sob o nº XXX.276.249-XX, Sd. QP PM Dennis Victor Farias da Silva, inscrito no CPF sob o nº XXX.787.011-XX, e Sd. QP PM Bárbara Mireli Longo Gois Kergoat, inscrita no CPF sob o nº XXX.974.599-XX, sob a presidência do primeiro, conforme disposto pelo art. 200, § 2°, do Decreto Estadual n.° 10.086/2022.

Art. 3° O procedimento deverá ser concluído no prazo de 60 (sessenta) dias úteis, a contar da publicação deste ato.

Art. 4º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba-Paraná, 11 de julho de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

93239/2025

RESOLUÇÃO N° 383/2025

Substituição de servidor em virtude de férias.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º, incisos II e VII da Lei Estadual 21.352, de 1° de janeiro de 2023, pelo Decreto Estadual nº 8.301, de 13 de dezembro de 2024, e pelo Decreto Estadual nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, e conforme protocolo nº 22.239.367-1,

RESOLVE:

Art. 1º. REVOGAR a Resolução nº 313/2025-SESP;

Art. 2°. DESIGNAR o servidor Dalton Gean Perovano, CPF XXX.514.239-XX, para responder pela Chefia de Gabinete da SESP, durante as férias do titular, no período de 15 de julho a 13 de agosto de 2025;

Art. 3°. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba-Paraná, 11 de julho de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

93232/2025

RESOLUÇÃO N° 385/2025

Substituição de servidor em virtude de férias.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º, da Lei Estadual 21.352, de 1° de janeiro de 2023, pelo Decreto Estadual nº 8.301, de 13 de dezembro de 2024, Decreto Estadual nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023 e considerando o contido no eProtocolo 24.309.436-4

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR o servidor Fábio Cesar da Silva, CPF XXX.114.159-XX, para responder pela Assessoria Policial Militar, durante as férias do titular, no período de 10 a 13 de julho de 2025.

Art. 2°. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data acima.

Curitiba-Paraná, 14 de julho de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

93475/2025

RESOLUÇÃO N° 386/2025

Retifica Resolução n.° 363/2025 – SESP.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º, incisos II e VII da Lei Estadual 21.352, de 1° de janeiro de 2023, pelo Decreto Estadual nº 8.301, de 13 de dezembro de 2024, e pelo Decreto Estadual nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, e conforme protocolo n.º 23.819.071-1.

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR a Resolução n.º 363/2025 – SESP, publicada em Diário Oficial n.° 11.938, de 8 de julho de 2025, de fls. 60 mov. 29, no que segue:

ONDE SE LÊ:

“Art. 1º. DESIGNAR, nos termos dos arts. 206, inciso II, e 209 e seus incisos, ambos da Lei Estadual n.° 20.656/2021, os servidores Ten.-Cel. QOEM PM Ricardo Fardin Eguedis, inscrito no CPF nº XXX.814.399-XX, como Presidente, e o 1º Ten. QOEM PM João Paulo Takata, inscrito no CPF nº XXX.225.589-XX, como Secretário, para comporem Comissão Provisória de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) à ser oportunizado a empresa R. BRANDS LTDA, inscrita sob o CNPJ n.° 13.992.333/0001-96, admitida pelos Contrato n.° 1238/2023 – GMS 7648/2023; Contrato n.° 0517/2023 – GMS 2668/2023; Contrato n.° 0053/2024 – GMS 1187/2024; Contrato n.° 1177/2023 – GMS 6734/2023; Contrato n.° 1140/2023 – GMS 6389/2023; Contrato n.° 0966/2023 – GMS 5206/2023; Contrato n.° 0872/2023 – GMS 4701/2023; Contrato n.° 0760/2023 – GMS 4079/2023; Contrato n.° 0596/2023 – GMS 3077/2023; Contrato n.° 0557/2023 – GMS 2870/2023; e Contrato n.° 0587/2023 – GMS 3066/2023, cujo objetos são a aquisição de fardamento e/ou coldre e/ou canivete para atender as necessidades das unidades de execução programática vinculada a esta Secretaria de Estado da Segurança Pública.”

LEIA-SE:

“Art. 1º. DESIGNAR, nos termos dos arts. 206, inciso II, e 209 e seus incisos, ambos da Lei Estadual n.° 20.656/2021, os servidores Maj. QOEM PM James Lincoln Cordeiro, CPF nº XXX.597.069-XX, como Presidente, e o Cap. QOEM PM Anderson Guimaraes Ferreira, CPF nº XXX.046.069-XX, como Secretário, para comporem Comissão Provisória de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) à ser oportunizado a empresa R. BRANDS LTDA, inscrita sob o CNPJ n.° 13.992.333/0001-96, admitida pelos Contrato n.° 1238/2023 – GMS 7648/2023; Contrato n.° 0517/2023 – GMS 2668/2023; Contrato n.° 0053/2024 – GMS 1187/2024; Contrato n.° 1177/2023 – GMS 6734/2023; Contrato n.° 1140/2023 – GMS 6389/2023; Contrato n.° 0966/2023 – GMS 5206/2023; Contrato n.° 0872/2023 – GMS 4701/2023; Contrato n.° 0760/2023 – GMS 4079/2023; Contrato n.° 0596/2023 – GMS 3077/2023; Contrato n.° 0557/2023 – GMS 2870/2023; e Contrato n.° 0587/2023 – GMS 3066/2023, cujo objetos são a aquisição de fardamento e/ou coldre e/ou canivete para atender as necessidades das unidades de execução programática vinculada a esta Secretaria de Estado da Segurança Pública.”

Art. 2° Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba-Paraná, 14 de julho de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

93815/2025

RESOLUÇÃO N° 387/2025

Instaura Processo de Responsabilização em face da empresa S O M NASSER ALIMENTOS, CNPJ nº 43.375.632/0001-42 e nomeia Comissão Processante.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º, incisos II e VII da Lei Estadual 21.352, de 1° de janeiro de 2023, pelo Decreto Estadual nº 8.301, de 13 de dezembro de 2024, e pelo Decreto Estadual nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, e conforme protocolo n.º 23.491.817-6,

RESOLVE:

Art. 1º. INSTAURAR, nos termos do art. 201 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, Processo de Responsabilização – PR/SESP, em face da empresa S O M NASSER ALIMENTOS, CNPJ nº 43.375.632/0001-42, sediada no Município de Guarapuava/PR, em utilização à Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico nº 69/2023, cujo

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

objeto é a aquisição de hortifrutigranjeiros, para atender a demanda da 3ª CIPM, município de Loanda, pertencente ao Terceiro Comando Regional de Polícia Militar – 3°CRPM, decorrente dos fatos registrados pela Certidão emitida pelo 3° Comando Regional, em que alega que a empresa num primeiro momento realizou a assinatura do contrato, mas posteriormente informou que não havia interesse em perseguir com o firmamento do instrumento, declarando ainda que os valores eram inexequíveis, podendo ainda ser cumulada com multa, nos moldes do art. 156, incisos II e VI, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 2º. DESIGNAR, para compor a Comissão Processante, os agentes públicos 1º Ten. QOEM PM Felipe Augusto Ribas, inscrito no CPF sob o nº XXX.276.249-XX, Sd. QP PM Dennis Victor Farias da Silva, inscrito no CPF sob o nº XXX.787.011-XX , e a Sd. QP PM Bárbara Mireli Longo Gois Kergoat, inscrita no CPF sob o nº XXX.974.599-XX, sob a presidência do primeiro, conforme disposto pelo art. 200, § 2°, do Decreto Estadual n.° 10.086/2022.

Art. 3°. O procedimento deverá ser concluído no prazo de 60 (sessenta) dias úteis, a contar da publicação deste ato.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba-Paraná, 14 de julho de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

93827/2025

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 24/2025

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E DE ACORDO COM O DISPOSTO NO ART. 18 DO REGIMENTO INTERNO DO COLEGIADO – DELIBERAÇÃO 593/2006 – DETERMINA, PARA FINS DE CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE SEJA AFIXADA, NESTA DATA, NO EDITAL DO CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL E PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, A PRESENTE PAUTA DO JULGAMENTO A SER REALIZADO EM DATA DE **21 DE JULHO DE 2025**, COM INÍCIO ÀS 14:00 HORAS, NA SALA DESTE CONSELHO, NA AVENIDA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 1251 – CENTRO – (ACESSO PELA AVENIDA IGUAÇU, 470) CONSOANTE RELAÇÃO ABAIXO:

PROT. 164/2023/CSPC (180/2023/CGPC) – SINDICÂNCIA
ACUSADO: EDER DOS SANTOS MAZUCO, Papiloscopista Policial.
ADVOGADO: AUTODEFESA, conforme artigo 33, §2º da Lei 21.894/2024.
RELATOR: DR. RENATO COELHO DE JESUS.

PROT. 71/2024/CSPC (protocolo digital nº 22.216.234-3) – PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
ACUSADA: CRISLAINE APARECIDA ANTUNES DA SILVA, Agente de Polícia Judiciária.
ADVOGADOS: DR. MARCELO CAMARGO MILANI - OAB/SP 57.164 e DRA. ANDRESSA RODRIGUES - OAB/SP 461.915.
RELATOR: DR. ALAN HENRIQUE FLORE.

PROT. 52/2024/CSPC (protocolo digital nº 22.316.870-1) – PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
ACUSADA: CRISLAINE APARECIDA ANTUNES DA SILVA, Agente de Polícia Judiciária.
ADVOGADOS: DR. RODRIGO ALVES HANDA – OAB/PR 74.797 E DR. PEDRO VITOR BOTAN CICERI - OAB/PR 77.798.
RELATOR: DR. LANEVILTON THEODORO MOREIRA.

Curitiba, 03 de julho de 2025

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

89425/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL
Protocolo nº. 24.189.202-6
I. INDENIZO a dívida, com base na Informação nº 1795/2025 AT/SESP, no artigo 149, da Lei nº 14.133/2021 e no artigo 37, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, em favor da empresa **MARCHIORI MD SERVIÇOS MÉDICOS S/S,** inscrita no CNPJ sob nº 19.558.305/0001-41, no valor de R$ 3.780,00 (Três mil, setecentos e oitenta reais), referente à prestação de serviços na especialidade de Cardiologia aos usuários do Sistema de Saúde da Polícia Militar do Paraná - PMPR, no período de 14 a 31 de maio de 2025, conforme nota fiscal juntada (fls. 06), sem cobertura contratual;
II. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, 11 de julho de 2025
Cel. PM Adilson Luiz Lucas Prüsse
Diretor-Geral da SESP

93137/2025

ORDEM DE SERVIÇO Nº 071/2025

Protocolo(s) nº: 24.315.859-1.

O CORREGEDOR-GERAL DA POLÍCIA PENAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Corregedoria do Departamento Penitenciário da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária, **aprovado pela Resolução nº 234, de 12 de agosto de 2016/SESP, e publicado no Diário Oficial do Estado nº 9764, de 17 de agosto de 2016**, em especial pelos **artigos 5º e 7º, parágrafo único, do referido Regimento**, e tendo em vista o contido no protocolo em epígrafe, **RESOLVE:**

1. DESIGNAR os Policiais Penais: **CAIO VINICIUS PIVOVARSKY, CPF: XXX.602.419-XX; VALERIO TEIXEIRA GUERREIRO, CPF: XXX.181.759-XX; BRUNO CAPETTA BORGES, CPF: XXX.114.928-XX; WAGNER SHERYTON RODRIGUES, CPF: XXX.281.258-XX; MONICA MASSARIM DE OLIVEIRA, CPF: XXX.612.099-XX;** para comporem **COMISSÃO ESPECIAL DE APURAÇÃO.** A presente comissão será **coordenada pelo signatário** da presente Ordem de Serviço e **secretariada pelo primeiro relacionado**, com o objetivo precípuo de proceder à apuração **preliminar de irregularidades** relativas às denúncias contidas no protocolo em epígrafe. Adicionalmente, a comissão deverá realizar **auditoria** referente ao pagamento das **DEAVs da R1 dos últimos 3 (três) meses**, nos termos da competência da Corregedoria para fiscalização de indícios de irregularidades praticadas no exercício do cargo, sem prejuízo às apurações já em trâmite, bem como em casos de, indícios de novas irregularidades, sejam atuados em protocolos apartados a serem apensados no presente, independentemente da Regional Administrativa da ocorrência. Para a consecução dos trabalhos, os membros da comissão deverão:
• **Cientificar-se** integralmente do teor do contido no protocolo supracitado.
• **Coletar informações e requisitar documentos** necessários ao desenvolvimento dos trabalhos da Corregedoria.
• **Deslocar-se aos locais** onde for necessário, dentro e fora do Estado, para levantamento dos fatos apontados e efetivar as diligências investigativas.
• **Promover a tomada de declarações, depoimentos, acareações, investigações e demais diligências cabíveis**, incluindo, quando pertinente, a utilização de webconferência, visando à completa coleta de provas para a elucidação dos fatos.

2. DETERMINAR que a presente apuração seja **instruída** em formato digital, utilizando o sistema E-protocolo como recurso apropriado para inserção de documentos e arquivos digitais, conforme **Decreto Estadual nº 7.304/2021 c/c a Instrução Normativa nº 02/2022 da Corregedoria-Geral da Polícia Penal.** Todos os servidores da comissão e envolvidos nos trabalhos deverão observar o **mais absoluto sigilo** sobre as atividades que realizarem, bem como sobre os dados e informações pertinentes aos assuntos a que tiverem acesso, utilizando-os exclusivamente para a elaboração de pareceres e relatórios destinados à autoridade competente, sob pena de responderem civil, penal e administrativamente pelo seu descumprimento.

3.ESTABELECER o prazo de **60 (sessenta) dia**s para a **conclusão** dos trabalhos desta Comissão Especial de Apuração, contados a partir da publicação desta Ordem de Serviço, sendo este prazo **prorrogável** mediante solicitação justificada.

4. CUMPRA-SE.

Curitiba, 14 de Julho de 2025.

DEIVID ALESSANDRO I. DUARTE
Corregedor – Geral da Polícia Penal

93806/2025

ESTADO DO PARANÁ
POLÍCIA MILITAR
4º COMANDO REGIONAL
27º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR
"Batalhão Heróis do Contestado"

Protocolo: 23.702.878-3

OBJETO: Doação dos Bens Móveis inservíveis e/ou desnecessários conforme consulta pública realizada e relacionada no protocolo 23.702.878-3.

DOADOR: SESP/PMPR/4º CRPM/27ºBPM.

DONATÁRIO: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO/PR, CNPJ nº 75.687.681/0001-07.

União da Vitória, 23 de junho de 2025.

Comissão Permanente de Materiais do 27º BPM.

93583/2025

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

O Diretor de Gestão de Pessoas da PMPR, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo art. 57, do Decreto estadual nº 7.339, de 08 de junho de 2010,

NOTIFICA

1. Ao senhor **Gilmar Domingos de Castro**, R. G. nº **4.081.543-0**, C. P. F. nº **568.550.109-97**, 2º Sargento QPRR PM, e que integrou o Corpo de Militares Estaduais Inativos Voluntários (CMEIV) – Programa PES, para comparecer na Diretoria de Pessoal da PMPR / Coordenação-Geral do CMEIV, sito à Avenida Marechal Floriano Peixoto, nº 1.401 – Rebouças, Curitiba / Paraná, CEP 80.230-110, ou, impossibilitado de comparecer, entrar em contato com o telefone (41) 3304 4711, considerando o contido no inciso LV, do art. 5º, da Constituição Federal (1988), para tratar de assunto de seu interesse, nos termos do disposto no §2º, do art. 163, da Lei estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, até o prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após a 15ª (décima quinta) publicação em Diário Oficial do Estado.

2. E para que não alegue desconhecimento, é expedida a presente notificação que será publicada em Boletim-Geral da PMPR e por 15 (quinze) vezes consecutivas no Diário Oficial do Estado.

Em 30 de junho de 2025.

assinado eletronicamente
Coronel QOEM PM Eleandro Azevedo,
Diretor de Gestão de Pessoas da PMPR.

88231/2025

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

O Diretor de Gestão de Pessoas da PMPR, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo art. 57, do Decreto estadual nº 7.339, de 08 de junho de 2010,

NOTIFICA

1. Ao senhor **Edenias Teixeira Guimarães**, R. G. nº **1.686.116-2**, C. P. F. nº **255.110.179-49**, 2º Tenente PM RR, e que integrou o Corpo de Militares Estaduais Inativos Voluntários (CMEIV) – Programa SESP, para comparecer na Diretoria de Pessoal da PMPR / Coordenação-Geral do CMEIV, sito à Avenida Marechal Floriano Peixoto, nº 1.401 – Rebouças, Curitiba / Paraná, CEP 80.230-110, ou, impossibilitado de comparecer, entrar em contato com o telefone (41) 3304 4711, considerando o contido no inciso LV, do art. 5º, da Constituição Federal (1988), para tratar de assunto de seu interesse, nos termos do disposto no §2º, do art. 163, da Lei estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, até o prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após a 15ª (décima quinta) publicação em Diário Oficial do Estado.

2. E para que não alegue desconhecimento, é expedida a presente notificação que será publicada em Boletim-Geral da PMPR e por 15 (quinze) vezes consecutivas no Diário Oficial do Estado.

Em 13 de junho de 2025.

assinado eletronicamente
Coronel QOEM PM Eleandro Azevedo,
Diretor de Gestão de Pessoas da PMPR

86928/2025

P O R T A R I A Nº 1166.2025.GARH.DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto nº 4884/1978, combinado com o disposto na Resolução n° 276/2023/SESP e Resolução nº 11.094/2021/SEAP, resolve CONCEDER de acordo com Lei Complementar Estadual nº 217, de 22 de outubro de 2019 e o Decreto n° 4634, de 12 de maio de 2020, licença capacitação de 90 (noventa) dias à servidora **LUCIANE STAMPOSKI, RG 4984176-0/PR**, Agente Polícia Judiciária- QPPC, **início em 08/10/2025,** referente ao período aquisitivo de **13/01/2016 a 12/01/2021** (**Protocolo nº 24.222.631-3**).

Curitiba, 11 de julho de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

93095/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 22.033.997-1

Por meio da Decisão Secretarial nº 19/2025 – SESP, referente ao Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR) nº 015/2024, instaurado em desfavor da empresa PRODUSERV SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ n.° 17.832.629/0001-09, com o objetivo de averiguar suposta irregularidade praticada pela Recorrente, referente aos Contratos nº 1008/2022 e nº 0611/2022, relacionada ao descumprimento das obrigações contratuais assumidas;

I DECIDO:
a. Conhecer do recurso e, no mérito, dar provimento parcial, mantendo a penalidade de multa, todavia, no percentual de 1,1% (um vírgula um por cento) sobre o valor total de cada contrato, o que corresponde ao montante total de R$ 101.061,66 (cento e um mil, sessenta e um reais e sessenta e seis centavos), a ser aplicado em desfavor da Recorrente PRODUSERV SERVIÇOS LTDA., inscrita no CNPJ nº 17.832.629/0001-09, com fundamento no descumprimento das obrigações assumidas no âmbito dos Contratos Administrativos nº 611/2022 e nº 1008/2022; e

b. Declarar o efeito suspensivo da penalidade de multa aplicada à RECORRENTE, até o esgotamento da instância recursal na via administrativa, nos termos do parágrafo único, do art. 80, da Lei Estadual nº 20.656/2021, preservando-se, assim, os princípios do contraditório e da ampla defesa.

II PUBLIQUE-SE.

III ENCAMINHE-SE à Casa Civil, com vistas ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, nos termos do §1º, do artigo 74, da Lei Estadual nº 20.656/2021.

Curitiba-Paraná, 14 de julho de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

93843/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 23.611.404-0

I. AUTORIZO, nos termos do §7º, do art. 1º, do Decreto nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº. 18/2024-PGE, aprovado pela Procuradoria Geral do Estado por meio da Resolução PGE nº. 152/2024 e na Informação nº 1815/2025-AT/SESP, a celebração do Termo de Cooperação nº 047/2025 –SESP/DEPPEN, entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública, executado com interveniência pelo DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL (DEPPEN), pelo FUNDO PENITENCIÁRIO e pela PENITENCIÁRIA FEMININA DE FOZ DO IGUAÇU – UNIDADE DE PROGRESSÃO – PFF - UP, e do outro lado as CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANÁ, visando o estabelecimento de condições para proporcionar ocupação laborativa às Pessoas Privadas de Liberdade (PPL's) do Sistema Penal do Estado do Paraná, que estejam cumprindo pena em regime fechado, como forma de readaptação ao meio social e em conformidade com o disposto no artigo 28 e seguintes da Lei de Execução Penal, Lei Federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984, conforme minuta do Termo de Cooperação (fls. 20/34) e Plano de Trabalho (fls. 38/51);

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, 14 de julho de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

93831/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL
Protocolo nº. 24.214.562-3
I. INDENIZO a dívida, com base na Informação nº 1797/2025 AT/SESP, no artigo 149, da Lei nº 14.133/2021 e no artigo 37, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, em favor da empresa **CLIFAME SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA,** inscrita no CNPJ sob nº 72.521.693/0001-79, no valor de R$ 126.465,84 (Cento e vinte seis mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos), referente à prestação de serviços de plantões médicos nas dependências do pronto atendimento do Hospital da Polícia Militar do Paraná - HPM, no mês de maio de 2025, conforme nota fiscal juntada (fls. 06), sem cobertura contratual;
II. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, 11 de julho de 2025
Cel. PM Adilson Luiz Lucas Prüsse
Diretor-Geral da SESP

93139/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 23.357.993-9

I. AUTORIZO, com fundamento no inciso XLI, do art. 6º e no art. 29, ambos da Lei Federal n° 14.133/2021, no inciso V, do art. 13 e no art. 126, ambos do Decreto Estadual n° 10.086/2022 e, ainda, com base no Despacho nº 168/2025 – PRC/PGE (fls. 458/461) e na Informação n° 648/2025 – PRC/PGE (fls. 472/510), atendida conforme a Informação nº 36/2025 do Centro de Compras e Licitações da PMPR (fls. 718/746) e o Despacho do Centro de Licitações SESP (fls. 747), a abertura de processo licitatório, na modalidade Pregão, forma Eletrônica, tipo menor preço, sob o nº – 508/2025 (compras.gov – PE 90508/2025 – UASG: 453079), visando a aquisição de fardamento, boné, tênis, meia, protetor solar corporal e labial e óculos de sol, para a Operação Verão 2025/2026 e 2026/2027, para atender a demanda da Polícia Militar do Paraná, com preço global máximo de R$ 4.596.742,40 (quatro milhões, quinhentos e noventa e seis mil, setecentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos), conforme Minuta de Edital de fls. 600/716;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade;

III. PUBLIQUE-SE, no prazo legal;

IV. ENCAMINHE-SE ao Centro de Licitações para diligências necessárias.

Curitiba-Paraná, 11 de julho de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

93369/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 23.721.499-4

I. APROVO E AUTORIZO, nos termos da Informação nº 1787/2025 – AT/SESP, com fulcro no Art. 1º, Inciso VI e §7º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016,a celebração de Termo de Cooperação, entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado da Segurança Pública, e de outro lado o Município de FRANCISCO BELTRÃO/PR, inscrito no CNPJ sob o nº 77.816.510/0001-66, cujo objeto é, em síntese, a cooperação técnica entre os partícipes, visando a comunhão de esforços para incrementar ações, no município de Francisco Beltrão/PR, destinadas ao enfrentamento da violência e da criminalidade, à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio de atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada entre os partícipes, por meio do intercâmbio de informações, dados e tecnologias, imagens e o estabelecimento de procedimentos de cooperação técnica e operacional, por um período de 60 (sessenta) meses, conforme Minuta do Termo de Cooperação às fls. 37/47 e Minuta do Plano de Trabalho respectivo às fls. 48/56;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE, no prazo legal;

IV. ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, 11 de julho de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

93124/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 23.951.657-2

I. AUTORIZO, nos termos do §7º, do art. 1º, do Decreto nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº. 08/2025-PGE, aprovado pela Procuradoria Geral do Estado por meio da Resolução PGE nº. 100/2025 e na Informação nº 1798/2025-AT/SESP, a celebração do Termo de Cooperação nº 153/2025 – SESP / DEPPEN, decorrente do Contrato de Alimentação n° 131/2025 e Termo de Referência nº 002/2025, entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado da Segurança Pública, com interveniência do Departamento de Polícia Penal – DEPPEN, do Fundo Penitenciário do Paraná – FUNPEN, e, de outro lado, a empresa CASSAROTTI FOODS – SERVIÇOS DE REFEIÇÕES COLETIVAS E EVENTOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.102.125/0001-58, com sede em Cornélio Procópio/PR, cujo objeto é, em síntese, a cooperação técnica entre os partícipes, visando a comunhão de esforços para o estabelecimento de condições para proporcionar ocupação laborativa às pessoas privadas de liberdade (PPL's) na Cadeia Pública Feminina de Londrina, que estejam cumprindo pena em regime fechado, como forma de readaptação ao meio social, conforme minuta do termo de cooperação às fls. 37/51, e minuta do plano de trabalho respectivo às fls. 53/64;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, 11 de julho de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

93127/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.019.835-5

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 1º, §7º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e no art. 679, §2º, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação nº 1788/2025-AT/SESP, a formalização de Termo de Cooperação Técnica entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, executado com a interveniência da Polícia Civil do Paraná, por meio do Instituto de Identificação do Paraná e, de outro lado, o Município de Marilena/PR, inscrito no CNPJ/MF n° 75.971.010/0001-73, visando a instalação e manutenção em atividade do Posto de Atendimento Totalmente Informatizado (PATI), conforme Minuta do Termo de Cooperação Técnica acostada às fls. 16/24 e respectivo Plano de Trabalho às fls. 25/29;

II. DECLARO, para os devidos fins, que a situação concreta, nos termos apresentados, se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial de regência, conforme indicado nos fundamentos de autorização e que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal, de responsabilidade daqueles que as exararam;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências necessárias.

Curitiba-Paraná, 11 de julho de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

93153/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.028.137-6

I. AUTORIZO, nos termos do §7º, do art. 1º, do Decreto nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº. 08/2025-PGE, aprovado pela Procuradoria Geral do Estado por meio da Resolução PGE nº. 100/2025 e na Informação nº 1785/2025-AT/SESP, a celebração do Termo de Cooperação nº 200/2025 – SESP / DEPPEN, decorrente do Contrato de Alimentação n° 034/2025 e Termo de Referência nº 005/2024, entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado da Segurança Pública, com interveniência do Departamento de Polícia Penal – DEPPEN, do Fundo Penitenciário do Paraná – FUNPEN, e, de outro lado, a empresa FRIZZO COZINHA INDUSTRIAL LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.766.966/0001-05, com sede em Francisco Beltrão/PR, cujo objeto é, em síntese, a cooperação técnica entre os partícipes, visando a comunhão de esforços para o estabelecimento de condições para proporcionar ocupação laborativa às pessoas privadas de liberdade (PPL's), que estejam cumprindo pena em regime fechado, como forma de readaptação ao meio social, nas dependências da Cadeia Pública de Francisco Beltrão, conforme minuta do termo de cooperação às fls. 24/38, e minuta do plano de trabalho respectivo às fls. 40/51;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, 11 de julho de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

93223/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.028.160-0

I. AUTORIZO, nos termos do §7º, do art. 1º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº. 08/2025-PGE, aprovado pela Procuradoria Geral do Estado por meio da Resolução PGE nº. 100/2025 e na Informação nº 1800/2025-AT/SESP, a celebração do Termo de Cooperação nº 201/2025 – SESP/DEPPEN, decorrente do Contrato de Alimentação n° 034/2025 e Termo de Referência nº 005/2024, entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado da Segurança Pública, com interveniência do Departamento de Polícia Penal – DEPPEN, do Fundo Penitenciário do Paraná – FUNPEN, e, de outro lado, a empresa FRIZZO COZINHA INDUSTRIAL LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.766.966/0001-05, com sede em Francisco Beltrão/PR, cujo objeto é, em síntese, a cooperação técnica entre os partícipes, visando a comunhão de esforços para o estabelecimento de condições para proporcionar ocupação laborativa às pessoas privadas de liberdade (PPL's), que estejam cumprindo pena em regime fechado, como forma de readaptação ao meio social, nas dependências da Cadeia Pública de Santo Antônio do Sudoeste, conforme minuta do termo de cooperação às fls. 23/37, e minuta do plano de trabalho respectivo às fls. 39/50;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, 11 de julho de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

93220/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.028.184-8

I. AUTORIZO, nos termos do §7º, do art. 1º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº. 08/2025-PGE, aprovado pela Procuradoria Geral do Estado por meio da Resolução PGE nº. 100/2025 e na Informação nº 1786/2025-AT/SESP, a celebração do Termo de Cooperação nº 202/2025 – SESP / DEPPEN, decorrente do Contrato de Alimentação n° 034/2025 e Termo de Referência nº 005/2024, entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado da Segurança Pública, com interveniência do Departamento de Polícia Penal – DEPPEN, do Fundo Penitenciário do Paraná – FUNPEN, e, de outro lado, a empresa FRIZZO COZINHA INDUSTRIAL LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.766.966/0001-05, com sede em Francisco Beltrão/PR, cujo objeto é, em síntese, a cooperação técnica entre os partícipes, visando a comunhão de esforços para o estabelecimento de condições para proporcionar ocupação laborativa às pessoas privadas de liberdade (PPL's), que estejam cumprindo pena em regime fechado, como forma de readaptação ao meio social, nas dependências da Penitenciária Estadual de Francisco Beltrão – PEFB, conforme minuta do termo de cooperação às fls. 24/38, e minuta do plano de trabalho respectivo às fls. 40/51;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, 11 de julho de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

93224/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.028.274-7

I. AUTORIZO, nos termos do §7º, do art. 1º, do Decreto nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº. 08/2025-PGE, aprovado pela Procuradoria Geral do Estado por meio da Resolução PGE nº. 100/2025 e na Informação nº 1799/2025-AT/SESP, a celebração do Termo de Cooperação nº 204/2025 – SESP/DEPPEN, decorrente do Contrato de Alimentação e Termo de Referência n° 197/2025, entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado da Segurança Pública, com interveniência do Departamento de Polícia Penal – DEPPEN, do Fundo Penitenciário do Paraná – FUNPEN, e, de outro lado, a empresa CASSAROTTI FOODS – SERVIÇOS DE REFEIÇÕES COLETIVAS E EVENTOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.102.125/0001-58, com sede em Cornélio Procópio/PR, cujo objeto é, em síntese, a cooperação técnica entre os partícipes, visando a comunhão de esforços para o estabelecimento de condições para proporcionar ocupação laborativa às pessoas privadas de liberdade (PPL's) na Cadeia Pública de Alto Paraná, que estejam cumprindo pena em regime fechado, como forma de readaptação ao meio social, conforme minuta do termo de cooperação às fls. 35/49, e minuta do plano de trabalho respectivo às fls. 51/62;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, 11 de julho de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

93217/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.055.670-7

I. AUTORIZO, nos termos do §7º, do art. 1º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº. 08/2025-PGE, aprovado pela Procuradoria Geral do Estado por meio da Resolução PGE nº. 100/2025, e na Informação nº 1804/2025-AT/SESP, a celebração do Termo de Cooperação nº 227/2025 – SESP/DEPPEN, decorrente do Contrato de Alimentação e Termo de Referência n° 275/2025, entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado da Segurança Pública, com interveniência do Departamento de Polícia Penal – DEPPEN, do Fundo Penitenciário do Paraná – FUNPEN, e, de outro lado, a empresa RISOTOLÂNDIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 76.900.463/0001-71, com sede em Araucária/PR, cujo objeto é, em síntese, a cooperação técnica entre os partícipes, visando a comunhão de esforços para o estabelecimento de condições para proporcionar ocupação laborativa às pessoas privadas de liberdade (PPL's), que estejam cumprindo pena em regime fechado, como forma de readaptação ao meio social, nas dependências da Penitenciária Central do Estado – Unidade de Progressão – PCE-UP, conforme minuta do termo de cooperação às fls. 36/50, e minuta do plano de trabalho respectivo às fls. 52/63;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, 11 de julho de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

93216/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.250.631-6

I. AUTORIZO, nos termos do artigo 1º, §§ 1º e 5º e do artigo 2º, § 3º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023 e conforme certificado pelo respectivo Núcleo de Apoio, o uso de placas particulares por veículos oficiais, para serviço policial de natureza reservada, conforme justificativa e elementos da solicitação apresentados à fls. 7;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações.

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE ao Exmo. Sr. Diretor-Geral do DETRAN/PR para as medidas administrativas decorrentes, inclusive o prazo de vencimento da respectiva placa, nos termos do § 4º, do artigo 2º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023.

Curitiba-Paraná, 11 de julho de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

93152/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.055.749-5

I. AUTORIZO, nos termos do §7º, do art. 1º, do Decreto Estadual nº

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº. 08/2025-PGE, aprovado pela Procuradoria Geral do Estado por meio da Resolução PGE nº. 100/2025, e na Informação nº 1805/2025-AT/SESP, a celebração do Termo de Cooperação nº 230/2025 – SESP/DEPPEN, decorrente do Contrato de Alimentação e Termo de Referência n° 275/2025, entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado da Segurança Pública, com interveniência do Departamento de Polícia Penal – DEPPEN, do Fundo Penitenciário do Paraná – FUNPEN, e, de outro lado, a empresa RISOTOLÂNDIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 76.900.463/0001-71, com sede em Araucária/PR, cujo objeto é, em síntese, a cooperação técnica entre os partícipes, visando a comunhão de esforços para o estabelecimento de condições para proporcionar ocupação laborativa às pessoas privadas de liberdade (PPL's), que estejam cumprindo pena em regime fechado, como forma de readaptação ao meio social, nas dependências da Penitenciária Feminina do Paraná – PFP, conforme minuta do termo de cooperação às fls. 35/49, e minuta do plano de trabalho respectivo às fls. 51/62;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, 11 de julho de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

93229/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.055.824-6

I. AUTORIZO, nos termos do §7º, do art. 1º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº. 08/2025-PGE, aprovado pela Procuradoria Geral do Estado por meio da Resolução PGE nº. 100/2025, e na Informação nº 1803/2025-AT/SESP, a celebração do Termo de Cooperação nº 233/2025 – SESP/DEPPEN, decorrente do Contrato de Alimentação e Termo de Referência n° 275/2025, entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado da Segurança Pública, com interveniência do Departamento de Polícia Penal – DEPPEN, do Fundo Penitenciário do Paraná – FUNPEN, e, de outro lado, a empresa RISOTOLÂNDIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 76.900.463/0001-71, com sede em Araucária/PR, cujo objeto é, em síntese, a cooperação técnica entre os partícipes, visando a comunhão de esforços para o estabelecimento de condições para proporcionar ocupação laborativa às pessoas privadas de liberdade (PPL's), que estejam cumprindo pena em regime fechado, como forma de readaptação ao meio social, nas dependências da Casa de Custódia de Piraquara - CCP, conforme minuta do termo de cooperação às fls. 36/50, e minuta do plano de trabalho respectivo às fls. 52/63;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, 11 de julho de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

93219/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.056.467-0

I. AUTORIZO, nos termos do §7º, do art. 1º, do Decreto nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº. 08/2025-PGE, aprovado pela Procuradoria Geral do Estado por meio da Resolução PGE nº. 100/2025 e na Informação nº 1809/2025-AT/SESP, a celebração do Termo de Cooperação nº 245/2025 – SESP / DEPPEN, decorrente do Contrato de Alimentação e Termo de Referência n° 273/2025, entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado da Segurança Pública, com interveniência do Departamento de Polícia Penal – DEPPEN, do Fundo Penitenciário do Paraná – FUNPEN, e, de outro lado, a empresa BANDOLIN FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 96.216.429/0011-61, com sede em Ponta Grossa/PR, cujo objeto é, em síntese, a cooperação técnica entre os partícipes, visando a comunhão de esforços para o estabelecimento de condições para proporcionar ocupação laborativa às pessoas privadas de liberdade (PPL's), nas dependências da Penitenciária Estadual de Ponta Grossa – Unidade De Segurança – PEPG-US e do Centro de Regime Semiaberto da Lapa – CRSL, que estejam cumprindo pena em regime semiaberto, como forma de readaptação ao meio social, conforme minuta do termo de cooperação às fls. 27/41, e minuta do plano de trabalho respectivo às fls. 43/54;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, 11 de julho de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

93167/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.187.647-0

I. AUTORIZO, nos termos do §7º, do art. 1º, do Decreto nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº. 08/2025-PGE, aprovado pela Procuradoria Geral do Estado por meio da Resolução PGE nº. 100/2025 e na Informação nº 1799/2025-AT/SESP, a celebração do Termo de Cooperação nº 300/2025 – SESP / DEPPEN, decorrente do Contrato de Alimentação e Termo de Referência nº 272/2025, entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado da Segurança Pública, com interveniência do Departamento de Polícia Penal – DEPPEN, do Fundo Penitenciário do Paraná – FUNPEN, e, de outro lado, a empresa VERONA SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 30.431.915/0001-12, com sede em São José dos Campos/SP, cujo objeto é, em síntese, a cooperação técnica entre os partícipes, visando a comunhão de esforços para o estabelecimento de condições para proporcionar ocupação laborativa às pessoas privadas de liberdade (PPL's) na CADEIA PÚBLICA DE PRUDENTÓPOLIS, que estejam cumprindo pena em regime fechado, como forma de readaptação ao meio social, conforme minuta do termo de cooperação às fls. 35/49, e minuta do plano de trabalho respectivo às fls. 51/62;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, 11 de julho de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

93161/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.187.772-8

I. AUTORIZO, nos termos do §7º, do art. 1º, do Decreto nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº. 08/2025-PGE, aprovado pela Procuradoria Geral do Estado por meio da Resolução PGE nº. 100/2025 e na Informação nº 1807/2025-AT/SESP, a celebração do Termo de Cooperação nº 305/2025 – SESP / DEPPEN, decorrente do Contrato de Alimentação e Termo de Referência nº 272/2025, entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado da Segurança Pública, com interveniência do Departamento de Polícia Penal – DEPPEN, do Fundo Penitenciário do Paraná – FUNPEN, e, de outro lado, a empresa VERONA SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 30.431.915/0001-12, com sede em São José dos Campos/SP, cujo objeto é, em síntese, a cooperação técnica entre os partícipes, visando a comunhão de esforços para o estabelecimento de condições para proporcionar ocupação laborativa às pessoas privadas de liberdade (PPL's), nas dependências da Cadeia Pública de Irati, que estejam cumprindo pena em regime fechado, como forma de readaptação ao meio social, conforme minuta do termo de cooperação às fls. 34/48, e minuta do plano de trabalho respectivo às fls. 50/61;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, 11 de julho de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

93258/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.187.812-0

I. AUTORIZO, nos termos do §7º, do art. 1º, do Decreto nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº. 08/2025-PGE, aprovado pela Procuradoria Geral do Estado por meio da Resolução PGE nº. 100/2025 e na Informação nº 1808/2025-AT/SESP, a celebração do Termo de Cooperação nº 307/2025 – SESP / DEPPEN, decorrente do Contrato de Alimentação e Termo de Referência nº 272/2025, entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado da Segurança Pública, com interveniência do Departamento de Polícia Penal – DEPPEN, do Fundo Penitenciário do Paraná – FUNPEN, e, de outro lado, a empresa VERONA SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 30.431.915/0001-12, com sede em São José dos Campos/SP, cujo objeto é, em síntese, a cooperação técnica entre os partícipes, visando a comunhão de esforços para o estabelecimento de condições para proporcionar ocupação laborativa às pessoas privadas de liberdade (PPL's), nas dependências da Cadeia Pública de Pinhão, que estejam cumprindo pena em regime fechado, como forma de readaptação ao meio social, conforme minuta do termo de cooperação às fls. 35/49, e minuta do plano de trabalho respectivo às fls. 51/62;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, 11 de julho de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

93165/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.285.135-8

Homologação: 1ª Parcial do processo

I – ADJUDICO, nos termos dos artigos 13, inciso VII e 107, inciso IV, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, o objeto deste procedimento licitatório, realizado na modalidade Pregão, forma Eletrônica, tipo Menor preço, autuado sob n° PE nº 599/2024 – GMS/SESP, visando à Aquisição de mobiliário para atendimento aos Centros de Acompanhamento Psicossocial do Estado do Paraná, conforme descrição abaixo:

Empresa 1 – Lote(s): 1, a empresa – DIOGO DIAS F. INFORMATICA LTDA - CNPJ 49.641.888/0001-30, apresentou proposta no valor total de R$ 123.900,00 (cento e vinte e três mil e novecentos reais).

II – HOMOLOGO, com base nos artigos 13, inciso VIII e 107, inciso IV, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, c/c artigo 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, e nos termos dos atos que declararam a empresa vencedora, o resultado do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, tipo Menor preço, autuado sob n° PE nº 599/2024 – GMS/SESP, visando à Aquisição de mobiliário para atendimento aos Centros de Acompanhamento Psicossocial espalhados pelo Estado do Paraná, conforme descrição abaixo:

Empresa 1 – Lote(s): 1, a empresa – DIOGO DIAS F. INFORMATICA LTDA – CNPJ 49.641.888/0001-30, apresentou proposta no valor total de R$ 123.900,00 (cento e vinte e três mil e novecentos reais).

III – Totalizando o valor da homologação 1ª Parcial do processo em R$ 123.900,00 (cento e vinte e três mil e novecentos reais).

IV – Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade da unidade solicitante.

V – PUBLIQUE-SE e encaminhe-se ao Centro de Licitações para as providências legais e posterior remessa ao órgão demandante para convocar(em) a(s) licitante(s) vencedora(s) para assinatura do contrato.

Curitiba-Paraná, 11 de julho de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

93227/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.286.218-0

I. AUTORIZO, nos termos do artigo 1º, §§ 1º e 5º e do artigo 2º, § 3º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023 e conforme certificado pelo respectivo Núcleo de Apoio, o uso de placas particulares por veículos oficiais, para serviço policial de natureza reservada, conforme justificativa e elementos da solicitação apresentados à fls. 6;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações.

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE ao Exmo. Sr. Diretor-Geral do DETRAN/PR para as medidas administrativas decorrentes, inclusive o prazo de vencimento da respectiva placa, nos termos do § 4º, do artigo 2º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023

Curitiba-Paraná, 11 de julho de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

93134/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.287.308-4

I. AUTORIZO, nos termos do artigo 1º, §§ 1º e 5º e do artigo 2º, § 3º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023 e conforme certificado pelo respectivo Núcleo de Apoio, o uso de placas particulares por veículos oficiais, para serviço policial de natureza reservada, conforme justificativa e elementos da solicitação apresentados à fls. 7;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações.

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE ao Exmo. Sr. Diretor-Geral do DETRAN/PR para as medidas administrativas decorrentes, inclusive o prazo de vencimento da respectiva placa, nos termos do § 4º, do artigo 2º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023.

Curitiba-Paraná, 11 de julho de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

93121/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.287.342-4

I. AUTORIZO, nos termos do artigo 1º, §§ 1º e 5º e do artigo 2º, § 3º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023 e conforme certificado pelo respectivo Núcleo de Apoio, o uso de placas particulares por veículos oficiais, para serviço policial de natureza reservada, conforme justificativa e elementos da solicitação apresentados à fls. 7;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações.

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE ao Exmo. Sr. Diretor-Geral do DETRAN/PR para as medidas administrativas decorrentes, inclusive o prazo de vencimento da respectiva placa, nos termos do § 4º, do artigo 2º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023.

Curitiba-Paraná, 11 de julho de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

93119/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.287.378-5

I. AUTORIZO, nos termos do artigo 1º, §§ 1º e 5º e do artigo 2º, § 3º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023 e conforme certificado pelo respectivo Núcleo de Apoio, o uso de placas particulares por veículos oficiais, para serviço policial de natureza reservada, conforme justificativa e elementos da solicitação apresentados à fls. 7;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE ao Exmo. Sr. Diretor-Geral do DETRAN/PR para as medidas administrativas decorrentes, inclusive o prazo de vencimento da respectiva placa, nos termos do § 4º, do artigo 2º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023.

Curitiba-Paraná, 11 de julho de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

93132/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.287.416-1

I. AUTORIZO, nos termos do artigo 1º, §§ 1º e 5º e do artigo 2º, § 3º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023 e conforme certificado pelo respectivo Núcleo de Apoio, o uso de placas particulares por veículos oficiais, para serviço policial de natureza reservada, conforme justificativa e elementos da solicitação apresentados à fls. 8;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações.

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE ao Exmo. Sr. Diretor-Geral do DETRAN/PR para as medidas administrativas decorrentes, inclusive o prazo de vencimento da respectiva placa, nos termos do § 4º, do artigo 2º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023.

Curitiba-Paraná, 11 de julho de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

93125/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL
Protocolo Nº. 23.947.744-5
I. RECONHEÇO E INDENIZO a dívida, nos termos do artigo 10 do Decreto Estadual nº 6.358/2024, e nos termos da Informação nº 1745/2025 – AT/SESP, em favor do servidor **JOSÉ PEREIRA GOMES FILHO**, inscrito no CPF n° XXX.303.739-XX, nos termos do Decreto Estadual nº 6.358/2024, no valor total de R$ 377,72 (trezentos e setenta e sete reais e setenta e dois centavos)**,** a título de diária, tendo em vista o deslocamento de Ponta Grossa/PR para a cidade de Blumenau/SC, no período de 16/09/2024 a 17/09/2024, visando a escolta e custódia para transferência de PPL'S, conforme Ofício n° 084/2025 (fl. 02);
II. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, 11 de julho de 2025
Cel. PM Adilson Luiz Lucas Prüsse
Diretor-Geral da SESP

93128/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO
Protocolo nº 24.014.564-2
I. AUTORIZO, nos termos do art. 1º, §3º, do Decreto Estadual nº 4189/2016, e, ainda, com fulcro no art. 105, da Lei Estadual nº 15.608/2007, tendo como base a Informação nº 1728/2025-AT/SESP, a autorização **em caráter excepcional** da celebração do Sexto Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0474/2020, firmado entre o Estado do Paraná, por meio desta Secretaria de Estado da Segurança Pública e a empresa **SANCRISTO – COLETA DE RESIDUOS EIRELI,** inscrita no CNPJ nº 14.147.098/0001-19, sediada no Município de Dourados/MS, cujo objeto é a prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final de colchões usados e inservíveis, necessário para o **DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL - DEPPEN**, visando a prorrogação excepcional do prazo de vigência contratual, pelo período adicional de 12 (doze) meses, de 13/08/2025 até 12/08/2026, mantido o valor mensal do contrato de R$ 43.874,30 (quarenta e três mil, oitocentos e setenta e quatro reais e trinta centavos), e demais cláusulas contratuais, conforme Minuta do Termo Aditivo apresentada às fls. 303/304;
II. DECLARO que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;
III. **PRELIMINARMENTE** à formalização do ajuste deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade fiscal que vencerem no decorrer do trâmite administrativo;
IV. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, 14 de julho de 2025
Cel. QORR PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

93567/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO
Protocolo nº 24.159.971-0
I. AUTORIZO, nos termos do art. 1º, §3º, do Decreto Estadual nº 4189/2016, e, ainda, com fulcro no art. 103, inciso II, da Lei Estadual nº 15.608/2007, tendo como base a Informação nº 1812/2025-AT/SESP, a realização da despesa decorrente da celebração do **Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 0686/2024,** firmado entre o Estado do Paraná, por meio desta Secretaria de Estado, e a empresa **PRODUSERV SERVIÇOS LTDA.,** inscrita no CNPJ n° 17.832.629/0001-09, sediada no Município de Araucária/PR, cujo objeto corresponde à contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de assistente administrativo, para atender as necessidades do Hospital da Polícia Militar do Paraná – HPM, visando a prorrogação de vigência contratual, pelo período adicional de 12 (doze) meses, de **25/07/2025 até 24/07/2026**, mantendo-se o valor mensal do contrato, que é de **R$ 111.679,40 (cento e onze mil, seiscentos e oitenta e nove reais e quarenta centavos),** e demais cláusulas contratuais, conforme Minuta do Termo Aditivo apresentada (fls. 100/101);
II. DECLARO que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;
III. **PRELIMINARMENTE** à formalização do ajuste deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;
IV. PUBLIQUE-SE no prazo legal;
V. ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 14 de julho de 2025
Cel. QORR PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

93415/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO
Protocolo nº 24.186.108-2
I. AUTORIZO, com fundamento no art. 136, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21 e ainda, nos termos da Informação nº 1755/2025 – AT/SESP, a anotação do **Primeiro Termo de Apostilamento, ao Contrato Administrativo nº 1015/2023, firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria e a empresa A MOBILIA INDUSTRIAL E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 76.489.681/0001-65, que tem por objeto a locação do imóvel que abriga a Delegacia da Mulher e do Adolescente de São José dos Pinhais/PR**, visando o reajuste do valor mensal do contrato no percentual de 5,91% (cinco inteiros e noventa e um centésimos por cento), referente à aplicação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) acumulado nos últimos 12 meses, passando o valor mensal contratual de R$ 22.311,89 (vinte e dois mil trezentos e onze reais e oitenta e nove centavos) para **R$ 23.630,52 (vinte e três mil seiscentos e trinta reais e cinquenta e dois centavos)**, na forma da Minuta do Termo de Apostilamento (fls. 55/56);
II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;
III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;
IV. PUBLIQUE-SE no prazo legal;
V. ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 14 de julho de 2025
Cel. QORR PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

93573/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 23.820.765-7

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação 1813/2025-AT/SESP a celebração do contrato, entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado, e a Empresa **RENAULT DO BRASIL S.A.**, inscrita no CNPJ n° 00.913.443/0001-73, sediada no Município de São José dos Pinhais/PR – em utilização à Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico nº 90029/2024 – cujo objeto será a aquisição de veículos para serviço policial comunitário, para atender a demanda da Polícia Militar do Paraná - PMPR, no valor total de R$ 10.343.181,90 (dez milhões, trezentos e quarenta e três mil, cento e oitenta e um reais e noventa centavos), conforme Minuta do Contrato acostada às fls. 260/271;

II. DECLARO que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal, de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

III. **PRELIMINARMENTE** à formalização do ajuste deve o setor responsável verificar se **empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões**

de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

IV. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 14 de julho de 2025.
Cel. QORR PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

93352/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 23.826.939-3

I. AUTORIZO, nos termos do §7º, do art. 1º, do Decreto nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº. 18/2024-PGE, aprovado pela Procuradoria Geral do Estado por meio da Resolução PGE nº. 152/2024 e na Informação nº 1815/2025-AT/SESP, a celebração do Termo de Cooperação nº 108/2025–SESP/DEPPEN, entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública, executado com interveniência pelo Departamento de Polícia Penal (DEPPEN), Fundo Penitenciário e pelo ESCRITÓRIO SOCIAL DE CASCAVEL - ES, e do outro lado as CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANÁ, inscrita no CNPJ n° 75.063.164/0001-67, visando o estabelecimento de condições para proporcionar ocupação laborativa às Pessoas Privadas de Liberdade (PPL's) do Sistema Penal do Estado do Paraná, que estejam cumprindo pena em regime semiaberto harmonizado monitorado, como forma de readaptação ao meio social e em conformidade com o disposto no artigo 28 e seguintes da Lei de Execução Penal, Lei Federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984, conforme minuta do Termo de Cooperação (fls. 22/36) e Plano de Trabalho (fls. 39/51);

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, 14 de julho de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

93834/2025

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
CONSELHO DA POLÍCIA PENAL

Edital nº. 18/2025

A Secretária-Geral do Conselho da Polícia Penal do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 14, inciso V, da Resolução nº 342 de 16 de maio de 2023, torna pública a pauta disciplinar da Reunião Ordinária a ser realizada em **28 de julho de 2025,** a partir das 14h00, na sede do Departamento de Polícia Penal do Paraná, na Rua Maria Petroski, 3312, Bacacheri, Curitiba – PR, e que poderá ser acompanhada por videoconferência através do link https://www.webconf.pr.gov.br/b/kas-avc-vcu-jem.

JULGAMENTO

1 – Processo Administrativo Disciplinar, Protocolo 22.371.161-8
Processado: Anderson Ribeiro Nunes, CPF XXX.704.519-XX – Policial Penal;
Advogado: Dr. Leandro Aparecido Piovesan, OAB/PR 100.474.

Curitiba, 14 de julho de 2025.

Kássia de Quadros
Secretária-Geral

93582/2025

Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda

DESPACHO Nº 403/2025 – GS/SETR

Referente ao Protocolo nº 23.474.818-1

I. AUTORIZO, com fulcro no art. 5º da Lei Estadual nº 21.352/2023 e, art. 37, no caput do art. 585 e art. 598, ambos do Decreto nº 10.086/2022, com base na **Informação nº 451/2025-NFS/SETR (mov. 164), e na Informação Técnica nº 327/2025- AT/SETR (mov. 165)**, em atenção a extinção do Contrato Administrativo nº 074/2018 (GMS nº 3468/2021), *bem como em analogia ao Acórdão 216/13-Tribunal Pleno, e nas Informações de n° 101/2018-ATJ/GAB-PGE, n° 1186/2023-PRC/PGE e no parecer 17/2018-PGE*, o pagamento por indenização pela utilização de imóvel destinado ao funcionamento da Agência do Trabalhador de Paranaguá, **referente ao período de 17/05/2025 a 03/06/2025, em benefício de em benefício de GHALIA ALI TASSI, inscrito(a) no CNPJ/CPF nº ***.912.259-**, MOHAMAD ALI TASSA, inscrito(a) no CNPJ/CPF nº ***.655.469-**, LAMIA ALI TASSA, inscrito(a) no CNPJ/CPF nº ***.854.699-**, no valor de TOTAL de R$ 3.933,46 (três mil novecentos e trinta e três reais e quarenta e seis centavos)**, desde que o presente protocolo esteja em acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 10.086/2022.

II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do SETR/NAS, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem.

III. DETERMINO, após a realização do pagamento, o encaminhamento do feito à Comissão de Processo Administrativo e, se for o caso, posteriormente a Comissão Disciplinar Permanente, para apurações de possíveis irregularidades.

IV. PUBLIQUE-SE, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

V. Ao SETR/NFS para providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Willian Porfirio Ribeiro

Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda

(Resolução nº 013/2025-SETR/GS)

93088/2025

DESPACHO Nº 404/2025 – SETR

Referente ao Protocolo nº 23.454.304-0

I. AUTORIZO, com fulcro no art. 5º da Lei Estadual nº 21.352/2023 e, art. 37, no caput do art. 585 e art. 598, ambos do Decreto nº 10.086/2022, com base na I**nformação nº 448/2025-NFS/SETR (mov. 146), e na Informação Técnica nº 328/2025-AT/SETR (mov. 147)**, em atenção a extinção do Contrato Administrativo formalizado em protocolo nº 14.249.981-9, *bem como em analogia ao Acórdão 216/13-Tribunal Pleno, e nas Informações de n° 101/2018-ATJ/GAB-PGE, n° 1186/2023-PRC/PGE e no parecer 17/2018-PGE,* o pagamento por indenização pela utilização de imóvel destinado ao funcionamento do Núcleo Regional do Trabalho de Jacarezinho, **referente ao período de 15/05/2025 a 14/06/2025, em benefício de em benefício de PLINIO MARCONDES MADUREIRA, inscrito(a) no CNPJ/CPF nº ***.097.309-**, e SILVIANNE MARCONDES MADUREIRA, inscrito(a) no CNPJ/CPF nº ***.376.309-**, no valor de TOTAL de R$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais) ,** desde que o presente protocolo esteja em acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 10.086/2022.

II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do SETR/NAS, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do Contrato, as habilitações fiscais e trabalhistas bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), devem estar dentro do prazo de validade e sem pendências, com exceção das situações autorizadas por este Ordenador de Despesas.

III. DETERMINO, após a realização do pagamento, o encaminhamento do feito à Comissão de Processo Administrativo e, se for o caso, posteriormente a Comissão Disciplinar Permanente, para apurações de possíveis irregularidades.

IV. PUBLIQUE-SE, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

V. Ao SETR/NFS para providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Willian Porfirio Ribeiro

Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda

(Resolução 013/2025 - SETR/GS)

93096/2025

DESPACHO Nº 408/2025 – GS/SETR

Referente ao Protocolo nº 23.948.253-8

I. AUTORIZO, com fulcro no art. 5º da Lei Estadual nº 21.352/2023, com fulcro na **Informação Técnica nº 326/2025-SETR/AT (mov. 20), com adimplemento quanto ao ressarcimento pela disposição funcional do servidor PAULO CESAR DOS SANTOS, RG nº 1.***.*31-0, conforme Decreto nº 9.568/2025**, **no valor mensal de R$ 15.937,95 (quinze mil novecentos e trinta e sete reais e noventa e cinco centavos), referente ao mês de maio de 2025**, **em benefício a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF nº 77.799.542/0001-09,** em que pese a existência de pendência junto ao **Poder Executivo Federal relativa a Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e a Dívida Ativa da União (mov. 27)**, uma vez que houve que o(a) servidor(a) tem prestado serviços públicos a este órgão, conforme previsão legal.

II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

sendo de inteira responsabilidade do SETR/NRHS, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem, com exceção as situações autorizadas por este Ordenador de Despesas.

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

IV. Ao SETR/NFS para providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Willian Porfirio Ribeiro

Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda

(Resolução 013/2025 - SETR/GS)

93101/2025

DESPACHO Nº 411/2025 – SETR

Referente ao Protocolo nº 24.177.383-3

I. AUTORIZO, com fulcro no art. 5º da Lei Estadual nº 21.352/2023 e, art. 37, no *caput* do art. 585 e art. 598, ambos do Decret Estadual nº 10.086/2022, com base na **Informação nº 468/2025-NFS/SETR (mov. 48), e na Informação Técnica nº 339/2025-AT/SETR (mov. 49)** em atenção a extinção do Contrato Administrativo nº 010/2020 (GMS n° 2086/2020), bem como em analogia ao Acórdão 216/13-Tribunal Pleno, e nas Informações de n° 101/2018-ATJ/GAB-PGE, n° 1186/2023-PRC/PGE e no parecer 17/2018-PGE, o pagamento por indenização pela utilização de imóvel destinado ao funcionamento da **Agência do Trabalhador de ANDIRÁ, referente ao período de 20.05.2025 a 19.06.2025,** em benefício de em benefício de PATRICIA TRABAQUINI OLIVEIRA, inscrito(a) no CNPJ/CPF nº ***.534.109-** e PRISCILA TRABAQUINI DE SOUZA, inscrito(a) no CNPJ/CPF nº ***.111.479-**, no valor de TOTAL de **R$ 1.262,48 (hum mil duzentos e sessenta e dois reais e quarenta e oito centavos),** desde que o presente protocolo esteja em acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 10.086/2022.

II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do SETR/NAS, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do Contrato, as habilitações fiscais e trabalhistas bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), devem estar dentro do prazo de validade e sem pendências, com exceção das situações autorizadas por este Ordenador de Despesas.

III. DETERMINO, após a realização do pagamento, o encaminhamento do feito à Comissão de Processo Administrativo e, se for o caso, posteriormente a Comissão Disciplinar Permanente, para apurações de possíveis irregularidades.

IV. PUBLIQUE-SE, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

V. Ao SETR/NFS para providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Willian Porfirio Ribeiro

Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda

(Resolução 013/2025 - SETR)

93155/2025

DESPACHO nº 416/2025 – SETR

Referente ao Protocolo nº 23.488.343-7

I. HOMOLOGO om fulcro no art. 4º da Lei Estadual nº 21.352/2023, nos artigos 13, inciso VIII, e 107 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, com fundamentos no **Relatório de Dispensa – UASG 930210, mov. 44**, considerando que houve a **aprovação do Termo de Referência nº 004/2025 (mov. 27), sendo autorizado a publicação do processo de dispensa eletrônica em sistema "compras.gov", a Dispensa Eletrônica nº 90017/2025 (critério de: PREÇO GLOBAL,** a qual tem por objeto a **fornecimento e instalação de 378 m² (Trezentos e setenta e oito metros quadrados) de persianas, mão de obra e materiais**, com fundamento no art. 75, inciso II da Lei Federal de n° 14.133/2021, de acordo com especificações estabelecidas em aviso de contratação direta e seus anexos, por dispensa de licitação, em lote único, tendo como empresa vencedora: **IJS CORTINAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ 27.211.941/0001-20, com melhor lance no valor GLOBAL de R$ 55.316,00 (cinquenta e cinco mil trezentos e dezesseis reais), e valor TOTAL da aquisição de R$ 55.316,00 (cinquenta e cinco mil trezentos e dezesseis reais)**, desde que o presente protocolo e dispensa estejam em acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 10.086/2022.

II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do **SETR/NAS**, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do Contrato, as habilitações fiscais e trabalhistas bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), devem estar dentro do prazo de validade e sem pendências.

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

IV. Ao **SETR/NFS** para providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Willian Porfirio Ribeiro

Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda

(Resolução nº 013/2025-SETR/GS)

93157/2025

DESPACHO nº 417/2025 – SETR

Referente ao Protocolo nº 23.183.639-0

I. HOMOLOGO om fulcro no art. 4º da Lei Estadual nº 21.352/2023, nos artigos 13, inciso VIII, e 107 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, com fundamentos no **Relatório de Dispensa – UASG 930210, mov. 65**, considerando que houve a **aprovação do Termo de Referência nº 003/2025 (mov. 34), sendo autorizado a publicação do processo de dispensa eletrônica em sistema "compras.gov", a Dispensa Eletrônica nº 90016/2025 (critério de: MENOR PREÇO/MAIOR DESCONTO),** a qual tem por objeto a **aquisição de 10.000 (dez mil) plaquetas/etiquetas de identificação de patrimônio**, com fundamento no art. 75, inciso II da Lei Federal de n° 14.133/2021, de acordo com especificações estabelecidas em aviso de contratação direta e seus anexos, por dispensa de licitação, em lote único, tendo como empresa vencedora: **SILVEIRA & DALMAS LTDA, CNPJ 27.745.509/0001-10, com melhor lance no valor UNITÁRIO de R$ 0.32 (trinta e dois centavos), e valor TOTAL da aquisição de R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais)**, desde que o presente protocolo e dispensa estejam em acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 10.086/2022.

II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do **SETR/NAS**, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do Contrato, as habilitações fiscais e trabalhistas bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), devem estar dentro do prazo de validade e sem pendências.

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

IV. Ao **SETR/NFS** para providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Willian Porfirio Ribeiro

Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda

(Resolução nº 013/2025-SETR/GS)

93163/2025

DESPACHO Nº 421/2025 – SETR

Referente ao Protocolo nº 23.822.009-2

I. AUTORIZO, com fulcro nos artigos 108, § 3.º, II, 112, § 12 e, 113 e seguintes da Lei Estadual n.º 15608/2007, assim como, o disposto nos artigos 40, XI e 65, § 8.º da Lei Federal n.º 8666/1993, com base na **Informação nº 428/2025-NFS/SETR (mov. 30) e na Informação nº 340/2025-AT/SETR (mov. 42) a repactuação do valor do Contrato Administrativo nº 1402/2023, o qual tem por objeto a contratação serviços continuados limpeza, asseio e conservação, formalizado junto a empresa RCA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA, inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º 69.207.850/0001-61, no valor mensal de R$ 448,22 (quatrocentos e quarenta e oito reais e vinte e dois centavos) e total de R$ 5.378,64 (cinco mil, trezentos e setenta e oito reais e sessenta e quatro centavos) total do período 12 (doze) meses, reajustando o valor mensal do contrato para R$ 5.352,18 (cinco mil, trezentos e cinquenta e dois mil e dezoito reais)**, desde que cumpridas as exigências estabelecidas em lei.

II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do SETR/NAS, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do Contrato, as habilitações fiscais e trabalhistas bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), devem estar dentro do prazo de validade e sem pendências.

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

IV. Ao SETR/NFS para providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Willian Porfirio Ribeiro

Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda

(Resolução 013/2025 - SETR/GS)

93171/2025

DESPACHO Nº 422/2025 – SETR

Referente ao Protocolo nº 23.821.763-6

I. AUTORIZO, com fulcro nos artigos 108, § 3.º, II, 112, § 12 e, 113 e seguintes da Lei Estadual n.º 15608/2007, assim como, o disposto nos artigos 40, XI e 65, § 8.º da Lei Federal n.º 8666/1993, com base na **Informação nº 430/2025-NFS/SETR (mov. 36) e na Informação nº**

341/2025-AT/SETR (mov. 48) a repactuação do valor do Contrato Administrativo nº 1360/2023, o qual tem por objeto a contratação serviços continuados de Auxiliar de Serviços Gerais, Servente de Limpeza, Porteiro, Copeira e Almoxarife , formalizado junto a empresa RCA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 69.207.850/0001-61, no valor mensal de R$ 9.322,90 (nove mil, trezentos e vinte e dois reais e noventa centavos) e total de R$ 111.874,80 (cento e onze mil, oitocentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos) total do período 12 (doze) meses, reajustando o valor mensal do contrato para R$ 111.323,98 (cento e onze mil, trezentos e vinte e três reais e noventa e oito centavos), desde que cumpridas as exigências estabelecidas em lei.

II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do SETR/NAS, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do Contrato, as habilitações fiscais e trabalhistas bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), devem estar dentro do prazo de validade e sem pendências.

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

IV. Ao SETR/NFS para providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Willian Porfirio Ribeiro

Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda

(Resolução 013/2025 - SETR/GS)

93173/2025

RESOLUÇÃO N.º 031/2025 – SETR

Institui a Comissão de Avaliação de Inservibilidade e/ou desnecessidade de bens móveis e veículos, Comissão Permanente de Procedimentos Patrimoniais – COPPA, Comissão Inventariante de Bens, Comissão de Recebimento de Materiais Permanentes e de Consumo e Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD, bem como avaliá-los para fins de alienação da Secretaria do Estado do Trabalho Qualificação e Renda – SETR.

O **DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E RENDA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 003, de 01 de janeiro de 2023, nomeado pelo Decreto nº 9410/2025, publicado no Diário Oficial do Paraná do dia 02 de abril de 2025, edição 11876, considerando a Resolução nº 019/2023 – SETR,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir, no âmbito da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR, as seguintes comissões:

I – Comissão de Recebimento de Avaliação de Inservibilidade e/ou desnecessidade de bens móveis e veículos;

II – Comissão Permanente de Procedimentos Patrimoniais – COPPA;

III – Comissão Inventariante de Bens;

IV – Comissão de Recebimento de Materiais Permanentes e de Consumo; e,

V – Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD.

Art. 2º Os seguintes servidores integrarão a Comissão ora instituída;

I – Cleverson Paulo Amorim, portador da cédula de identidade RG nº 8.***.*13-0;

II – Debora Gonçalves Rodrigues, portadora da cédula de identidade RG nº 9.***.*66-0; e,

III – Leila Milfont Rameh, portadora da cédula de identidade RG nº ***.*12-7.

Art. 3° Designar o servidor **Cleverson Paulo Amorim**, portador da cédula de identidade RG nº 8.***.*13-0 como Presidente, e na sua impossibilidade ou ausência, fica designada a servidora **Debora Gonçalves Rodrigues**, portadora da cédula de identidade RG nº 9.***.*66-0.

Art. 4° Designar a servidora **Fabiana Rodrigues Ribeiro**, portadora da cédula de identidade RG nº 4*.***.*11-4, para compor, somente, a comissão de Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD.

Art. 5° Designar o servidor **Roberto dos Santos Filho** como representante do DEAP/SEAP somente, a comissão de Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD.

Art. 6º Fica revogada as Resoluções nº 025/2025-SETR e 019/2023-SETR, bem como demais disposições em contrário.

Art. 7º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.

Willian Porfirio Ribeiro

Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda

(Resolução nº 013/2025 – SETR)

93146/2025

RESOLUÇÃO Nº 037/2025 – SETR

(Protocolo nº 23.937.657-6)

Dispõe sobre a designação de Agente de Contratação, Equipe de Apoio e Pregoeiro no âmbito desta Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda.

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E RENDA, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º da Lei n° 21.352, de 01 de janeiro de 2023, regulamentada pelo Decreto nº 03, de Janeiro de 2023, nomeado pelo Decreto nº 9410/2025, publicado no Diário Oficial do Paraná do dia 02 de abril de 2025, edição nº 11876,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **GISLAINE CRISTINA ALVES DA SILVA, RG nº *.***.224-*2**, para exercer a função de Agente de Contratação/Pregoeiro, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto Estadual nº 10.086/2022.

Parágrafo único. Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro.

Art. 2º O Agente de Contratação deverá tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

Art. 3º O Agente de Contratação tem as seguintes atribuições:

I – auxiliar, quando solicitado, na elaboração dos atos da fase interna que não são suas atribuições;

II – coordenar e conduzir os trabalhos da equipe de apoio;

III – receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos;

IV – iniciar e conduzir a sessão pública da licitação;

V – receber e examinar as credenciais e proceder ao credenciamento dos interessados;

VI – receber e examinar a declaração dos licitantes dando ciência da regularidade quanto às condições de habilitação;

VII – verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

VIII – coordenar a sessão pública e o envio de lances e propostas;

IX – verificar e julgar as condições de habilitação;

X – conduzir a etapa competitiva dos lances e propostas;

XI – sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica e, se necessário, afastar licitantes em razão de vícios insanáveis;

XII – receber recursos, apreciar sua admissibilidade e, se não reconsiderar a decisão, encaminhá-los à autoridade competente;

XIII – proceder à classificação dos proponentes depois de encerrados os lances;

XIV – indicar a proposta ou o lance de menor preço e a sua aceitabilidade;

XV – indicar o vencedor do certame;

XVI - no caso de licitação presencial, receber os envelopes das propostas de preço e dos documentos de habilitação, proceder à abertura dos envelopes das propostas de preço, ao seu exame e à classificação dos proponentes;

XVII – negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;

XVIII – elaborar, em parceria com a equipe de apoio, a ata da sessão da licitação;

XIX – instruir e conduzir os procedimentos auxiliares e os procedimentos para contratação direta;

XX – encaminhar o processo licitatório, devidamente instruído, após a sua conclusão, às autoridades competentes para a homologação e contratação;

XXI – propor à autoridade competente a revogação ou a anulação da licitação;

XXII – propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

XXIII – inserir os dados referentes ao procedimento licitatório e/ou à contratação direta no Portal Nacional de Contratações Públicas (PCP), no sítio oficial da Administração Pública na internet, e providenciar as publicações previstas em lei, quando não houver setor responsável por estas atribuições.

Parágrafo único. O agente de contratação, inclusive o pregoeiro, poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

Art. 4° Fica designada a servidora **Karin Rosario Carneiro Van Helvoort, RG nº 7.***.*33-6**, como membro da equipe de apoio, que auxiliará o Agente de Contratação/Pregoeiro, na condução dos processos licitatórios.

Art. 5º Caberá à equipe de apoio auxiliar o Agente de Contratação/Pregoeiro nas etapas do processo licitatório.

Art. 6º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

I – admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;

c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato.

II – estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional;

III – opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei.

§1º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

§2º As vedações de que trata este artigo se estendem a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

Art. 7º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução 010/2025.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Willian Porfírio Ribeiro

Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda

(RESOLUÇÃO Nº 013/2025 – SETR)

93130/2025

RESOLUÇÃO N.° 039/2025 – SETR

(Protocolo nº 24.225.590-9)

Determina a instauração de Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades relacionados no controle de frequência de servidores vinculados ao Núcleo Regional do Trabalho de Londrina desta SETR.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E RENDA, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º da Lei n° 21.352/2023, regulamentada pelo Decreto nº 03/2023, nomeado pelo Decreto nº 9.410/2025, e com fundamentos no art. 100, inciso II, da Lei nº 20.656/2021, em razão de medida preventiva e investigativa legalmente prevista,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Sindicância Administrativa para apuração de indícios de irregularidades referentes a irregularidades relacionados no controle de frequência de servidores vinculados ao Núcleo Regional do Trabalho de Londrina desta SETR, conforme os elementos constantes no Protocolado nº 24.225.590-9, que faz referência aos fatos narrados no memorando 008/2025-SETR/NAS, supostamente ocorridos no âmbito da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda.

Art. 2° Designar os agentes públicos: Eloise Zanon, portadora do RG sob nº 9.***.*78-9; e Matheus José Gonçalves da Silva, portador do RG sob nº 10.***.*95-4; para sob a presidência da primeira nominada, comporem a comissão de Sindicância que promoverá os atos necessários à presente apuração;

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

(Assinado digitalmente)
Willian Porfirio Ribeiro

Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda

(Resolução nº 013/2025 – SETR)

93140/2025

RESOLUÇÃO N.° 038/2025 – SETR

(Protocolo nº 24.222.321-7)

Determina a instauração de Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades relacionados ao extravio de equipamentos de patrimônio da SETR.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E RENDA, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º da Lei n° 21.352/2023, regulamentada pelo Decreto nº 03/2023, nomeado pelo Decreto nº 9.410/2025, e com fundamentos no art. 100, inciso II, da Lei nº 20.656/2021, em razão de medida preventiva e investigativa legalmente prevista,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Sindicância Administrativa para apuração de indícios de irregularidades referentes ao extravio de:

Nº	PATRIMÔNIO	DESCRIÇÃO DO ITEM
01	100.001.791.127	NOTEBOOK SAMSUNG CHROMEBOOK XE310XBA-K01
02	100.001.791.153	Smartphones XIAOMI REDMI NOTE 12 PRO 256GB
03	100.001.791.126	Smartphones XIAOMI REDMI NOTE 12 PRO 256GB
04	100.001.791.158	Smartphones XIAOMI REDMI NOTE 12 PRO 256GB
05	100.001.794.758	NOTEBOOK DELL NKKD7
06	100.001.791.027	Notebook APPLE Macbooks AIR 13INCH 256GB SSD – A2337
07	100.001.791.148	Smartphones XIAOMI REDMI NOTE 12 PRO 256GB
08	100.001.791.047	TABLET APPLE IPAD 9TH 64GB
09	Sem Patrimônio	Smartphones XIAOMI POCO M4 PRO 128 GB
10	100.001.966.828	NOTBOOK HP - SEJUF

, conforme os elementos constantes no Protocolado nº 24.222.321-7, que faz referência aos fatos narrados no memorando 281/2025-SETR/NAS, supostamente ocorridos no âmbito da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda.

Art. 2° Designar os agentes públicos: Suelen Glinski Rosa, portadora do RG sob nº 8.***.*83-0; e Karina Scalia Alves Kulig, portadora do RG sob nº 10.***.*40-0; para sob a presidência da primeira nominada, comporem a comissão de Sindicância que promoverá os atos necessários à presente apuração;

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

(Assinado digitalmente)
Willian Porfirio Ribeiro

Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda

(Resolução nº 013/2025 – SETR)

93118/2025

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2044/2024 QUE ABRIGA A AGÊNCIA DO TRALHADOR DE MEDIANEIRA.

PROTOCOLO Nº 23.474.390-2

Objeto: Termo de Apostilamento ao contrato administrativo n.º **2324/2024**, sob o protocolado nº **23.474.390-2,** que faz o Estado do Paraná, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E RENDA – SETR**, representada por seu Diretor-Geral, **WILLIAN PORFIRIO RIBEIRO**, portador do RG nº ***.***.409-2** e do CPF nº *****.741.969–****, nomeado pelo Decreto nº **9.410/2025**, publicação no Diário Oficial do Estado, edição n.º **11876**.

Fica aplicado o reajuste, **10 de fevereiro de 2025,** o valor mensal do Contrato será reajustado pelo **IGP-M em 6,747040** %, passando de **R$ 3.158,44 (três mil e cento e cinquenta e oito reais e quarenta e quatro centavos)** para **R$ 3.371,54 (três mil e trezentos e setenta e um reais e cinquenta e quatro centavos).**

Tais despesas correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:
– **06300.6302.11.333.36.8472** – Políticas Públicas do Trabalho, Emprego e Renda, Natureza de Despesa **3390.3600** – OST – Pessoa Física, Subelemento **3615** – Locação de Imóveis – Fonte **761.000102.**
– **06360.6360.11.333.36.8049** – Ações do Fundo Estadual do Trabalho, Natureza de Despesa **3390.3600** – OST – Pessoa Física, Subelemento **3615** – Locação de Imóveis – Fonte **700.000281.**

Autorizado através de Despacho Secretarial nº **342/2025** em 27 de junho de 2025.

Willian Porfírio Ribeiro
Diretor-Geral
Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução nº 013/2025-SETR/GS)

93524/2025

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 1870/2024 QUE ABRIGA A AGÊNCIA DO TRALHADOR DE CAMPO LARGO.

PROTOCOLO Nº 24.065.494-6

Objeto: Termo de Apostilamento ao contrato administrativo n.º **1870/2024**, sob o protocolado nº **24.065.494-6,** que faz o Estado do Paraná, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E RENDA – SETR**, representada por seu Diretor-Geral, **WILLIAN PORFIRIO RIBEIRO**, portador do RG nº ***.***.409-2** e do CPF nº *****.741.969–****, nomeado pelo Decreto nº **9.410/2025**, publicação no Diário Oficial do Estado, edição n.º **11876**.

Fica aplicado o reajuste, **13 de maio de 2025,** o valor mensal do Contrato será reajustado pelo IGP-DI, com o índice de **8,119930 %,** passando de **R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais)** para **R$ 13.514,99 (treze mil e quinhentos e quatorze reais e noventa e nove centavos).**

Tais despesas correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Unidade Gestora:	630000 – Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
Programa/ Atividade:	6302.11.333.36.8472 – Políticas Públicas do Trabalho, Emprego e Renda 6360.11.333.36.8049 – Ações do Fundo Estadual do Trabalho
Natureza de Despesa:	3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Subelemento:	39.10 – Locação de Imóveis
Fontes de Recursos:	761.000102 – Recursos de FECOP – Lei Est. N° 18.573, de 30/09/2015 700.000281 – As Receitas Oriundas de Convênios ou Outras Transferências devem ter Detalhamento Específicos no Momento da Arrecadação da Receita

Autorizado através de Despacho Secretarial nº **367/2025** em 23 de junho de 2025.

Willian Porfírio Ribeiro
Diretor-Geral
Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução nº 013/2025-SETR/GS)

93151/2025

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2624/2024 QUE ABRIGA A AGÊNCIA DO TRALHADOR DE PORTO AMAZONAS.

PROTOCOLO Nº 24.066.786-0

Objeto: Termo de Apostilamento ao contrato administrativo n.º **2324/2024**, sob o protocolado nº **24.066.786-0,** que faz o Estado do Paraná, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E RENDA – SETR**, representada por seu Diretor-Geral, **WILLIAN PORFIRIO RIBEIRO**, portador do RG nº ***.***.409-2** e do CPF nº *****.741.969–****, nomeado pelo Decreto nº **9.410/2025**, publicação no Diário Oficial do Estado, edição n.º **11876**.

Fica aplicado o reajuste, **10 de maio de 2025,** o valor mensal do Contrato será reajustado pelo IGP-DI, com o índice de **8,119930 %,** passando de **R$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais)** para **R$ 1.946,16 (mil, novecentos e quarenta e seis reais e dezesseis centavos).**

Tais despesas correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Unidade Gestora:	630000 – Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
Programa/ Atividade:	6302.11.333.36.8472 – Políticas Públicas do Trabalho, Emprego e Renda 6360.11.333.36.8049 – Ações do Fundo Estadual do Trabalho
Natureza de Despesa:	3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Subelemento:	39.10 – Locação de Imóveis
Fontes de Recursos:	761.000102 – Recursos de FECOP – Lei Est. N° 18.573, de 30/09/2015 700.000281 – As Receitas Oriundas de Convênios ou Outras Transferências devem ter Detalhamento Específicos no Momento da Arrecadação da Receita

Autorizado através de Despacho Secretarial nº **382/2025** em 27 de junho de 2025.

Willian Porfírio Ribeiro
Diretor-Geral
Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução nº 013/2025-SETR/GS)

93156/2025

DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA Nº 026/2025
(Protocolo nº 24.196.044-7)

Considerando a necessidade de emissão de termo de apostilamento para a retificação das datas de início do direito adquirido a repactuação do contrato GMS n° 1630/2023; e,

Considerando o disposto no art. 37 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, regulamentado pelo art. 2º do Decreto nº 62.115, de 12 de janeiro de 1968;

RECONHEÇO a exatidão da dívida perante o(a) credor(a) PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA, inscrita no CNPJ sob o nº 78.533.312/0001-58, no valor TOTAL de R$ 4.238,39 (quatro mil duzentos e trinta e oito reais e trinta e nove centavos), em razão do direito adquirido da referida empresa, através da cláusula 4.2.2 o contrato e dos referidos avisos da SEAP, descritos na minuta a ser firmada, à repactuação das datas de suas CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO – CCT anuais.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Willian Porfírio Ribeiro

Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução nº 013/2023-SETR/GS)

93175/2025

DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA Nº 027/2025
(Protocolo nº 24.195.821-3)

Considerando a necessidade de emissão de termo de apostilamento para a retificação das datas de início do direito adquirido a repactuação do contrato GMS n° 1595/2023; e,

Considerando o disposto no art. 37 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, regulamentado pelo art. 2º do Decreto nº 62.115, de 12 de janeiro de 1968;

RECONHEÇO a exatidão da dívida perante o(a) credor(a) PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS , inscrita no CNPJ sob o nº 04.970.088/0001-25, no valor TOTAL de R$ 4.416,63 (quatro mil quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e três centavos), em razão do direito adquirido da referida empresa, através da cláusula 4.2.2 o contrato e dos referidos avisos da SEAP, descritos na minuta a ser firmada, à repactuação das datas de suas CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO – CCT anuais.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Willian Porfírio Ribeiro

Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução nº 013/2023-SETR/GS)

93222/2025

DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA Nº 028/2025
(Protocolo nº 24.195.899-0)

Considerando a necessidade de emissão de termo de apostilamento para a retificação das datas de início do direito adquirido a repactuação do contrato GMS n° 2178/2022; e,

Considerando o disposto no art. 37 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, regulamentado pelo art. 2º do Decreto nº 62.115, de 12 de janeiro de 1968;

RECONHEÇO a exatidão da dívida perante o(a) credor(a) PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS , inscrita no CNPJ sob o nº 04.970.088/0001-25, no valor TOTAL de R$ 3.236,53 (três mil duzentos e trinta e seis reais e cinquenta e três centavos), em razão do direito adquirido da referida empresa, através da cláusula 4.2.2 o contrato e dos referidos avisos da SEAP, descritos na minuta a ser firmada, à repactuação das datas de suas CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO – CCT anuais.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Willian Porfírio Ribeiro

Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução nº 013/2023-SETR/GS)

93226/2025

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2178/2022

PROTOCOLO Nº 23.917.458-2

Objeto: Quarto Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 2178/2022, sob protocolado nº 19.002.233-1, em razão da **PRORROGAÇÃO do prazo de vigência** no presente Contrato, o qual fora formalizado entre a **SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO QUALIFICAÇÃO E RENDA – SETR** e a empresa **PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS**, cujo objeto é prestação de serviços continuados de limpeza, asseio, conservação e outros, fica prorrogada a vigência do contrato pelo prazo de **03 (três) meses**, a partir de **13/07/2025** até **12/10/2025,** mantido o valor mensal do contrato, que é de **R$ 4.291,79** (quatro mil, duzentas e noventa e um reais e setenta e nove centavos).

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Tais despesas correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

06300.6302.11.122.36.8233 – Gestão Administrativa – SETR, Natureza de Despesa **3390.3700** – Locação de Mão de Obra, Subelemento **3701** – Limpeza e conservação – **Fonte 500.**

Autorizado através de Despacho Secretarial nº 426/2025 em 10/07/2025.

Curitiba, 11 de julho de 2025.

Paulo Rogério do Carmo
Secretário de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda

93438/2025

Receita Estadual do Paraná

PORTARIA REPR Nº 112/2025

A DIRETORA DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ – REPR, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 4º do Regimento da REPR, aprovado pela Resolução SEFA nº 484/2025, bem como, o contido no eProtocolo nº 24.288.618-6, resolve:

TIPO DE ALTERAÇÃO, DATA OU PERÍODO	NOME, RG, CARGO OU NÍVEL	PARA (LOTAÇÃO, CARGO OU FUNÇÃO)
DESIGNAR DE **28.7.2025** a **08.8.2025**	RICARDO LANNA CAMPOS RG nº 13.793.663-1 AF-H	Ocupante da Função de Gestão Tributária – Assistente – Símbolo "G", para responder cumulativamente pela chefia da **Divisão de Combustíveis – DCOM**, da Coordenação de Fiscalização – CFI, em substituição ao titular Roberto Ferraz de Campos, RG nº 4.352.588-3, que ocupa a Função de Gestão Tributária – **Chefe de Divisão – Símbolo "F"**, por motivo de férias.

Curitiba, 9 de julho de 2025.

Davidson Benjamim Lessa Mendes
Diretor-adjunto da REPR
Delegação de Competência – Portaria nº 83/2024

93244/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ
CONTROLE DE AUTOS DE INFRAÇÃO

Intimação para pagamento - Edital n. 9/2025

A Receita Estadual do Paraná intima os sujeitos passivos abaixo relacionados para pagamento do crédito tributário originário de auto de infração:

1°) julgado parcial ou integralmente procedente e com decisão administrativa transitada em julgado, nos termos do inciso I do artigo 43 da Lei n. 18.877, publicada em 30 de setembro de 2016; e/ou,

2°) que não teve apresentação de reclamação (revel) ou a apresentação desta foi intempestiva (fora de prazo), sendo denegado seu prosseguimento nos termos do inciso III do artigo 14 da Lei n. 18.877/2016, combinado com o § 3° do mesmo artigo, fatos que encerram a instância administrativa de acordo com o inciso I do artigo 44 da Lei n. 18.877/2016.

Decorridos dez dias corridos da publicação deste edital, serão consideradas efetuadas as intimações (Lei n. 18.877/2016, artigo 25, parágrafo 4°, inciso IV), começando a contagem do prazo de até trinta dias corridos, contados na forma do artigo 36 da Lei n. 11.580/1996 (e adotando-se o calendário de expediente bancário do município a sede da DRR da origem da medida fiscal), para pagamento ou parcelamento do crédito tributário devidamente atualizado, sob pena de inscrição em dívida ativa do Estado e no Cadin Estadual (Lei n. 18.466/2015).

Para os autos de infração relativos ao ICMS, o valor da multa e respectivos juros de mora serão reduzidos em dez por cento (Lei n.11.580/1996, artigo 40, parágrafo 1°, inciso III, combinado com o parágrafo 2°), desde que pago até o trigésimo dia da data da intimação, juntamente com as demais quantias exigidas.

Em caso de pagamento dos autos de infração relativos ao ITCMD, cujos fatos geradores tenham ocorrido a partir de 1°.1.2016, havendo a aplicação da penalidade prevista nos incisos I, II ou III do parágrafo 1° do artigo 33 da Lei n. 18.573/2015, o valor da multa e respectivos juros de mora serão reduzidos em dez por cento (artigo 33, parágrafo 2°, inciso III, c/c parágrafo 3°, da Lei n. 18.573/2015), desde que pago até o trigésimo dia da data da intimação, juntamente com as demais quantias exigidas.

Relação dos Autos de Infração

DRR-A.I.	Identificação	Sujeito Passivo
05-7206719-3	134698199-04	ALFREDO STEFAN

Curitiba, 14 de julho de 2025

SUZANE APARECIDA GAMBETTA DOBJENSKI
Diretora da Receita Estadual do Paraná

93332/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA Nº 00028/2025

Nos termos do inciso III, do parágrafo 2º, do artigo 57, da Lei n. 11580/96; art 43 da Lei n. 18.877/2016; art. 11-A e alínea ‘’a’’ , do inciso XI, do artigo 17 da Lei n. 14.260/2003; inciso III, do art. 35 da Lei n. 18.573/2015 e Lei n. 4.320/1964, notificamos os contribuintes abaixo relacionados para que, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da publicação deste edital no Diário Oficial Executivo do Estado do Paraná, efetuem o pagamento dos créditos inscritos em dívida ativa, acrescidos de

juros de mora, previstos no art. 38 da Lei n. 11.580/1996. Transcorrido o prazo acima mencionado, as certidões de dívida ativa estarão sujeitas a:
a) protesto extrajudicial, nos termos do parágrafo único do art.1º, da Lei n. 9.492/97 e Provimento 230/12, da Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça do Paraná, com incidência de emolumentos e demais despesas;
b) execução fiscal, nos termos da Lei n. 6.830/80, com a cobrança de custas judiciais, honorários e penhora de bens;
c) inscrição no Cadastro Informativo Estadual - Cadin, nos termos da Lei n. 18.466/2015.

A.CATADORES DE MAT.REC.CIDADE NORTE FRANCISCO BELTRAO - 26318664/0001-97 - 03671557-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00125593 - 32.962,26 - **AB DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS - EIRELI - 12821372/0001-68 -** 03671622-3 - ICMS - EPAF 80059345 - 69.993,21 - **ABIB MIGUEL - 027501049-04 -** 03671341-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00140008 - 140.679,48 - 03671372-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00140009 - 953,78 - **ADAO JOEL SANTOS DO CARMO - 633771609-49 -** 03671415-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00126259 - 2.501,72 - **ADELIO ESTACIO DA SILVA - 014883989-41 -** 03671396-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00126603 - 744,72 - **ADHEMAR FRANCISCO REJANI - 585720829-72 -** 03671522-7 - DESAPROVACAO/ CONTAS - CET. T. CONTAS 0131/2025 - 11.384,32 - **ADILCO CAMPERA - 604010019-20 -** 03671563-4 - DESAPROVACAO/ CONTAS - CET. T. CONTAS 0657/2024 - 1.473,43 - **ADILSON FABIANO DE ALMEIDA - 006646309-28 -** 03671367-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00138262 - 7.520,75 - **ADINEI APARECIDA TORIANI - 867273039-91 -** 03671339-9 - AGRICULTURA/ ADAPAR - AUTO 32663 - 1.397,20 - **ADRIANO CARLOS BUENO - 924122039-20 -** 03671462-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00120475 - 10.831,85 - **AGUINALDO RODRIGUES DOS SANTOS - 882670409-00 -** 03671467-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00139694 - 232.409,71 - **AILTON TADEU FERNANDES - 042146738-08 -** 03671623-1 - ICMS - EPAF 80015445 - 83.100,56 - **ALAM CALIXTO JUNIOR - 085702239-35 -** 03671530-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00149152 - 5.017,66 - **ALBARI GUIMORVAM FONSECA DOS SANTOS - 545849579-91 -** 03671562-6 - DESAPROVACAO/ CONTAS - CET. T. CONTAS 0451/2024 - 41.589,60 - **ALCEU FERREIRA - 519031219-49 -** 03671574-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00142614 - 14.037,65 - **ALCIONE CARVALHO SANTANA - 229543411-49 -** 03671436-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00136190 - 1.578,49 - **ALDNEI SIQUEIRA - 530587209-04 -** 03671493-0 - DESAPROVACAO/ CONTAS - CET. T. CONTAS 0281/2025 - 27.177,80 - **ALESSANDRO ESBER - 023820549-56 -** 03671525-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00143659 - 21.258,99 - **ALEX GOMES VIEIRA - 296475598-10 -** 03671588-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00144336 - 7.172,94 - **ALEX MAMEDIO PINHEIRO DA COSTA - 068008229-81 -** 03671451-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00125221 - 180.940,00 - 03671536-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00125219 - 46.001,69 - **ALEXANDER DE OLIVEIRA - 834199699-53 -** 03671384-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00128919 - 7.294,85 - **ALEXANDRE KNOPCKE - 254648689-68 -** 03671551-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00141184 - 36.003,42 - **ALMIR JOAO DE OLIVEIRA - 017078649-85 -** 03671405-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00143679 - 12.747,36 - **ALVARO FELIPE VALERIO - 045826149-14 -** 03671398-4 - DESAPROVACAO/ CONTAS - CET. T. CONTAS 0485/2024 - 38.893,68 - 03671456-5 - DESAPROVACAO/ CONTAS - CET. T. CONTAS 0169/2025 - 11.443,28 - **AMANDA BEATRIZ DE ASSIS SILVESTRE - 148074229-52 -** 03671622-3 - ICMS - EPAF 80059345 - 69.993,21 - **AMANDA FRANCYELLE VENZEL - 090157899-16 -** 03671349-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00147029 - 6.031,40 - 03671413-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00147028 - 24.125,61 - **AMBROSIO KISSIL - 025072469-36 -** 03671534-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00136171 - 43.633,54 - **AMERICANAS S.A - 00776574/0006-60 -** 03671561-8 - PROCON - PROCESSO ADMINIST 004292/21 - 13.955,08 - **ANA CLAUDIA PEREIRA - 067998709-65 -** 03671394-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00141652 - 695,73 - **ANDERSON KLISIEVICZ - 093905739-55 -** 03671352-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00136850 - 16.373,98 - **ANDRE FERREIRA - 039506169-50 -** 03671585-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00136095 - 250.415,50 - **ANDREA CASTORINA DO CARMO - 064061839-16 -** 03671502-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00142926 - 7.351,52 - **ANTONIA PADOVAM MARANHO - 852305969-53 -** 03671468-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00130132 - 1.422,66 - **ANTONIO DEOCLIDES ZINI JUNIOR - 043910469-62 -** 03671628-2 - ITCMD - EPAF 80056800 - 44.152,28 - **ANTONIO FERREIRA - 363726929-53 -** 03671342-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00141310 - 3.539,22 - **ANTONIO GILBERTO GRUBA - 528892629-87 -** 03671428-0 - DESAPROVACAO/ CONTAS - CET. T. CONTAS 0656/2025 - 5.838,19 - **ANTONIO RODRIGUES DA SILVA - 078999470-49 -** 03671533-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00147851 - 5.617,79 - **ARAMEBRAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 90401487-76 -** 03671624-0 - ICMS - GIA 03/2024 - 732.819,25 - 03671625-8 - ICMS - GIA 04/2024 - 356.707,04 - **AREONALDO ANTONIO DE CAMARGO - 021597619-31 -** 03671508-1 - AGRICULTURA/ADAPAR - AUTO 48576 - 3.913,81 - **ARIEL DE CHRISTO PAULO - 053323869-23 -** 03671411-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00128972 - 7.378,08 - **ARNALDO DINIZ - 433821429-53 -** 03671426-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00128139 - 765,43 - **AYRTON LUIS BOLETTI - 611747939-53 -** 03671434-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00141897 - 3.345,09 - **AZUL SOLUCOES DE INFORMACOES CADASTRAIS E APOIO FINANC - 25301670/0001-79 -** 03671437-9 - PROCON - PROCESSO ADMINIST 003527/21 - 4.195,25 - **BANCO BMG SA - 61186680/0001-74 -** 03671457-3 - PROCON - PROCESSO ADMINIST 004528/21 - 7.106,75 - **BANCO BRADESCO S/A - 60746948/0001-12 -** 03671476-0 - PROCON - PROCESSO ADMINIST 005030/21 - 6.460,68 - 03671524-3 - PROCON - PROCESSO ADMINIST 005163/21 - 7.106,75 - **BANCO FICSA S/A. - 61348538/0001-86 -** 03671357-7 - PROCON - PROCESSO ADMINIST 005123/21 - 7.752,81 - 03671466-2 - PROCON - PROCESSO ADMINIST 005140/21 - 7.752,81 - 03671586-3 - PROCON - PROCESSO ADMINIST 005424/21 - 7.752,81 - **BELMOR LUIZ BATISTA DA SILVA - 757916849-91 -** 03671335-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00136151 - 8.180,78 - **BRAULIO FRANCA DA SILVA - 211152739-49 -** 03671482-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00147738 - 12.063,49 - **BRUNO SERGIO SIGOLO E SILVA - 285214248-17 -** 03671469-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00137196 - 5.329,35 - **CAIRO FOLADOR - 007052059-32 -** 03671421-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00126123 - 8.592,47 - **CARLA GRAZIELE ANDREATA - 081211639-94 -** 03671343-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00135775 - 7.912,93 - **CARLOS ALBERTO AGOSTINIS - 074252258-08 -** 03671603-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00127941 - 3.062,93 - **CARLOS ALBERTO DA SILVA NEVES - 330922570-49 -** 03671368-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00123194 - 1.904,21 - **CARLOS ERI RIBEIRO DUARTE - 762254969-04 -** 03671498-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00125130 - 4.580,86 - 03671537-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00125131 - 4.580,86 - **CARLOS HENRIQUE DE FREITAS - 187980038-10 -** 03671528-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00140630 - 47.226,42 - **CARLOS HULEK - 597115159-20 -** 03671389-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00138543 - 7.498,29 - **CARLOS MOREIRA MERETH - 500672499-49 -** 03671472-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00138199 - 10.529,05 - **CARLOS RENATO VEIGA - 038545539-94 -** 03671442-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00125704 - 31.906,48 - **CLAITON CLEBER MENDES - 014842809-62 -** 03671470-0 - DESAPROVACAO/ CONTAS - CET. T. CONTAS 0506/2024 - 8.929,84 - **CLAUDINO FRANCESQUETTO - 525027089-15 -** 03671547-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00149347 - 15.168,04 - **CLAUDIO GONZAGA DA SILVA - 047911138-37 -** 03671427-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00149363 - 5.661,92 - 03671443-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00148587 - 28.309,62 - **CLAUDIOMIR MARTINI - 607791019-87 -** 03671578-2 - DESAPROVACAO/ CONTAS - CET. T. CONTAS 0658/2024 - 1.473,43 - **CLAUDIR ANTONIO CELLA - 434989909-00 -** 03671538-3 - AGRICULTURA/ADAPAR - AUTO 32360 - 1.029,20 - **COLMIN TECNOLOGIA EM SEGURANCA LTDA - 09185697/0001-97 -** 03671587-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00124176 - 7.775,21 - **CRISTIANE MARIA RAZERA - 019376119-06 -** 03671569-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00137349 - 3.019,38 - **CRISTOFER FURMAN - 083996729-20 -** 03671464-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00127249 - 8.498,79 - **CSSB ALUMINIOS LTDA - 08593896/0001-71 -** 03671373-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00134336 - 11.323,84 - **CULINARIA ORIENTAL WIKIMAKI LTDA - 12973611/0001-03 -** 03671591-0 - PROCON - PROCESSO ADMINIST 002164/21 - 58.094,64 - **D A PORTES DE BARROS CACAMBAS - 31707860/0001-93 -** 03671429-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00126448 - 7.286,62 - **DAL PAI DIESEL LTDA - 07496467/0001-13 -** 03671520-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00126279 - 2.716,29 - **DANIEL DOS SANTOS HARTIWIG - 099777159-39 -** 03671511-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00143512 - 4.110,57 - **DANILO DE MATOS - 008647389-19 -** 03671492-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00138313 - 11.486,46 - **DARCI REONELDO EBERHARDT - 407461869-91 -** 03671505-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00132037 - 2.405,66 - **DARY CARVALHO - 703269839-53 -** 03671369-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00123026 - 1.082,92 - **DEBORA PRISCILLA HENNING - 052109629-46 -** 03671616-9 - PENA DE MULTA/FUPEN - PROTOCOLO 24.269.610-7 - 504,68 - **DENIS CARDOSO - 053818839-19 -** 03671455-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00148487 - 2.195,17 - **DEONICIO HILARIO ECKER - 335518989-87 -** 03671407-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00126198 - 10.949,47 - **DEONIR MOLON - 545861609-00 -** 03671494-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00144596 - 108.464,23 - 03671514-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00145136 - 12.912,54 - **DEVALCIR ESTEVAN - 693584949-72 -** 03671516-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00138239 - 51.636,44 - **DIEGO GALL FIGURA - 058382269-00 -** 03671332-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00138931 - 10.715,86 - **DIEGO RODRIGUES VIEIRA - 058690989-39 -** 03671601-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00123285 - 10.606,59 - **DINORI JOSE VEIGA - 052348729-04 -** 03671370-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00122470 - 28.274,47 - 03671485-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00122469 - 538.585,47 - **DIOGO CARLOS - 108313239-30 -** 03671615-0 - PENA DE MULTA/FUPEN - PROTOCOLO 24.269.446-5 - 25.746,91 - **DORIVAL DA CRUZ - 037842599-44 -** 03671541-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00137259 - 5.645,12 - **ECOINGA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - 10834753/0001-56 -** 03671581-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00133267 - 23.151,92 - **EDENILSON NEVES - 038274819-02 -** 03671554-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00135654 - 3.198,85 - **EDERSON LUIZ INACIO - 885062829-34 -** 03671496-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00135394 - 1.180,79 - **EDINEI DA MOTA COSTA - 308096948-08 -** 03671408-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00122757 - 2.287,09 - **EDNEIA FLOR DA SILVA - 054732199-69 -** 03671362-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00142242 - 684,44 - **EDSON MARCELO LECHETA - 044389829-44 -** 03671556-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00147327 - 693,58 - **EDUARDO SEIXAS QUEIROZ - 025079539-69 -** 03671590-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00124806 - 8.104,62 - **ELIANE MARIA LUNARDI - 969091379-49 -** 03671424-7 - DESAPROVACAO/ CONTAS - CET. T. CONTAS 0659/2024 - 1.473,43 - **ELISSON OSIRES SCHOENEMANN - 057557559-06 -** 03671425-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00141993 - 13.838,35 - **ERIVELTON MICHALAK - 080029339-82 -** 03671582-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00123915 - 6.636,45 - **EVANDRO AUGUSTO DE VARGAS - 048291649-48 -** 03671484-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00135904 - 5.692,97 - **EVANDRO MARCELO DA SILVA - 038211599-60 -** 03671444-1 - DESAPROVACAO/ CONTAS - CET. T. CONTAS 0650/2024 - 10.797,58 - **EVANI CORDEIRO JUSTUS - 007474159-43 -** 03671447-6 - DESAPROVACAO/ CONTAS - CET. T. CONTAS 0137/2025 - 22.886,56 - **EVERSON JOSE BATISTA CORREA - 118566329-03 -** 03671402-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00146157 - 8.284,03 - **EWERTON PATRIK TELES DE OLIVEIRA - 105644499-11 -** 03671412-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00137813 - 1.400,72 - **FABIO DOS SANTOS SANTANA - 028021225-92 -** 03671382-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00135707 - 5.411,07 - 03671583-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00135708 - 3.833,50 - **FABIO HENRIQUE BRITO - 074118269-60 -** 03671573-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00142830 - 10.929,41 - **FABIO SERGIO SCHON - 054955729-63 -** 03671399-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00138821 - 10.302,56 - **FARMAISA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - 75132613/0001-81 -** 03671622-3 - ICMS - EPAF 80059345 - 69.993,21 - **FERNANDO KAMINSKI DE OLIVEIRA - 528084759-34 -** 03671475-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00122641 - 33.736,72 - 03671489-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00122642 - 8.033,37 - **FIRMINO IAGUCHESKI BOBRINHO - 206418859-20 -** 03671348-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00128960 - 1.704,73 - **FLAVIO BIANCHINI - 580996629-20 -** 03671604-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00125125 - 11.365,66 - **FLAVIO RODRIGO CAZADO - 030131659-79 -** 03671599-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00142913 - 6.891,13 - **FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA - 068061364-19 -** 03671540-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00136102 - 57.885,70 - **FRANCISCO LEGUISINSKI - 067107659-03 -** 03671504-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00146348 - 17.679,55 - 03671593-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00146350 - 111.377,29 - 03671602-9 - IAP - AUTO INFRACAO

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

00146354 - 16.629,03 - **FRANCISCO WACHELESKI - 318404340-15 -** 03671501-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00146064 - 22.364,47 - **FRIGOBENDO FRIGORIFICO BENDO LTDA - 04306088/0001-25 -** 03671548-0 - ADAPAR TRIBUTARIO - NOTIF.DEBITO 0000220252 - 40.782,11 - **GABRIEL CAMBRUZZI - 030845479-04 -** 03671506-5 - DESAPROVACAO/ CONTAS - CET. T. CONTAS 0170/2025 - 4.291,24 - **GENESIO JOSE DE SOUZA PIRES - 286236909-82 -** 03671560-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00160319 - 1.684,09 - **GERALDO GROKOSKI FILHO - 069361609-13 -** 03671546-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00142391 - 1.438,30 - **GERONCIO JOSE CARNEIRO ROSA - 600929989-68 -** 03671543-0 - DESAPROVACAO/ CONTAS - CET. T. CONTAS 0724/2025 - 14.542,69 - **GILMAR DOS ANJOS MARTINS - 065647319-30 -** 03671381-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00135754 - 8.316,87 - **GILMAR FARIAS - 070369849-45 -** 03671366-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00138370 - 459,45 - **GIORGIS CONSENTINO YANAGU - 048500739-80 -** 03671393-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00127885 - 7.730,40 - **GIOVANI DE MOURA - 047198549-07 -** 03671358-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00145512 - 5.789,72 - 03671497-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00145513 - 11.489,20 - 03671507-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00145514 - 1.202,86 - **GIOVANI MAFFINI - 740505249-53 -** 03671340-2 - DESAPROVACAO/ CONTAS - CET. T. CONTAS 0720/2025 - 7.479,83 - **GIOVANISILVEIRA - 073864889-20 -** 03671400-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00121171 - 2.213,61 - **GISELI DE FATIMA CALDAS - 047225309-39 -** 03671566-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00130730 - 24.668,02 - **GRACIELLE NUNES DA SILVA - 095394719-07 -** 03671383-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00140331 - 61.267,92 - **GUILHERME ADOLFO DE OLIVEIRA MARQUES - 065492759-62 -** 03671355-0 - DESAPROVACAO/ CONTAS - CET. T. CONTAS 0171/2025 - 4.291,24 - **GUIMORVAN TEIXEIRA - 352937139-49 -** 03671529-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00138598 - 8.398,24 - **GUSTAVO ANTONIO DA SILVA - 132849629-56 -** 03671390-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00160562 - 87.807,00 - **GUSTAVO COSTA - 090260389-25 -** 03671597-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00140779 - 4.427,86 - **GUSTAVO LUIZ DA CRUZ - 006773119-82 -** 03671418-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00144275 - 6.456,50 - **HELEN DAMBROWSKI HAHN - 042808969-09 -** 03671395-0 - AGRICULTURA/ADAPAR - AUTO 24833 - 29.112,21 - **HELIO BEZERRA ALVES - 490883279-04 -** 03671576-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00135241 - 3.252,12 - **HENRIQUE JOSE ALVES - 073423929-79 -** 03671595-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00122077 - 9.710,04 - **HERIK PAZETTO DA SILVA FREITAS - 056981619-09 -** 03671474-3 - DESAPROVACAO/ CONTAS - CET. T. CONTAS 0059/2025 - 5.370,74 - **IDENELSON DE JESUS CHICONATO - 327903419-15 -** 03671558-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00143244 - 13.156,22 - **IGOR JUNIOR DE GODOY - 038281839-30 -** 03671345-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00135813 - 1.175,58 - 03671509-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00124373 - 3.788,63 - 03671526-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00135812 - 19.193,14 - 03671550-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00124371 - 2.886,16 - **JAILSON DE ANDRADE - 028185349-50 -** 03671371-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00142446 - 2.090,58 - **JAIME HAGDON - 036596709-28 -** 03671404-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00122488 - 8.989,64 - **JANDIR GADENZ GUIZI - 029420719-82 -** 03671375-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00144249 - 36.077,10 - 03671391-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00123106 - 36.077,10 - **JEAN CARLOS BORGES - 069561089-92 -** 03671347-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00143379 - 675,30 - **JEAN CESAR ROSA CAMPOS - 086943049-10 -** 03671435-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00130253 - 8.800,73 - **JEFFERSON TEDI VIDAL - 045092989-27 -** 03671363-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00148199 - 3.317,35 - **JHEIMISON RENAN SCHIMERSKI - 102277799-83 -** 03671614-2 - PENA DE MULTA/FUPEN - PROTOCOLO 24.269.372-8 - 16.688,09 - **JMK SERVICOS S.A. - 79587119/0001-62 -** 03671630-4 - CONTRATOS - PROTOCOLO 24.267.397-2 - 2.366,87 - **JOACE APARECIDA RAMALHO GUARDA - 763728479-49 -** 03671360-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00125469 - 7.548,47 - **JOANIM ANTONIO PETROUSKI - 726498959-34 -** 03671331-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00146540 - 23.716,64 - **JOAO BATISTA DA CUNHA - 117550218-95 -** 03671406-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00148457 - 5.575,18 - **JOAO BATISTA SANTOS CHILLA - 354686299-68 -** 03671460-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00130418 - 18.858,72 - **JOAO CARLOS DE FRANCA - 020581429-85 -** 03671419-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00139627 - 13.271,46 - **JOAO FLAVIO LEITE DE MOURA - 407196420-00 -** 03671334-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00118883 - 1.753,82 - **JOAO MARIA CRISTO - 019963679-60 -** 03671480-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00124251 - 10.994,05 - **JOAO MARIA DAS NEVES - 005642179-64 -** 03671499-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00125600 - 7.827,40 - **JOAO MENDITE FANELLI - 778420149-49 -** 03671354-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00142906 - 6.658,14 - **JOAOZINHO MORELLO DA SILVA - 616776470-00 -** 03671448-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00130291 - 12.524,40 - 03671552-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00130260 - 78.903,63 - **JONAS CESAR FAGUNDES - 053034319-32 -** 03671333-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00144016 - 1.224,19 - **JOSE CARLOS CAPELINI - 473273329-87 -** 03671338-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00142815 - 80.669,22 - 03671380-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00142814 - 57.191,29 - 03671417-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00142724 - 17.915,34 - **JOSE CARLOS STANISZEWSKI - 556447409-00 -** 03671336-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00117575 - 257.433,63 - **JOSE DOMINGOS BERNARDI - 906049039-87 -** 03671351-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00131318 - 6.104,03 - **JOSE EDUARDO KOCINSKI - 037049449-04 -** 03671410-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00136041 - 33.178,22 - **JOSE JOEL RIBEIRO - 435570749-00 -** 03671392-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00125281 - 2.806,00 - **JOSE LUCAS KUSDRA - 111227829-00 -** 03671532-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00143606 - 7.044,10 - **JOSE MARIA DOS SANTOS - 445955909-97 -** 03671607-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00139568 - 799,71 - **JOSE MATEUS TOTOLI - 830685389-04 -** 03671359-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00128882 - 2.978,91 - **JOSE MAURO MARTINS - 836039569-15 -** 03671438-7 - DESAPROVACAO/ CONTAS - CET. T. CONTAS 0660/2024 - 1.473,43 - **JOSE OSNEI FERREIRA DA ROCHA - 861693789-72 -** 03671519-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00147964 - 2.652,38 - **JOSE RUIZ MESTRE - 655062519-04 -** 03671539-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00138574 - 1.526,95 - **JOSE SADY COSTA - 008548759-72 -** 03671440-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00131316 - 630.283,27 - **JOSE VALDO ZILIOTTO JUNIOR - 078410899-45 -** 03671513-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00140034 - 1.550,41 - **JOSIAS BANDEIRA DOS SANTOS - 041066569-06 -** 03671453-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00128978 - 4.117,28 - **JOSUE ANDREATA - 836458459-68 -** 03671605-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00142128 - 697,36 - **JOVINO MARTINS DE ARRUDA - 058272938-65 -** 03671433-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00143464 - 8.220,63 - **JULIA BALBINOTTI TROMBETTA - 085440079-61 -** 03671629-0 - ITCMD - EPAF 80057253 - 19.458,31 - **JULIANA PAVON VAES - 084660901-00 -** 03671621-5 - PENA DE MULTA/FUPEN - PROTOCOLO 24.239.955-2 - 22.088,33 - **KATIANE BECKER - 090339859-18 -** 03671491-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00148371 - 7.864,91 - **KAYQUE THOME KRAUSE - 081433219-67 -** 03671626-6 - ITCMD - EPAF 80056982 - 29.765,58 - **LAERCIO SCHOELER - 006276519-17 -** 03671414-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00129084 - 3.941,37 - **LAURO CICHOCKI - 054950219-08 -** 03671486-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00147927 - 2.052,35 - **LEANDRO HORNING MENDES - 034340539-30 -** 03671431-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00143812 - 19.062,97 - **LEANDRO RODRIGO CEZARIO DE CARVALHO - 082090339-64 -** 03671409-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00122496 - 721,87 - **LEANDRO VILELLA ARRUDA - 704221921-04 -** 03671631-2 - JUSTICA - PROTOCOLO 24.142.019-1 - 863,23 - **LEOMAR IAVARSKI NESTOR - 141492559-03 -** 03671517-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00142286 - 975,44 - **LEONARDO MARTINS DA ROCHA - 096795769-90 -** 03671523-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00137227 - 55.644,83 - **LERIDIANE DE MEIRA BUENO - 068546879-85 -** 03671432-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00134055 - 35.574,96 - 03671478-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00134053 - 24.709,82 - **LORENA RAMIREZ BRITO - 061454551-01 -** 03671618-5 - PENA DE MULTA/FUPEN - PROTOCOLO 24.234.258-5 - 22.088,33 - **LUCIA ANTUNES CAMARGO - 078838349-32 -** 03671356-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00136021 - 17.289,04 - **LUCIE CHRISTINE CAVALHEIRO - 068900299-84 -** 03671545-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00138119 - 7.812,23 - **LUIS CARLOS DE OLIVEIRA - 033810879-32 -** 03671386-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00144875 - 24.974,27 - 03671473-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00144870 - 104.891,93 - **LUIZ ANDRE BIALTA CONTATO - 040512819-30 -** 03671571-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00127397 - 8.800,05 - **LUIZ CELIO NARLOCH - 724510509-00 -** 03671344-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00125845 - 8.364,92 - **LUIZ FERNANDO FERREIRA - 353858809-06 -** 03671613-4 - DEVOL. VAL. RECEBIDOS INDEVID. - PROTOCOLO 24.162.527-3 - 2.458,84 - **LUIZ SERGIO FANTIM - 532344139-91 -** 03671403-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00136659 - 31.057,62 - **MADEIRAMADEIRA COMERCIO ELETRONICO S/A - 10490181/0001-35 -** 03671353-4 - PROCON - PROCESSO ADMINIST 000699/22 - 138.443,26 - **MADEIREIRA EXPOENTE LTDA - 10924592/0001-91 -** 03671361-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00130786 - 11.580,51 - **MAICON WILLIAN DA SILVA ARFE - 092213489-89 -** 03671577-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00122524 - 3.930,65 - **MANOEL ABRANTES NETO - 365370399-91 -** 03671463-8 - DESAPROVACAO/ CONTAS - CET. T. CONTAS 0727/2025 - 9.320,50 - **MANOEL JACINTO RIBAS ORTIZ - 287726109-30 -** 03671483-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00129681 - 1.427,92 - **MANOEL SEBASTIAO PASSAURA - 244236296-15 -** 03671596-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00160729 - 77.392,14 - **MARCELO CARACHINSKI - 076230659-98 -** 03671488-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00136862 - 10.666,51 - **MARCIO CHOMA - 091616479-93 -** 03671445-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00144313 - 54.390,81 - **MARCOS DA SILVA CRUZ - 021662319-77 -** 03671450-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00124337 - 11.536,79 – **MARIA IZABELA DE ASSIS MORAES – 079057809-37 -** 03671622-3 - ICMS - EPAF 80059345 - 69.993,21 - **MARICEL DE SOUZA - 810479329-20 -** 03671592-8 - DESAPROVACAO/ CONTAS - CET. T. CONTAS 0141/2025 - 5.721,64 - **MAURICIO APARECIDO DA SILVA - 632506759-20 -** 03671481-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00127775 - 20.807,15 - **MAURO DIAS - 687746489-34 -** 03671379-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00125425 - 2.095,86 - **NELSON MAZUR - 793154379-34 -** 03671420-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00141751 - 5.748,67 - **NEURES RAFAN IAGLA - 108962389-54 -** 03671503-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00137705 - 4.844,14 - **NILSON DA SILVEIRA MACHADO - 724122409-49 -** 03671565-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00144727 - 24.279,70 - 03671589-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00132784 - 46.634,83 - **NORIVAL KITAZAWA - 640390481-72 -** 03671387-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00128472 - 7.032,78 - **ODAIR DE SOUZA - 038490719-95 -** 03671490-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00142672 - 12.892,04 - **OGENIR DA APARECIDA DE OLIVEIRA - 050669439-94 -** 03671461-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00145317 - 12.716,88 - **OLIANDRO ANSELMO DE SOUZA - 922302709-82 -** 03671594-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00148310 - 7.739,21 - **PARANA BANCO S/A - 14388334/0001-99 -** 03671518-9 - PROCON - PROCESSO ADMINIST 005431/21 - 7.106,75 - **PAULINO SCOLMEISTER GOMES - 059434289-92 -** 03671449-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00144473 - 2.502,20 - **PAULO C. DO BONFIM - 354025809-44 -** 03671465-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00140652 - 10.828,17 - **PAULO CESAR COUTO - 770605399-72 -** 03671570-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00138413 - 30.944,64 - **PAULO CESAR DE ARAUJO - 839139209-00 -** 03671542-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00124431 - 23.094,19 - **PAULO DE ALMEIDA - 881116019-72 -** 03671422-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00128297 - 6.365,65 - **PAULO RICARDO BUENO MARQUES DA SILVA - 107371259-18 -** 03671620-7 - PENA DE MULTA/FUPEN - PROTOCOLO 24.236.907-6 - 29.767,58 - **PEDRO AUGUSTO MOLINARI - 531798469-68 -** 03671459-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00135742 - 7.997,14 - **PEDRO MARCELO MERLOS - 008395059-14 -** 03671579-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00147232 - 2.412,56 - **PEDROSO & PEDROSO INCORPORACAO E EMPREENDIMENTOS IMOBIL - 21777835/0001-22 -** 03671568-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00128770 - 105.290,56 - **POSTO SAO JOAO EIRELI - 80839285/0001-98 -** 03671477-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00129012 - 49.538,81 - **RAQUEL APARECIDA ALVES - 980547409-72 -** 03671575-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00135677 - 832,37 - **RECICLAGEM SAO MATEUS LTDA - ME - 16096472/0001-20 -** 03671487-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00127280 - 1.463,71 - **RENE VIEIRA DUARTE - 735231869-00 -** 03671446-8 - DESAPROVACAO/ CONTAS - CET. T. CONTAS 0741/2025 - 5.878,64 - **RICARDO ANDERLE DA SILVA - 051034839-47 -** 03671598-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00139893 - 23.982,55 - **RICARDO DOS SANTOS - 032691059-08 -** 03671346-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00149590 - 32.927,62 - **ROBERT BEDROS FERNEZLIAN - 692225178-49 -** 03671559-6 - DESAPROVACAO/ CONTAS - CET. T. CONTAS 0673/2025 - 149,54 - **ROBERTO DA SILVA ARAUJO - 770627601-53 -** 03671430-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00141383 - 33.221,25 - **ROBSON ROCHA - 008157989-62 -** 03671512-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00144078 - 1.335,20 - **RODOLFO SCHROEDER - 061277419-80 -** 03671515-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00130324 - 6.490,96 - **ROGERIO ALVES SCHELLIN - 038055089-05 -**

03671549-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00126413 - 8.604,63 - **ROGERIO DALGER DA SILVA - 079664639-23 -** 03671544-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00122651 - 482,29 - **RONALDO ADRIANO KULKA - 068344579-09 -** 03671454-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00129776 - 2.763,72 - 03671606-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00129778 - 1.243,98 - **RONEI JOSE LEDER - 027360189-07 -** 03671452-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00135081 - 7.952,45 - **ROSANGELA GONCALVES DA SILVA - 074683229-02 -** 03671619-3 - PENA DE MULTA/FUPEN - PROTOCOLO 24.237.525-4 - 30.001,94 - **ROSELI SILVA FIORENTINO - 328595998-35 -** 03671458-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00129169 - 12.605,66 - **ROSELI ZEPECHUOKA MUCHAKI - 048419759-26 -** 03671555-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00138392 - 10.903,69 - **ROSELIA FRANCA TERRES GITICOVSKI - 042498249-85 -** 03671337-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00139587 - 15.639,88 - **ROTA 10 TRANSPORTES E LOGISTICA EIRELI - 31100748/0001-90 -** 03671623-1 - ICMS - EPAF 80015445 - 83.100,56 - **SALATIEL RODRIGO DE GODOY - 070896449-44 -** 03671608-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00135814 - 9.495,80 - **SANDRA APARECIDA GONCALVES - 076959299-64 -** 03671364-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00148066 - 35.687,76 - **SANTINA NANDI POSSAMAI DELLA - 930717369-91 -** 03671441-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00143006 - 6.578,11 - **SERGIO DIAS - 059754909-52 -** 03671479-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00123479 - 2.027,29 - **SERGIO NUNES SOARES - 144379969-68 -** 03671471-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00136752 - 39.035,43 - **SEZINANDO SOARES - 348200609-10 -** 03671377-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00122247 - 10.529,54 - **SIDNEI MARCOS BARRETO MORAES DA SILVA - 531771939-91 -** 03671385-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00121656 - 7.761,30 - **SILVANA ANTUNES - 072074809-70 -** 03671500-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00128910 - 1.425,03 - **SILVIO MACHADO DOS SANTOS - 037291319-90 -** 03671584-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00138417 - 1.562,53 - **SIMARA APARECIDA MUHLSTEDT - 045247089-79 -** 03671416-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00135972 - 819,97 - **SIMONE CAROLINE DE OLIVEIRA - 094952949-40 -** 03671567-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00139852 - 2.248,40 - **SIRLEI TEREZINHA NOVELO SPAGNOL - 017541399-14 -** 03671564-2 - DESAPROVACAO/ CONTAS - CET. T. CONTAS 0661/2024 - 1.473,43 - **STEFANO CELSO RETCHESKI - 253666969-68 -** 03671527-8 - DESAPROVACAO/ CONTAS - CET. T. CONTAS 0657/2025 - 5.838,19 - **TAIS CARLA MATTIA - 025858720-25 -** 03671622-3 - ICMS - EPAF 80059345 - 69.993,21 - **THIAGO DANILO TREVISAN - 049029849-46 -** 03671531-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00125755 - 192.102,37 - **TIAGO GOMES DE CARVALHO - 046456169-86 -** 03671439-5 - DESAPROVACAO/ CONTAS - CET. T. CONTAS 0664/2024 - 4.420,29 - **TR EMANUEL TRANSPORTES LTDA - 90987803-91 -** 03670363-6 - ICMS - GIA 04/2025 - 30.383,30 - **UMBERTO SCARATTI NETO - 394115400-15 -** 03671553-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00121399 - 18.032,49 - **VAGNER ROSA RODRIGUES - 279214898-50 -** 03671627-4 - ITCMD - EPAF 80057474 - 16.123,02 - **VALCIDOM LOPES DE ARAUJO - 373382509-87 -** 03671510-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00143190 - 55.256,13 - **VALDEMIR MESSIAS DE SOUZA - 968479569-68 -** 03671365-8 - DESAPROVACAO/ CONTAS - CET. T. CONTAS 0665/2024 - 1.473,43 - **VALDI SILVINO PEREIRA - 531846299-53 -** 03671388-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00140560 - 5.932,46 - **VALDIR RODRIGUES SALOMAO - 695688639-15 -** 03671350-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00140974 - 992,00 - **VALDIR SIDNEI BECH - 058586929-40 -** 03671521-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00134047 - 57.198,77 - **VALMIR CHAVES DE ARRUDA - 984974059-00 -** 03671600-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00124331 - 8.241,25 - **VALMIR CICHORSKI - 060738419-06 -** 03671376-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00139061 - 1.676,00 - **VALMIR GONCALVES - 750352609-25 -** 03671374-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00122755 - 1.991,34 - **VALTER SILVA PETERS - 793092919-15 -** 03671495-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00146875 - 1.404,59 - 03671535-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00146870 - 4.658,56 - **VILMAR RODRIGUES - 018338629-96 -** 03671572-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00145369 - 12.111,03 - **VILSON ROGERIO GOINSKI - 780586009-20 -** 03671378-0 - DESAPROVACAO/ CONTAS - CET. T. CONTAS 0676/2025 - 1.644,94 - **WALDY PEREIRA PONTES - 281401849-34 -** 03671580-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00147605 - 24.323,69 - **WANDERLEI GONCALVES DOS SANTOS - 757140869-53 -** 03671423-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00165307 - 10.881,52 - **ZELIRIO PERON FERRARI - 213037039-04 -** 03671397-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00125580 - 13.703,53 - 03671401-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00123534 - 18.696,39 .

Curitiba, 13 de julho de 2025.

Thiago Boaventura Grandchamp Serafim
Inspetor Geral de Arrecadação.

93413/2025

Autarquias

IDR - PARANÁ

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
O DIRETOR DO(A) INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ IAPAR-EMATER,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI N° 6174,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :
PORTARIA N. 219 DE 10/07/2025
ORGAO - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ IAPAR-EMATER

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
CARLOS FREDERICO DE OLIVEIRA				45	21/12/2012	20/12/2017	04/08/2025	17/09/2025
37975540	1	NAPE1	240439891					
CARLOS FREDERICO DE OLIVEIRA				45	21/12/2012	20/12/2017	03/08/2026	16/09/2026
37975540	1	NAPE1	240439891					

93263/2025

AGEPAR

PORTARIA Nº 041/2025-AGEPAR

Designa servidores para atuarem como Agente de Contratação, Pregoeiro e Equipe de Apoio no âmbito da Agepar.

O **Diretor Presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados Do Paraná - Agepar**, no uso de suas atribuições legais, em especial o disposto no art. 29, § 2º, da Lei Complementar Estadual n.º 222/2020, e no art. 24, inciso II, do Regulamento da Agepar (Anexo aprovado pelo Decreto Estadual n.º 6265/2020), e considerando, o disposto no Art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Art.3º do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo nominados para, nos termos da legislação vigente, atuarem como **Agente de Contratação/Pregoeiro**

I – Daniel Romero Menon, RG nº 1.xxx.x48
II – Luisa de Campos Desiderá, RG nº 11.xxx.897-x
III – Dimitri Sabbadini Hagy RG nº 9.xxx.692-x
IV –Luisa Batista de Sousa. RG nº 7.xxx.377-x
V - Rita de Cassia Jacomassi Krueguer. RG nº 2.xxx.917-x
VI – Wanciel Batista Galvão RG nº 13.xxx.321-x
VII – Mayara Leonardi Gonçalves. RG nº 8.xxx.470-x; e
VIII – Nivaldo Martinez Junior RG nº 7.xxx.507-x

Art. 2º Designar os servidores abaixo nominados para, nos termos da legislação vigente, atuarem como **Equipe de Apoio**

I – Jessica Idiâ Rodrigues, RG nº 8.xxx.119-x
II – Ana Cláudia Miroes Nazário, RG nº 11.xxx.679-x
III – Anna Beatriz Zettel Francisco. RG nº 14.xxx.425-x

Art. 3º Revoga-se as Portarias nº 02/2024; nº 37/2024 e nº01/2025

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de julho de 2025.

(assinado nos termos do Art. 38 do DE nº 7304/2021)
Rubens Bueno
Diretor-Presidente

93642/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater

PORTARIA Nº 220/2025 – IDR-Paraná

O Diretor Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER (IDR-Paraná), no uso das atribuições legais que lhe são conferidas,

R E S O L V E:

Art. 1º CRIAR, no âmbito do IDR-Paraná, o Grupo de Força-Tarefa para análise de projetos de pavimentação de estradas rurais, considerando a importância estratégica dos programas de adequação, readequação e pavimentação de estradas rurais para o Estado do Paraná, bem como a necessidade de análise técnica dos projetos elaborados pelas prefeituras municipais.

Art. 2º Do funcionamento do Grupo de Força-Tarefa:
§1º O grupo será coordenado pelo IDR-Paraná, com a participação de técnicos lotados nas unidades estaduais, regionais e municipais da instituição, em caráter temporário e mediante convocação.
§2º Sempre que necessário, o Departamento de Desenvolvimento Agropecuário (DEAGRO) via Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, demandará a convocação do grupo para análise de projetos protocolados pelas prefeituras municipais.
§3º Os técnicos das unidades regionais e municipais serão designados pelo IDR-Paraná e deverão ser previamente capacitados para a análise de projetos, conforme procedimentos técnicos acordados entre o DEAGRO e o IDR-Paraná.

Art. 3º Da constituição do grupo:
É de responsabilidade do IDR-Paraná selecionar os técnicos participantes, resguardando a continuidade das atividades essenciais de extensão rural, apoio técnico e execução de outros projetos estratégicos da agricultura estadual.

Art. 4º Da duração:
O Grupo de Força-Tarefa atuará em caráter emergencial pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado mediante deliberação da Diretoria do IDR-Paraná.

Art. 5º Da convocação e atuação dos técnicos:
§1º Os técnicos designados para compor o grupo poderão atuar tanto na unidade estadual quanto em suas respectivas unidades de lotação, conforme definido pela coordenação do grupo, em função das demandas e das características dos projetos a serem analisados, mediante convocação do IDR-Paraná.
§2º Quando atuarem fora de suas unidades de lotação, os técnicos farão jus à percepção de diárias, conforme regulamentação vigente.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Curitiba, 14 de julho de 2025.
Natalino Avance de Souza
Diretor Presidente

Anexo I

Grupo Base para Análise de Projetos de Estradas Rurais com foco em Adequação, Readequação e Pavimentação

Nº	NOME	CPF	RG
01	CAMILA CAMARGO PINTO	08X.489.XXX-9X	15.XXX.658-X
02	CESAR ROBERTO SILVA PAZ	30X.116.XXX-2X	300.XXX.573-X
03	DIEGO SCAPIM PISSINATI	04X.885.XXX-6X	9.XXX.029-X
04	ÉLCIO PAVAN	35X.068.XXX-8X	10.XXX.153-X
05	ELIANA APARECIDA DOS REIS	07X.357.XXX-2X	1.XXX.654-X
06	FREDERICO DE CAUDURO	04X.362.XXX-7X	14.XXX.547-X
07	GILCA ANGELICA LEITE FERREIRA	50X.149.XXX-7X	102.XXX.931-X
08	GUSTAVO MIGLIORINI DE OLIVEIRA	34X.283.XXX-8X	14.XXX.188-X
09	JORGE MAURINO DA SILVA	46X.523.XXX-0X	3.XXX.264-X
10	LUCIANE CURTES PORFÍRIO SILVA	67X.072.XXX-0X	3.XXX.167-X
11	MARCIO JOSE VIVAN	10X.363.XXX-5X	10.XXX.688-X
12	ROBERTO CARLOS GUIMARAES	11X.705.XXX-8X	10.XXX.901-X

93347/2025



Em Tempo

Secretaria do Desenvolvimento Social e Família

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO N° 001/2025 - SEDEF

O **ESTADO DO PARANÁ**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA,** situada à Rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº, na cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 49.179.358/0001-12, adiante denominada **SEDEF**, na forma do disposto no **Decreto Estadual nº 10.086/2022 e da Lei n° 14.133/2021**, torna público a quem possa interessar o **PROCESSO DE CREDENCIAMENTO** de instituições e/ou entidades privadas, sem fins lucrativos, casas de acolhimento ou outros prestadores que realizem serviços de **acolhimento residencial, de caráter transitório, com adesão e permanência exclusivamente voluntárias de pessoas em situação de uso prejudicial de álcool e outras drogas**, com o custeio integral de acolhimento, que corresponde a: hospedagem, alimentação, cuidados de higiene, transporte, cursos e demais atividades contempladas no programa de acolhimento e assistência psicossocial por profissionais habilitados.

1. DO OBJETO

1.1. O presente processo tem por objetivo o **CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES E/OU ENTIDADES PRIVADAS, SEM FINS LUCRATIVOS, CASAS DE ACOLHIMENTO OU OUTROS PRESTADORES QUE REALIZEM SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO RESIDENCIAL, DE CARÁTER TRANSITÓRIO, COM ADESÃO E PERMANÊNCIA EXCLUSIVAMENTE VOLUNTÁRIAS DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE USO PREJUDICIAL DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS, COM O CUSTEIO INTEGRAL DE ACOLHIMENTO, QUE CORRESPONDE A: HOSPEDAGEM, ALIMENTAÇÃO, CUIDADOS DE HIGIENE, TRANSPORTE, CURSOS E DEMAIS ATIVIDADES CONTEMPLADAS NO PROGRAMA DE ACOLHIMENTO E ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIAL POR PROFISSIONAIS HABILITADOS**.

1.2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

1.2.1. Definição dos Serviços: os serviços de acolhimento destinam-se às pessoas em situação de uso prejudicial de álcool e outras drogas.

1.2.2. Considera-se entidade de acolhimento: entidades privadas, sem fins lucrativos, que realizam o acolhimento residencial de pessoas em situação de uso prejudicial de álcool e outras drogas, em regime residencial transitório e de caráter exclusivamente voluntário, nos termos do Art. 26-A, da Lei Federal nº 13.840 de 05 de junho de 2019 que altera a Lei Federal nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, com as seguintes características:

1.2.3. oferta de projetos terapêuticos que visam à abstinência;

1.2.4. adesão e permanência voluntária, formalizadas por escrito, entendida como uma etapa transitória para a reinserção social de pessoas em situação de uso prejudicial de álcool e outras drogas;

1.2.5. ambiente residencial, propício à formação de vínculos, com a convivência entre os pares, atividades práticas de valor educativo e a promoção do desenvolvimento pessoal, vocacionada para acolhimento de pessoas em situação de uso prejudicial de álcool e outras drogas e vulnerabilidade social;

1.2.6. elaboração de Plano Individual de Atendimento - PIA/Plano de Atendimento Singular - PAS na forma do art. 23-B da Lei Federal nº 13.840/2019, do art. 11 da Resolução nº 1/2015, do Conad e do art. 07 da RDC 29/11;

1.2.7. vedação de isolamento físico da pessoa acolhida;

1.2.8. Os serviços de acolhimento disponibilizados deverão atender prioritariamente à demanda local, podendo atender a pessoas em situação de uso prejudicial de álcool e outras drogas de outros municípios do Estado do Paraná.

1.2.9. Não são elegíveis para o acolhimento as pessoas com comprometimentos biológicos e psicológicos de natureza grave que mereçam atenção médico-hospitalar contínua ou de emergência, casos em que deverão ser encaminhadas à rede da saúde.

1.2.10. O item 3.3 do anexo do Decreto Federal nº 9.761, de 11 de abril de 2019, estabelece que é objetivo da Política Nacional sobre Drogas: "garantir o direito à assistência intersetorial, interdisciplinar e transversal, a partir da visão holística do ser humano, pela implementação e pela manutenção da rede de assistência integrada, pública e privada, com tratamento, acolhimento em Comunidade Terapêutica, acompanhamento, apoio, mútua ajuda e reinserção social, à pessoa com problemas decorrentes do uso, do uso indevido ou da dependência do álcool e de outras drogas e a prevenção das mesmas a toda a população, principalmente àquelas em maior vulnerabilidade".

1.2.11. Nesse contexto, os serviços de acolhimento a serem contratados, nos termos deste edital, serão remunerados por valor fixo, por vaga efetivamente ocupada.

1.2.12. A quantidade de vagas contratadas será limitada a 50% da capacidade da instituição por público específico, de acordo com a oportunidade, conveniência e disponibilidade orçamentária da administração.

1.2.13. Em observância aos princípios da economicidade e eficiência na administração pública, a CONTRATADA deverá garantir a disponibilidade de, no mínimo, uma vaga por público específico, durante o prazo de execução do objeto contratado.

1.2.14. O valor pago por vaga ocupada será de R**$ 1.730,10 (um mil, setecentos e trinta reais e dez centavos) por mês**.

1.2.15. Para fins de cálculo de capacidade mínima, poderá ser considerada a soma dos públicos adulto masculino e feminino.

1.2.16. Não poderá ser exigido, a título de contrapartida financeira, quaisquer valores, bens duráveis e não duráveis ou contraprestações de serviços pelos acolhidos, familiares ou responsáveis quando da utilização dos serviços contratados no âmbito desse edital.

1.2.17. Cada pessoa em situação de uso prejudicial de álcool e outras drogas poderá ser acolhida, pela contratada, por até 6 (seis) meses consecutivos ou intercalados, podendo ser prorrogado por mais 3 (três) meses, no interregno de 24 (vinte e quatro meses), nos termos do §1 º do art. 6º da Resolução Conad 01/2015. Caso a pessoa acolhida tenha permanecido em mais de um local credenciado, os períodos serão considerados para fins de cálculo desta disposição.

1.2.18. Deverá ser observado que, no período de até 6 (seis) meses subsequente ao último desligamento, o novo acolhimento deverá ocorrer mediante justificativa fundamentada pela equipe da contratada em parceria com a rede de cuidados, decisão que deverá ser inserida no Programa Individual de Atendimento - PIA, exceto quando o acolhimento anterior tiver duração inferior a 30 (trinta) dias.

1.2.19. A contratada somente deve acolher pessoas mediante avaliação médica diagnóstica prévia, emitida pela rede de saúde local, que as considere aptas para o acolhimento, em consonância com o disposto no inciso II do art. 6º da Resolução 01/2015 - Conad, atendendo ao disposto no § 1ºdo art. 26-A da Lei Federal nº 11.343, de 2006.

1.2.20. A contratada deverá possuir Programa de Acolhimento contendo atividades terapêuticas.

1.2.21. Será franqueada a pessoa acolhida beneficiária de vaga custeada por este Edital, mediante anuência prévia da pessoa acolhida e de seu familiar, ou pessoa por ele indicada, a participação voluntária em futuras pesquisas para avaliação do Programa a que se refere este edital.

1.2.22 Os serviços serão prestados no local do credenciado, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência

1.2.23 O interessado pode se inscrever para mais de uma região, devendo comprovar mediante atestado de capacidade técnica específica para o serviço a ser executado em cada região, conforme exigências deste Termo de Referência e do Edital;

1.2.24 A distribuição dos serviços a serem contratados se dará conforme demanda para cada IARA[1], NÚCLEO REGIONAL OU MUNICÍPIO, conforme divisão constante no Anexo I e especificado no item seguinte, observando-se sempre o critério de rotatividade segundo classificação das instituições no sorteio para cada modalidade de serviço.

1.2.25 Inicialmente, o sorteio será realizado para instituições localizadas na região da IARA do domicílio da pessoa acolhida. Caso não haja IARA ou vaga na IARA mais próxima do domicílio da pessoa a ser acolhida, será realizado sorteio na região do Núcleo Regional a qual a IARA se vincula. Em caso de inexistência de vaga na IARA ou no Núcleo a qual a IARA é vinculada, será realizado sorteio entre as instituições existentes no raio de 200 km do domicílio da pessoa a ser acolhida.

1.2.25.1. Caso inexista vaga ou credenciado após as tentativas acima mencionadas, a SEDEF poderá convocar credenciados de regiões diversas, observando os critérios de região mais próxima ou adequada da residência do acolhido, conforme necessidade.

1.2.26 A SEDEF observará, quando da alocação da demanda, as condições técnicas dos credenciados e do serviço solicitando a qualquer tempo atualização de documentos e certidões que compõe as exigências para credenciamento no item 13 do edital.

2. DA RETIRADA DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO

2.1. Os interessados no credenciamento poderão retirar cópia deste Edital e seus anexos diretamente no seguinte sítio eletrônico: https://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/;

2.1.1 O presente edital será publicado e permanecerá disponível, durante toda a sua vigência, no site acima indicado, assim como o registro nos demais sítios eletrônicos previstos no Art. 229 do Decreto Estadual 10.086/22, citado no item 2.3 deste Edital.

1

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

2.2. Informações e esclarecimentos complementares poderão ser obtidos através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF, situada à Rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº, na cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, nos dias úteis, das 9:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h, ou pelo telefone (41) 3210 2755, ou através do e-mail: cpps.caminhar@sedef.pr.gov.br.
2.3. Os avisos pertinentes a este credenciamento serão também publicados na imprensa oficial, conforme dispõe o inciso II, do artigo 61, do Decreto Estadual nº 10.086/2022:
I) No Diário Oficial do Estado; e,
II) Em sítio eletrônico oficial da Administração Pública;
III) No Portal Nacional de Contratações Públicas;
IV) Em jornal diário de grande circulação no Estado, e, se houver, em jornal de circulação no Município ou na região onde será prestado o serviço, podendo ainda a Administração utilizar-se de outros meios de divulgação para ampliar a área deste credenciamento.
2.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses podendo ser prorrogado, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021, conforme legislação vigente, desde que atendidas às exigências do edital e seus anexos.

2.5 O prazo inicial para a solicitação do credenciamento será de até no máximo 30 (trinta) dias após a abertura deste edital, a fim de disponibilizar às empresas o tempo hábil para a entrega da documentação e dinamizar o trâmite de habilitação, concessão, homologação, contratação e prestação do serviço.

3. DAS EXIGÊNCIAS E IMPEDIMENTOS AO CREDENCIAMENTO
3.1. Para fins de participação no processo de credenciamento como Instituição de acolhimento residencial, o interessado deverá atender as condições deste Edital comprovando na totalidade as seguintes situações.
3.1.1. Comprovar capacidade técnica e de estrutura física, preparo e regularidade jurídico-fiscal conforme itens descritos no subitem 4.4. deste edital.
3.1.2. Não estar cumprindo sanção que as impeça de participar de licitações ou ser contratada pela Administração Pública;
3.2. Somente serão admitidos os interessados que comprovem, ao menos, um ano de experiência na execução do serviço pretendido, e que apresentem todos os documentos exigidos no subitem 4.4 deste Edital;
3.3. Apresentar estrutura, recursos e características que viabilizem o tratamento individualizado, a participação social e comunitária e o desenvolvimento da autonomia e independência dos moradores;
3.4 Apresentar estrutura, recursos e características que viabilizem o tratamento individualizado, a participação social e comunitária e o desenvolvimento da autonomia e independência dos moradores;
3.5 Possuir, no mínimo, 01 (um) coordenador com ensino superior, 01 (um) assistente social, 01 (um) psicólogo, que devem estar devidamente cadastrados em seus respectivos conselhos profissionais, sendo que um deles deverá assumir a responsabilidade técnica pelo serviço, com Termo de Responsabilidade Técnica emitido na forma do regramento em vigência;
3.6 Possuir educadores sociais, divididos em turnos diurno e noturno;
3.7 As unidades devem ser localizadas em áreas que permitam o acesso aos serviços da rede intersetorial;
3.8 Possuir acessibilidade, conforme Decreto nº5296/2004 e ABNT NBR 9050:2020;
3.9 Possuir automóvel para locomoção dos moradores e dispor de motorista devidamente habilitado para viabilizar o transporte, quando houver necessidade;
3.10 Possuir computador (es) de uso coletivo com acesso à internet e rede wifi para uso dos moradores, por meio de computadores/smartphones de uso pessoal;
3.11 Dispor de espaços individualizados e devidamente identificados para que os moradores possam guardar e acessar livremente seus pertences, incluindo objetos pessoais, roupas, itens e produtos de higiene, entre outros.
4. DA INSCRIÇÃO E DA DOCUMENTAÇÃO
4.1. A abertura do credenciamento dar-se-á em 30 (trinta) dias úteis da publicação do presente edital.

4.1.1 Em respeito ao Art. 229 do Decreto Estadual 10.086/22, o cadastramento de interessados será iniciado com a publicação de edital de credenciamento, mediante aviso público no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, no sítio eletrônico oficial do Estado do Paraná e do órgão ou entidade licitante, e o extrato do edital no Diário Oficial do Estado e, em Jornal Diário de Grande Circulação, na forma do §3º do art. 61 do mesmo Decreto.

4.2. Encerrado o prazo definido no subitem 4.1, a documentação será analisada no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da entrega da documentação, prorrogável, se autorizado pela autoridade competente, por igual período por uma única vez, contados a partir da entrega da documentação na Coordenação de Programas e Projetos Sociais - CPPS da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF.
4.2.1 Os pedidos que atenderem a todos os requisitos previstos em edital seguirão as etapas de concessão do credenciamento, homologação e contratação.

4.3. As inscrições deverão ser realizadas exclusivamente por meio eletrônico a documentação em formato PDF (*portable document format*), conforme previsto no artigo 233 do Decreto 10.086/2022, e na ordem estabelecida por este Edital, para o e-mail: cpps.caminhar@sedef.pr.gov.br.

4.4. As inscrições deverão ser realizadas mediante Pedido de Credenciamento conforme modelo constante do **ANEXO II,** obrigatoriamente instruído com os documentos atualizados abaixo discriminados. O requerimento de credenciamento devidamente preenchido e assinado deverá conter as regiões e modalidade que o interessado pretende se credenciar observado o contido no **ANEXO I**; declaração de que tem ciência de que seu credenciamento não gera direito à sua efetiva contratação, posto que condicionada à conveniência e oportunidade da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família - SEDEF; que conhece e aceita incondicionalmente as regras do presente Edital. O e-mail deverá conter os seguintes documentos:
a) Declaração do representante legal da interessada de que aceita o credenciamento nas condições estabelecidas pela SEDEF na Proposta de Trabalho Padrão para acolhimento residencial, conforme modelo em **ANEXO III** datado e assinado pelo seu representante legal.

b) Programa de Acolhimento, por meio do qual será analisada a adequação da proposta e se apresenta, dentre outras, as seguintes atividades:
b.1. Atividades recreativas, aquelas que estimulam o lazer e a prática de atividades esportivas, artísticas e culturais;
b.2. Atividades que promovam o desenvolvimento interior, aquelas que buscam o autoconhecimento e o desenvolvimento interior, a partir da visão holística do ser humano, podendo a espiritualidade ser parte do método de recuperação, objetivando o fortalecimento de valores fundamentais para a vida social e pessoal, assegurado o disposto nos incisos VI e VII do art. 52 da Constituição Federal;
b.3 Atividades de promoção do autocuidado e de sociabilidade; e
b.4. Atividades de capacitação, de promoção da aprendizagem, de formação e atividades práticas inclusivas, aquelas que buscam a inserção e a reinserção social, o resgate ou a formação de novas habilidades profissionais, práticas ou para a vida, e o aprendizado de novos conhecimentos, de modo a promover o desenvolvimento das habilidades sociais da pessoa acolhida.
c) Formulário contendo o quadro de pessoal e a proposta de acolhimento, que deverá contemplar os aspectos abaixo relacionados, conforme o modelo constante do Anexo III, devidamente preenchido, acompanhado de currículos dos profissionais e/ou voluntários que atuarão na prestação dos serviços.
d) Memorial Descritivo contendo as estratégias de articulação com as redes públicas de saúde e assistência social locais (a contratada deverá atuar de forma integrada, desde o início de seu funcionamento, a rede de serviços, situada em seu território, de atenção, cuidado, tratamento, proteção, promoção, reinserção social, educação e trabalho, além dos demais órgãos que atuam direta ou indiretamente com tais políticas sociais).
e) Memorial Descritivo contendo as Ações voltadas para o envolvimento e apoio dos familiares de pessoas acolhidas.
f) Prova da existência legal: cópias autenticadas e atualizadas do ato constitutivo da entidade, e do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ/MF.
g) Comprovação de que a pessoa que assinará o contrato detém competência para este fim específico: cópias autenticadas da Ata de eleição e de posse

dos dirigentes, cópia dos documentos de RG e do CPF do Presidente e do Tesoureiro, bem como comprovante de endereço do responsável legal.
h) Certidão liberatória do Tribunal de Contas do Estado do Paraná atualizada.
i) Prova de regularidade do convenente para com as Fazendas Públicas (certidão negativa de débitos de Tributos Municipal, Estadual e Federal);
j) Prova de regularidade para com a Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos (CND);
k) Prova de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade de Situação (CRS);
l) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas- (Lei Federal de n° 12.440/2011) www.tst.jus.br/certidao;
m) Declaração de que não existem fatos que impeçam a sua participação neste credenciamento, de acordo com o estabelecido nos arts. 62 a 70, da Lei 14.133/2021, preenchida conforme **ANEXO V** - Declaração de Situação de Regularidade. Tal declaração deverá ser assinada por quem tenha poderes para tal, com firma devidamente reconhecida.
n) Cópia autenticada do Alvará de Funcionamento, Alvará Sanitário e do corpo de Bombeiros, todos em plena vigência;
o) O interessado deverá, ainda, indicar o técnico responsável, com comprovação da inscrição do profissional no seu Conselho de Classe com cópia do documento.
p) A comprovação do vínculo do profissional com a entidade pode se dar por meio da demonstração da existência de qualquer relação jurídica lícita que reflita uma vinculação entre os sujeitos envolvidos, podendo ser carteira de trabalho, declaração de contratação futura do profissional, contrato de prestação de serviços, ou os atos constitutivos da entidade;
q) Comprovação de inexistência de registro no Cadin - Cadastro Informativo Estadual, instituído pela Lei Estadual n° 18.466/2015, e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 1.933/2015.
r) Comprovação de inexistência de registro no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS do Portal da Transparência do Governo Federal. https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc
4.5. A Administração se reserva ao direito de exigir, em qualquer tempo, a apresentação do documento original para comprovação de sua cópia.
4.6. Os atestados e/ou declarações exigidos no subitem 4.4, alínea "b" deverão ser apresentados em papel timbrado do emitente, conter a identificação do signatário, nome, endereço, telefone e correio eletrônico para contato.
4.7. A ausência de quaisquer dos documentos ou a presença de irregularidades nos mesmos, inviabilizará o credenciamento e possível contratação da instituição.
4.7.1. Não serão aceitos protocolos de certidões e/ou documentos exigidos no subitem 4.4.
4.7.2. A regularidade fiscal será aferida no momento da contratação, não constituindo impeditivo para o credenciamento dos interessados.
4.8. A SEDEF poderá, a qualquer tempo, requerer a atualização dos dados e da documentação prevista no item 4.4.
4.9. Após o encerramento do prazo definido no subitem 4.1, o edital de credenciamento permanecerá disponível durante toda a sua vigência, no sítio eletrônico oficial.
4.9.1. O prazo para avaliação da documentação destes novos interessados será de, no máximo, 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do prazo de inscrição, prorrogável, se autorizado pela autoridade competente, por igual período por uma única vez.
4.10. Prova de Qualificação Econômico-Financeira por meio de:
4.10.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do fornecedor, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação no credenciamento (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
4.10.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
4.10.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
4.10.4. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
4.10.5. As empresas criadas no exercício financeiro do credenciamento deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
14.10.6. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
14.10.7. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
4.10.8. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.
4.10.9. As empresas criadas no exercício financeiro do credenciamento deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

5. DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO, DE SEU RESULTADO E DO SORTEIO DA ORDEM DE CONTRATAÇÕES.

5.1. A distribuição dos serviços a serem contratados se dará conforme demanda para cada macrorregião (Anexo I), observando-se sempre o critério de rotatividade segundo classificação das instituições no sorteio para cada modalidade de serviço.
5.1.1. O órgão ou entidade contratante observará, quando da alocação da demanda, as condições técnicas dos credenciados e do serviço solicitando a qualquer tempo atualização de documentos e certidões que compõe as exigências para credenciamento no item 4.4 deste edital.
5.2. A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF nomeará Comissão Especial de Credenciamento, por meio de Resolução, que será composta por, no mínimo, 05 (cinco) servidores, sendo:
I) 03 (três) técnicos da Coordenação de Programas e Projetos Sociais - CPPS;
II) 02 (dois) técnicos da Coordenação da Assistência Social - CPAS.
5.2.1. A Comissão de Credenciamento poderá solicitar apoio técnico às demais áreas da SEDEF e do(a) Agente de Contratação.
5.2.2. O julgamento será efetuado de acordo com os requisitos previstos neste Edital, e conforme as disposições do Decreto Estadual nº 10.086/2022, sendo considerada inabilitada a instituição que deixar de apresentar a documentação solicitada ou apresentá-la com vícios, defeitos ou contrariando qualquer exigência contida neste Edital.
5.2.3. As entidades que atenderem às exigências deste edital serão consideradas credenciadas para a realização dos serviços.
5.2.4. A publicação dos resultados seguirá os meios dispostos no item 2.3 deste Edital, em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis contados da data limite para análise da documentação, que é de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da documentação.
5.2.4.1 Decorridos os prazos concedidos, caso o julgamento do pedido de credenciamento não tenha sido concluído, a Comissão Permanente de Licitação e/ou Comissão de Avaliação Técnica terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para decidir (Parágrafo único do art. 230 do Decreto 10.086).

5.3. Os credenciados serão convidados a participar de sessão pública de sorteio para estabelecer sistema de rodízio por região e por modalidade de serviço, em data, local e hora a serem publicados até 05 (cinco) dias úteis após o período de inscrições, a publicação seguirá os meios dispostos no item 2.3 deste Edital;
5.3.1. O sorteio será realizado em sessão única e determinará a ordem de classificação dos credenciados para posterior contratação.
5.3.2. O sorteio somente será necessário se houver mais de um credenciado por Região e em cada uma das modalidades de serviço.
5.3.3. O prazo mínimo de antecedência entre o envio do convite para o sorteio e a realização da sessão do mesmo ou da convocação geral de todos os credenciados será de 10 (dez) dias úteis.
5.3.4. A forma para a realização do sorteio, será com a colocação de papéis cortados em tamanho único, previamente dobrados com o nome dos credenciados por região e modalidade de serviço, em um único recipiente, onde os próprios credenciados serão convidados a efetuar o sorteio.
5.3.5. Em cada retirada para a definição da sequência, deverá ser mostrado e lido em voz alta o nome do credenciado sorteado a todos os presentes, sendo registrado em ata pela Comissão de Credenciamento.
5.3.6. É condição indispensável para a participação na sessão ou para atender à convocação geral que os credenciados estejam cumprindo as condições de habilitação do credenciamento, podendo a Comissão de Credenciamento exigir do credenciado a comprovação documental do atendimento das exigências habilitatórias, com exceção da exigência da regularidade fiscal, pois se restringe somente à efetiva contratação.
5.3.7. Os credenciados, cuja irregularidade for verificada por ocasião ou logo após o envio do convite de sua convocação, deverão comprovar sua regularidade na primeira oportunidade que lhe couber falar, por meio de consulta on-line ou apresentação de documentos mencionados no item 5.2.10, caso contrário, não poderão participar da prestação de serviço.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

5.3.8. O comparecimento à sessão pública de sorteio é facultativo. Todos os credenciados, em situação regular participarão da sessão, e poderão ser contemplados mesmo não comparecendo aos eventos, com exceção daqueles que se declararem impedidos ou assim forem considerados pela Comissão de Credenciamento da SEDEF.
5.3.9. A SEDEF pode, em virtude do interesse público, devidamente justificado, cancelar total ou parcialmente a sessão de sorteio ou mesmo a convocação geral de todos os credenciados. Neste caso, as demandas cuja sessão ou a convocação tenha sido cancelada poderão ser submetidas a novo sorteio ou a uma nova convocação geral de todos os credenciados.
5.3.10. Após a realização do sorteio, todos os presentes assinarão a ata do evento.
5.3.11. A ata, contendo o resultado da sessão, ou o extrato da convocação geral, será divulgada no sítio eletrônico oficial da Secretaria Estadual do Desenvolvimento Social e Família - SEDEF, conforme §14, inciso V, Art. 257 do Decreto Estadual 10.086/2022.
5.3.12. O resultado do sorteio será homologado mediante Termo de Homologação assinado pela Autoridade máxima da SEDEF.
5.4. Os credenciados poderão a qualquer tempo solicitar formalmente o seu descredenciamento, mediante o envio de solicitação escrita à SEDEF, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias.
5.4.1. A apresentação do pedido de descredenciamento não desincumbe o credenciado do atendimento de obrigações firmadas em contrato que esteja em execução.

6. DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO

6.1. Das decisões e atos praticados no procedimento deste credenciamento caberá recurso, representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com efeito suspensivo, a contar da publicação do resultado no Diário Oficial do Estado, que deverá ser encaminhado à SEDEF (via e-Protocolo ou correio eletrônico), não sendo conhecidos os recursos enviados por outros meios, nem os protocolados ou enviados fora do prazo, observando-se as disposições do § 2º, do art. 236, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.
6.2. Os recursos indeferidos no todo ou em parte pela Comissão de Credenciamento serão encaminhados, devidamente instruídos, à apreciação e decisão da Autoridade Superior, cuja decisão será publicada no Diário Oficial do Estado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
6.3. Durante o prazo previsto para interposição dos recursos (subitem 6.1), a Comissão de Credenciamento abrirá vista de toda a documentação aos interessados.
6.4. O edital poderá ser impugnado no prazo de até 02 (dois) dias úteis que antecedem a data limite para a inscrição.
6.5. A eventual modificação de regras, condições ou minutas, por força do acolhimento de eventual impugnação ao edital, poderá demandar novo credenciamento de todos os interessados nos termos do art. 238, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

7. DA CONCESSÃO DO CREDENCIAMENTO E DA HOMOLOGAÇÃO

7.1 O interessado que atender a todos os requisitos previstos no Edital de Credenciamento será julgado habilitado e, portanto, credenciado a SEDEF, encontrando-se apto a prestar os serviços aos quais se candidatou, com vigência igual à do referido Edital, conforme previsto no Art. 236 do Decreto 10.086/22.

7.1.1. O presente edital de credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da publicação, no Diário Oficial do Estado, com a lista dos credenciados, podendo ser prorrogado conforme interesse e necessidade da SEDEF, observadas as disposições do art. 238, do Decreto Estadual n° 10.086/2022.

7.2 O resultado do credenciamento será publicado no Diário Oficial do Estado, Jornal Diário de Grande Circulação e divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no sítio eletrônico oficial do Estado do Paraná e do órgão ou entidade contratante em prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis (§1º do Art. 236 do Decreto 10.086/22).

7.3 Durante a vigência do edital de credenciamento, incluídas as suas republicações, o órgão ou entidade contratante, a seu critério, poderá convocar por ofício os credenciados para nova análise de documentação, quando serão exigidos os documentos que comprovem a manutenção das condições apresentadas quando do cadastramento para o credenciamento do interessado, sob pena de descredenciamento (Art. 237 do Decreto 10.086/22).

7.3.1. A partir da data em que for convocado para apresentar a documentação atualizada, o credenciado terá até 05 (cinco) dias úteis para entregá-la, exclusivamente por meio eletrônico, conforme o §1 do art. 237 do Decreto 10.086/22.

7.3.2. A análise da documentação deverá ser realizada em prazo igual ao do cadastramento para o credenciamento, cuja decisão está sujeita a recurso na forma do §§2º, 3º e 4º do art. 236 do Decreto Estadual 10.086/22.

7.3.3. Os credenciados convocados para apresentar a documentação referida no item 7.3 deste Edital participarão normalmente, quando for o caso, dos sorteios de demandas ou das convocações feitas pelo órgão ou entidade contratante.

7.3.4. O resultado da análise prevista no item 6.3 deste Edital será publicado na forma do §1º do art. 236 do Decreto 10.086/22. Os credenciados não aprovados na avaliação da documentação serão descredenciados, sendo-lhes assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.4. O Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família, poderá encaminhar correspondência aos prestadores de serviço em potencial, que gozem de boa reputação profissional, para que promovam o seu credenciamento.

7.4.1. A cada 12 (doze) meses ou outro prazo inferior, o órgão ou entidade contratante poderá realizar credenciamento público para novos interessados, republicando o edital (Art. 238 do Decreto 10.086/22).

7.5. O credenciamento não estabelece a obrigação do órgão ou entidade contratante em efetivar a contratação, face à sua precariedade e, por isso, a qualquer momento, o credenciado ou a SEDEF poderá denunciar o credenciamento, inclusive quando for constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas no edital, neste Regulamento e na legislação pertinente, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa (Art. 241 do Decreto Estadual 10.086/22).

7.6. Não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração, conforme inciso V do parágrafo único do art. 79 da Lei nº 14.133/2021.

7.7. O processo de credenciamento, devidamente instruído, será encaminhado ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família para homologação do Ato de Credenciamento.

8. DA CONTRATAÇÃO

8.1. Atendidos critérios de oportunidade e conveniência, dar-se-á início ao processo de contratação através da emissão do instrumento contratual equivalente (Art. 246 do Decreto Estadual 10.086/22), a SEDEF poderá convocar todos os credenciados simultaneamente para a assinatura de contrato ou fazê-lo em etapas conforme demanda gerada pela SEDEF, sempre observando a ordem de classificação estabelecida no sorteio a que se refere o subitem 5.2 e seguintes.

8.1.1 A contratação decorrente do credenciamento obedecerá às regras da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Estadual 10.086/22 e dos termos da minuta do instrumento contratual, conforme Anexo VII do respectivo Edital (Art. 249 do Decreto Estadual 10.086/22).

8.2. A Administração convocará o credenciado, em um prazo de até 02 (dois) dias úteis a partir da publicação em Diário Oficial, para assinar e retirar o instrumento contratual, dentro das condições estabelecidas na legislação e no presente edital, e dar início à execução do serviço, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 156 e seguintes da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no edital de credenciamento (Art. 250 do Decreto Estadual 10.086/22).

8.2.1 O credenciado contratado deverá indicar e manter preposto, aceito pela SEDEF, para representá-lo na execução do contrato.

8.2.2 O instrumento contratual deverá ser assinado pelo representante legal do credenciado, e observará a minuta contemplada no Edital de Credenciamento (Art. 251 do Decreto Estadual 10.086/22).

8.2.3 A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do Estado do Paraná e do órgão ou entidade contratante é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer no prazo de até 10 (dias) úteis da data de sua assinatura (Art. 252 do Decreto Estadual 10.086/22).

8.2.4 A não assinatura do instrumento de contrato (**minuta de contrato – ANEXO VII**) em até 02 (dois) dias da data da convocação, poderá ser entendida como recusa injustificada, que ensejará seu imediato cancelamento e o chamamento de outra credenciada na ordem estabelecida em sorteio, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis previstas no art. 156, da Lei 14.133/2021 e no art. 260, do Decreto 10.086/2022.
8.3. Os credenciados que se declararem impedidos de atender às demandas deverão apresentar documentação que justifique seu impedimento em até 05 (cinco) dias úteis antes do início da sessão de sorteio, devendo endereçá-la à Comissão de Credenciamento da SEDEF que avaliará, em prazo não superior a 02 (dois) dias úteis, os motivos e suas implicações e decidirá pela aceitação ou não da justificativa apresentada.
8.3.1. Caso não tenha sido apresentada justificativa pelo credenciado ou esta não seja aceita pela Comissão, a ele poderá ser aplicada, pela Comissão de Credenciamento, as seguintes penalidades, garantido o contraditório e ampla defesa:
8.3.1.1. Avanço de uma posição no quadro do sorteio, sem a atribuição da demanda, para cada demanda na qual o credenciado se declarar impedido, caso seja a 1ª vez que a sua justificativa não seja aceita.
8.3.1.2. Suspensão do direito de participação a 02 (duas) demandas consecutivas (vigente e seguinte), caso seja a 2ª vez que a sua justificativa não seja aceita.
8.3.1.3. Descredenciamento, caso seja a 3ª vez que a sua justificativa não seja aceita.
8.4. Por ocasião da assinatura do contrato, o credenciado convocado deverá indicar e manter preposto, aceito pelo contratante, e declarar que mantém as mesmas condições exigidas para a etapa de Credenciamento e renovar, *se for o caso*, os documentos com prazo de vigência expirado.
8.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.
9. DO PAGAMENTO PELOS SERVIÇOS PRESTADOS
9.1. A SEDEF, pelos serviços executados, pagará aos credenciados contratados o valor mensal de R$ 1.730,10 (um mil, setecentos e trinta reais e dez centavos), por pessoa acolhida.
9.2. O pagamento será efetuado pela SEDEF conforme as condições estipuladas no contrato e condições do edital.
10. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO CONTRATADO E DA CONTRATANTE
10.1. São obrigações do CREDENCIADO CONTRATADO aquelas definidas neste Edital, no contrato e as seguintes:
10.1.1. Executar os termos do instrumento contratual em conformidade com as especificações básicas constantes do Edital.
10.1.2. Ser responsável, em relação aos seus técnicos e ao serviço, por todas as despesas decorrentes da execução dos instrumentos contratuais, tais como: salários, encargos sociais, taxas, impostos, seguros, seguro de acidente de trabalho, transporte, hospedagem, alimentação e outros que venham a incidir sobre o objeto do contrato decorrente do credenciamento.
10.1.3. Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos vierem a causar ao patrimônio do Órgão ou Entidade contratante ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente.
10.1.4. Manter, durante o período de vigência do credenciamento e do contrato de prestação de serviço, todas as condições que ensejaram o credenciamento, em especial no que tange à regularidade fiscal e capacidade técnico-operacional, quando couber.
10.1.5. Justificar ao órgão ou entidade contratante eventuais motivos de força maior que impeçam a realização dos serviços, objeto do contrato, apresentando novo cronograma para a assinatura de eventual Termo Aditivo para alteração do prazo de execução.
10.1.6. Responsabilizar-se integralmente pela execução do contrato, nos termos da legislação vigente, sendo-lhe proibida a subcontratação do objeto sem previsão editalícia e autorização expressa do órgão ou entidade contratante.
10.1.7. Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando imediatamente após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pelo órgão ou entidade contratante.
10.1.8. Cumprir Proposta de Trabalho Padrão conforme alínea “a” do item 4.4 deste edital com definição do cronograma de execução das tarefas para alcance dos objetivos previstos na mesma;
10.1.9. Conduzir os trabalhos em harmonia com as atividades do órgão ou entidade contratante, de modo a não causar transtornos ao andamento normal de seus serviços.
10.1.10. Apresentar, quando solicitado pelo órgão ou entidade contratante, relação completa dos profissionais, indicando os cargos, funções e respectivos nomes completos, bem como, o demonstrativo do tempo alocado e cronograma respectivo, quando couber.
10.1.11. Manter as informações e dados do órgão ou entidade contratante em caráter de absoluta confidencialidade e sigilo, ficando expressamente proibida a sua divulgação para terceiros, por qualquer meio, obrigando-se, ainda, a efetuar a entrega para a contratante de todos os documentos envolvidos, em ato simultâneo à entrega do relatório final ou do trabalho contratado.
10.1.12. Observar o estrito atendimento dos valores e os compromissos morais que devem nortear as ações do contratado e a conduta de seus funcionários no exercício das atividades previstas no contrato.
10.1.13. É vedada expressamente a cobrança de qualquer sobretaxa em relação aos valores fixados neste Edital.
10.1.14. Cumprir todas as condições definidas no contrato (**ANEXO VII**)
10.1.15. Atender todas as exigências previstas no Termo de Referência.
10.1.16 Os credenciados que forem contratados para prestar serviços, além das obrigações previstas no instrumento contratual, obrigam-se a:
a) Executar os serviços, de acordo com as especificações e normas profissionais exigidas;

b) Manter sob a exclusiva responsabilidade de seu diretor técnico toda a supervisão, direção e mão-de-obra para a execução completa e eficiente dos serviços;

c) Observar e respeitar as legislações federal, estadual e municipal, relativas à prestação de seus serviços;

d) Sujeitar-se ao gerenciamento, fiscalização e acompanhamento da SEDEF;

e) Efetuar o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente Credenciamento;

f) Garantir a continuidade no atendimento dos serviços credenciados;

g) Praticar os serviços previstos pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família, conforme o presente edital;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

10.1.17 Sujeitar-se ao regime obrigacional do Art. 349, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

10.2 São obrigações do Contratante:

I - Acompanhar e fiscalizar o contrato por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7.º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição;

II - Proporcionar todas as condições necessárias, para que o credenciado contratado possa cumprir o estabelecido no contrato;

III - prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para a fiel execução contratual, que venham a ser solicitados pelo contratado;

IV - Fornecer os meios necessários à execução, pelo contratado, dos serviços objeto do contrato;

V - Garantir o acesso e a permanência dos empregados do contratado nas dependências dos órgãos ou entidades contratantes, quando necessário para a execução do objeto do contrato;

VI - Efetuar os pagamentos pelos serviços prestados, dentro dos prazos previstos no contrato, no edital de credenciamento e na legislação

11. DA POSSIBILIDADE DE DESCREDENCIAMENTO E DEMAIS SANÇÕES CABÍVEIS:
11.1. Está prevista possibilidade de descredenciamento nas seguintes hipóteses:
11.1.1. Solicitação do credenciado mediante o envio de solicitação escrita à SEDEF, por meio do endereço eletrônico: cpps.caminhar@sedef.pr.gov.br.
§ 1º A resposta ao pedido de descredenciamento por parte do contratante deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis;
§ 2º O pedido de descredenciamento não desincumbe o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades a eles atreladas, cabendo em casos de irregularidade na execução do serviço a aplicação das sanções definidas a que se refere o art. 242 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.
11.1.2 A instituição poderá ser descredenciada pela contratante, com aplicação de outras sanções cabíveis, quando:
I) constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas no edital, no Regulamento e na legislação pertinente, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa;
II) Deixar de cumprir as exigências do Regulamento, do edital de credenciamento e dos contratos firmados com a Administração, sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 156 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
III) Verificada irregularidade na execução do serviço, aplicando-se as sanções definidas no art. 242 do Decreto Estadual nº 10.086/2022:
a) advertência;

b) multa(s) moratória e/ou indenizatória, de acordo com os valores ou percentuais incidentes sobre o valor total estimado para o lote contratado correspondente a prestação do serviço, que deverá(ão) ser recolhida(s) em favor da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, por meio de depósito bancário, no Banco, conta e agência indicados pelo órgão citado, no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente, segundo a Lei 6.830/80, com os encargos correspondentes, conforme se segue:

b.1) de 0,1 % (um décimo por cento) do valor total estimado para o contratado correspondente a prestação do serviço, por dia de atraso, por descumprimento dos prazos previstos no contrato;

b.2) de 2% (dois por cento) do valor total estimado para o lote contratado correspondente a prestação do serviço por infração a qualquer condição estipulada no Contrato, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro em caso de reincidência.

b.3) de 20% (vinte por cento) do valor total estimado para o contratado correspondente a prestação do serviço no caso de recusa em executar os serviços, dentro das condições contidas no presente edital, bem como cobrança de qualquer valor ou solicitação direta ao beneficiário da CONTRATANTE, inclusive caução para prestação de serviço objeto do contrato.

c) impedimento de contratar com o Estado do Paraná, através de seus órgãos e entes, pelo prazo de até três anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.1.3 O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado do pagamento eventualmente devido pela SEDEF ao credenciado/prestador do serviço ou, ainda, cobrado judicialmente através de execução fiscal.

11.1.4 As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 11.1.2 deste item podem ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

11.1.5 As penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do item 11.1.2 também poderão ser aplicadas ao credenciado/prestador do serviço, conforme o caso, que tenha sofrido condenação definitiva por fraudar recolhimento de tributos, praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com o Estado do Paraná, através de seus órgãos ou entes.

11.1.6 A aplicação das penalidades acima enumeradas não afasta a possibilidade da SEDEF, encaminhar representação ao Ministério Público Estadual para a adoção das providências criminais competentes contra o credenciado.

11.1.7 As penalidades previstas em instrumento contratual ou editalício são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantida a ampla defesa e o contraditório.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
12.1. O presente Edital de Credenciamento é regido pelas normas constantes neste Edital, pela Lei n° 14.133/2021 e pelo Decreto Estadual nº 10.086/2022, que dispõe sobre o regulamento para o credenciamento de pessoas físicas e jurídicas no Estado do Paraná.
12.2. Não se realizando qualquer ato previsto neste Edital na data definida, por motivo de força maior ou caso fortuito, fica automaticamente prorrogada a realização do ato para o primeiro dia útil subsequente, prorrogando-se os demais prazos igualmente.
12.2.1. Os credenciados contratados deverão executar os serviços com a devida diligência e observação dos padrões de qualidade exigidos, cumprindo prazos e acordos de confidencialidade de dados e informações.
12.2.2. O órgão ou entidade contratante poderá, a seu critério, proceder à avaliação do desempenho dos credenciados, que serão dela informados.
12.2.3. Verificado o desempenho insatisfatório, o credenciado contratado será notificado e deverá apresentar justificativa formal no prazo de 02 (dois) dias úteis.
12.2.4. O desempenho insatisfatório na avaliação poderá implicar na restrição ou alteração do pagamento do serviço realizado, assim como na rescisão do contrato e aplicação das penalidades previstas, em especial nos art. 195 e 196, do Decreto Estadual n° 10.086/2022.
12.3. É facultado à SEDEF, em qualquer fase deste credenciamento, fazer diligências e verificar as informações prestadas pelos credenciados.
12.4. O presente edital, não gera direito subjetivo para o interessado selecionado, não importando, necessariamente, na contratação, que estará condicionada à conveniência e oportunidade da Secretaria Estadual do Desenvolvimento Social e Família - SEDEF.
12.5. Os interessados assumem todos os custos de preparação e apresentação de seus documentos e a SEDEF não será, em nenhum caso, responsável

por esses custos, independentemente do resultado.
12.6. Os interessados são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a credenciada, seu descredenciamento e caso tenha sido contratada, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
12.7. As normas que disciplinam este Edital de Credenciamento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da participação dos interessados, desde que não comprometam o interesse público e a finalidade de seu objeto.
12.8. A participação dos interessados implica em aceitação de todos os termos do presente Edital.
12.9. Quaisquer irregularidades na prestação de serviços e/ou no faturamento poderão ser denunciadas à Coordenação de Programas e Projetos Sociais – CPPS, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF, situada na Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n, Palácio das Araucárias, Centro Cívico, CEP: 80.530-915, em Curitiba/PR, pelo fone (41) 3210-2755, das 09h00 às 12h00 e 14h00 às 17h00.
12.10. A distribuição dos serviços a serem contratados se dará conforme demanda para cada Instância de Atuação Regional Avançada - IARA, NÚCLEO REGIONAL OU MUNICÍPIO, conforme divisão constante no Anexo I e especificado no item seguinte, observando-se sempre o critério de rotatividade segundo classificação das instituições no sorteio para cada modalidade de serviço.
12.11 Inicialmente, o sorteio será realizado para instituições localizadas na região da IARA do domicílio da pessoa acolhida. Caso não haja vaga na IARA mais próxima do domicílio da pessoa a ser acolhida, será realizado sorteio na região do Núcleo Regional a qual a IARA se vincula. Em caso de inexistência de vaga na IARA ou no Núcleo a qual a IARA é vinculada, será realizado sorteio entre as instituições existentes no raio de 200 km do domicílio da pessoa a ser acolhida.
12.12. Os casos omissos serão decididos pela Comissão de Credenciamento, observando em especial o Decreto Estadual nº 10.086/2022 e demais disposições constantes na legislação pertinente.
12.13. Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba para solucionar os litígios decorrentes deste Edital.
13. DOS ANEXOS DO EDITAL
13.1. Integram o presente Edital os Anexos a seguir:
Anexo I – Divisão por IARA/Núcleos Regionais.
Anexo II – Dados da Instituição
Anexo III – Requerimento de Credenciamento
Anexo IV - Formulário quadro de pessoal e Proposta de Acolhimento
Anexo V – Termo de Compromisso futura pesquisa.
Anexo VI – Termo de Ciência
Anexo VII - Declaração de Situação de Regularidade
Anexo VIII – Declaração de ausência de fatos impeditivos
Anexo IX – Minuta de Contrato.

Curitiba, 14 de julho de 2025.

Rogério Carboni
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família
ANEXO I
RELAÇÃO DE REGIÕES

REGIÃO 1 - NÚCLEO REGIONAL DE CAMPO MOURÃO
MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA:
1. ALTAMIRA DO PARANÁ
2. ARARUNA
3. BARBOSA FERRAZ
4. BOA ESPERANÇA
5. CAMPINA DA LAGOA
6. CAMPO MOURÃO
7. CORUMBATAÍ DO SUL
8. ENGENHEIRO BELTRÃO
9. FAROL
10. FÊNIX
11. GOIOERÊ
12. IRETAMA
13. JANIÓPOLIS
14. JURANDA
15. LUIZIANA
16. MAMBORÊ
17. MOREIRA SALES
18. NOVA CANTU
19. PEABIRU
20. QUARTO CENTENÁRIO

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

21. QUINTA DO SOL
22. RANCHO ALEGRE DO OESTE
23. RONCADOR
24. UBIRATÃ

REGIÃO 2 - NÚCLEO REGIONAL DE CASCAVEL
MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA:
1. ANAHY
2. BOA VISTA DA APARECIDA
3. BRAGANEY
4. CAFELÂNDIA
5. CAMPO BONITO
6. CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES
7. CASCAVEL
8. CATANDUVAS
9. CÉU AZUL
10. CORBÉLIA
11. IBEMA
12. IGUATU
13. LINDOESTE
14. MATELÂNDIA
15. NOVA AURORA
16. SANTA LUCIA
17. SANTA TEREZA DO OESTE
18. TRÊS BARRAS DO PARANÁ
19. VERA CRUZ DO OESTE
Instância de Atuação Regional Avançada DE TOLEDO
MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA:
1. ASSIS CHATEUBRIAND
2. FORMOSA DO OESTE
3. GUAIRA
4. IRACEMA DO OESTE
5. JESUÍTAS
6. MARIPÁ
7. MARECHAL CÂNDIDO RONDON
8. MERCEDES
9. NOVA SANTA ROSA
10. OURO VERDE DO OESTE
11. PALOTINA
12. QUATRO PONTES

13. SÃO PEDRO DO IGUAÇU
14. TOLEDO
15. TUPÃSSI
16. TERRA ROXA
17. DIAMANTE D'OESTE
18. ENTRE RIOS DO OESTE
19. PATO BRAGADO
20. SANTA HELENA
21. SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
Instância de Atuação Regional Avançada DE FOZ DO IGUAÇU
MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA:
1. FOZ DO IGUAÇU
2. ITAIPULÂNDIA
3. MEDIANEIRA
4. MISSAL
5. SANTA TEREZINHA DO ITAIPU
6. SÃO MIGUEL DO IGUAÇU
7. SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU
8. RAMILÂNDIA

REGIÃO 3- NÚCLEO REGIONAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO
MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA:
1. ABATIÁ
2. ANDIRÁ
3. BANDEIRANTES
4. CONGONHINHAS
5. CORNÉLIO PROCÓPIO
6. ITAMBARACÁ
7. JATAIZINHO
8. LEÓPOLIS
9. NOVA AMÉRICA DA COLINA
10. NOVA FÁTIMA
11. NOVA SANTA BÁRBARA
12. RANCHO ALEGRE
13. RIBEIRÃO DO PINHAL
14. SANTA AMÉLIA
15. SANTA CECÍLIA DO PAVÃO
16. SANTA MARIANA
17. SANTO ANTONIO DO PARAÍSO

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

18. SÃO JERÔNIMO DA SERRA
19. SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA
20. SAPOPEMA
21. SERTANEJA
22. URAÍ
Instância de Atuação Regional Avançada de JACAREZINHO
MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA:
1. BARRA DO JACARÉ
2. CAMBARÁ
3. CARLÓPOLIS
4. CONSELHEIRO MAIRINCK
5. CURIÚVA
6. FIGUEIRA
7. GUAPIRAMA
8. IBAITI
9. JABOTI
10. JACAREZINHO
11. JAPIRA
12. JOAQUIM TÁVORA
13. JUNDIAÍ DO SUL
14. PINHALÃO
15. QUATIGUÁ
16. RIBEIRÃO CLARO
17. SALTO DO ITARARÉ
18. SANTANA DO ITARARÉ
19. SANTO ANTONIO DA PLATINA
20. SÃO JOSÉ DA BOA VISTA
21. SIQUEIRA CAMPOS
22. TOMAZINA
23. WENCESLAU BRAZ

REGIÃO 4- NÚCLEO REGIONAL DE CURITIBA
MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA:
1. ADRIANÓPOLIS
2. AGUDOS DO SUL
3. ALMIRANTE TAMANDARÉ
4. ARAUCÁRIA
5. BALSA NOVA
6. CAMPINA GRANDE DO SUL

7. CAMPO DO TENENTE
8. CAMPO LARGO
9. CAMPO MAGRO
10. CERRO AZUL
11. COLOMBO
12. CONTENDA
13. CURITIBA
14. DOUTOR ULYSSES
15. FAZENDA RIO GRANDE
16. ITAPERUÇU
17. LAPA
18. MANDIRITUBA
19. PIÊN
20. PINHAIS
21. PIRAQUARA
22. QUATRO BARRAS
23. QUITANDINHA
24. RIO BRANCO DO SUL
25. RIO NEGRO
26. SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
27. TIJUCAS DO SUL
28. TUNAS DO PARANÁ

REGIÃO 5- NÚCLEO REGIONAL DE FRANCISCO BELTRÃO
MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA:
1. AMPÉRE
2. BARRACÃO
3. BELA VISTA DA CAROBA
4. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
5. BOM JESUS DO SUL
6. CAPANEMA
7. CRUZEIRO DO IGUAÇU
8. DOIS VIZINHOS
9. ENÉAS MARQUES
10. FLOR DA SERRA DO SUL
11. FRANCISCO BELTRÃO
12. MANFRINÓPOLIS
13. MARMELEIRO
14. NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE
15. NOVA PRATA DO IGUAÇU

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

16. PÉROLA DO OESTE
17. PINHAL DO SÃO BENTO
18. PLANALTO
19. PRANCHITA
20. REALEZA
21. RENASCENÇA
22. SALGADO FILHO
23. SALTO DO LONTRA
24. SANTA IZABEL DO OESTE
25. SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
26. SÃO JORGE DO OESTE
27. VERÊ
Instância de Atuação Regional Avançada de PATO BRANCO
MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA:
1. BOM SUCESSO DO SUL
2. CHOPINZINHO
3. CLEVELÂNDIA
4. CORONEL DOMINGOS SOARES
5. CORONEL VIVIDA
6. HONÓRIO SERPA
7. ITAPEJARA DO OESTE
8. MANGUEIRINHA
9. MARIÓPOLIS
10. PALMAS
11. PATO BRANCO
12. SÃO JOÃO
13. SAUDADE DO IGUAÇU
14. SULINA
15. VITORINO
16. BOM JESUS DO SUL

REGIÃO 6- NÚCLEO REGIONAL DE GUARAPUAVA
MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA:
1. CAMPINA DO SIMÃO
2. CANDÓI
3. CANTAGALO
4. FOZ DO JORDÃO
5. GOIOXIM
6. GUARAPUAVA

7. PINHÃO
8. RESERVA DO IGUAÇU
9. TURVO
10. PRUDENTÓPOLIS
Instância de Atuação Regional Avançada de LARANJEIRAS DO SUL
MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA:
1. DIAMANTE DO SUL
2. ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU
3. GUARANIAÇU
4. LARANJEIRAS DO SUL
5. MARQUINHO
6. NOVA LARANJEIRAS
7. PORTO BARREIRO
8. QUEDAS DO IGUAÇU
9. RIO BONITO DO IGUAÇU
10. VIRMON
Instância de Atuação Regional Avançada de PITANGA
MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA:
1. PALMITAL
2. LARANJAL
3. MATO RICO
4. SANTA MARIA DO OESTE
5. PITANGA
6. BOA VENTURA DO SAO ROQUE

REGIÃO 7- NÚCLEO REGIONAL DE LONDRINA
MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA:
1. ALVORADA DO SUL
2. ASSAÍ
3. BELA VISTA DO PARAÍSO
4. CAFEARA
5. CAMBÉ
6. CENTENÁRIO DO SUL
7. FLORESTÓPOLIS
8. GUARACI
9. IBIPORÃ
10. JAGUAPITÃ
11. LONDRINA

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

12. LUPIONÓPOLIS
13. MIRASELVA
14. PITANGUEIRAS
15. PORECATU
16. PRADO FERREIRA
17. PRIMEIRO DE MAIO
18. ROLÂNDIA
19. SERTANÓPOLIS
20. TAMARANA
Instância de Atuação Regional Avançada de APUCARANA
MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA:
1. APUCARANA
2. ARAPONGAS
3. BOM SUCESSO
4. CALIFÓRNIA
5. CAMBIRA
6. JANDAIA DO SUL
7. KALORÉ
8. MARILÂNDIA DO SUL
9. MARUMBI
10. MAUÁ DA SERRA
11. NOVO ITACOLOMI
12. RIO BOM
13. SABÁUDIA
Instância de Atuação Regional Avançada de IVAIPORÃ
MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA:
1. ARAPUÃ
2. ARIRANHA DO IVAÍ
3. BORRAZÓPOLIS
4. CRUZMALTINA
5. FAXINAL
6. GODOY MOREIRA
7. GRANDES RIOS
8. IVAIPORÃ
9. JARDIM ALEGRE
10. LIDIANÓPOLIS
11. LUNARDELLI
12. RIO BRANCO DO IVAÍ
13. ROSÁRIO DO IVAÍ

14. SÃO JOÃO DO IVAÍ
15. SÃO PEDRO DO IVAÍ
16. CANDIDO DE ABREU
17. MANOEL RIBAS
18. NOVA TEBAS

REGIÃO 8- NÚCLEO REGIONAL DE MARINGÁ
MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA:
1. ÂNGULO
2. ASTORGA
3. ATALAIA
4. COLORADO
5. DOUTOR CAMARGO
6. FLORAÍ
7. FLORESTA
8. FLÓRIDA
9. IGUARAÇU
10. ITAGUAJÉ
11. ITAMBÉ
12. IVATUBA
13. LOBATO
14. MANDAGUAÇU
15. MANDAGUARI
16. MARIALVA
17. MARINGÁ
18. MUNHOZ DE MELO
19. NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS
20. NOVA ESPERANÇA
21. OURIZONA
22. PAIÇANDU
23. PRESIDENTE CASTELO BRANCO
24. SANTA FÉ
25. SANTA INÊS
26. SANTO INÁCIO
27. SÃO JORGE DO IVAÍ
28. SARANDI
29. UNIFLOR

REGIÃO 9- NÚCLEO REGIONAL DE PARANAGUÁ
MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA:
1. ANTONINA

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

2. GUARAQUEÇABA
3. GUARATUBA
4. MATINHOS
5. MORRETES
6. PARANAGUÁ
7. PONTAL DO PARANÁ

REGIÃO 10- NÚCLEO REGIONAL DE PARANAVAÍ
MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA:
1. ALTO PARANÁ
2. AMAPORÃ
3. CRUZEIRO DO SUL
4. DIAMANTE DO NORTE
5. GUAIRAÇÁ
6. INAJÁ
7. ITAÚNA DO SUL
8. JARDIM OLINDA
9. LOANDA
10. MARILENA
11. MIRADOR
12. NOVA ALIANÇA DO IVAÍ
13. NOVA LONDRINA
14. PARAÍSO DO NORTE
15. PARANACITY
16. PARANAPOEMA
17. PARANAVAÍ
18. PLANALTINA DO PARANÁ
19. PORTO RICO
20. QUERÊNCIA DO NORTE
21. SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO
22. SANTA ISABEL DO IVAÍ
23. SANTA MÔNICA
24. SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ
25. SÃO CARLOS DO IVAÍ
26. SÃO JOÃO DO CAIUÁ
27. SÃO PEDRO DO PARANÁ
28. TAMBOARA
29. TERRA RICA

REGIÃO 11- NÚCLEO REGIONAL DE PONTA GROSSA

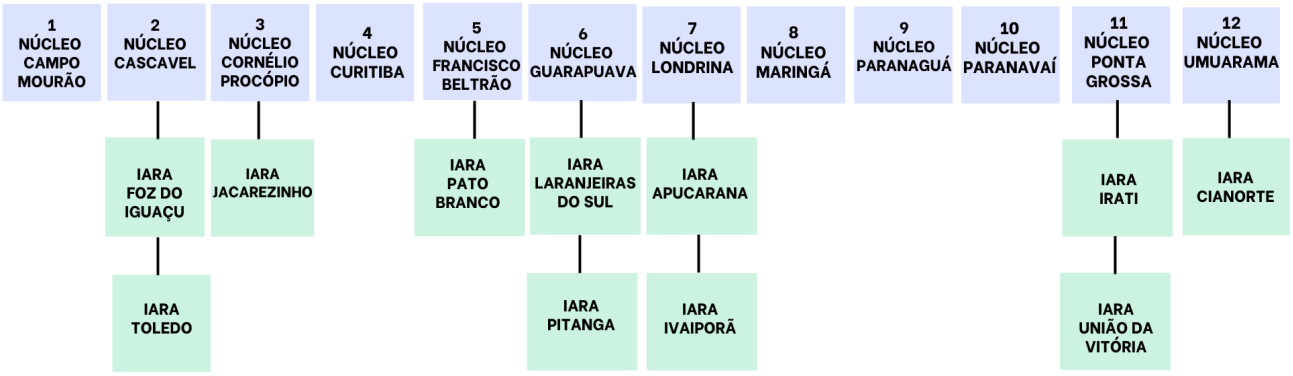
MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA:
1. ARAPOTI
2. CARAMBEÍ
3. CASTRO
4. IMBAÚ
5. IPIRANGA
6. IVAÍ
7. JAGUARIAÍVA
8. ORTIGUEIRA
9. PALMEIRA
10. PIRAÍ DO SUL
11. PONTA GROSSA
12. AMAZONAS
13. RESERVA
14. SÃO JOÃO DO TRIUNFO
15. SENGÉS
16. TELÊMACO BORBA
17. TIBAGI
18. VENTANIA
Instância de Atuação Regional Avançada de IRATI
MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA:
1. FERNANDES PINHEIRO
2. GUAMIRANGA
3. IMBITUVA
4. INÁCIO MARTINS
5. IRATI
6. MALLET
7. REBOUÇAS
8. RIO AZUL
9. TEIXEIRA SOARES
Instância de Atuação Regional Avançada de UNIÃO DA VITÓRIA
MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA:
1. ANTONIO OLINTO
2. BITURUNA
3. CRUZ MACHADO
4. GENERAL CARNEIRO
5. PAULA FREITAS
6. PAULO FRONTIN
7. PORTO VITÓRIA

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

8. SÃO MATEUS DO SUL
9. UNIÃO DA VITÓRIA

REGIÃO 12- NÚCLEO REGIONAL DE UMUARAMA
MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA:
1. ALTÔNIA
2. ALTO PIQUIRI
3. ALTO PARAÍSO
4. BRASILÂNDIA DO SUL
5. CAFEZAL DO SUL
6. CRUZEIRO DO OESTE
7. DOURADINA
8. ESPERANÇA NOVA
9. FRANCISCO ALVES
10. ICARAÍMA
11. IPORÃ
12. IVATÉ
13. MARIA HELENA
14. MARILUZ
15. NOVA OLÍMPIA
16. PEROBAL
17. PÉROLA
18. SÃO JORGE DO PATROCÍNIO
19. TAPIRA
20. UMUARAMA
21. XAMBRÊ
Instância de Atuação Regional Avançada de CIANORTE
MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA:
1. CIANORTE
2. CIDADE GAÚCHA
3. GUAPOREMA
4. INDIANÓPOLIS
5. JAPURÁ
6. JUSSARA
7. RONDON
8. SÃO MANOEL DO PARANÁ
9. SÃO TOMÉ
10. TAPEJARA
11. TERRA BOA
12. TUNEIRAS DO OESTE

ANEXO II



DADOS DA INSTITUIÇÃO

Razão Social
CNPJ
Endereço do CNPJ
Endereço do Local de Acolhimento
Município
Estado
Telefones (com código de área)
E-mail institucional

DADOS DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS)

Nome
CPF
RG

DADOS DE ATENDIMENTO

Público atendido	Capacidade Total por público atendido	Quantidade de vagas que pretende fazer contrato (limitada a 50% da capacidade total)
Adulto – Gênero Feminino		
Adulto – Gênero Masculino		

A instituição mantém vagas financiadas com o Governo Federal ou Municipal? ( ) sim ( ) não
Se sim, qual modalidade?
( ) convênio
( ) contrato
( ) Termo de colaboração ou Fomento
( ) Outros
Número total de vagas financiadas pelo Governo Federal: ____ (especificar por público)
_____ Masculino _____ Feminino
Número total de vagas financiadas pelo Governo Municipal: ____ (especificar por público)
_____ Masculino _____ Feminino
Para todos os efeitos legais, declaro serem verdadeiras todas as informações registradas neste documento, devidamente preenchido e por mim conferido e assinado.

Local e data
CPF e Assinatura do representante legal

ANEXO III

REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

À
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA - SEDEF
Coordenação de Programas e Projetos Sociais – CPPS
Ref. Edital de Credenciamento nº xxxxx

Pelo presente, solicito a Vossa Senhoria, no uso das atribuições que me conferem como representante legal da **[nome da instituição, CNPJ e endereço]** o credenciamento junto a esta SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA, nos termos do Edital de Credenciamento n° xxxxx na REGIÃO nº **[preencher a região e a cidade onde o serviço será executado conforme ANEXO I.**
Para tanto segue em anexo todos os documentos constantes do item 4.4. do Edital, declarando, sob as penas da lei, o que segue:
Que conheço e aceito incondicionalmente as regras do Edital, que estou ciente que a ausência de quaisquer dos documentos ou a presença de irregularidades nos mesmos inviabilizará o credenciamento e possível contratação desta instituição pela qual sou responsável legal, conforme item 4.7; e, que estou ciente de que este credenciamento não gera direito a contratação, que estará condicionada à conveniência e oportunidade da SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

[Nome e assinatura do representante legal da instituição]

ANEXO IV

EQUIPE TÉCNICA E DA PROPOSTA DO PROJETO TERAPÊUTICO

1. Composição da Equipe Técnica (nome, cargo, formação, carga horária, tipo de vínculo) – anexar cópia do currículo dos profissionais1.Articulação com a rede de saúde, assistência social, dentre outras: Descreva as atividades que a instituição desenvolve em parceria com a rede de saúde e assistência social local; e com outras redes de serviços (correlacionar com as atividades desenvolvidas pela instituição, em especial, as atividades de reinserção social da pessoa acolhida previstas na Resolução nº 01/2025-CONAD.
2. Descreva o Projeto Terapêutico da instituição considerando as legislações vigentes e pertinentes à matéria:

Para todos os efeitos legais, declaro serem verdadeiras todas as informações registradas neste documento, devidamente preenchido e por mim conferido e assinado.

Local e data

CPF e Assinatura do representante legal

ANEXO V

TERMO DE CONSENTIMENTO E PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA

Eu, _____, aceito receber contatos de instituições no sentido de participar de pesquisa/estudo envolvendo questões sobre o acolhimento realizado na Entidade de Acolhimento e sobre os desdobramentos após o encerramento do acolhimento. Por oportuno, informo que após minha saída da entidade/instituição poderei ser encontrado no seguinte endereço: _____.

Data e assinatura da pessoa acolhida ou do seu representante legal.

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, aceito receber contatos de instituições de pesquisa no sentido de participar de pesquisa/estudo envolvendo questões referentes ao acolhimento, antes e após o seu encerramento, da pessoa acolhida acima identificada. Informo que possuo endereço eletrônico_____ e poderei ser encontrado por meio do telefone (DDD) _____ ou no seguinte endereço: _____.

Data e assinatura do familiar da pessoa acolhida ou pessoa por ele indicada.

ANEXO VI

TERMO DE CIÊNCIA – ADESÃO E PERMANÊNCIA VOLUNTÁRIA

Eu, _____, declaro que tenho ciência de que minha adesão e permanência é realizada de forma voluntária na Instituição _____, e entendo que esta é uma etapa transitória para minha reinserção social e econômica.

Data e assinatura da pessoa acolhida ou do seu representante legal.

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE REGULARIDADE

[Identificação do Interessado], **DECLARO**, para fins de participação no credenciamento n° XXXX - SEDEF que:

a) NÃO existem fatos que impeçam a participação desta instituição neste credenciamento.

b) esta instituição COMPROMETE-SE, sob as penas da Lei, a levar ao conhecimento da SEDEF, qualquer fato superveniente que venha a impossibilitar a habilitação, de acordo com o estabelecido no parágrafo 2° do artigo 69 da Lei Federal nº 14.133/2021.

c) NÃO existe situação de suspensão ou impedimento de licitar com a SEDEF, bem como situação de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, na forma do art. 155 c/c art. 156, inciso III da Lei Federal nº 14.133/2021.

d) CUMPRIMOS com o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

[Local], XX de XXXXX de 20XX.

[Nome e assinatura do representante legal da instituição]

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, **DECLARA,** para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

_____

Nome do representante legal

ANEXO IX

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº xxx/202X

O Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF PR, com sede no(a) na Rua Jacy Loureiro de Campos s/n°, 6° Andar, Ala "D", Centro Cívico, na cidade de Curitiba/ Estado Paraná, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 49.179.358/0001-12, neste ato representada por seu Secretário, ROGÉRIO CARBONI, nomeado pelo Decreto nº 21/2023, inscrito no CPF/MF sob nº ***.147.759-**, portador do RG nº *.***.*46-4, expedido por SSP/PR, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº* ....., *sediado(a) na ....., em* ..... doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (*nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa* ***OU*** *procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *do Edital de Credenciamento nº XXXXX*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de serviço continuado de acolhimento residencial, de caráter transitório, com adesão e permanência exclusivamente voluntária do(a) Sr.(a) **.....**, nascido em ***(dd/mm/aaaa)***, portador CI nº ***..... (número e órgão emissor)***, inscrito no CPF/MF sob o n.º**.....**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 Objeto da contratação:

Item	Especificação	Unidade	Qnt	Valor Mensal	Valor Anual
01	Vaga em Serviço de Acolhimento residencial	Vaga	01	***xxxx***	***xxxxx***

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
1.3.1 O Termo de Referência;
1.3.2 O Edital de Credenciamento;
1.3.3 A Proposta de Credenciamento;
1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Credenciamento n.º xxxxx, objeto do processo administrativo n.º **23.970.327-5**, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado n.º XXXXXXXX, de XXXXXXXX e conforme ato de autorização nas fls. XXXX deste protocolo.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO E VALOR DO CONTRATO

3.1 O valor mensal da contratação é R$ xxxx (xxxx) e o valor total é de até R$ xxxx(xxx), considerando o período total de até 12 (doze) meses.
3.2 O valor previsto no item 3.1 é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados, enquanto o acolhido permanecer nesta condição.
3.3 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a) data de assinatura do contrato, prorrogável na forma dos artigos 106 da Lei n° 14.133, de 2021.
4.2 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
4.3 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
4.4 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
4.5 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
4.6 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 5.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

5.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 5.3 deste edital, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

5.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

5.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos serviços prestados, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

CLÁUSULA SEXTA – EXECUÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS:

6.1 A presente contratação adotará como regime de execução por Empreitada por Preço Unitário;

6.2 O serviço terá início em XX [INSERIR O NÚMERO DE DIAS] a contar da assinatura do contrato.

6.3 Os serviços serão prestados no local do credenciado, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, que integra o presente contrato para todos os fins.

6.4 Os serviços devem ser recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico; no prazo de 15 (quinze) dias.

6.5 Nos termos do art. 359 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos serviços até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

6.6 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

6.6.1 Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.
6.8 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes do termo de referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, às custas do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

CLÁUSULA SÉTIMA – SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida a subcontratação.

CLÁUSULA OITAVA - PAGAMENTO:

8.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, e da verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

8.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na prestação de serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.

8.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

8.3 O prazo estabelecido no item 9.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

8.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

8.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \qquad I = \frac{(6/100)}{365} \qquad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

8.5 O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

8.6 Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA NONA – REAJUSTE

9.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 22/05/2025 (data constante no mapa de preços).

9.2 O reajuste deverá ser solicitado pelo Contratado mediante requerimento protocolado até trinta dias antes do fim de cada período de doze meses.

9.2.1 A assinatura do aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

9.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.3.1 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

9.3.1.1 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

9.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação que então em vigor.

9.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8 O reajuste será realizado por apostilamento, conforme dispõe o § 6.º do art. 170 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 São obrigações da contratante:

10.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

10.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

10.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

10.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

10.9 Cientificar o órgão de representação judicial do Estado do Paraná para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

10.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.11 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.12 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

10.13 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10.14 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.15 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1 Executar os termos do instrumento contratual ou da ordem de serviço ou fornecimento de bens em conformidade com as especificações básicas constantes do edital;

11.2 Ser responsável, em relação aos seus técnicos e ao serviço, por todas as despesas decorrentes da execução dos instrumentos contratuais, tais como: salários, encargos sociais, taxas, impostos, seguros, seguro de acidente de trabalho, transporte, hospedagem, alimentação e outros que venham a incidir sobre o objeto do contrato decorrente do credenciamento;

11.3 Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos vierem a causar ao patrimônio do órgão ou entidade contratante ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

11.4 Manter, durante o período de vigência do credenciamento e do contrato de prestação de serviço, todas as condições que ensejaram o credenciamento, em especial no que tange à regularidade fiscal e capacidade técnico-operacional, quando couber;

11.5 Justificar ao órgão ou entidade contratante eventuais motivos de força maior que impeçam a realização do serviço ou o fornecimento do bem, objeto do contrato, apresentando novo cronograma para a assinatura de eventual termo aditivo para alteração do prazo de execução;

11.6 Responsabilizar-se integralmente pela execução do contrato, nos termos da legislação vigente, sendo-lhe proibida a subcontratação do objeto sem previsão editalícia e autorização expressa do órgão ou entidade contratante;

11.7 Manter disciplina nos locais dos serviços, quando for o caso, retirando imediatamente após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pelo órgão ou entidade contratante;

11.8 Cumprir ou elaborar em conjunto com o órgão ou entidade contratante o planejamento e a programação do trabalho a ser realizado, bem como a definição do cronograma de execução das tarefas;

11.9 Conduzir os trabalhos em harmonia com as atividades do órgão ou entidade contratante, de modo a não causar transtornos ao andamento normal de seus serviços, quando for o caso;
11.10 Apresentar, quando solicitado pelo órgão ou entidade contratante, relação completa dos profissionais, indicando os cargos, funções e respectivos nomes completos, bem como, o demonstrativo do tempo alocado e cronograma respectivo, quando couber;
11.11 Manter as informações e dados do órgão ou entidade contratante em caráter de absoluta confidencialidade e sigilo, ficando proibida a sua divulgação para terceiros, por qualquer meio, obrigando-se, ainda, a efetuar a entrega para a contratante de todos os documentos envolvidos, em ato simultâneo à entrega do relatório final ou do trabalho contratado;
11.12 Observar o estrito atendimento dos valores e os compromissos morais que devem nortear as ações do contratado e a conduta de seus funcionários no exercício das atividades previstas no contrato;
11.13 Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para
aprendiz, conforme art. 92, XVII, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
13.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
IV) Multa:
1) de 0,1 % (um décimo por cento) do valor total estimado para o contratado correspondente a prestação do serviço, por dia de atraso, por descumprimento dos prazos previstos no contrato;

2) de 2% (dois por cento) do valor total estimado para o lote contratado correspondente a prestação do serviço por infração a qualquer condição estipulada no Contrato, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro em caso de reincidência.

3) de 20% (vinte por cento) do valor total estimado para o contratado correspondente a prestação do serviço no caso de recusa em executar os serviços, dentro das condições contidas no presente edital, bem como cobrança de qualquer valor ou solicitação direta ao beneficiário da CONTRATANTE, inclusive caução para prestação de serviço objeto do contrato.

13.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
13.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
13.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
13.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
13.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
13.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
13.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
13.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
13.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
13.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
13.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
13.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua extinção, com as consequências previstas em lei, no Decreto Estadual nº 10.086/2022 e neste contrato.

14.2. Constituem motivo para extinção do contrato:

14.2.1. O não cumprimento de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

14.2.2. O cumprimento irregular de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos,

14.2.3. A lentidão no seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a presumir a não conclusão do serviço nos prazos estipulados;

14.2.4. O atraso injustificado no início do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

14.2.5. A paralisação do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

14.2.6. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do CONTRATADO com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial do contrato, fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução desse exceto se autorizada pelo CONTRATANTE nos casos permitidos em lei;

14.2.7. O não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução, assim como as de seus superiores;

14.2.8. O cometimento reiterado de faltas na execução do ajuste, anotadas no Relatório de Fiscalização;

14.2.9. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil do CONTRATADO;

14.2.10. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;

14.2.11. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

14.2.12. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

14.2.13. A falta de integralização da garantia nos prazos estipulados;

14.2.14. Razões de interesse público justificadas e determinadas pela autoridade máxima do órgão ou entidade;

14.2.15. A supressão, por parte do CONTRATANTE, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido legalmente;

14.2.16. A suspensão de sua execução, por ordem escrita do CONTRATANTE, por prazo superior a 3 (três) meses, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

14.2.17. O atraso superior a 2 (dois) meses dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE decorrentes de serviços ou fornecimentos ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

14.2.18. A não liberação, por parte do CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução de serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

14.2.19. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução do contrato.

14.2.20. O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

14.2.21. A superveniência da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública;

14.2.22. O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença.

14.3 O presente instrumento poderá ser extinto:

14.3.1 determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta**;**

14.3.2 consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

14.3.3 determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

14.4 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

14.5 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

14.6 O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos, na dotação abaixo discriminada:
I. Gestão/Unidade:
II. Fonte de Recursos:
III. Programa de Trabalho:
IV. Elemento de Despesa:
V. Plano Interno:
VI. Nota de Empenho:

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

17.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133. de 2021.

17.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que:

17.2.1 sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

17.2.2 sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

17.2.3 não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

17.3 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

17.4. Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

18.1 O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o

livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

18.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis à prestação dos serviços por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

18.3 Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados na prestação dos serviços especificada neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

18.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

16.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

18.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

18.7 O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

18.8 O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

18.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocado a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

18.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

18.11 Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

18.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

18.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

18.14 O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

18.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeito aos mesmos limites impostos ao contratado.

18.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

18.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA NONA – PUBLICAÇÃO

20.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento, no prazo de até 10 (dias) úteis da data de sua assinatura, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO (art. 92, §1º)

21.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual da Comarca de Curitiba, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia]* de *[mês]* de *[ano].

_____
Representante legal do CONTRATANTE

_____
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:
1-
2-

93918/2025

